

***VIGILANTIS SEMPER* – Revista Científica de Segurança Pública (RCSP/PMRN)**

Portaria de criação, DOE de 15/05/2021 - Edição Nº 14.929, transcrita no BG nº 92, de 17/05/2021, PMRN

Periódico semestral eletrônico: <http://www.revista.pm.rn.gov.br>

Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte

Avenida Rodrigues Alves, s/n, Natal/RN, Cep 59.020-200 – Brasil

e-mail: revistaspublica@gmail.com

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Comandante-Geral: Alarico José Pessoa Azevedo Júnior, Cel QOPM

DIRETORIA DE ENSINO

Diretor: Alvibá Gomes Ferreira, Cel QOPM

***Vigilantis Semper* - Revista Científica de Segurança Pública**

Editor-Chefe: Doutor João Batista da Silva, Maj QOPM

CONSELHO EXECUTIVO

(Equipe Editorial)

Editor Responsável

João Batista da Silva, Major QOPM

Editores Auxiliares

Leonardo Oliveira Freire – Cap (PMRN)

Gleydson Rodrigues Dantas - 1º Ten (PMRN)

Regivaldo Sena da Rocha - Al OF 3º Ano (PMRN)

Gestor de Tecnologia

Clausan Liano Dantas Santos - Cap (PMRN)

Revisão de Texto

Antônio Germano Melo da Silva, 3º Sgt PMRN

Editoração

Klyngher Emidio B. Cabral, 3º Sgt PMRN

Portaria de designação, DOE de 22/05/2021 -Edição Nº 14.934, transcrita no *BG nº 97, de 24/05/2021*, PMRN

P766pmrn

VIGILANTIS SEMPER – Revista Científica de Segurança Pública (RCSP), Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Periódico semestral eletrônico: <http://www.revista.pm.rn.gov.br>, Natal: PMRN. Volume 1, número 1, jul/dez. 2021.

ISSN: 276-43069

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores, não traduzindo, necessariamente, a opinião da ***VIGILANTIS SEMPER***
– Revista Científica de Segurança Pública (RCSP/PMRN).

A reprodução total ou parcial dos artigos poderá ser feita, salvo disposição em contrário, desde que citada a fonte.

CONSELHO EDITORIAL

Me Lenildo Melo de Sena – Cel (PMRN)
Me Eduardo Franco Correia Cruz – TC (PMRN)
Dr João Batista da Silva - Maj (PMRN)
Me Adriana Oliveira da Silva - Major (PMRN)
Dr Leonardo Oliveira Freire – Cap (PMRN)
Me José Francisco da Costa Neto Cap (PMRN)
Esp Gleydson Rodrigues Dantas - 1º Ten (PMRN)
Me Regivaldo Sena da Rocha - Al OF 3º Ano (PMRN)

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Aldo Aloísio Dantas da Silva - UFRN
Prof. Dr. Alípio de Sousa Filho – UFRN
Prof. Me. Antenor Neves de Oliveira Júnior - PMRN
Prof. Dr. Azor Lopes da Silva Júnior – UNESP/IBSP
Prof.^a Dr^a Betânia Leite Ramalho – UFRN
Prof.^a Dr^a Daniele de Sousa Alcântara - UNB
Prof. Dr. David de Medeiros Leite – UERN
Prof. Dr. Dequex Araújo Silva Junior – PMBA/IBSP
Prof. Dr. Edmilson Lopes Junior - UFRN
Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho – PMMT/UFRS/IBSP
Prof. Dr. Edson Rosa Gomes da Silva – PMSC/IBSP
Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque - UFRN
Prof. Dr. Fábio Gomes de França – PMPB/FBSP
Prof. Dr. Francis Albert Cotta Formiga – UFMG/PMMG
Prof. Dr. Francisco Aracildo de Moura - UFRN
Prof. Dr. Gilberto Protásio dos Reis – PUCMG/PMMG
Prof. Dr. Hélio Hiroshi Hamada - UFMG
Prof.^a Dr^a Hilderline Câmara de Oliveira UNIFACEX/UNP

Prof^o Me Janilson Gomes da Fonseca - IFRN
Prof^o Dr. João Batista da Silva – PMRN/IBSP
Prof. Dr. José Carlos Leandro – PMPE/IBSP/SEGEN
Prof.^a Dr^a Lenina Lopes Soares Silva – IFRN
Prof^o Dr. Leonardo Oliveira Freire – PMRN/UFRN
Prof. Dr. Marcos Aragão Fontoura - UA (PT)/PMRN
Prof^o Me Miguel Ângelo Silveira - PMSC
Prof. Dr. Miler Franco D'anjour, - IFRN
Prof. Dr. Nazareno Marcineiro, PMSC/IBSP
Prof^o Me Olivaldi Alves Borges Azevedo - PMESP
Prof. Dr. Paulo Cesar de Araújo - UFRN
Prof. Dr. Paulo Tiego Gomes de Oliveira - PMMG
Prof. Dr. Reginaldo Canuto de Sousa – PMPI/IBSP
Prof. Dr. Rodrigo de Freitas Amorim - UFRN
Prof. Dr. Ronilson de Souza Luiz – UNESA/PMESP
Prof.^a Dr^a Sonia Cristina de Oliveira – PMMT
Prof.^a Dr^a Tatiane Ferreira Vilarinho – UNB/PMDF
Prof. Dr. Tiago Farias Braga - UNISINOS

APRESENTAÇÃO

Ao criar a *Vigilantis Semper*, Revista Científica de Segurança Pública (RCSP), a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN) avança no processo de profissionalização policial¹, institucionalizando um divisor de águas na corporação, por meio deste periódico, cuja escopo principal é o fomento e a difusão do conhecimento científico produzido por pesquisadores no campo das Ciências Policiais, contribuindo assim, para a sedimentação dessa comunidade científica e possibilitando o compartilhamento de experiências exitosas entre as agências policiais nacionais e estrangeiras, bem como instituições de ensino superior e a sociedade organizada para melhoria da segurança pública e defesa social.

A RCSP tem por objetivo produzir reflexões acerca do saber prático, técnico-profissional e o conhecimento científico envolvendo modelos gerenciais administrativos e operacionais, por meio da difusão de pesquisas e boas práticas no âmbito da segurança pública e de defesa social, valorização do profissional, utilização de tecnologias das informação e comunicação e a indissociabilidade da sustentabilidade e responsabilidade social no campo das Ciências Policiais.

O lema *Vigilantis Semper* foi utilizado, originariamente, na PMRN, em 1980, quando da criação do Brasão de Armas da corporação, pelos oficiais (tenentes, à época) Carlos Adel, Valdenor Felix e Paulo Frassatti (*in memoriam*). Este último, em 1994, por ocasião da primeira participação de um integrante da PMRN na "Missão de Paz" da ONU, em Angola, elaborou a heráldica do referido brasão, cunhando nele o respectivo lema (*Vigilantis Semper*), que fora formalmente enviado às Nações Unidas, naquele ano.

Este ano, continuando a fazer história, após muitas perdas de seus integrantes, seja em função do desempenho da atividade profissional que exercem ou por complicações decorrentes da COVID-19², a PMRN lança o exemplar de número 1, volume 1, da Revista *Vigilantis Semper* e agradece a todos(as) que contribuíram neste projeto, em especial, ao conselho executivo (equipe editorial), ao conselho editorial, ao comitê científico e, especialmente, aos autores(as) e pareceristas, que possibilitaram para que a RCSP se tornasse realidade, como um instrumento de fomento, pesquisa e difusão de conhecimento das Ciências Policiais.

A todos(as), nossa mais respeitosa e efusiva admiração, agradecimento e continência!

Alarico José Pessoa Azevedo Júnior
Comandante-Geral da PMRN

¹ SILVA, João Batista da. **Profissionalização policial-militar**: a tomada de decisão como conhecimento e saber profissional na PMRN. 2017. 294f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24513>. Acesso em: 14 nov 2021.

² Disponível em: <http://www.pm.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=252249&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=MAT%C9RIA>. Acesso em: 14 nov 2021.

EDITORIAL

Prezados leitores(as) é com satisfação acadêmica e profissional que lançamos o primeiro número da *Vigilantis Semper*, Revista Científica de Segurança Pública (RCSP), da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN), cujo edital de chamamento fora publicado no Boletim Geral n. 213, de 11 novembro de 2021, que recebeu submissões de diversos estados brasileiros, com objetivo de publicação e difusão dos respectivos estudos e pesquisas, o que muito nos alegra, pois representa o reconhecimento da comunidade científica interna e externa *corporis*.

Este ano, o Brasil teve um número muito elevado de óbitos decorrentes de complicações da COVID-19³, ultrapassando a marca de mais de 612 mil mortos, sendo 472 de integrantes das instituições policiais. Portanto, mais um fator de vitimação desses profissionais, de acordo com FBSP (2021)⁴, diagnosticando que, apesar de ter havido redução no índice de vitimação policial, em decorrência do exercício da atividade profissional, em 2020, seja durante o serviço ou na folga, naquele ano ainda foram vitimados 194 profissionais de segurança pública.

Por outra perspectiva, algumas ações no campo das Ciências Policiais, no país, têm contribuído para a sedimentação dessa comunidade científica, por exemplo a criação da Biblioteca Digital, cuja finalidade é organizar e disponibilizar a produção técnica e científica, sendo esta uma iniciativa do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), compartilhando assim, informações em rede, aumentando a visibilidade e o acesso à pesquisa técnica e científica dessas Instituições, com livre acesso, em conformidade com a Lei nº 12.527 de 18/11/2011⁵.

Outra boa iniciativa foi a criação da Revista SUSP, também do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)⁶, que é um periódico semestral, interdisciplinar, que busca disseminar o conhecimento científico, técnico e profissional na área da segurança pública, com vistas a contribuir com a ampliação e consolidação de boas práticas e compartilhamento de experiências para o desenvolvimento científico, formação e aperfeiçoamento de profissionais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.

Neste ano, ainda ocorreu o 1º Seminário de Gestores de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública, realizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, evento pioneiro, entre os dias 27 de setembro e 1º de outubro, na Academia Nacional de Polícia, em Brasília (DF)⁷, visando a criação de uma rede de gestores de ensino, bem como a disseminação de boas práticas na área acadêmico-científico da formação e capacitação neste setor, como também o início dos trabalhos visando a revisão da Matriz Curricular Nacional⁸.

E por fim e, não menos significativo, ocorreu o 1º Seminário Internacional de Editores e Pesquisadores na Área de Segurança Pública⁹, organizado pelo MJSP, realizado no período de 24 a 26 de novembro.

³ Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 19 nov 2021.

⁴ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/infografico-2020-v6.pdf>. Acesso em: 18 nov 2021.

⁵ Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/4027>. Acesso em: 18 nov 2021.

⁶ Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/4028>. Acesso em: 18 nov 2021.

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-promove-seminario-para-debater-padronizacao-de-acoes-de-ensino-e-pesquisa>. Acesso em: 18 nov 2021.

⁸ Disponível em: <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/livros/matriz-curricular-nacional-para-acoes-formativas-dos-profissionais-de-area-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 13 nov 2021.

⁹Disponível em: <https://seminario-susp.mj.gov.br/pt-BR/>. Acesso em: 27 nov 2021.

Coordenado pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen/MJSP), o evento contou com a participação de profissionais, integrantes do SUSP, pesquisadores e editores da área de segurança pública de instituições nacionais e internacionais, com o objetivo de proporcionar a troca de experiências e a socialização de ideias que possibilitem o desenvolvimento e a consolidação do conhecimento científico com foco na área de segurança pública.

Nessa perspectiva e na busca por explicações e alternativas de enfrentamento acerca dos inúmeros problemas que afligem a segurança pública no Brasil (FBSP, 2021)¹⁰; CERQUEIRA, et al, 2021)¹¹ a Revista *Vigilantis Semper* se insere nesse *locus* de fomento e difusão das pesquisas e produções no campo de saber das Ciências Policiais, apresentando, doravante, os trabalhos submetidos ao crivo do conselho editorial e do conselho científico, bem como à avaliação, às cegas, dos pareceristas, aos quais redemos, publicamente, nosso agradecimento pela contribuição *sine qua non* à pesquisa e produção científica.

O primeiro artigo deste número é intitulado **Análise de inteligência: das ações ideológicas disciplinares e correccionais promovidas pelo primeiro comando da capital**, de autoria do especialista, policial penal Alvaro de Souza Vieira do Departamento Penitenciário de Minas Gerais, e do mestrando, Renato Pires Moreira, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, este último, associado ao Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP). O trabalho busca descrever as posturas e ações disciplinares e/ou correccionais orientadas pela autodenominada organização criminosa, *primeiro comando da capital*. O referido artigo versa acerca das condições de persuasão ideológica utilizadas pela referida facção e os reflexos aos que nesse contexto estão envolvidos.

O segundo trabalho, cujo título é **Gestão de riscos como lacuna nas operações de inteligência de segurança pública**, de autoria do bacharel João Francisco Farinas e Silva, da professora mestra, Adriana Neves Gomes de Azevedo e do professor doutor Renato Pires Moreira da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, tem por finalidade verificar a aplicabilidade da gestão de risco e as operações de inteligência de segurança pública. Os autores elencam os possíveis benefícios da implementação da gestão de riscos nas operações de inteligência de segurança pública, que visa contribuir com o aprimoramento das operações de inteligência em instituições de segurança pública do país.

O terceiro artigo é intitulado **Percepção dos policiais militares sobre a educação permanente: o case da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso**, de autoria de Hernandes da Silva Magalhães e Luís Fernando Oliveira Dias, ambos tenentes-coronéis da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e da professora doutora e mestre em educação, pela Universidade Federal do Mato Grosso, coordenadora pedagógica dos cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais e Superior de Polícia da PMMT, Sonia Cristina de Oliveira. O referido trabalho analisou a percepção dos policiais militares, cabos e soldados do Estado de Mato Grosso sobre a educação permanente. Os resultados da pesquisa inferem a confirmação da hipótese de que a oferta de educação permanente pode melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento profissional e, ainda, que a instituição não consegue fornecer a educação permanente para toda corporação.

O quarto artigo intitulado **Matriz curricular do curso de formação de praças da PMTO: proposta de implantação**, é de autoria de Dosautomista Honorato de Melo, mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins e coronel da Polícia Militar daquele Estado, atualmente Diretor de Ensino da PMTO e de

¹⁰ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 02 nov 2021.

¹¹ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Disponível em: 03 nov 2021.

Márcio Antônio da Costa Santos, doutorando em Estudos da Linguagem, mestre em Estudos da Linguagem pela UFG/Catalão e atualmente Coordenador do Curso de Altos Estudos em Segurança Pública, de Goiás. O referido trabalho é uma proposta de Matriz Curricular para o Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Estado do Tocantins, como forma de preparar o policial militar para o exercício de sua função de policiamento ostensivo preventivo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. O artigo infere que a formação profissional deriva dos aspectos amplos relacionados à formação humana, assim sendo, constitui-se como ação estratégica ofertada pelo gestor, como política pública de formação de capital humano com vista à eficácia da atuação profissional junto à sociedade.

O quinto artigo intitulado **Vitimação policial militar no Rio Grande do Norte**, de lavra de João Batista da Silva, doutor em Educação e mestre em Ciências Sociais/UFRN e de Azor Lopes da Silva Júnior, doutor em Sociologia (UNESP-FCLAr), com pós-doutorado em hermenêutica jurídica (UNESP-IBILCE-Departamento de Letras) e Avaliador (INEP-MEC), investigou a vitimação policial naquele estado, traçando um panorama no cenário nacional, investigando as causas, consequências e percepções dessa vitimação, visando subsidiar políticas e ações institucionais e/ou governamentais de enfrentamento desse fenômeno.

O sexto trabalho aprovado foi o artigo **Conhecimento e estratégia na ação policial militar na abordagem a pessoas predispostas ao enfrentamento físico e à resistência ao trabalho policial**, de autoria do doutor em Ciências Sociais pela PUCMG, coronel veterano da Polícia Militar de Minas Gerais, pesquisador e cofundador do IBSP. O texto faz uma profunda incursão no problema do enfrentamento ou na resistência à ação policial militar por parte de integrantes potenciais de grupos auto-identificados com noções de mundo que remetem à visão revolucionária marxista. O trabalho foca atenções na situação de como membros de tropas policiais militares se veem obrigados a agir diante de um abordado que traga consigo uma visão de mundo em que a ação do policiamento é vista como ato de opressão por parte do Estado.

O sétimo artigo aprovado é intitulado **Saúde mental em agentes da segurança pública: um estudo exploratório na Polícia Militar do Estado do Paraná**, de autoria do Leandro Wrubel Cechet, especialista em Segurança Pública pela FAVENI e em Educação e Práticas de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O citado artigo analisa a saúde mental dos trabalhadores da área de segurança pública daquela unidade federativa, por meio de uma abordagem quanti-qualitativa. A pesquisa dá visibilidade a um número significativamente crescente de problemáticas envolvendo os agentes de segurança pública e comorbidades de cunho mental.

Na seção Relato de Experiências o trabalho aprovado foi de um dos percursores da filosofia de *polícia comunitária* no país, Júlio Cezar Costa, coronel da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo e Ester Zappavigna Monteiro Costa Mestre em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha (UVV), Vitória, Espírito Santo, Brasil, cuja experiência é intitulada **Pioneirismo na Construção de uma Política de Segurança Pública com Base Na Interatividade Social**. O referido relato tem por objetivo demonstrar as experiências da pioneira política pública de segurança pública, denominada Programa de Planejamento de Ações de Segurança Pública (Pro-pas), no Estado do Espírito Santo.

Na seção Capítulo de Livro, entre os trabalhos submetidos, foi escolhido o intitulado **O Trabalhador Policial Militar: Reflexões sobre Saúde e Adoecimento Laboral**, de autoria dos jovens capitães da Polícia Militar do Estado da Paraíba, Flávia de Lima Amâncio e Fábio Gomes de França. Este último, autor de diversos livros. Neste trabalho os autores analisam o fenômeno do adoecimento policial, não como algo novo, porém, pouco estudado, dado que mais vem à tona para a sociedade, a letalidade policial e não sua vitimação. De leitura

indispensável, o capítulo faz uma rica e dessa imersão no tema desde o episódio do césio 137, no Estado de Goiás, até os fenômenos atuais.

Este primeiro número da *Vigilantis Semper* é concluído com uma Nota Técnica que versa sobre as “Ciências Policiais no Brasil”, de lavra dos professores doutores, educadores e sociólogos, João Batista da Silva, membro fundador do IBSP, do Conselho Editorial da Revista deste Instituto (RIBSP), do Conselho Científico da Revista SUSP e parecerista das revistas Alferes/PMMG, BAGOAS e CRONOS/UFRN e Edson Benedito Rondon Filho, pós-doutorado junto ao Departamento de Letras Modernas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (IBILCE/UNESP), doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS, com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centre de *Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales* (CESDIP)/França. Atualmente, é Presidente do Conselho Executivo do IBSP. A Nota Técnica versa acerca da inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil, consignado no Parecer n.º 945/2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Câmara de Educação Superior (CES), do Ministério da Educação (MEC), cuja fundamentação dos autores se fundam a partir do devido enquadramento da Ciências Policiais como campo específico do saber e suas subáreas do conhecimento, quais sejam, a “Segurança Pública” e a “Defesa Civil”, ainda em fase de sedimentação científica, dado ao contexto histórico-político-social que vinculou essas áreas profissionais ao campo do saber “Defesa” (nacional).

Enfim, senhores(as) leitores(as), bem-vindos(as) ao novo espaço de discussão e difusão de pesquisas e estudos das Ciências Policiais, inaugurado a partir deste número na Revista *Vigilantis Semper*, da PMRN.

Boa leitura!

Prof Dr João Batista da Silva¹², Major PMRN
Editor Chefe

¹² CV: <http://lattes.cnpq.br/8617007915492517>. <https://orcid.org/0000-0002-3829-1822>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	p. 03
EDITORIAL.....	p. 04

ARTIGOS

ANÁLISE DE INTELIGÊNCIA: DAS AÇÕES IDEOLÓGICAS DISCIPLINARES E CORRECIONAIS PROMOVIDAS PELO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL.....	p. 10
--	-------

*Alvaro de Souza Vieira
Renato Pires Moreira*

GESTÃO DE RISCOS COMO LACUNA NAS OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	p. 24
--	-------

*João Francisco Farinas e Silva
Adriana Neves Gomes de Azevedo
Renato Pires Moreira*

PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES SOBRE A EDUCAÇÃO PERMANENTE: O CASE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MATO GROSSO.....	p. 37
--	-------

*Hernandes da Silva Magalhães
Luís Fernando Oliveira Dias
Sonia Cristina de Oliveira*

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS.....	p. 56
---	-------

*Dosautomista Honorato de Melo
Márcio Antônio da Costa Santos*

VITIMAÇÃO POLICIAL MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE.....	p. 77
--	-------

*João Batista da Silva
Açor Lopes da Silva Júnior*

CONHECIMENTO E ESTRATÉGIA NA AÇÃO POLICIAL MILITAR: ABORDAGEM A PESSOAS PREDISPOSTAS AO ENFRENTAMENTO FÍSICO E À RESISTÊNCIA AO TRABALHO POLICIAL.....	p. 87
--	-------

Gilberto Protásio dos Reis

SAÚDE MENTAL EM AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.....	p. 109
--	--------

Leandro Wrubel Cechet

RELATO DE EXPERIÊNCIA

PIONEIRISMO NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA COM BASE NA INTERATIVIDADE SOCIAL.....p. 123

Ester Zappavigna Monteiro Costa

Júlio Cezar Costa

CAPÍTULO DE LIVRO

O TRABALHADOR POLICIAL MILITAR: REFLEXÕES SOBRE SAÚDE E ADOECIMENTO LABORAL.....p. 143

Flávia de Lima Amâncio

Fábio Gomes de França

NOTA TÉCNICA

CIÊNCIAS POLICIAIS NO BRASIL.....p. 159

João Batista da Silva

Edson Benedito Rondon Filho

ANÁLISE DE INTELIGÊNCIA: DAS AÇÕES IDEOLÓGICAS DISCIPLINARES E CORRECIONAIS PROMOVIDAS PELO *PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL*

Alvaro de Souza Vieira¹³

Renato Pires Moreira¹⁴

Resumo: O objetivo do presente artigo é apresentar e descrever as posturas e ações de cunho particularmente disciplinares e/ou correcionais, cujas instruções são orientadas pela autodenominada organização criminosa primeiro comando da capital, no que versa acerca das condições de persuasão ideológica face aos seus integrantes, segundo critérios peculiares, convencionados por um meio estritamente criminoso, bem como dentro de comunidades outrora inserida e seus possíveis reflexos. Ainda, verificou-se a necessidade de pretender analisar aspectos da efetividade perante o emprego e correlação – em analogia e semelhança –, no tocante a elementos atuais, constantes na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, nomeadamente nas entrelinhas do ramo conhecido como Contra-inteligência, ainda que tal grupo exprima tais nuances de forma experimental e inconsciente, desprovido de estado da arte. As concepções apresentadas no presente, estas, examinadas sobre o entendimento legal de crime, organização criminosa e congêneres, assim como nos conceitos teóricos artigo estabelecidos face à questão do regime paralelo de “dominação social ideológica”, baseados na observância do recrutamento operacional proposto pelo grupo, foram postas em similitude aos juízos dispensados pela citada organização criminosa e forma de atuação perante a sociedade e o cárcere, com o intuito de promover um paralelo construtivo e reflexivo, também, num comparativo com literaturas – clássicas ou não –, face ao assunto. A proveitosa observação estrutural da forma de operar do citado grupo demonstra a pendente, emergente e, mais ainda, necessária intervenção do Estado perante o assunto, através do investimento em políticas públicas apropriadas.

Palavras-chave: Organização criminosa. Inteligência. Primeiro comando da capital. Ações disciplinares. Segurança pública.

INTELLIGENCE ANALYSIS: OF THE DISCIPLINARY AND CORRECTIONAL IDEOLOGICAL ACTIONS PROMOTED BY THE *FIRST COMMAND OF THE CAPITAL*

Abstract: The purpose of this article is to present and describe the postures and actions of a particularly disciplinary and/or correctional nature, whose instructions are guided by the self-styled criminal organization *first command of the capital*, regarding the conditions of ideological persuasion towards its members, according to peculiar criteria, agreed by a strictly criminal means, as well as within communities formerly inserted and their possible consequences. Furthermore, there was a need to intend to analyze aspects of employment effectiveness and correlation - in analogy and similarity -, with regard to current elements, contained in the National Public Security Intelligence Doctrine, namely between the lines of the branch known as Counterintelligence, even though such a group expresses such nuances in an experimental and unconscious way, lacking the state of the art. The concepts presented in this article are examined on the legal understanding of crime, criminal organization and the like, as well as on the theoretical concepts established regarding the issue of the parallel regime of "ideological social domination", based on the observance of the operational recruitment proposed by the group, were placed in similarity to the judgments dispensed by the aforementioned criminal organization and form of action before society and prison, in order to promote a constructive and reflective parallel, also, in a comparison with literatures - classical or not -, regarding the subject. The fruitful structural observation of the way the aforementioned group operates demonstrates the pending, emerging and, even more, necessary State intervention in the matter, through investment in appropriate public policies.

Keywords: Criminal Organization. Intelligence. First capital command. Actions disciplinary. Public security.

Recebido em 04 de junho de 2021

Aprovado em 20 de agosto de 2021

¹³ Policial Penal do Estado de Minas Gerais, Analista de Inteligência da Assessoria de Informação e Inteligência Prisional/DEPEN-MG/SEJUSP/MG; Especialista em Gestão Pública (UEMG); Especialista em Inteligência Policial (Faveni); Pós-graduando em Inteligência, Gestão da Informação e Estratégia (UNICESDH- Ciências Políticas Aplicadas).

<https://orcid.org/0000-0002-4037-2197>

<http://lattes.cnpq.br/1341479487497787>

E-mail: designalvaro@yahoo.com.br

¹⁴ Mestrando em Gestão & Organização do Conhecimento pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2º Sargento da Polícia Militar de Minas Gerais. Analista da Assessoria Estratégica de Inteligência da PMMG.

<https://orcid.org/0000-0002-4592-750X>

<http://lattes.cnpq.br/2355715189859936>

E-mail: prof.renatopires@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe desenvolver uma análise a partir das atividades ideológicas de cunho particularmente disciplinares e/ou correccionais, promovidas pela autodenominada organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC); organização criminosa com expressiva atuação e abrangência em território nacional e adjacências, incorporada de forma estruturada e institucionalizada, segundo critérios bem particulares explorados pelo grupo delinquente, orientados pelas especificidades dos normativos exigidos pelo ativismo criminoso.

As posturas “correccionais” observadas pelo PCC correspondem – evidentemente, em semelhança -, a elementos indicados na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública - DNISP (BRASIL, 2015), notadamente, o ramo da *Contraineligência*: aquelas, se põe proporcionais às ideologias próprias “pregadas” pelo grupo, principalmente, quando dos primeiros movimentos de sua instituição em Estabelecimentos Penais, depreendidas por uma série de valores exprimidos. Noutro giro, tal valor almejado, com maior robustez, passou a se impor perante comunidades carentes.

O fortalecimento e o controle social que o PCC exerce face aos seus faccionados, reclusos ou não, vêm desafiando autoridades e agentes de segurança pública, mormente pelo fato de que os reflexos são projetados nas comunidades em que ele se insere. Logo, atribui-se a prospecção de êxito à observação de aspectos/elementos presentes no universo da estratégia e sociologia, estes, no caso a ser percorrido, análogos às rotinas da atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP); estrategicamente, a preocupação com a proteção orgânica e de informações restritas e; sociologicamente, o desempenho de um *poder simbólico* por pertencimento, ainda que envolvidas pela natureza escusa.

Tratando-se das finalidades constantes na DNISP, tais consistem na promoção de diagnósticos e prognósticos, voltados a questões em segurança pública, no processo de assessoramento de um tomador de decisão, e, ainda, combinar metodologias eficazes de interação entre comunidades de Inteligência e seus planejamentos estratégicos, proporcionando maior dinâmica no gargalo das informações, ora preventivas, ora repressivas, além da própria proteção orgânica de Estado.

Ações de autoridades, governantes e até mesmo da sociedade civil organizada se fazem necessárias, a fim de que haja um coerente e pontual ato racional, frente a tal absurdez a serviço do crime. E, aqui, racionalizar a problemática é o princípio para tal embate.

Posto isto, para a elaboração, o método de pesquisa empregado é o qualitativo, também, tendo como suporte, pesquisas bibliográficas consubstanciadas ao tema proposto, face ao *modus operandi* usualmente observado pela citada organização criminosa, apoiando-se no escopo da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.

Assim, no presente artigo será apresentado esclarecimentos legais face ao universo criminal, o PCC e seu surgimento e metodologia disciplinar, bem como à semelhança dos aspectos de proteção orgânica da DNISP.

2 ESCLARECIMENTOS LEGAIS FACE AO UNIVERSO CRIMINAL

Para o franco desenvolvimento, verifica-se a necessidade de promover esclarecimentos sobre alguns conceitos compreendidos como jurídicos, haja vista tratar-se de questões atinentes e próprias de organizações criminosas, ou seja, o chamado *crime organizado*.

No que tange à concepção clássica de *Crime*, segundo o Direito Penal Brasileiro, trata-se, antes

de tudo, de um fenômeno social, não estático, imutável ou isolado num determinado tempo, e sim, envolvido por valores bem peculiares. Materialmente, Machado (1987) se inclina naquilo que é passível de punição em seu conteúdo. Formalmente, molda-se à definição nominal: a relação do termo com aquilo que ele representa.

Por fim, na faceta analítica (causa e finalidade), corresponde aos elementos que dão forma ao crime.

O conceito atribuído a crime encontra-se elencado também no artigo 1º do Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941, considerando-o como infração penal, com pena de reclusão ou de detenção, “quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente” (BRASIL, 1941, s.p.). Pautada pelo conceito fixado na Lei nº 12.850/13, Art. 1º, parágrafo 1º, a definição de *Organização Criminosa* é estabelecida:

Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (BRASIL, 2013, s. p.).

Observa-se que, como forma de esboçar significantes de um poder simbólico¹⁵, não se pode precisar sobre a origem das instituições criminosas (OLIVEIRA, 2015 *apud* LIMA, 2014, p. 473). Todavia, algumas organizações surgiram da necessidade das pessoas em se reunir, não

objetivando – ordinariamente - a prática de crimes, e sim, como tática para o combate de possíveis desigualdades sociais vigentes, em tese, pactuadas pelo Estado. (PACHECO, 2011).

Os relatos demonstram que algumas das organizações criminosas tradicionais conhecidas na atualidade, estas tratadas adiante, não eram inicialmente dedicadas a atividades criminosas. maioria teve como nascedouro movimentos populares, o que facilitou sobremaneira sua aceitação na comunidade local, assim como o recrutamento de voluntários para o exercício de suas posteriores atividades ilícitas. As descrições mais remotas dessas associações podem ser identificadas no início do século XVI e tinham como fundo motivador e organizacional os movimentos de proteção contra as arbitrariedades praticadas pelos poderosos do Estado, em relação a pessoas que geralmente residiam em localidades rurais, menos desenvolvidas e desamparadas de assistência dos serviços públicos. (PACHECO, 2011, p. 22).

Tal fenômeno pode ser considerado, em alguns ajustes característicos e, por semelhança, a ações alusivas em correspondência aos ramos da atividade de ISP (Inteligência e Contrainteligência), ainda que não pudesse, racionalmente, o classificar dessa forma, no sentido de promover a proteção de determinado organismo e seus interesses (ainda que escusos), em analogia ao ramo cognominado Contrainteligência, alinhado aos segmentos da Segurança Orgânica (SEGOR), Segurança de Assuntos Internos (SAI) e Segurança Ativa (SEGAT). As organizações criminosas executam métodos peculiares e conexos, sendo que, com o PCC, ocorreu fato semelhante no que concerne à sua origem.

3 O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL E SEU SURGIMENTO

Embora, teoricamente, tenha a sua origem no Estado de São Paulo, trata-se da organização

¹⁵ Segundo Bourdieu, os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante na medida em que são estruturados, uma forma transformada e legitimada de outras formas de poder, numa correlação entre o ator social e a estrutura social que o abrange.

criminosa com atuação em praticamente todos os Estados brasileiros, assim como ramificações em países que fazem fronteira com o Brasil, influenciando ainda outros grupos, em prol da constância da atividade criminosa enquanto ideologia¹⁶. Os movimentos sociais de interesse da massa carcerária, as condições físicas e morais do cárcere, entre outros, são exemplos de aspectos verificados pelo grupo, no princípio de tudo.

Inspirados no exemplo do Comando Vermelho (CV), no que tange à criação de condutas e “leis” internas, face à Manso e Dias (2018), o PCC insurgiu no ano de 1993 via sistema prisional, no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté/SP, estabelecimento penal que, à época, custodiava presos tidos como de alta periculosidade¹⁷: estava disposto um novo formato (violento) de, não só “combater a opressão do Estado”, mas também a inércia do mesmo, reverberando como “multinacional a serviço do crime”, não à toa, notada e enfatizada nos dias atuais. Segundo Dias (2011, p. 217) “[...] apresenta-se como o núcleo do processo de reconfiguração das relações sociais entre os presos [...]”.

Considerando o que foi apresentado por Amorim:

[...] Subestimado pelo governo, que não conhece a realidade das cadeias, o PCC criou raízes em todo o sistema carcerário paulista. Nas prisões, diretores ultrapassados, da época repressão [no regime militar], tentavam resolver o problema de maneira que em foram doutrinados: porretes, choques, água fria, porrada ... Não foi suficiente. Em menos de três anos, já eram três mil. Em menos de dez anos, 40 mil (AMORIM, 2004, p. 375).

4 METODOLOGIA DISCIPLINAR

Em conformidade com relatos de entes das comunidades de ISP, bem como análises históricas e literárias, o PCC exerce papel característico (e estratégico) nas lacunas deixadas pelo poder público, no que tange a acompanhar e disciplinar ações, seja em meio à comunidade inserida, seja na regulação de seus integrantes/membros: onde o poder público não chega, o crime organizado tende a suprir, ainda que por vezes promova a dita “gestão da violência”.

Em uma abordagem aos padrões de conduta adotados pelo PCC, à luz dos aparatos normativos transgressores geridos pelo mesmo, há a imposição do grupo perante a comunidade inserida de que seus membros e moradores se adequem às suas “normas delinquentes”, a fim de procederem em não cooperação com a polícia, autoridades e afins. (SANTOS; JORGE; SOUZA *apud* FELTRAN, 2017, p. 114).

Assim, um modo específico de gestão do uso da violência nas interações entre a polícia e o crime é estabelecido. Não existe agressão física, tampouco troca de tiros ou enfrentamento, mas um conflito ‘contido’ inserido numa esfera de interação discursiva voltada ao alcance de acordos financeiros (SANTOS; JORGE; SOUZA *apud* FELTRAN, 2017, p. 114).

O Estado brasileiro, na prospecção, desenvolvimento e aplicação de políticas públicas, destoa quanto às questões relativas à dignidade humana, mormente, por se tratar de fundamentos primeiro e último, relacionados na Constituição Federal Brasileira e na Declaração Universal dos

¹⁶ Aqui, ideologia está conceituado na obra “O Poder da Ideologia” (1996). Para István Mészáros, o termo não é tratado como supersticioso, nem tampouco, que se dissipará com a objetividade científica, ou através com métodos intelectuais neutros, mas sim, como forma específica de consciência social, ancorada e sustentada. A formação da ideologia está vinculada com a articulação de uma série de valores e estratégias rivais que visam o controle do metabolismo social em seus principais aspectos.

¹⁷ Oito fundadores que pertenciam a um grupo de futebol se uniram para investir contra custodiados inimigos em Taubaté. Posteriormente, foram conseguindo arregimentar apoio em outros estabelecimentos prisionais. Tal fato gerado fomentou uma reivindicação contra as mazelas existentes no sistema carcerário, bem como uma forma de protestar contra o *Massacre do Carandiru*, meses antes sucedido.

Direitos Humanos, por exemplo, sendo que, esta última, apresenta como “direitos iguais e inalienáveis” os princípios de igualdade, liberdade, paz e justiça, ou seja, não por acaso¹⁸, o moto oficial adotado e amplamente propagado pela citada organização criminosa em todas as esferas de atuação, passando a agir de forma a buscar por visibilidade representativa, face às deficiências da máquina pública.

Em aplicação à proposta de Carvalho Júnior (2011), no presente contexto, ideologicamente e em similaridade, o PCC introjeta não só aquilo que é extraordinário, mas sim o “extraordinário que interessa a determinadas correntes políticas”, naturalmente, anelo aos seus próprios interesses, consubstanciado às estimativas de Debord (1997), sobre o conceito de *sociedade do Espetáculo*¹⁹: em nome de uma cosmovisão de incivilidade peculiar, o PCC esboça reação transgressora perante o exercício daquilo que classificam como *alienação, perversão e aceitação passiva* da sociedade, perante os valores estabelecidos a partir do conceito de justiça, face aos aspectos representativos do universo do crime.

Para Elias e Scotson (2000), no que versa sobre a proposta de análise das interações humanas de forma processual (sociologia figurativa), onde, *estabelecidos* (grupo conservador) atribuem a seu grupo características que julgam relevantes, enquanto *outsiders* (indivíduos que estão em constantes tensões e em situação de permanente intimidação, segundo conceitos da criminalidade) realizam o mesmo método, segundo suas pertinências (diferenças estruturais das relações de poder). Verifica-se, então, tal sentimento por parte

da organização criminosa PCC, nessa relação de estigmatização.

Sobre as questões pertinentes aos acordos disciplinares ou de controle, com o emprego de tal postura, vale considerar que o PCC tem estabelecido a atmosfera de uma *sociedade paralela*, plotado como espécie de reconfiguração do Estado, governo ou, mais ainda, daquilo que é legítimo, moldando-se, a exemplo, à teoria da *cidade dentro das Cidades* apresentada por Park (1976), na perspectiva de promover condições, normas e critérios pré-estabelecidos além de uma massa faccionada, refletindo costumes, hábitos e práticas comuns, ainda que declinados ao fenômeno do crime. Acrescenta-se que essa teoria proposta por Park (1976), onde a cidade deveria ser algo mais do que uma aglomeração de pessoas, deveriam ser os costumes, os hábitos e as práticas sociais dos habitantes, ser compreendida não a partir de suas formas física e funcional, mas como um espaço “vivo”, dotado de um “espírito” próprio.

Assim sendo, considerando o acompanhamento das ações impulsionadas pela organização criminosa retratada, estruturalmente, segundo informações dispensadas pela comunidade de inteligência penitenciária (IPEN) e de ISP, bem como investigações concluídas, carreadas pelo Ministério Público de Minas Gerais, entre os anos de 2018 a 2020²⁰, foi verificada a existência de departamentos com atribuições bem definidas, que, sob a coordenação e supervisão de determinada cúpula, são comissionados à promoção e exercício de um controle disciplinar por questões de interesses coletivos inerentes ao grupo, em ambientes carcerários e/ou até mesmo nas ruas; face aos seus integrantes oficiais e em meio às comunidades às quais a atmosfera do crime está

¹⁸ Indivíduos integrantes do PCC possuem a noção de que educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social etc., são direitos sociais fundamentais, passando a combater a máquina pública quando tais lhes são restringidos.

¹⁹ Sinteticamente, corresponde ao ruído verificado frente ao processo de acúmulo de capital como seguimento de dominação social.

²⁰ Operação “Guilhotina” (2018); Operação “Austerus” (2019); Operação “Caecus” (2020) - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Gaeco Regional de Uberaba/MG. Outras investigações ainda estão em curso e em segredo de justiça.

inserida. Eis a proficiência do dito “quadro disciplinar” do PCC, que, à exemplo da estruturação e organização da atividade de Inteligência de ISP, funciona como qualquer espécie de Subsistema. Acrescenta-se entender que o “quadro disciplinar” é responsável por questões disciplinares entre faccionados e/ou a comunidade em que está inserido, a fim de coibir a intervenção de agentes de segurança pública. Trata-se da inclusão, segundo Albuquerque (1991, p. 117), de uma espécie de estado paralelo²¹.

Em um estudo realizado sobre possíveis características organizacionais que impedem que as prisões concebam os seus objetivos, face às práticas desenvolvidas, segundo a autora, restou verificado que as unidades prisionais se mantêm sempre numa estruturação transitória, propiciando a instauração das relações informais a despeito das formais. (FISHER, 2011, p. 153). No caso *in voga*, em analogia, o PCC insere-se nessas relações internas pautadas pela lealdade e compromisso de seus agregados-presos, a fim de controlar as suas ações, prospectando notabilidade multifacetada.

Mediante análise de juízo de valor e observação de itens constantes em regimentos próprios (Estatuto do PCC, Regimento Disciplinar, Cartilha de Condução), situados no entendimento bastante singular sobre o conceito de crime, afere-se que a organização criminosa se pronuncia na forma de promoção de “julgamentos” – ou seja, a cada atitude reprovada pelo grupo criminoso haverá uma decisão travestida de solução perante o imaginário coletivo, segundo a ótica da criminalidade, no que versa a respostas decisivas a questões disciplinares sob o prisma dos jeitos da criminalidade.

Regido por uma espécie de *Estatuto*, que, segundo Jacobs (1974), trata-se de um expediente do grupo, o PCC se debruça num conjunto de normas e conceitos a serem observados e

reproduzidos pelos seus integrantes. Possivelmente, a criação do Estatuto se deu a partir de 1997 e apresenta características que o aproxima de outros conjuntos de regras de grupos similares (JACOBS, 1974).

Assim, o PCC, estruturalmente organizado, exerce controle ideológico perante os seus “controlados”, hierarquizados por específico e inflexível conjunto normativo, perfazendo conhecimentos relativos à organização, disciplina e funcionamento vertical/horizontal das bases do grupo criminoso, estes, impostos a todos os níveis de integração e atuação. Além disso, restou revelada a preocupação do grupo criminoso em estabelecer regras no meio carcerário, no cerne do tipo desejável de funcionamento das prisões (a não tirania), promovendo acurada postura de enfrentamento perante sociedade, autoridades, leis e Estado.

5 A SEMELHANÇA DOS ASPECTOS DE PROTEÇÃO ORGÂNICA DA DOCTRINA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Observa-se que esse tipo de controle praticado pelo PCC é, em extremo, articulado, baseado em princípios basilares admitidos pelo público criminoso, ordinariamente, no escopo semelhante a uma atividade de Inteligência: de um lado, talvez, num *estado de inconsciência*, análogo às definições apresentadas na DNISP; por outro, numa escala frenética de reprodução de elementos de um universo comumente criminoso, empregados pelos entes organizados e/ou institucionalizados.

Ainda nesse escopo, outra normativa é seguida pela membresia, a chamada *Cartilha de Condução*, numa interlocução apresentada como

²¹ O autor verifica pressupostos de Montesquieu, onde, a prevalência do interesse público essencial, a ideia de moderação do poder, impediria a anarquia ou o despotismo.

“legítima” pelo público delinquente. Em suma, trata-se do conjunto de regras impositivas, contemplando previsão de punições para integrantes da organização criminosa, seja por possibilidade de cometimento de falta (no caso de verificação de infração ou não observância às normas vigentes) ou, ainda, seja por aquilo que tais classificam como “justiça” (caso algum membro solicite uma ação ao se sentir lesado, por exemplo).

Retomando as ações desencadeadas pelo MPMG, decifradas nas Operações “Guilhotina” (2018) e “Austerus” (2019), com o apoio conjunto das Polícias Militar e Penal mineiras, nessa estruturação arrumada, encontra destaque as divisões de tarefas, com o intuito de prover a organização criminosa nas mais variadas esferas, através de posturas consideradas nocivas, repudiadas perante o ordenamento jurídico brasileiro, a saber: departamentos distribuídos em setores, como por exemplo, de natureza financeira (controle financeiro); cadastro (controle de ingressos); “salveiro” (*staff*, dissipadores de mensagens e ordens – relações públicas); “progresso” (responsáveis pela execução de tarefas fins), entre outros, e, a serviço de negócios condenáveis. Tais atribuições são observadas como específicas, intransferíveis e indelegáveis entre a irmandade. Insta considerar que o PCC conspira para com o exercício do zelo do membro, onde se torna intolerante ao grupo qualquer questionamento face às lideranças.

Os postos de assessoramento denominados de “resumos” são compostos por indivíduos faccionados em gradações, isto é, com atribuições em patamares nivelados, inclusos, por exemplo, nos setores “Geral de Estados e Países” e “Geral de Estados”²². Em conformidade com dados e trabalhos intelectuais produzidos por comunidades de Inteligência de ISP, possivelmente, a estrutura hierarquizada em sua gradação máxima é composta

pela agremiação colegiada de faccionados destacados no universo da criminalidade, nomeada “Sintonia Final”.

No afã pela idealização de sentimento de pertencimento, de forma providencial e proposital (deixando claro que se trata de viés ilustrativo em comparação e analogia), do mesmo modo, é possível verificar que o PCC tem se utilizado de uma linguagem semelhantes ao contido nos fundamentos doutrinários constantes na DNISP, como, por exemplo, a característica da atividade de ISP qualificada de *Assessoria*, que a dignifica como “órgão de assessoramento, produzindo conhecimentos para o processo decisório e para auxiliar as polícias em suas atividades” (BRASIL, 2015), ou seja, paralelamente, indivíduos vinculados ao grupo criminoso passam a assistir seus superiores, com o intuito de fomentá-los com informações (já analisadas), para que haja maior assertiva nas decisões do grupo.

Dados concretizados em operações desenvolvidas em desfavor do grupo criminoso, apontaram que o “Quadro Disciplinar” tem desenvolvido tratativas no sentido de promover a integração de indivíduos pertencentes ao bojo da criminalidade, comumente conhecidos como “batismos”, pautados pela exigência de requisitos, sendo estes, mais uma vez, em semelhança aos processos de organização da atividade de ISP: um *Recrutamento Administrativo* – setor responsável por avaliar os perfis compatíveis de candidatos compatíveis com a atividade, contudo, no caso em destaque, “às avessas”. O que chama a atenção é que tal rito tem ocorrido de forma desenfreada em determinadas épocas e com interesses bem definidos, a fim de expandir a *marva* PCC, adotando

²² Sobre tudo na Operação “Guilhotina” (2018) – Gaeco Regional de Uberaba/MG, tais nomenclaturas, bem como as respectivas atribuições, puderam ser legitimamente verificadas.

a modalidade *branding*²³, sobretudo, pelo fato do grupo não estar submetido a nenhum protocolo de controle compulsório (a não ser o próprio), a menos que fira conceitos tradicionais perante o universo da criminalidade.

Estrategicamente, percebe-se a alternativa recorrente da organização criminosa em delegar responsabilidades típicas do “Quadro Disciplinar” a indivíduos sem antecedentes criminais, bem como a adolescentes infratores, potenciais aspirantes a vagas no grupo. Tal protocolo se destina a bloquear de autoridades e Agentes de Segurança Pública qualquer suspeição que, eventualmente, possa se transformar em dissabor, como por exemplo, em caso de ataques contra servidores, repartições públicas, atos de subversão, entre outros. Consequentemente, a julgar pelas estratégias empregadas pelo grupo organizado, dificultando a ação de agentes públicos, tem-se a ratificação da sensação de morosidade por parte do Estado, comumente constituída no inconsciente coletivo social, independente de condição financeira ou classe social. Aqui, em semelhança a DNISP, verifica-se o emprego da *Contraineligência* pelo grupo criminoso, no que tange a aspectos de proteção orgânica.

Contudo, como consequência do procedimento de integração na organização criminosa, todos os membros - molde ritualístico -, estão submetidos à “disciplina do Comando”, ou seja, cada postura - seja em ação ou negligência -, de um integrado, é cuidadosamente analisada pela cúpula responsável pelo setor, face aos manuais a serem seguidos rigorosamente, o que poderá conceber em possíveis faltas oriundas de promoção de juízos, convencionando-se uma dita atmosfera de ética e moral em antítese, uma interação sociocultural do crime, perante os critérios que

circundam os episódios do crime, promovidas pela organização criminosa, historicamente.

Em correlação às conjecturas propostas por Durkheim (1987), aludidas ao processo educativo, aqui, transplantadas para os *jeitos do crime*, tal atmosfera é inerente à construção da qualidade do indivíduo enquanto parte do grupo, reunindo as diferenças culturais, familiares e de classe, constituindo um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem o sentimento de corpo. Tal fenômeno acaba por se consolidar via projeção normativa máxima da facção. Segundo o *Estatuto do Primeiro Comando da Capital*:

3 Item: Todos os integrantes do Comando têm por direito expressar sua opinião e tem o dever de respeitar a opinião de todos. Sabendo que dentro da organização existe uma hierarquia e uma disciplina a ser seguida e respeitada. Aquele integrante que vier a causar divisão dentro do Comando, desrespeitando esses critérios, será excluído e decretado (PCC, 2020).

[...]

12 Item: O Comando não tem limite territorial, todos os integrantes que forem batizados são componentes do Primeiro Comando da Capital, independente da cidade, estado ou país, todos devem seguir a nossa disciplina e hierarquia do nosso estatuto (PCC, 2020, s. p).

Dessa maneira, atribui-se que as ditas regras disciplinares são, segundo o *Estatuto*, para serem observadas e cuidadosamente seguidas por todos os membros da organização criminosa, independente da hierarquia, sejam indivíduos em liberdade, egressos ou custodiados em sistemas penais.

[...]

12 Item: O Comando não tem limite territorial, todos os integrantes que forem batizados são componentes do Primeiro Comando da Capital, independente da cidade, estado ou país, todos devem seguir a nossa disciplina e hierarquia do nosso estatuto. 13 Item: O Comando não tem nenhuma coligação com nenhuma outra facção,

²³O grupo inclina-se em reproduzir o conceito de licença e direito do uso de marca, como franquia a serviço do crime.

Curiosamente, durante a Op. “Guilhotina” (2018), pôde-se verificar que indivíduos livres, egressos ou presos residentes em determinados Estados exerciam controle e coordenação em outros, os quais o PCC almejava “conquistar”.

vivemos em harmonia com facções de outros estados, quando algum integrante de outra facção chegar em alguma cadeia nossa o mesmo será tratado com respeito e terá o apoio necessário, porém queremos o mesmo tratamento quando o integrante do Comando chegar preso em outro estado em cadeias de outras facções e se algum integrante de outra facção de outro estado desrespeitar a nossa disciplina em nossa cadeia vamos procurar a sintonia responsável pelo mesmo e juntos procurarmos a solução e se ocorrer de um irmão nosso estar desrespeitando, a busca da solução será da mesma forma. Deixamos bem claro que isso se trata de facções de outro estado que seja amigo do Comando. 14 Item: Todos os integrantes serão tratados com igualdade, sendo que a nossa luta é constante e permanente, seus méritos e atitudes serão avaliadas dando prioridade para aquele que merece, esclarecendo que méritos não é sinônimo de acomodações e impunidade diante da nossa luta, tratando com igualdade para os iguais e desigualdade para os desiguais. (PCC, 2020, s. p).

Além disso, semelhantemente ao exemplo anterior, na perspectiva da DNISP, no arcabouço denominado *Reunião de Dados*, pertencente a *Contrainteligência*, em analogia, pôde-se inferir que indivíduos integrados à organização criminosa PCC têm empregado a mesma metodologia, além das *Ações de Inteligência* (dados necessários para produzir o conhecimento), do tipo *Ações de Coleta Primária* (obtenção de dados em fontes abertas) e, de forma especial, *Ações de Coleta Secundária*, mormente, examinadas quando faccionados alocados no “Quadro Disciplinar”, por exemplo, são incumbidos na promoção de levantamos de dados sobre Agentes Públicos ou instituições financeiras, com o intuito de planejarem ações correlacionadas a associação de prática criminosa e/ou questões desfavoráveis ao grupo delinquente.

No sistema carcerário brasileiro – multiplicador desenfreado e público principal da ideologia do PCC - não é diferente. A fim de que as ações intracárcere de interesse da organização criminosa sejam concebidas - sem ou com a interferência mínima de Agentes Públicos - custodiados têm usufruído da modalidade chamada *desinformação*.

Para a DNISP, trata-se de uma ação de busca instituída para, intencionalmente, confundir alvos, com o intuito de que tais cometam equívocos de apreciação de informações (análise de fonte e conteúdo), esta, comumente empregada no Ramo da *Contrainteligência*, segmentada pela segurança orgânica (BRASIL, 2015).

Ainda, em semelhança à SEGOR, tal organização criminosa supracitada tem aplicado medidas defensivas e preventivas, a fim de que os interesses do grupo funcionem em harmonia, mormente no que versa sobre a *salvaguarda de documentação*. Faccionados, em setores específicos com tarefas intransferíveis, estão responsáveis pelo acondicionamento seguro de dados (conhecimento técnico), evitando que Agentes de Segurança Pública ou até mesmo veículos de comunicação de massa tenham acesso ao conteúdo “reservado”, o que poderá ser classificado no presente artigo como *vazamento*, como por exemplo, informações de quantitativo de indivíduos integrados ao grupo, quantitativo de indivíduos “excluídos”, contabilidade oriunda de comercialização de entorpecentes, aquisição de armamento, entre outros. Caso tais dados sejam expostos, o membro incumbido pela proteção poderá ser submetido a procedimentos disciplinares, segundo normativas próprias, podendo chegar até a “sentença de morte” (“[...] o preço da traição é a morte”).

Muito comumente, sobretudo a partir da convenção de sítios eletrônicos disponíveis em plataformas digitais, além das redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas e programas de computação, indivíduos vinculados à organização criminosa PCC têm se comportado em conformidade com duas *Medidas de Segurança* presentes na DNISP, denominadas de *Segurança das Comunicações e Telemática* e *Segurança da Informática*, objetivando garantir que tais dados estejam preservados para consultas e revisões futuras, bem como a garantia de acesso controlado. A afirmação anterior pode ser verificada nas constantes ações empreendidas pelos integrantes do PCC, como:

trocas de *chips* e aparelhos celulares em curtos períodos, perfis falsos em redes sociais, cadastro de terminais em nome de terceiros, entre outros.

Observa-se também nas convenções aproveitadas pelo PCC que, ainda que se estabeleça que nem sempre a aplicação seja não técnica e/ou inconsciente, percebe-se traços do *Segmento SEGAT*, por meio da medida classificada como *Contrapropaganda*, além de elementos de *Inteligência Policial*, no que compete, por exemplo, na perspectiva de instaurar protocolos de identificação, análise e tratativas para a neutralização de ações adversas que possam, porventura, frustrar objetivos escusos e/ou transgressores em desfavor do grupo criminoso.

Sobretudo em Unidades Prisionais, por amostragem, citando ação ocorrida na Penitenciária de Uberaba I, durante investigações na Operação “Caecus” (2020), observou-se que, para que os acordos face ao fluxo do tráfico de entorpecentes fossem contínuos e rentáveis, os mesmos deveriam ser minuciosamente arquitetados e conduzidos por integrantes do grupo, pelos ditos “mais experientes no crime” ou com “ampla bagagem criminal”, a fim de coibir a intervenção de gestores, Agentes de Segurança Pública e autoridades, além de demonstrar, mais uma vez, o exercício do poder exercido pelo PCC, no caso, dentro das prisões. Aqui, nesse sentido, existe certa preocupação na manutenção do fluxo, pois, caso algo inesperado ocorra, por negligência ou despreparo, diligentemente, o “Quadro Disciplinar” promoverá resposta, atribuindo um juízo, segundo previsões constantes em normativos próprios.

E, por citar algumas características e especificidades que aqueles que pleiteiam a integração no PCC necessitam possuir, no que tange ao quesito *Profissionalismo*, similarmente à atividade de ISP, verificam-se *Atributos* desejáveis (também “às avessas”) à captação de *mão-de-obra*, sobretudo no preceito *Recrutamento Administrativo*, como apresentado preteritamente. A seguir, um

comparativo entre a DNISP e o *Estatuto do PCC*, respectivamente, face a equivalência proposta:

5.5 – PROFISSIONALISMO

a) Atributos

Os recursos humanos a serem empregados na atividade de ISP são fundamentais para funcionamento eficaz e eficiente do SISP. O profissional de ISP, além da vocação para a atividade, terá que possuir perfil profissiográfico pré-estabelecido, vida pregressa compatível, observados os atributos, dentre outros, da voluntariedade, da ética e da moral, focados na lealdade, integridade, discrição e profissionalismo (capacidade de trabalho, dedicação, responsabilidade e cooperação) (BRASIL, 2015).

[...]

1 Item: Todos os integrantes devem lealdade e respeito ao Primeiro Comando da Capital, devem tratar todos com respeito, dando bons 3 exemplos a serem seguidos pela massa, acima de tudo ser justo e imparcial.

2 Item: Lutar sempre pela PAZ, JUSTIÇA, LIBERDADE, IGUALDADE e UNIÃO, visando sempre o crescimento da organização, respeitando sempre a ética do crime. (PCC, 2020).

[...]

11 Item: Toda missão destinada deve ser concluída, será feita uma avaliação da capacidade de cada integrante indicado pela sintonia, aquele que for selecionado e aprovado [...] (PCC, 2020, s.p).

Nessa linha, outras características de ISP poderiam ser objeto de estudo no presente artigo. Entretanto, a peculiaridade das que foram elucidadas, à luz das previsões, demonstra a expertise com que o crime organizado tem se aproximado e utilizado de elementos razoáveis, não só consignados no bojo da legalidade, mas também convencionais, permeando a aceitação social, na

expectativa de transformá-los em legítimos, todavia, com serventia ao crime.

6 CONCLUSÃO

Organizações criminosas têm se aprimorado na tentativa de estabelecer um portfólio para que as ações criminais empreendidas alcancem patamar sobejo, tornando-as assimiláveis pela comunidade inserida, mormente pela forma inconsciente de, em semelhança, adotar elementos presentes e proeminentes de expedientes governamentais.

Tal postura é preocupante, haja vista que essas organizações criminosas, como é o caso exemplificado no presente artigo, se refere a matérias técnicas sendo utilizadas por uma célula de *inteligência do crime*, o que se pode inferir, então, que não se sustenta meramente de um ato involuntário ou empírico, na sua completude, e sim, passível de rígidas análises empreendidas pelo grupo delinquente, principalmente pelo entendimento apresentado de que as organizações criminosas possuem características bem definidas quanto à estruturação, hierarquização, estabelecimento de funções e tarefas, entre outras, ou seja, amplamente institucionalizada.

Com isso, ainda que as políticas públicas aplicadas através de diretrizes contendo objetivos, ações pontuais e programas desenvolvidos pelo Estado, estas, condicionadas à aplicação viável nos níveis de governo, visando resgate e manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio; mesmo que pretendam coibir ações efetivas de grupos criminosos organizados ilegítimos, pragmaticamente, observam-se entraves afetos às legislações vigentes: enquanto a condescendência e legitimidade das ações de autoridades são totalmente voltadas às normas e leis vigentes (código), do outro lado, a criminalidade não possui esse compromisso ou protocolo, o que tem impulsionado o fenômeno da proliferação de

tais grupos paralelos, cada vez mais aceitos e presentes no imaginário coletivo, servindo de recurso paliativo entre governantes e sociedade.

A carência de legislação específica aplicável e em prol de resultados, sobretudo com viés punitivo à continuidade do crime organizado, é um dos dilemas e desafios ativos existentes nas diversas facetas de discussão contidas no seio social. Destarte, essa não efetividade acaba por promover questionamentos de ordem ética e moral, perante o combate ao crime organizado em sua totalidade.

Em contrapartida, socialmente, os processos cada vez menos complexos de integração de indivíduos nas organizações criminosas têm inaugurado e estabelecido uma atmosfera alternativa (para não dizer tensa) do conceito de justiça perante a projeção do imaginário coletivo, trocada pelo sentido cada vez mais aguçado de pertencimento, ainda que ilegítimo. O PCC disciplina as ações do indivíduo, em primeira instância. Em nome da organização criminosa, o indivíduo integrado despreza o fato de ter lesado a sociedade, ainda que tenha o pleno conhecimento daquilo que é legalmente aceito como crime e suas possíveis incorrências, na busca de algo que o represente, *que lhe pertença ou seja pertencido*, esboçando atitude voluntária “a serviço do crime”.

No que tange ao universo carcerário, torna-se imperioso o processo de classificação dos encarcerados por meio de comissões técnicas, promovendo a análise individualizada do indivíduo privado de liberdade (IPL), durante o cumprimento da pena. Contudo, é sabido que, em sua maioria, os estabelecimentos penais brasileiros não possuem estruturação material e humana, compatíveis à execução da penitência e, consubstancialmente, à ressocialização do recluso, contribuindo para instauração de ambiente propício para a integração de custodiados em organizações criminosas, fazendo-se necessário criar alternativas para isso. Do contrário, incorre-se no risco de produzir e reproduzir agentes ressocializados cooptados pela

criminalidade, em verdadeiras “universidades do crime”.

Posto isto, verifica-se a proeminente necessidade de que sejam inauguradas pautas que se dediquem na formulação de agendas voltadas para políticas em educação, segurança pública e justiça; de investimento e estudos em inteligência, tecnologias e logística apropriadas. Ainda, importante que se observa a integração dos órgãos do sistema de segurança pública, através dos processos de avaliação de planos, programas e tomadas de decisões frutíferas, resultando, assim, no enrijecer dos regulamentos legais e atos punitivos, sabendo-se de que não se trata de uma questão pontual ou inequívoca, e sim, um atendimento legítimo de demandas sociais necessárias ao bem-estar coletivo.

Munir os órgãos de repressão, assim como forças-tarefa e grupos de combate especializado, com informações úteis e fidedignas, também se faz

vital, a fim de permitir o correto entendimento face ao fenômeno criminoso, propondo alternativas eficazes e, ainda, com oportunidade e sinergia.

Igualmente, a reinauguração de medidas que combatam as ações empreendidas pelas organizações criminosas, maiormente, face à estudada no presente artigo, têm se tornado cada vez mais substancial e irrevogável, uma vez que, no bojo da contemporaneidade, nunca foi tão desafiador para autoridades, governantes e sociedade a coerente e fluente interlocução sobre o tema, haja vista que tornou-se inadmissível, intolerável e, até mesmo, repulsiva a convivência – indiferente – perante sabido grupo minoritário, o qual não possui legitimidade alguma perante o ordenamento jurídico brasileiro, engrenagem esta que baliza as condutas sociais. O direito à segurança pública é requisito e fundamento para proporcionar proteção, cidadania e, entre outros, trata-se de ato constitucional e democrático.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFFORT, Francisco (Org). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1991.

AMORIM, C. **CV PCC: A irmandade do crime**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BOURDIEU, P. 1930 - Violência simbólica e lutas políticas. In.: **Meditações pascalianas**. Pierre Bourdieu; tradução Sérgio Miceli. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 199-230.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 07 dez. 1940.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3914.htm. Acesso em: 29 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define Organização Criminosa e dispõe sobre a Investigação Criminal, os meios de obtenção da prova, Infrações Penais Correlatas E o Procedimento Criminal. Disponível em:
http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.850-2013?OpenDocument. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina nacional e inteligência de segurança pública - DNISP**. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

CARVALHO JUNIOR, A. **A notícia como mercadoria: a dupla função dos meios de comunicação de massa**. Serviço Social: Trabalho e Cotidiano. Raízes, 2011.

DEBORD, G. **A Sociedade do espetáculo e comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Contraponto, 1997.

DIAS, C. C. N. **Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões**. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. 13ª ed. São Paulo: Nacional, 1987.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Estatuto do Primeiro Comando da Capital - PCC 1533. Disponível em:
https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/estatuto_do_primeiro_comando_da_capital_faccapcc_1533/. Acesso em: 16 out. 2020.

FELTRAN, G. S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Caderno CRH (UFBA), Salvador, v. 23, n° 58, 2010a, p. 59-73.

FISCHER, R. M. **Poder e cultura em organizações penitenciárias**. São Paulo, tese de livre-docência, Faculdade de Economia e Administração da USP, 1989.

JOZINO, J. **Cobras e lagartos: a verdadeira história do PCC**. 2ª ed. São Paulo: Via Leitura, 2017.

MACHADO, L. A. Direito Criminal: Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

MANSO, B. P.; DIAS, N. D. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. Todavia AS, 2018.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Gaeco Regional de Uberaba. **Operação Guilhotina**. Conceição das Alagoas, 2018.

MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Gaeco Regional de Uberaba. **Operação Austerus**. Uberaba, 2019.

MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Gaeco Regional de Uberaba. **Operação Caecus**. Uberaba, 2020.

OLIVEIRA, L. F. **Crime Organizado**. 2004. 89 f. Monografia (final de curso) – Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004. Disponível em:
<https://www.escavador.com/sobre/7505951/luciano-francisco-de-oliveira-novais> - Acesso em 16 de outubro de 2020.

PACHECO, R. **Crime organizado: medidas de controle e infiltração policial**. Curitiba. Juruá, 2011.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. (Org.). **Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SANTOS, D. D.; JORGE, D. R. S. R.; SOUZA, E. R. de. O paradoxo da política de segurança pública: estado, PCC e a gestão da violência na cidade de São Paulo. **Primeiros Estudos**, [S. l.], n. 8, p. 105-124, 2017. DOI: 10.11606/issn.2237.

GESTÃO DE RISCOS COMO LACUNA NAS OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

João Francisco Farinas e Silva²⁴
Adriana Neves Gomes de Azevedo²⁵
Renato Pires Moreira²⁶

Resumo: O presente estudo tem por finalidade verificar a aplicabilidade da gestão de risco e as operações de inteligência de segurança pública. A metodologia baseou-se na pesquisa em fontes primárias e secundárias. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica referente à inteligência de segurança pública, operações de inteligência de segurança pública e gestão de riscos. A partir da observância da lacuna referente à gestão de riscos nas operações de inteligência, foi possível apresentar, com base na ISO 31000:2018 e *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, a gestão de risco na execução das operações de inteligência. Por fim, elencou-se os possíveis benefícios da implementação da gestão de riscos nas operações de inteligência de segurança pública. A pesquisa ora apresentada visa contribuir com o aprimoramento das operações de inteligência de segurança pública, no que se refere a aplicação de normas e ferramentas que possam ser úteis ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Segurança Pública. Atividade de inteligência. Inteligência de Segurança Pública. Operações de inteligência de Segurança Pública. Gestão de risco.

RISK MANAGEMENT AS A GAP IN PUBLIC SAFETY INTELLIGENCE OPERATIONS

Abstract: This study aims to verify the applicability of risk management and public security intelligence operations. The methodology was based on research from primary and secondary sources. To this end, a literature review was conducted regarding public security intelligence, public security intelligence operations and risk management. From the observance of the gap regarding risk management in intelligence operations, it was possible to present, based on ISO 31000:2018 and the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, the risk management in the execution of intelligence operations. Finally, the possible benefits of implementing risk management in public security intelligence operations were listed. The research presented here aims to contribute to the improvement of public security intelligence operations, with regard to the application of standards and tools that may be useful for their development.

Keywords: Public Security, Intelligence Activity, Public Security Intelligence, Public Security Intelligence Operations, Risk Management.

Recebido em 23 de junho de 2021

Aprovado em 09 de agosto de 2021

²⁴ Advogado concursado na Cemig. Especialização em Direito Tributário – FGV. Especialização em Inteligência de Segurança Pública pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

<http://lattes.cnpq.br/2355715189859936>

<http://lattes.cnpq.br/0769277596069483>

E-mail: joaofarinas@gmail.com.

²⁵ Especialista em Direito Processual Civil - Faculdade Milton Campos, Especialista em Direito Tributário - CAD (Centro de Atualização em Direito - FGV), Especialista em Governança, Riscos, Compliance e Controle - CEDIN, MBA em Auditoria Interna e Práticas de Compliance.

<https://orcid.org/0000-0002-3039-8131>

<http://lattes.cnpq.br/9557137649181664>

E-mail: adrize_ng@yahoo.com.br.

²⁶ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Gestão & Organização do Conhecimento (PPGGOC) da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG)

<https://orcid.org/0000-0002-5278-3460>

<https://orcid.org/0000-0002-4592-750X>

E-mail: prof.renatopires@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A inteligência de segurança pública vem sendo analisada diuturnamente por pesquisadores e acadêmicos. A partir do momento em que há uma série de ameaças e vulnerabilidades à segurança pública, torna-se viável uma discussão teórica capaz de suprir algumas lacunas atinentes às políticas públicas voltadas a essa atividade especializada.

Dentre algumas lacunas, cita-se a aplicação da gestão de riscos para as operações de inteligência de segurança pública no que tange às questões doutrinárias. A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), apesar de descrever acerca da análise de riscos enquanto uma técnica acessória à produção do conhecimento de inteligência (BRASIL, 2015), não faz qualquer menção no aspecto da gestão de risco.

Operações de inteligência de segurança pública refere-se à obtenção de informações, dados e substratos fáticos de forma operacional, em que há profissionais designados e especializados nessa atividade, para cumprir a atividade de obtenção de dados e informações *in locu*, negados e/ou de difícil acesso.

Naturalmente, por tratar-se de atividade de risco e, no caso de possíveis falhas em sua execução, poderá ocasionar significativos prejuízos ao profissional de inteligência e à agência de inteligência. Assim, seria adequado uma análise e metodologia criteriosa dos riscos envolvidos para verificar a pertinência e viabilidade da operação a ser realizada.

Nesse sentido, o presente artigo tem como finalidade apresentar, sugestivamente, uma metodologia de gestão de risco aplicável às operações de inteligência de segurança pública no que tange à mitigação de riscos.

Como referencial teórico, foi utilizada a ISO 31000:18 e o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), normas referentes à gestão de risco, com vistas a compreender as

metodologias de gestão de risco, atrelada à metodologia de produção do conhecimento aplicável à inteligência de segurança pública. A metodologia aqui apresentada firmou-se no modelo explicativo, analisando-se a gestão de risco e as operações de inteligência de segurança pública.

Trata-se de uma pesquisa descritiva baseada em fontes primárias e secundárias. Em que pese a relevância do tema em estudo para atingir os objetivos propostos, recorreu-se, também, a fontes extraoficiais em razão da atualidade do tema e da carência de dados oficiais pertinentes.

2 NOÇÕES DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

É inerente à atividade de inteligência de segurança pública a detecção de ameaças e vulnerabilidades, quanto à criminalidade, visto que essa tem evoluído para um nível de complexidade cada vez mais sofisticado (GOMES, 2018). Um dos objetivos da segurança pública é atuar na prevenção, de modo a mitigar os riscos a que a sociedade civil está exposta.

Diante de um cenário cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo, torna-se imperioso o levantamento e análise, classificação e tratamento dos fatores de riscos, para que se empenhe recursos, pessoal e tempo adequado durante a realização das operações de inteligência de segurança pública. (GOMES, 2018).

Considerando-se os riscos aos quais as operações de inteligência de segurança pública estão expostas, a Gestão de Risco torna-se um instrumento imprescindível para respaldar e dar suporte à execução desta atividade, subsidiando com insumos informacionais à produção de conhecimento para fins de assessoramento do processo decisório.

No âmbito da segurança pública, a DNISP conceitua as operações de inteligência como o conjunto de ações desta área destinadas à busca do dado negado e/ou disponível, de difícil acesso. Para realização dessa atividade especializada, há necessidade de se ter profissionais, métodos, técnicas e recursos especializados, haja vista a complexidade desse trabalho. (BRASIL, 2015).

Para os ramos da Inteligência de Segurança Pública (inteligência e contrainteligência) e das Operações de Inteligência de Segurança Pública, determina-se o intercâmbio de técnicas operacionais, desenvolvimento da doutrina de inteligência policial, desenvolvimento de qualificação da área operacional, bem como outras prioridades, de acordo com os incisos do Art. 3º do Decreto 9.489/2018.

O propósito de integrar a atividade de inteligência (inteligência e contrainteligência) e as operações de inteligência é otimizar o cumprimento da obtenção do dado negado, facilitar a assessoria nos mais variados níveis decisórios e potencializar, eficaz e eficientemente, as agências de inteligência (LIMA, 2010). Além deste reconhecimento em âmbito nacional e estadual, as operações de inteligência são o cerne da atividade de inteligência, vez que o emprego da técnica não necessariamente caracterizaria essa atividade, mas sim pelo emprego sigiloso, o que requer preparo e cuidado com os riscos envolvidos. (SOARES, 2015; GONÇALVES, 2018).

Quanto às buscas realizadas na obtenção dos dados pelas operações de inteligência, utilizam-se de dois tipos, sendo elas exploratórias ou sistemáticas. Exploratórias referem-se às “ações desenvolvidas para obter, em um curto intervalo de tempo, os dados indispensáveis à produção de conhecimento acerca de um fato ou situação, não se prolongando no tempo”. As sistemáticas são as “ações que, em razão da necessidade de manter determinado alvo em constante acompanhamento, estende-se no tempo”, requerendo mais preparo e

planejamento para execução deste tipo de operação. (LIMA, 2010, p. 40).

A execução das operações de inteligência de segurança pública expõe os profissionais de inteligência que a executam a inúmeras situações de riscos que podem comprometer severamente a obtenção de dados, do executor da atividade e da própria agência de inteligência. É essencial que haja uma abordagem criteriosa quanto à metodologia e técnica propriamente dita, conjugada com uma concepção de trabalho em que se faça um procedimento que integre a eficiência, eficácia, gestão focada em resultado, com vistas à redução ao máximo de insucesso de alguns riscos de algum, aproximando-se, tal entendimento, da Gestão de Risco. (LIMA, 2010).

Nesse sentido, a atividade de inteligência de segurança pública deve ser bem estruturada para que a produção de conhecimento seja efetiva e eficaz, em especial, no que se refere às operações de inteligência. (GONÇALVES, 2018).

3 GESTÃO DE RISCO

A gestão de risco, nesse novo cenário, deve ser incorporada aos processos internos das operações de Inteligência de Segurança Pública, de modo a permitir a detecção das oportunidades e das fraquezas desses órgãos. O ponto de atenção deve estar voltado para o fato de que a sociedade está exposta a riscos cada vez mais complexos, sofisticados, interconectados e dinâmicos.

Nessa linha de raciocínio, conforme estabelece a ABNT NBR ISO 31000:2018, gestão de risco é aplicável a todas as organizações, para auxiliar a tomada de decisão, elaboração de estratégias e alcance de objetivos, aplicando-se prioritariamente à governança e liderança. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p.

1). Segundo o COSO²⁷, a gestão de risco tem por finalidade desenvolver sistemas de controle interno eficazes e eficientes para as organizações, para adaptar os ambientes operacionais e negócios, mitigar riscos, apoiar as decisões que serão tomadas, bem como estruturar a governança, (BRASILIANO, 2018, p. 69). O foco principal desta norma é gerenciar os riscos contábeis (BRASILIANO, 2018, p. 66). No que tange o COSO *Enterprise Risk Management - integrated framework* (COSO-ERM)²⁸, versão mais atualizada, refere-se a um aprimoramento do COSO, melhorando o gerenciamento de riscos corporativos, propondo aplicações personalizadas a cada instituição e procura integrar ainda mais as áreas envolvidas com o risco. (BRASILIANO, 2018, p. 82).

Dessa feita, é necessário definir e compreender alguns conceitos tais como risco, fatores de risco, apetite ao risco, tolerância ao risco, dentre outros.

Risco, na perspectiva da ISO 31000:2018, é o efeito da incerteza nos objetivos, podem ser positivos, negativos ou ambos, aplicando-se em diferentes níveis e normalmente expresso em fatores de riscos, eventos potenciais, suas consequências e suas probabilidades. O COSO assevera que risco é “representado pela possibilidade de que um evento ocorrerá e afetará negativamente a realização dos objetivos”, enquanto a “oportunidade é a possibilidade de que um evento ocorra e influencie favoravelmente a realização dos objetivos”. (COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION, 2017, p. 16).

Fonte (fator) de risco é o elemento que tem o potencial para dar origem ao risco e o evento é a ocorrência ou mudança em um conjunto específico

de circunstâncias. A consequência é o resultado de um evento que afeta os objetivos de uma organização. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 2).

A diferença entre risco puro e risco especulativo está no fato de que o risco puro é aquele que envolve apenas a possibilidade de perda e o especulativo envolvendo chance de perda ou de ganho (BRASILIANO, 2018, p. 22).

O COSO ERM apresenta que o risco inerente é o risco que se apresenta a uma determinada organização na ausência total de qualquer medida gerencial que causasse alteração na probabilidade ou no impacto desse risco”. (COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION, 2017, p. 16). Por outro lado, o risco residual é o “risco remanescente após a implementação de atividades de controle que visam reduzir sua probabilidade e/ou impacto”. (BRASILIANO, 2018, p. 160).

Nesse sentido, cabe à administração considerar e avaliar o risco inerente, mas também, o risco residual. A avaliação de riscos deverá ser aplicada em primeiro lugar aos riscos inerentes, obedecendo um critério de criticidade. Após a aplicação de controles e das devidas respostas aos riscos residuais, a administração deverá considerar os riscos residuais. Por óbvio que o balizamento da aplicação de controle a um determinado risco se dá pelo apetite ao risco da organização.

O apetite de risco refere-se ao nível de riscos que uma instituição “dispõe-se a aceitar na busca de valor. O apetite de risco reflete a filosofia de gestão de riscos corporativos”. (COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF

²⁷ COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO). Trata-se de uma organização dedicada a ajudar outras instituições a melhorar o desempenho através do desenvolvimento de liderança inovadora que aprimora o controle interno, gestão de risco, governança e prevenção de fraudetivos. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

²⁸ A Estrutura define componentes essenciais de gerenciamento de risco corporativo, discute os principais princípios e conceitos dessa área, sugere uma linguagem comum de ERM e fornece uma direção e orientação claras para o gerenciamento de risco corporativo. <https://www.coso.org/Pages/erm-integratedframework.aspx>. Acesso em: 19 jul. 2021.

THE TREADWAY COMMISSION, 2017, p. 29), que deve estar alinhado com a tolerância ao risco para dar a resposta adequada ao risco”. (COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION, 2017, p. 6). A tolerância ao risco, por seu turno, é o “desvio do nível do apetite ao risco”, que será utilizado como alerta para evitar que a instituição “chegue ao nível estabelecido por sua capacidade”. A capacidade de assumir riscos “será o nível máximo de risco que a organização pode suportar na perseguição aos seus objetivos”. (BRASILIANO, 2018, p. 129), e, portanto, estará inserida no contexto de apetite de risco e tolerância ao risco.

As características e princípios que uma gestão de risco eficaz e eficiente deve possuir são: integração; estrutura e abrangente; personalizada; inclusiva; dinâmica; obter a melhor informação disponível; considerar os fatores humanos e culturais; e melhoria contínua. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 3-4), conforme explicado na ISO 31000:2018:

- a) Integrada. A gestão de riscos é parte integrante de todas as atividades organizacionais.
- b) Estruturada e abrangente. Uma abordagem estruturada e abrangente para a gestão de riscos contribui para resultados consistentes e comparáveis.
- c) Personalizada. A estrutura e o processo de gestão de riscos são personalizados e proporcionais aos contextos externo e interno da organização relacionados aos seus objetivos.
- d) Inclusiva. O envolvimento apropriado e oportuno das partes interessadas possibilita que seus conhecimentos, pontos de vista e percepções sejam considerados. Isto resulta em melhor conscientização e gestão de riscos fundamentada.
- e) Dinâmica. Riscos podem emergir, mudar ou desaparecer à medida que os contextos externo e interno de uma organização mudem. A gestão de riscos antecipa, detecta, reconhece e responde a estas mudanças e eventos de uma maneira apropriada e oportuna.
- f) Melhor informação disponível. As entradas para a gestão de riscos são baseadas em informações históricas e atuais, bem como em expectativas futuras. A gestão de riscos

explicitamente leva em consideração quaisquer limitações e incertezas associadas a estas informações e expectativas. Convém que a informação seja oportuna, clara e disponível para as partes interessadas pertinentes.

- g) Fatores humanos e culturais. O comportamento humano e a cultura influenciam significativamente todos os aspectos da gestão de riscos em cada nível e estágio.
- h) Melhoria contínua. A gestão de riscos é melhorada continuamente por meio do aprendizado e experiências. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 3).

A gestão de risco deve ser estruturada a fim de “apoiar a organização na integração de gestão de riscos em atividades significativas e funções”, sendo calcada pela aplicação sequencial: da integração, concepção, implementação, avaliação e melhoria, tendo como difusor central a liderança e comprometimento. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 4).

A integração “apoia-se em uma compreensão das estruturas e do contexto organizacional”; a concepção, por sua vez, será o entendimento dos contextos externo e interno; a implementação será a efetiva estruturação aplicada da gestão de riscos; a avaliação será a análise da eficácia da estruturação da gestão de riscos; e, por fim, a melhoria que será o monitoramento e adaptação contínua para aprimorar a gestão de riscos aplicada até então (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 6-9).

O processo de gestão de risco é implementado pelo envolvimento da “aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas para as atividades de comunicação e consulta, estabelecimento do escopo, contexto e avaliação, tratamento, monitoramento, análise crítica, registro e relato dos riscos” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 9).

A finalidade da comunicação e consulta “é auxiliar as partes interessadas pertinentes na

compreensão do risco, na base sobre a qual decisões são tomadas e nas razões pelas quais ações específicas são requeridas” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 10). É importante ressaltar que a comunicação e consulta ocorrem durante todas as etapas do framework apresentado pela ISO 31.000:2018.

A etapa do escopo, contexto e critérios tem o propósito de “personalizar o processo de gestão de riscos, permitindo um processo de avaliação de riscos eficaz e um tratamento de riscos apropriado”. Será necessária a definição do escopo das atividades de gestão de riscos, o entendimento dos contextos (externo e interno) no qual a instituição “procura definir e alcançar seus objetivos”, e os critérios tais como quantidade e tipo de risco que a organização poderá assumir. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 10-11).

O processo de avaliação de riscos é o “processo global de identificação de riscos, análise de riscos e avaliação de riscos”. Identificação de riscos serve para “encontrar, reconhecer e descrever riscos que possam ajudar ou impedir que uma organização alcance seus objetivos”. Análise de riscos terá por finalidade a compreensão da natureza do risco e seu detalhamento, envolvendo as “incertezas, fontes de risco, consequências, probabilidade, eventos, cenários, controles e sua eficácia”. Por fim, a avaliação de riscos servirá para apoiar as decisões, depois de realizadas as etapas anteriores. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 12-13).

O tratamento de riscos selecionará e implementará as opções para abordar os riscos, envolvendo um processo iterativo de: “formular e selecionar opções para tratamento do risco”; “planejar e implementar o tratamento de risco”; verificar a eficácia do tratamento; “decidir se o risco remanescente é aceitável”; se for aceitável, “realizar o tratamento adicional”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 14).

O monitoramento e análise crítica deverão ser realizados durante todo o processo de gestão de riscos, com a finalidade de “assegurar e melhorar a qualidade e eficácia da concepção, implementação e resultados do processo”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 16).

O registro e relato tem por escopo que os resultados sejam relatados e documentados, visando fornecer subsídios para comunicar e melhorar a gestão de riscos, auxiliar a interação entre as partes envolvidas e a tomada de decisão. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 16).

4 GESTÃO DE RISCOS NAS OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Compreendidos os conceitos expostos, apresenta-se a metodologia da ISO 31.000:2018 de modo a aplicá-la às operações de inteligência de segurança pública. Cumpre esclarecer que o referido framework também é aplicável a outras técnicas e situações.

A gestão de risco procura implementar uma coordenação das atividades “para dirigir e controlar uma organização” quanto aos riscos estabelecidos nos parágrafos subsequentes para a execução desta operação. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 1).

Atualmente, novas ameaças estão presentes nos mais variados ambientes, internos e/ou externos – tais como novas formas de operar o tráfico de drogas – as quais a segurança pública deverá oferecer respostas e, para que isso ocorra, estar munida do produto de inteligência, a fim de elaborar políticas de segurança pública mais eficazes e eficientes. (SILVA, 2016).

Para obter dados e informações com a finalidade de elaborar tal produto, caberá às operações de inteligência de segurança pública tal ofício. Frequentemente, essa necessita obter dados e/ou informações, negados e/ou de difícil acesso, de locais inóspitos nos quais podem ocorrer atividades criminosas.

A gestão de risco deverá ser aplicada nas operações exploratórias e sistemáticas, em todas as fases das operações de inteligência, ou seja, do planejamento das operações de inteligência, no estudo de situação e na elaboração e aprovação do plano de operações de inteligência. Entretanto, será no estudo de situação em que se deverá apresentar a gestão de risco, haja vista que neste estudo são “levantadas e analisadas as vantagens e desvantagens de cada linha de ação, sendo que, no final, o estudo culmina com uma proposta para o cumprimento da missão, que seja mais efetiva, menos arriscada, menos onerosa e menos invasiva”. (FERRO, 2021, p. 97).

O estudo de situação é uma análise dos fatores condicionantes da Operação de ISP, como a missão, o alvo, o ambiente onde será desenvolvida a operação, os recursos disponíveis, as ameaças, as oportunidades e outros, com vistas à elaboração de possíveis linhas de ação para o cumprimento da missão. (FERRO, 2021, p. 96).

Assim, é possível apresentar o processo de gestão de risco face à real necessidade da realização das operações de inteligência de segurança pública e, conseqüentemente, demonstrar os riscos e as fontes de riscos para a citada atividade especializada da atividade de inteligência.

Para a realização do processo de avaliação de riscos, será necessária a identificação dos riscos, sua análise e avaliação, competindo à etapa da Identificação “encontrar, reconhecer e descrever riscos que possam impedir” para que a operação seja realizada; à fase da análise caberá a compreensão da natureza e características dos riscos do reconhecimento operacional; e à avaliação

competirá comparar os “resultados da análise de riscos com os critérios de risco estabelecidos para determinar onde é necessária ação adicional” da operação ora em estudo. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 9-13).

De acordo com os termos e definições presentes na ISO 31000:2018, podem ser identificadas algumas fontes de risco falta de treinamento; terreno acidentado; sistemas de proteção audiovisual na localidade; ofendículos (GOMES, [S.d.]); falta de controle emocional; material impróprio para a operação; informação vazada sobre a operação; emboscada e armadilha. O Quadro 1 apresenta as descrições para cada fonte de risco.

Fonte de Risco	Descrição
FR1	Falta de treinamento
FR2	Terreno acidentado
FR3	Sistemas de proteção audiovisual na localidade
FR4	Ofendículos
FR5	Falta de controle emocional
FR6	Material impróprio para a operação
FR7	Informação vazada sobre a operação
FR8	Emboscada e armadilha

Quadro 1 – Fonte de Risco x Descrição

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Considerando as fontes de risco mencionadas no Quadro 1, se não tratadas devidamente, podem levar a concretização de vários riscos, tais como o risco de lesão e morte do agente, risco à imagem da instituição, comprometimento à implementação de políticas públicas, suspeitos e/ou criminosos saberem da operação, realização da operação em local errado, não obtenção de todas as informações do recrutado e, ainda, risco de captura do agente. O Quadro 2 resume a elaboração dos riscos a partir das fontes de risco.

Risco	Descrição	Origem
R1	Risco de morte do agente	FR1 + FR5 FR6
R2	Risco de lesionar o agente	FR2 + FR4 FR8 FR9
R3	Risco à imagem da instituição	FR8 + FR9
R4	Risco de comprometer a implementação de Políticas Públicas	FR6 FR8
R5	Risco dos suspeitos e/ou criminosos saberem da operação	FR7
R6	Risco de realizar a operação em local errado	FR1 + FR7 FR5
R7	Risco de não obter todas as informações do recrutado	FR1 + FR3 FR5
R8	Risco de captura do agente	FR1 FR2 FR3 FR4 FR5 FR6 FR7 FR8

Quadro 2 – Risco x Descrição x Origem

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Para classificação dos riscos, o R1 é de probabilidade muito baixa e altíssimo impacto. Entretanto, no caso de morte, isso causará impacto massivo; em relação ao R2, a probabilidade é média e o impacto baixo, pois lesionar-se é mais provável que a morte. Caso venha a ocorrer, a chance de prejudicar o andamento da operação é baixa; quanto ao R3, possui probabilidade média e altíssimo impacto. A concretização desse risco impactará

negativamente a imagem da instituição; a ocorrência do R4 tem probabilidade muito baixa de se concretizar e seu impacto será médio, pois trata-se de operação de baixa complexidade e mesmo que haja insucesso, isso comprometerá apenas o alvo, mas não comprometerá significativamente a política pública, vez que há outros recursos e formas de implementação; já em relação ao R5, a probabilidade de ocorrência é muito baixa, mas de altíssimo impacto, vez que esse tipo de operação é sigilosa. Contudo, no caso de vazamento de informações, poderá haver um comprometimento da operação; o R6 possui probabilidade média de se concretizar e seu impacto, neste caso, será baixo, vez que a operação de inteligência tem por finalidade a obtenção de dados e informações tais como úteis. Portanto, a chance de ocorrer erro quanto a localização não é algo incomum. Contudo, mesmo que isso ocorra, não comprometerá tal atividade. O R7, por sua vez, possui probabilidade baixa e impacto alto. Realizada tal operação, os agentes são capazes de desvendar esconderijos e outros tipos de artimanhas. Mas, caso não obtenham todas as informações necessárias, a operação poderá sofrer prejuízo; por fim, o R8 apresentará baixa probabilidade e altíssimo impacto, caso venha a se concretizar. É sabido que os agentes são preparados e planejam a execução de maneira apropriada, todavia, caso incorra em captura, a operação, o agente e a instituição serão severamente prejudicados.

Levando-se em consideração os riscos levantados, pode-se apresentar conforme a Matriz de Riscos de Probabilidade *versus* Impacto demonstrado no Quadro 3.

Nível de Risco			Impacto			
			1	2	3	4
			Muito baixo	Baixo	Médio	Alto
Probabilidade	1	Muito baixa		R4		R1; R5
	2	Baixa				R7; R8
	3	Média	R6	R2		R3
	4	Alta				

Quadro 3 – Matriz de Riscos de Probabilidade x Impacto

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Diante desse cenário, caberá à instituição estabelecer quais riscos está disposta a correr e implantar controles que possam mitigar os riscos críticos e/ou aqueles que ela não está disposta a correr. Nesse sentido, os tomadores de decisão, em relação à capacidade de assumir risco, poderão verificar o quanto efetivamente a instituição

consegue suportar riscos para atingir o objetivo almejado no âmbito das operações de inteligência. Quanto à tolerância ao risco, esta deve ser evitada a todo o custo, visto que se trata do limite suportável antes que se atinja a capacidade total de se assumir um determinado risco (BRASILIANO, 2018, p. 129).

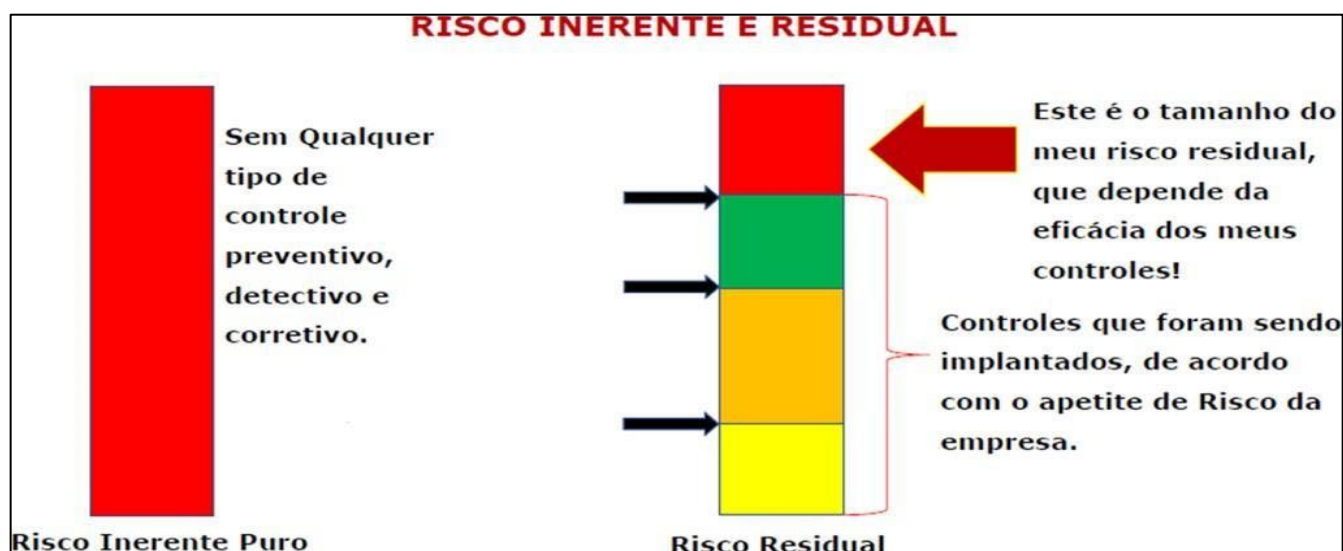


Figura 1 - Risco inerente e residual

Fonte: BRASILIANO (2018, p. 129)

O risco pode ser classificado em duas categorias. Risco inerente, ou seja, aquele risco que expõe um indivíduo ou organização sem considerar quaisquer medidas de controle que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou mitigar seu impacto. Por sua vez, o risco residual é o risco após a implementação de medidas de controle para o tratamento do risco. A figura 1 ilustra essa afirmação.

Riscos	Controle	Monitoramento
R1	Treinamento em nível operacional	A cada 6 meses
R2	Treinamento adequado; material adequado; e planejamento	A cada operação
R3	Planejamento adequado; e atuação das relações-públicas de modo efetivo	De modo permanente
R4	Atuação junto à sociedade para obter apoio; atuação junto às instituições públicas para obtenção de verbas suficientes para as operações; integração com outras áreas para a realização da referida operação.	De modo permanente
R5	Sigilo no planejamento e execução da operação	A cada operação
R6	Planejamento adequado	A cada operação
R7	Treinamento adequado; material adequado; e planejamento	A cada operação; e/ou a cada 6 meses
R8	Treinamento adequado; material adequado; e planejamento	A cada operação; e/ou a cada 6 meses

Quadro 4 – Controles aplicáveis para mitigar os riscos

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Por fim, haverá o registro e o relato dos resultados obtidos pela aplicação deste procedimento à operação, procurando-se melhorar continuamente a sua execução. Encerrado o ciclo do processo de gestão de riscos, ele se repetirá e será atualizado permanentemente, ou seja, requer monitoramento contínuo.

Assim, os benefícios da aplicação da gestão de riscos nas operações de inteligência de segurança pública são fundamentais, haja vista que os tomadores de decisão poderão basear-se na análise dos riscos para melhorar o empenho de recursos materiais e humanos, tornando a atividade mais eficiente e eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições de segurança pública, ao desempenhar suas funções, encontram-se expostas a riscos que podem comprometer seus objetivos estratégicos, principalmente, no que se refere ao enfrentamento à criminalidade. A inteligência de segurança pública, por intermédio do emprego das operações de inteligência de segurança pública, realiza ações com o emprego de técnicas especializadas com vistas à prevenção e repressão da criminalidade.

Para que a segurança pública possa neutralizar as ameaças decorrentes dessa nova realidade, será necessário municiar-se de dados e informações para empenhar recursos e pessoal no combate às organizações criminosas e a delitos, bem como para propor políticas de segurança pública. Para tanto, a produção de conhecimento deverá ser realizada de maneira criteriosa, identificando, avaliando e dando tratamento aos riscos que envolvem as operações de inteligência de segurança pública, para obtenção de dados e informações, bem como produto de inteligência, ou seja, o risco como conhecimento.

A identificação, avaliação e tratamento do risco são possíveis com a implementação do framework apresentado pela ISO 31000:2018 e COSO, que estabelecem procedimentos e ferramentas para essa atividade, auxiliando na elaboração das operações de inteligência de segurança pública e mitigação de riscos.

As operações de inteligência de segurança pública só atingirão seus objetivos estratégicos e operacionais, no que concerne, principalmente, na

busca de dados e informações, se aplicar corretamente a gestão de riscos ao estruturar suas atividades. O levantamento dos riscos e o tratamento adequado aos seus fatores de riscos propiciará uma prestação do serviço de segurança pública maior eficiência e eficácia, visto que será possível a mitigação dos riscos que assolam seus agentes e a sociedade atual.

Diante do exposto, o presente artigo não tem a pretensão de exaurir o tema. Entretanto, conhecer, em linhas gerais, os benefícios decorrentes da aplicação da gestão de riscos nas operações de inteligência de segurança pública propiciam, certamente, maior eficiência e eficácia (produtividade; infalibilidade) com a finalidade de aprimorar esse setor de inteligência. É, portanto, notório que a gestão de riscos é imprescindível para subsidiar as decisões quanto ao combate à criminalidade e à implementação de políticas públicas de segurança pública, podendo servir para as polícias (e suas respectivas inteligências) e de práxis para a atividade de inteligência de segurança pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 31000/2009**: gestão de riscos – princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018**. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9489.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina nacional e inteligência de segurança pública**. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

BRASILIANO Antônio Celso Ribeiro, **Inteligência em riscos**: gestão integrada em riscos corporativos. 2. ed. rev. Atual. São Paulo: Sicurezza, 2016.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO). **Gerenciamento de riscos corporativos**: estrutura integrada. 2017. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FERRO, Alexandre Lima. **Os direitos humanos como limites das operações de inteligência de segurança pública**. Brasília. Última Ratio, 2021.

GOMES, Luiz Flávio. O que são ofendículos? - Leandro Vilela Brambilla. **JusBrasil**, notícias. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2044230/o-que-sao-ofendiculos-leandro-vilela-brambilla>. Acesso em: 15 set. 2019.

GOMES, Cleiton Ricardo Soares. Ameaça Assimétrica na Segurança Pública: Lições de Guerra Irregular para Inteligência de Operações Especiais. In: HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires (Orgs.). **Inteligência de segurança pública e cenários prospectivos da criminalidade**. Belo Horizonte. D'Plácido, 2018. Série Inteligência, Estratégia e Defesa Social.

GONÇALVES, Jonisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. 6.ed. Niterói, RJ. Impetus, 2018.

LIMA, Rinaldo de Azevedo. **A execução de despesa de caráter sigiloso no âmbito do sistema de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2010. Monografia (Especialização) – Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Wilson. Os mais bizarros métodos usados para o tráfico de drogas: com submarinos e donuts cobertos com cocaína, os narcotraficantes abusam da criatividade para contrabandear seus produtos pela

América Latina. **Veja**, São Paulo, 28 ago. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/os-mais-bizarros-metodos-usados-para-o-traffic-de-drogas/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SOARES, André. **Serviços secretos**: aspectos do emprego das operações sigilosas no estado democrático de direito. 3. ed. Washington: Amazon Digital Services LLC, 2015.

PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES SOBRE A EDUCAÇÃO PERMANENTE: O CASE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MATO GROSSO

*Hernandes da Silva Magalhães*²⁹

*Luís Fernando Oliveira Dias*³⁰

*Sonia Cristina de Oliveira*³¹

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo conhecer a percepção dos policiais militares, cabos e soldados do Estado de Mato Grosso sobre a Educação Permanente. Para tanto, buscou-se responder à questão: qual a percepção dos policiais militares, soldados e cabos, em relação à educação permanente? E construiu-se a hipótese de que a oferta de educação permanente implicaria em melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento profissional. Pesquisa de abordagem quantitativa, método hipotético-dedutivo, coleta de dados por meio de aplicação de um questionário on-line na plataforma *google form*. Os resultados inferem a confirmação da hipótese de que a oferta de educação permanente pode melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento profissional e, ainda, que a instituição não consegue fornecer a Educação Permanente para toda a corporação de forma sistemática uma vez que as ofertas de cursos não são acessíveis a todos.

Palavras-chave: Polícia Militar. Educação profissional. Matriz curricular.

MILITARY POLICE PERCEPTION ON PERMANENT EDUCATION: THE CASE OF THE MILITARY POLICE IN THE STATE OF MATO GROSSO

Abstract: This work aimed to propose the Curricular Structure for the Police Officers Formation Course, CFP of the Military Police of the State of Tocantins - MPTO, as a way to prepare the military police officer for the exercise of his role of preventive ostentatious policing, as attributed in the Federal Constitution of 1988. Methodologically, through the deductive method, bibliographic research was used on the theme of man's education, military police training, its values, social function, and challenges faced in professional expertise and its relationship with the pillars of education for the 21st century. The data were treated qualitatively with heuristic approximation focused on the object of study. It was concluded that professional training derives from the broad aspects related to human formation. It constitutes a strategic action offered by the Manager as a public policy of human capital formation with a view to the effectiveness of professional performance with society.

Keywords: Military Police. Professional education. Curricular structure.

Recebido em 04 de novembro de 2021

Aprovado em 16 de novembro de 2021

²⁹ Tenente-coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, aluno do Curso Superior de Polícia – CSP da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV)

³⁰ Tenente-coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, aluno do Curso Superior de Polícia – CSP da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV).

³¹ Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

<http://lattes.cnpq.br/2186831983752326>

E-mail: soniaoliveiracba@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação permanente (EP) valoriza as situações oriundas dos processos de trabalho, abarca o conhecimento que advém desse ambiente e se transforma em um princípio reorganizador de todo o processo educativo vivenciado pelos profissionais na Instituição em que exercem suas atividades laborais. Esses processos educativos e de aquisição de saberes e habilidades devem fazer sentido para os profissionais, uma vez que os conhecimentos adquiridos e/ou revisados podem ser usados e colocados a serviço das situações de trabalho. (FERNANDES, 2018).

Pode-se afirmar que, para a autora, a EP pode ser entendida enquanto uma experiência social na medida em que o profissional se permite refletir criticamente sobre o processo de trabalho em que está inserido, existindo, assim, uma possibilidade de criação de mecanismos para identificar, com mais clareza, as situações cotidianas a serem superadas mediante uma ação educativa, coletiva e dialética.

Além disso, pode ser considerada como um processo renovador, o qual, por meio da experiência prática, faz com que os profissionais tenham contato com seu ambiente de trabalho e desenvolvam técnicas e habilidades com o objetivo de encontrar soluções para os mais diversos problemas.

Analisando a discussão de Paschoal, Mantovani e Méier (2007) a educação permanente, calcada no aprendizado ininterrupto, é condição necessária para o desenvolvimento do indivíduo, no que concerne ao seu autoaprimoramento, direcionado à busca das competências pessoal, profissional e social, como meta por toda a vida.

Embora a EP seja intrínseca ao indivíduo, é uma capacidade que precisa ser desenvolvida, como qualquer outra competência ou habilidade, pois deve haver um constante aprender em suas relações. Destarte, é possível inferir que ela é essencial na formação e na prática do policial militar, para que possa servir à sociedade com ações atualizadas e

condizentes com a modernização que os tempos exigem quanto à formação humanística e técnica.

De acordo com Silva (2012), a formação do policial militar requer muito preparo para atender aos anseios das demandas sociais, em especial à proteção e à promoção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Decorre, daí, a importância da formação humanística e técnica, de forma recorrente, ao longo da carreira profissional.

Frente a essas considerações, indagou-se: qual a percepção dos policiais militares, soldados e cabos, em relação à educação permanente? Qual o impacto da educação permanente nas atividades operacionais e de gestão na instituição? Dessas indagações emana a hipótese desta pesquisa de que a oferta de educação permanente pode melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento profissional.

Para responder a essas questões, a pesquisa tem como objetivo geral conhecer a percepção dos policiais militares, cabos e soldados do Estado de Mato Grosso sobre a EP. De modo mais específico, pretende-se: identificar a trajetória de formação dos participantes; compreender a percepção em relação à EP; investigar e analisar a percepção dos policiais militares sobre a EP; identificar a oferta e a gestão da EP para os policiais; e, ainda, se a oferta melhora a qualidade dos serviços prestados na instituição.

É uma pesquisa de abordagem quantiquantitativa, por meio do método hipotético-dedutivo, de cunho exploratório e, também, descritiva, pois visa à descrição e compreensão do fenômeno da EP na instituição. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário com perguntas objetivas e uma subjetiva inserida na plataforma *Google Forms*. A amostra envolveu 572 (quinhentos e setenta e dois) participantes, o que corresponde a 17% do universo de soldados e cabos da PMMT. Procedeu-se à análise dos resultados, sendo que os dados qualitativos foram analisados a partir do levantamento de categorias recorrentes e os

dados quantitativos, por meio de estatística descritiva.

A pesquisa revelou que os resultados confirmam a hipótese de que a oferta de educação permanente pode melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento profissional. Deixou claro, também, que a instituição não consegue fornecer a EP para toda a corporação de forma sistemática por meio de um Política Pública de Educação e, ainda, que as ofertas de cursos não são acessíveis a todos.

2 EDUCAÇÃO PERMANENTE

A EP ganhou visibilidade quando o Ministério da Saúde aprovou, em 2003, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde que propõe que os processos de educação dos trabalhadores se façam a partir da problematização do processo de trabalho e ressaltou que as demandas por mudanças e melhorias devem ser baseadas na análise do processo de trabalho, nos seus problemas e desafios. (SARDINHA, 2013).

É uma modalidade de educação pouco conhecida, em que a Saúde foi pioneira em pensar e propor ações de formação em serviço. Conceitualmente, a literatura registra uma variedade de expressões, sendo as mais frequentes: treinamento em serviço, educação no trabalho, educação em serviço, Educação Continuada – EC e EP, que se utiliza neste trabalho. Esses conceitos são tratados, muitas vezes, como sinônimos e podem ser atribuídos tanto aos programas pontuais de capacitação inicial para o trabalho quanto à atualização científica e tecnológica, ambos de caráter transitório, como para serviços incluídos nos organogramas oficiais das instituições de saúde. (MASSAROLI, SAUPE, 2005). Por fazerem uso de metodologias diferentes, existem conflitos na conceituação de cada um desses processos educativos.

Por conseguinte, existem autores que fazem distinção, que é a nossa escolha teórica, expõem, são conceitos claramente distintos, porém apresentam um caráter complementar e não excludente. Exemplo, EC e EP são mais consolidadas e têm um caráter complementar, porém com marcantes diferenças conceituais. (SARDINHA, 2013).

A EC e EP carregam muitas similaridades: a primeira como aprimoramento profissional; como conjunto de atividades educativas para a atualização do indivíduo; como ação desenvolvida após a profissionalização com o objetivo de atualizar os conhecimentos, adquirir novas informações e aprender com um conjunto de experiências subsequentes à formação inicial, o que permite ao profissional qualificar sua competência individual e que esta esteja alinhada às suas responsabilidades, incluindo atividades desenvolvidas após a graduação, pois se relaciona com atualização, mas possui duração definida com metodologia tradicional na maioria das vezes. É, ainda, uma modalidade que se destina ao desenvolvimento de habilidades, para uma mudança de atitude e de comportamentos cognitivos, afetivos e psicomotores, podendo ser realizada no ambiente de trabalho, mas ainda tendo forte ligação com as instituições de ensino como continuidade da formação inicial. (SARDINHA, 2013).

Por sua vez, a EP consiste na aprendizagem no trabalho, na qual o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano da organização. Fundamenta-se na metodologia de problematização, tendo por objetivo mudanças na formação e no desenvolvimento profissional. O conteúdo a ser estudado emerge de situações vivenciadas pelos profissionais e articula esferas de reflexão crítica, política e emancipatória. (SARDINHA, 2013).

Pensamento corroborado por Fernandes (2018) em várias de suas pesquisas (FERNANDES, 2012, 2016, 2019), pois, para a autora, a EP valoriza as situações advindas dos processos de trabalho, abarca o conhecimento que ocorre nesse ambiente, surge e aparece como um

princípio reorganizador de todo o processo educativo vivenciado pelos profissionais na Instituição em que exercem suas atividades laborais.

Quando o profissional se permite refletir criticamente sobre o processo de trabalho em que está inserido, existe uma possibilidade de criação de mecanismos para identificar com mais clareza as situações cotidianas a serem superadas mediante uma ação educativa, coletiva e dialética. É aí que a EP está presente, inserida no espaço de trabalho e deve ser considerada como parte dele. (FERNANDES, 2017).

Com base em Paschoal, Mantovani e Méier (2007), a EP é calcada no aprendizado ininterrupto, condição necessária para o desenvolvimento do indivíduo, no que concerne ao seu autoaprimoramento, direcionado à busca das competências pessoal, profissional e social, como meta por toda a vida, decorre, daí, a natureza dessa modalidade, permitir que os participantes do processo sejam proativos na busca constante do desenvolvimento pessoal e profissional como foco por toda a trajetória de aprimoramento.

A pesquisa de Gigante e Campos (2016, p. 757) revela que a EP como uma “política nacional afirma a articulação entre ensino, trabalho e cidadania, a vinculação entre formação, gestão, atenção e participação social, [...]” em que estruturas de ensino e serviço se completam mutuamente. O que se pode inferir é que a transposição de uma proposta dessa natureza para a formação dos profissionais de segurança pública pode suprir a lacuna de discussões técnicas, teóricas e reflexivas e, aos poucos, se despir do fazer desprovido de fundamentos técnicos e teóricos, uma vez que a EP anuncia a possibilidade transformadora e de mudança em serviço de modo permanente.

2.1 EDUCAÇÃO PERMANENTE E A POLÍCIA MILITAR

Em estudos recentes, é possível observar a ampliação do conceito de EP. Para Fernandes (p. 483, 2012), a EP “não é algo *sui generis* do campo da saúde, por se tratar de processos de aprendizagem que resultam da combinação de diferentes situações e modalidades de formação”. Neste sentido, aposta-se na ideia de que ela pode fortalecer a autonomia e a tomada de decisão dos profissionais de segurança e, neste processo, cada profissional se tornar um elemento de cogestão e responsável por suas ações para além dos limites práticos e que, consequentemente, se permite refletir e crescer profissionalmente no seu trabalho e no ambiente em que se insere.

Logo, o trabalho dentro da instituição deve funcionar em rede e não apenas partir de um organograma de funções hierárquicas e verticalizadas, pois é preciso informação, tecnologia, compartilhamento de conhecimentos, problematização da realidade e produção de novos conhecimentos. Existe nesta modalidade intenção de mudanças na formação e no desenvolvimento profissional, a proposta de conteúdo a ser discutido, pensado e problematizado surgem de situações experienciadas no dia a dia no ambiente de trabalho e articula esferas como a gestão, os serviços, as instituições de ensino e órgãos de controle social.

A EP possui seus limites na instituição, pois ela não irá alterar os limites estruturais, por outro lado, é uma modalidade de ensino que pode auxiliar para além de conhecimentos intelectuais, possibilitando foco em mudanças comportamentais e atualização em modos de pensar que estejam em desacordo com a função, para que possa haver discussão e reflexão sobre as práticas policiais com base na constituição cidadã – que envolve todo o arcabouço de direitos humanos, ética e cidadania – somadas ao aprimoramento técnico coerente com o mundo hodierno.

A proposta da EP dialoga com as proposições para a Reforma do Ensino Policial no Brasil (BRASIL, 2013) que, entre várias recomendações propõe ratificar a Matriz Curricular da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública); construir um projeto pedagógico concernente a uma definição democrática do ofício de polícia; construir um trajeto pedagógico que contemple o diálogo reflexivo entre as dimensões teóricas e práticas do ofício de polícia materializado pela combinação de conteúdos teóricos, com estratégias, táticas e estágios orientados; realizar cursos anuais de educação continuada, da qual esta pesquisa sinaliza que a modalidade de EP seria assertiva.

A profissão policial militar exige mudanças e atualizações constantes, inclusive no que tange a uma formação alicerçada nos pilares legais, éticos e humanísticos, todas essas mudanças previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), as quais devem ser referenciadas para uma polícia cidadã e para a população, logo não apenas repressiva. A EP pode auxiliar à medida que possui uma metodologia problematizadora, reflexiva e com base nas questões de atuação, o que requer a intervenção, a troca de saberes por meio do diálogo com a interdisciplinaridade e com a intersetorialidade, o que possibilita a presença de uma dimensão política e formadora para estimular o senso-crítico no fazer profissional.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem quantiquantitativa de cunho exploratório e, também, descritiva, pois visa à descrição e à compreensão do fenômeno da EP na instituição. As investigações quantiquantitativa são bastante diferentes em termos da relação com os dados, da estratégia de investigação e, ainda, da construção do conhecimento do pesquisador, no entanto, as diferenças, em vez de serem um obstáculo, são uma possibilidade que, adequadamente utilizada, pode

trazer produtos científicos da maior qualidade. As abordagens quantitativas e qualitativas não são excludentes e até diríamos que elas se complementam, visto que existem fatos que são do domínio quantitativo e outros do domínio qualitativo”. (OLIVEIRA, 2010, p. 60).

Pensamento corroborado por Turato (2003) que entende que essa fusão qualitativa e quantitativa permite o cruzamento das conclusões e maior confiança nos dados obtidos.

Quando o tema foi pensado, logo de início a indução teve espaço preponderante para a construção das hipóteses e objetivos a partir da observação do campo empírico, no entanto, após esse primeiro delineamento, a pesquisa tornou-se hipotético-dedutiva. Conforme Gerhard (2009) essas duas abordagens se articulam, uma vez que os modelos elaborados por uma pesquisa científica comportam dedução e indução, abrindo espaço para a viabilidade do falseamento na pesquisa proposta por meio da dedução.

A pesquisa foi realizada no Estado de Mato Grosso, com os policiais militares da graduação de soldado e cabo de todos os comandos regionais da capital e do interior que compõem a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT).

Foram participantes o universo de 2.987 (dois mil e novecentos e oitenta e sete) soldados e 368 (trezentos e sessenta e oito) cabos, mas, a partir de uma amostra não-probabilística, alcançou-se uma amostra de 17% do universo de soldados e cabos, o que equivale a 572 (setecentos e setenta e dois) participantes.

Como critérios de seleção dos sujeitos, foram incluídos na pesquisa policiais militares da graduação de soldados e cabos da PMMT. O critério de escolha da inclusão deste grupo é o tempo de interstício de promoção, são 9 (nove) anos de tempo de serviço para um soldado ascender a cabo, sendo uma questão importante o fato de que muitos vão fazer o primeiro curso de atualização na profissão decorridos mais de 10 (dez) anos, momento em que

serão promovidos a 3º sargento. Foram excluídos da pesquisa policiais militares que possuem patente de oficial, de 2º tenente a coronel e da graduação de Subtenentes e Sargentos.

Para a coleta de dados, elaborou-se um questionário semiestruturado contendo aspectos sobre:

- a) dados sociodemográficos do participante;
- b) formação acadêmica; c) informações sobre a EP disponibilizada pela instituição, d) atualização profissional; e
- e) percepção sobre a EP.

Foi feito um teste piloto como uma estratégia metodológica para auxiliar, aprimorar e validar o instrumento de pesquisa, o qual foi aplicado para 6 (seis) participantes antes de ser enviado para o universo. O questionário tinha um link enviado por *e-mail* e *WhatsApp* em grupos de policiais, conforme a amostra não probabilística no período de 02 a 14/10/2020, que o disponibilizava para os participantes no formato eletrônico *Google Forms*. Após receber o endereço eletrônico, o

participante clicava no *link* e era direcionado para uma página contendo a apresentação do projeto de pesquisa, o aceite e o e-mail do pesquisador. Assim, após o aceite, na sequência, o participante tinha acesso ao questionário *on-line*.

Sobre a tabulação, interpretação e análise dos dados, foi levado em conta o resultado das respostas na plataforma *Google Forms*. Nesta ferramenta, as respostas são coletadas de forma organizada e automática e geram os gráficos em tempo real. Então, abriu-se o resumo das respostas, retiraram-se os gráficos tabulados e transcreveu-se os percentuais sem os gráficos, estes foram transformados em tabelas, sendo que, em relação às respostas abertas, foi feita uma análise de conteúdo com as categorias mais recorrentes, sendo importante expor que se juntou categorias consideradas similares. Enfim, os dados qualitativos foram analisados a partir do levantamento de categorias recorrentes e os dados quantitativos por meio de estatística descritiva (média, percentual).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Variáveis	Quantidade	N (%)
<i>Local de residência</i>		
Interior do Estado	480	83,9
<i>Graduação</i>		
Soldado	443	77,40
<i>Tempo de efetivo serviço</i>		
4 a 6 anos	346	60,5
<i>Estado Civil</i>		
Casado(a) no civil	231	40,4
União estável de acordo mútuo do casal sem formalidade legal	134	23,4
<i>Faixa etária</i>		
26 a 30 anos	246	43
31 a 35 anos	239	41,8
<i>Gênero</i>		
Masculino	537	93,9
<i>Escolarização</i>		
Nível Superior	443	77,4
<i>Especialização em área específica</i>		
Não	358	62,6
<i>Religião</i>		
Católico	236	41,3
Evangélico	238	41,6

Fonte: os autores (2020).

Sobre os dados sociodemográficos, como se pode observar na Tabela 1, a pesquisa revela que os participantes são a maioria do interior do estado, 83,9%. Graduação de soldados 77,4%, com um tempo médio de polícia militar entre 4-6 anos, 60,5%. Estado civil, predominância de casados no cartório 40,4% e na sequência, união estável de acordo mútuo do casal, 23,4%. Faixa etária, entre 26 a 35 anos 84,8%. O sexo, 93,9% são homens.

Escolarização, nível superior 77,4%, Especialização na área específica de segurança pública, 62,6% não possui religião, 82,9% se declaram cristãos, sendo 41,3% católicos e 41,6% evangélicos.

A pesquisa tem uma amostra jovem, predominância de homens, graduação de soldado, casados e cristãos. No entanto, quando à escolarização, embora se tenha a maioria com Nível Superior, ainda existem militares com Nível Médio

e mais da metade da amostra não possui nenhuma Especialização na área de Segurança Pública. Este dado vem ao encontro da necessidade de escolarização, atualização e expertise na área de atuação.

Silva (2012), na pesquisa em que fez uma análise da Matriz Curricular Nacional (MCN) instituída, desde 2003 – pelo Ministério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) –, com a finalidade de ser referência para as unidades federativas, de forma a minimizar as discrepâncias existentes na formação dos profissionais de segurança pública e alcançar melhores resultados na performance profissional, afirma que segundo,

[...] a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO),
o policial militar deve ter determinadas

competências e habilidades que o diferenciam das demais categorias de funcionários públicos. Essa perspectiva é incorporada fortemente pela Matriz Curricular Nacional. Nela, o operador de segurança pública é visto como um profissional *sui generis*, que necessita de seleção e formação específicas, capazes de capacitá-lo para exercer a função de mantenedor da paz pública e protetor da sociedade. (SILVA, 2012, p. 50. grifo nosso).

Na visão do autor, a abrangência e a complexidade da segurança pública são desafios contemplados na Matriz Curricular, sobretudo a construção do conhecimento, que deve ser entendido como um processo dinâmico, passível de modificações na busca pela qualidade que as Polícias Militares do Brasil buscam, portanto, não se pode ter uma corporação que denuncia que, na prática, existem muitos ausentes de atualização e das formações específicas que a profissão requer para ofertar um serviço de qualidade à sociedade.

Tabela 2 – Acessibilidade digital

Variáveis	Quantidade	N (%)
Utilização de e-mail pessoal para trabalho		
Sim	409	71,5
Utilização de e-mail funcional		
Não	348	60,8
Acesso à internet em casa com wi-fi		
Sim	556	97,2
Acesso à internet no trabalho com wi-fi?		
Sim	481	84,1
Gosta de ficar conectado		
Sim	525	91,8
Se considera uma pessoa digital		
Sim	335	58,6
Utilização de recursos da internet		
Todos os conteúdos disponíveis	293	51,2

Fonte: os autores (2020).

Em relação à acessibilidade digital, como se pode observar na Tabela 2, 71,5% usam e-mail pessoal para trabalhar; 60,8% não usam e-mail funcional com @ do Estado ligado à SESP/MT; 97,2% possuem acesso à internet em casa com wi-fi para acessar computador, notebook etc.; 84,1% possuem acesso à internet no trabalho. Já 91,8% gostam de ficar conectados à internet e 58,6% se consideram uma pessoa digital. Sobre o uso dos recursos, whatsapp, e-mail, Youtube e vídeo aulas on-line, 51,2% têm acesso.

Na questão da acessibilidade digital, a predominância de uso de e-mail e whatsapp. A amostra aponta que existem policiais sem acesso à internet, outros que usam de forma restrita, apenas e-mail e whatsapp e quase metade não se consideram digitais (Tabela 2), sendo que esse fator impacta na EP num cenário que exige formação à distância e muito uso da rede informativa.

Sobre este assunto, a pesquisa de Carneiro (2019) que discute o uso de ferramentas digitais para aprendizagem colaborativa nos cursos de qualificação profissional da polícia militar do Tocantins, ou seja, estuda a implementação de ferramentas digitais que podem ser utilizadas na aprendizagem colaborativa, e no caso teve foco na plataforma AVA *Chamilo*, concluiu que:

[...] as tecnologias digitais e a internet inovaram a maneira de transmitir e coletar novos conhecimentos. Sua importância está nas necessidades de interação que, cada vez mais, proporcionam à sociedade facilidades para o aprendizado, o que pode ser aplicado como uma ferramenta para o trabalho, consulta e publicação de informações importantes. [...] as tecnologias digitais são formalizadas e oferecem mais e mais oportunidades de aprendizado. **Precisamos nos apropriar das incertezas e transformar a educação em processos de formação permanente** [...] esses métodos envolvem a interação social, o que motiva os participantes a compreenderem os processos de colaboração e comunicação por meio da troca de conhecimentos, utilizando diversos recursos tecnológicos. Diante disso, as mudanças tecnológicas estão afetando os ambientes de aprendizagem e possibilitando uma melhor adaptação das instituições às novas demandas. (CARNEIRO, p. 103, 2019).

O estudo do autor aponta que a acessibilidade digital é importante para propiciar novos conhecimentos, ou seja, conduzir uma EP, uma vez que a interação social on-line é um elemento importante para a aprendizagem. Disso decorre a importância de a instituição focar em ter uma corporação 100% digital e com acesso à internet em todas as unidades, porque além de propiciar formação, estamos na era dos boletins informatizados e muitas outras ações.

Tabela 3 – Formação depois do ingresso na PMMT

Variáveis	Quantidade	N (%)
A instituição se preocupa com a atualização?		
Não	386	67,5
Fez algum curso de atualização fornecido pela Instituição?		
Não	420	73,4
Quanto tempo após o seu curso de formação de soldado fez algum curso de atualização?		
Não Fiz	375	65,6

Fonte: os autores (2020).

Sobre a formação depois do ingresso na PM (Tabela 3), indagados se consideram que a Instituição se preocupa com a atualização dos cabos e soldados, 67,5% responderam que não existe preocupação. Somado a 73,4% que não fizeram nenhum curso de atualização fornecido pela instituição focado no exercício da profissão desde o seu ingresso.

Sobre quanto tempo após o curso de formação inicial fez algum curso de atualização, 65,6% responderam, que não fizeram nenhum curso desde a formação inicial. Este ensaio parte do princípio de que os processos formativos, eleitos aqui como EP, devem fazer parte da carreira profissional e os policiais devem perceber isso por meio da oferta de cursos.

É essencial uma política pública de EP que atinja a todos indistintamente, sejam da capital ou do interior, pois esta amostra tem predominância de profissionais que atuam no interior, talvez seja a causa das ausências em formação, no entanto, a instituição precisa elaborar um plano em que todos sejam contemplados, até porque muitos cursos são obrigatórios para a promoção e devem ser ofertados como pré-requisito para ascender na carreira.

A EP parte da reflexão sobre a realidade do serviço e das necessidades existentes, para então formular estratégias que ajudem a solucionar problemas. Por isso, é considerada por muitos como educação no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho nos diferentes serviços cuja finalidade é melhorar a atuação. Esta tem sido a proposta da saúde para atingir um atendimento com qualidade, uma proposta que problematiza os entraves no cotidiano do trabalho e buscar solução por meio da EP. (MASSAROLI, SAUPE, 2005).

O que se constituiria muito viável e adequado para o universo da Segurança Pública seria propor Políticas Públicas de EP que possam, com planejamento e sistematização, assegurar a participação de todos(as), pois, conforme as autoras acima, trata-se de uma proposta de inclusão de

todos os atores, no caso, todos os policiais. Assim, seria feita a opção pela eleição de metodologias participativas que partam das experiências vividas, problematizando-as e gerando propostas que viabilizem soluções.

Conforme Sardinha (2013) “a educação é um processo permanente que busca alternativas e soluções para os problemas de saúde reais vivenciados pelos grupos em suas realidades”. Percebemos que se a EP traz soluções para os problemas reais vivenciados pela saúde, logo poderá, também, contribuir com a Segurança Pública que lida com problemas complexos no mundo em constante transformação, por isso, quando os sujeitos da pesquisa, em sua maioria, afirmam que, nunca fizeram um curso de atualização fornecido pela instituição focado no exercício da profissão desde o seu ingresso, temos uma resposta que vai de encontro com a necessidade de constante atualização profissional.

Sobre a EP, concorda-se com os apontamentos de (Paschoal, Mantovani, Méier, 2007, p.479), que ela surge como “uma exigência na formação do sujeito, pois requer dele novas formas de encarar o conhecimento [...]” não basta ‘saber’ ou ‘fazer’, é preciso ‘saber fazer’, interagindo e intervindo, e “essa formação deve ter como características: a autonomia e a capacidade de aprender constantemente”, de relacionar teoria e prática e vice-versa, isto refere-se à inseparabilidade do conhecimento e da ação (grifo nosso).

Conforme elucidado pelos autores que dão sustentação à EP, ela é uma estratégia de aprender em serviço que se pauta nos problemas reais, incentiva a autonomia intelectual e busca relacionar a teoria e a prática na relação ensino-aprendizagem.

A pesquisa revela que é imprescindível a instituição rever e propor formas que possibilitem o aprimoramento dos policiais constantemente, pois não se deve conceber uma corporação em que muitos nunca fizeram um curso desde o seu

ingresso, mesmo sendo um público jovem de idade e de profissão.

Com relação a se a PMMT possui uma gestão com resultados na oferta da educação após a formação inicial, ou seja, depois da formatura para os policiais, 51,4% responderam que não possui resultados na oferta, somado a 34,1% que informaram que desconhecem o assunto (Tabela 4).

A amostra revelou que para 51,4%, a instituição não tem uma gestão com resultados na oferta da educação após a formação inicial (Tabela 4), ou seja, formação permanente, somado ao fato de que muitos desconhecem o assunto, o que infere pensar que existem lacunas sobre a atualização na formação dos profissionais.

Tabela 4 – EP na percepção dos participantes da pesquisa (cabos e soldados da PMMT)

Variáveis	Quantidade	N (%)
Na sua avaliação, a PMMT possui uma gestão com resultados na oferta da educação após a formação inicial?		
Não	294	51,4
Desconhece o assunto	195	34,1
O Comando onde trabalha incentiva e favorece condições para os cabos e soldados estudarem?		
Sim	301	52,5
Na sua percepção a oferta de cursos aos policiais militares melhora a qualidade dos serviços prestados pela Instituição PMMT à sociedade?		
Sim	494	86,4
Neste momento você precisa de algum curso de atualização que vai melhorar a qualidade dos serviços da PMMT prestados à sociedade?		
Sim	466	81,5
Você já se envolveu em algum erro de procedimento no atendimento de ocorrência ou em operação policial que na sua avaliação foi por falta de conhecimento essencial da profissão?		
Não	325	56,8
Durante o seu turno de serviço tem buscado compartilhar ou buscar conhecimento junto aos colegas de trabalho, com a finalidade de crescimento profissional?		
Sim	447	78,1
Na sua UPM é realizado estudo de caso, mesmo que de forma informal, para possíveis avaliações e percepções de erros nos procedimentos de		

atendimento e condução de ocorrência, com a finalidade de correções futuras?		
Não	173	30,2
As vezes	161	28,1
Você avalia que as atividades de supervisão operacional dos serviços propiciam novos conhecimentos para a prática profissional e solução de problemas?		
Sim	353	61,8
Você avalia que os casos práticos vivenciados durante o serviço ou estudos de casos levantados para análises, são instrumentos que propiciam novos conhecimentos?		
Sim	497	86,9

Fonte: os autores (2020).

Em outros termos, existe ausência de políticas públicas em educação, aquela que compromete o Estado, por meio da instituição na garantia de direitos, e nesse caso, direito à formação atualizada e conectada com o mundo atual. Frente a essa constatação, ressaltamos que existe um grande nexo entre educação e trabalho, isto requer discorrer sobre a temática educação, compreendendo-a como uma prática, um processo necessariamente permanente.

Segundo Fernandes (2016), a perspectiva da EP é como um princípio reorganizador de todo o processo educativo vivenciado pelos sujeitos no ambiente de trabalho e se propõe a superar as concepções dominantes e os modelos escolarizados, a propagar novas práticas de formação de trabalho e, sobretudo, valorizar as aprendizagens advindas das situações laboral e das reflexões. Incentiva, ainda, discussões e propõe implementar programas, projetos e ações educativas. Consoante a visão da autora sobre a EP, entende-se que pode ser uma ferramenta essencial na Segurança Pública, pois propicia problematizar a prática, entender garantias de direitos, ampliar a formação crítica e estimular a tomada de decisões, um perfil almejado para policiais militares que lidam

com questões difíceis de entender e de garantias constitucionais.

Sobre o comando incentivar e favorecer condições para os cabos e soldados estudarem, 52,5% da amostra responderam que sim (Tabela 4), isso reflete a ausência de continuidade dos cursos e da educação, pois os comandos representam a instituição, e todos deveriam buscar de forma planejada, traçar linhas e metas de educação para todos. No que tange à oferta de cursos aos policiais militares para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, a amostra entende ser importante a organização e oferta de cursos para melhores resultados, igualmente, cursos constantes de atualização. Neste sentido, ao serem indagados sobre envolvimento em algum erro de procedimento no atendimento de ocorrência/operação policial por falta de conhecimento essencial da profissão, um índice alto assumiu erros em operações por ausência de conhecimentos essenciais.

No entanto, de forma positiva, eles têm assimilado, na rotina, compartilhar conhecimentos com a finalidade de crescimento profissional, o que denota que, na prática, eles tentam possuir a rotina de estudos, esta é a EP a qual discutimos. A

pesquisa aponta que os profissionais de modo empírico e sozinhos tentam promover desenvolvimento, crescimento profissional. No entanto, quando indagados se eles, em suas unidades, fazem estudos de casos, para evitar erros nos procedimentos e com a finalidade de correções, mais da metade considera que não existe aprendizagem nem correções. Isso denota que, mesmo um número expressivo compartilhando os problemas decorrentes das ações de trabalho, não obtém como resultado aprendizagem ou novos conhecimentos.

Os resultados sugerem que usam a EP, uma vez que tentam estudar e compartilhar em serviço, mas não há os aspectos teóricos e metodológicos para propiciar conhecimentos, reflexão e mudanças. Somado ao fato de que um percentual considerável aponta que as supervisões ocorrem, no entanto, também não propiciam aprendizagem desejável e significativa.

Conforme Sardinha (2013), uma proposta pedagógica necessita considerar os trabalhadores como sujeitos de um processo de construção social de saberes e práticas, preparando-os para serem sujeitos dos seus próprios processos de formação ao longo de toda a sua vida, sobretudo, porque a capacitação precisa refletir e trazer aprendizagem sobre o processo de trabalho, realizado de preferência no próprio ambiente de trabalho.

A EP pode ser entendida enquanto uma experiência social à medida que o profissional se permite refletir criticamente sobre o processo de trabalho em que está inserido, existindo assim uma possibilidade de criação de mecanismos para identificar com mais clareza as situações cotidianas a serem superadas mediante uma ação educativa, coletiva e dialética. É dessa forma que se faz presente, inserida no espaço de trabalho e, por isso, sendo considerada como parte deste. Sobretudo, são processos que permitem a reorganização do trabalho, mas fundamentalmente da classe trabalhadora e da sua formação humana. (FERNANDES, p. 36, 2019). Disso decorre dizer

que os profissionais de Segurança Pública devem se apropriar desse saber que propicia autonomia, exige repensar para que, face às suas ações alicerçadas na legalidade, com uma formação humana e cidadã, possam estar mais atentos aos seus direitos e aos da sociedade.

No que concerne às respostas abertas, foi feita uma análise de conteúdo com as categorias mais comuns, às quais se ligaram as categorias similares, analisadas a partir do levantamento de categorias recorrentes.

Os temas mais recorrentes são, em ordem de frequência, *direito/legislação, curso de tiro, atualização e cursos em abordagem/procedimento operacional/pop/ocorrência, uma categoria que não opinaram denominada, não sei/nenhuma sugestão/expressões vagas, últimas categorias que ficaram praticamente juntas o número de frequência trata-se de cuidado psicológico, administração pública/gestão e direção defensiva.*

Embora apareça com pouca frequência, porém, não com menor importância, tem-se as categorias de informática, defesa pessoal e direitos humanos.

A categoria *direito e legislação* é o tema mais recorrente, existe um anseio pelos estudos de normas e leis, muitos apontam que querem estudar pela primeira vez, outros estão focados na atualização, somado ao índice que deseja cursar e ou terminar o curso de Direito.

Sobre tiro policial, outra categoria importante para os sujeitos da pesquisa, traz à luz o anseio por mais treinamento, armas modernas, habilitação para o uso de outras armas, e muito foco no desejo de curso de *Método Giraldi- Tiro Defensivo de Preservação da Vida*. A pesquisa de Ferreira, Cabelho, Rondon Filho, p. 14, 2020) faz a seguinte reflexão:

[...] os ensinamentos propostos pelo Método Giraldi podem ser aplicados de maneira razoável à formação inicial com certas ressalvas (ou pequenos ajustes) aos policiais militares que estão ingressando na instituição e tendo o contato inicial com o universo do tiro policial. Todavia, para a preparação e reprodução de um ambiente real de

confronto armado fora de serviço, o referido método não é aplicável, sobretudo pelo fato de as regras de um confronto real de sobrevivência se estabelecerem através de parâmetros totalmente irregulares ou assimétricos, onde a única regra incontestável, como dito alhures, é a de sair vivo.

Conforme a pesquisa, os autores expõem que o referido método se demonstra ineficaz para aplicação na seara da sobrevivência policial durante o período de folga, pois toda a construção metodológica (é procedimental) proposta pelo citado método prepara o policial militar (cognitivamente e operativamente) para uma atuação armada que provoca o sentimento de que para vencer um confronto de sobrevivência deve se obedecer às regras e crer que o seu oponente também o fará. A amostra denuncia nesta categoria que além do anseio de conhecer e treinar novos métodos, eles desconhecem muitas armas, uso, manuseio e gostariam de se habilitarem para usar, na verdade eles desejam armas modernas com treinos sistemáticos.

Atualização e cursos em abordagem/procedimento operacional/pop/ocorrência, esta categoria alinha-se à questão da necessidade de cursos e atualização em legislação, pois neste tema existem anseio pelos estudos e atualização dos POP³², o que faz total conexão com as abordagens e os procedimentos operacionais citados, pois revelam que anseiam estudar e conhecer para evitar erros de abordagens nas blitzes e outras ações. Porque à medida que demonstram insegurança no arcabouço legal, de normas e procedimentos, isso se traduz no receio e, às vezes, em erros em abordagens. Esse resultado vem ao encontro do envolvimento em algum erro de procedimento no atendimento de ocorrência por falta de conhecimento essencial da profissão, uma vez que um índice alto assumiu erros em operações por ausência de conhecimentos essenciais, conforme se pode constatar nesse fragmento de relato de um participante da pesquisa:

O conhecimento fornecido pela instituição deveria ser contínuo, [...] deveria realizar ações de ensino contínuo na parte de **legislação**, pois devido à falta de conhecimento, o Policial Militar acabará adotando medidas incoerentes ao caso concreto, podendo acarretar danos irreparáveis à sociedade e principalmente o Policial Militar [...] devemos atualizar nossos policiais no sentido de se preocuparem com o que é previsto na CF/88, onde trata **que as policiais militares cabem a ostensividade** [...] fazemos o que é realmente previsto; outro ponto importante é nós treinar mais com nossa atividade fim, tais como: abordagens, tiros, defesa pessoal, atividade física etc. **Não nos adianta estudar cursos on-line** [...] (grifo do autor).

Percebeu-se que houve mais de uma resposta dessa natureza, o que traduz a preocupação da amostra com a constante atualização, o que justifica a instituição pensar, planejar e disseminar um programa de EP, na medida em que essa modalidade de ensino, possibilita a atualização em serviço e com foco nos problemas reais. Tem-se como exemplo, este depoimento que realça fazer cursos que tragam resultados além de intelectuais, igualmente, nas atitudes e comportamentos, mudanças difíceis de serem apreendidas em cursos on-line sem o compartilhamento, reflexões e troca de experiências, pois o participante diz: *curso sobre ações e atitudes policiais culturalmente aceita e incentivadas, mas que divergem da legalidade*.

Sobre este anseio do sujeito da amostra, Silva (2012), que trabalha a formação do policial, aponta que no que concerne a essas questões que envolvem atitudes *culturalmente aceitas e incentivadas, mas que divergem da legalidade* e têm suas origens nas academias, os centros de formações devem focar em mudanças éticas e outras nos instrutores/professores que formam os novos profissionais, priorizando o respeito e sabendo influenciar atitudes éticas e legais. O autor destaca que diversas foram as formas de manutenção ritualísticas na formação policial militar que contribuíram e, às vezes, ainda contribuem. Por exemplo, as canções entoadas nos cursos, que

³² Procedimento Operacional Padrão.

incentivam a violência, promovem discriminação e a negação de direitos, inclusive do próprio policial.

De acordo com o autor, parece paradoxal, porque muito se ouve da parte dos policiais sobre direitos, no entanto, a maioria são negados e desrespeitados nos centros de formação e nas academias, como quando era(é) tido que *direito de um aluno é uma folha em branco, bichos, monstros, bisonhos, mocorongo, filho de cruz credo*, todas expressões pejorativas que mudam de acordo com o local. Como formar profissionais cidadãos se seus direitos e dignidade são negados? Direitos os quais eles precisam conhecer, vivenciar como pessoas e profissionais em formação para poder exercê-los como agentes do Estado. E arremata o autor, “como pessoas tratadas como *bichos, monstros* podem se imbuir de competência (e mais ainda, de valores) para respeitar e promover os direitos fundamentais e dignidade humana? (SILVA, p. 52, 2012).

Nestas categorias do cuidado psicológico, administração pública/gestão e direção defensiva, vamos considerar a questão dos cuidados, pois se constatou em muitas respostas o anseio de serem cuidados, de terem escutadas as suas emoções por um profissional da psicologia, em especial após operações de confronto em que, às vezes, perdem colegas. Assunto este corroborado na pesquisa de Barbosa e Menezes (2017) sobre a importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza. Entre outros achados, o estudo aponta que a ausência de apoio psicológico, somado ao estresse cotidiano, gera muitos prejuízos aos policiais e considera que essa questão é multifatorial, mas passível de mudança por meio de estratégias de intervenção baseadas no atendimento psicológico nas regionais, a priori, e, futuramente, em cada unidade.

A EC perpassa pela integralidade das pessoas em trabalho, logo, um tema dessa natureza deve ser contemplado nas formações, pois é importante o policial militar ter um espaço de escuta e acolhimento. Isso antes de adoecer, pois a promoção de saúde trata antes do adoecer, além do

que isso desmistifica estereótipos que o profissional que procura ser acolhido *tem um transtorno, está louco*, com problemas. Ao contrário, a psicologia deve ser um espaço de acolhimento para evitar o adoecimento e dessa forma lidar melhor com a rotina do trabalho, difícil, complexa e estressante na maioria das vezes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou um tema incomum na segurança pública, o tema não é recorrente nas Universidades, que ainda discutem muito a EC, bem como, a experiência mais sólida ainda é na formação dos profissionais de saúde, mas se aposta na ideia de que é uma modalidade essencial para a formação do policial militar, na medida em que pode ocorrer nos espaços de trabalho e lidar diretamente com as questões que impactam na oferta de serviços prestados à sociedade com qualidade e criticidade sobre as suas ações.

Iniciou-se a investigação com as indagações acerca da trajetória de EP dos participantes; a pesquisa revelou que existe uma lacuna, uma vez que não há uma trajetória sistematizada e ofertada de modo permanente, e talvez este dado seja mais evidente porque a maioria da amostra são do interior, o que significa pensar que as ações propostas para a formação não alcançam a todos, em especial àqueles que trabalham no interior.

No que se refere a compreender a percepção em relação à EP; os sujeitos percebem que praticamente não existe, somado ao fato de que não vislumbram uma gestão com resultados na oferta da educação após a formação inicial, ou seja, depois da formatura não há resultados na oferta, somado ao fato de que muitos desconhecem o assunto, de onde se pode inferir que, de fato, a instituição precisa ter mais foco na atualização constante da corporação.

Os resultados permitiram observar que a EP pode alavancar melhores práticas, contribuir na mudança de muitas atitudes que não condizem com a profissão com base na constituição cidadã, pois somente a profissão alicerçada em conhecimentos legais, contribuirá para abordagens ancoradas na legalidade e protegerá o policial.

A pesquisa aponta que eles assumem que muitos erros são em decorrência de desconhecimento de conhecimentos essenciais, em consequência disso, um percentual notável aponta o receio que tem em fazer as abordagens e operações no dia a dia, questões essas que podem ser trabalhadas em um programa de EP.

Os resultados permitiram constatar que os policiais tentam compartilhar conhecimentos e discutir estudos de casos, para evitar erros nos procedimentos com a finalidade de correções, no entanto, revelam que isso não traz muito aprendizado. Disso decorre a importância de organizar a EP, uma vez que tentam estudar e compartilhar em serviço, mas não têm os aspectos teóricos e metodológicos para propiciar conhecimentos, reflexões e mudanças.

Precisa-se, então, de uma proposta pedagógica que considere as necessidades dos policiais como sujeitos de um processo de construção social de saberes e práticas, preparando-os para serem sujeitos dos seus próprios processos de formação ao longo de toda a sua vida, sobretudo, porque a capacitação precisa refletir e trazer aprendizagem sobre o processo de trabalho, realizado de preferência no próprio ambiente laboral.

Os resultados permitiram observar que não existe uma proposta de EP que possa propiciar atualizações constantes, tampouco os policiais percebem que exista, ou seja, existe a lacuna de fato, e quando há oferta, esta não atinge a todos, a pesquisa corrobora isso.

Outro fator importante, apontado pela amostra, destaca a importância de uma formação

integral, que não seja focada apenas em conhecimentos intelectuais, mas que, sobretudo, tenha mudanças comportamentais, relacionamentos com ética, respeito aos direitos humanos e acolhimento aos policiais para que possa garantir a profissionalização.

A hipótese foi confirmada, a EP melhora a qualidade dos serviços prestados na visão da amostra, mas existe uma lacuna na instituição que é prejudicial, ou seja, a ausência de uma Política de EP, que proporcione aos militares estaduais os conhecimentos técnicos, legais e comportamentais relativos à sua atualização após a formação inicial.

O estudo respondeu o problema de pesquisa proposto com indicação de que é necessário investir na formação e nos cuidados com os policiais, que a proposta atual não traz resultados da forma que esperam, na visão da amostra investigada, deve repensar esse hiato de caráter essencial, pois o profissional mal preparado coloca em risco a sua vida, às vezes a do colega e não faz um trabalho de qualidade como a sociedade requer.

A pesquisa teve um fator limitativo, ao nosso ver, não conseguiu atingir um percentual significativo de policiais da capital com mais acesso à internet e mais próximos dos centros de formação, o que chama a atenção para descentralização da área de capacitação e atualização, sendo necessário, sobretudo, identificar com mais clareza, tempo de serviço e quantidade de cursos feitos focados na profissão, no entanto, não prejudicou a meta final de saber sobre a oferta de EP e seus reflexos.

Por fim, os resultados permitem, tal qual previsto no projeto inicial, sugerir que a instituição deve investir em EP e proporcionar subsídios para redimensionar a formação, a gestão e o planejamento estratégico da instituição sobre educação, por exemplo, construindo um Planejamento de Desenvolvimento Institucional – PDI na área de educação em âmbito estratégico, na sequência às unidades de ensino e os projetos de

cursos anuais serem elaborados com base nas metas propostas no PDI. Ou seja, seria viável que essa

construção ocorra em âmbito estadual com a elaboração do PDI, este seja contemplado no orçamento e assim tenha-se verba anualmente para propor as formações, inclusive com foco no interior, porque os resultados da pesquisa apontam que existe ausência na formação permanente, pois a

oferta não atinge os policiais militares do interior. A construção do PDI, tem como pré-requisito o conhecimento de dados reais da instituição, logo esta investigação é uma incursão sutil, neste tema pouco investigado na PMMT, sendo viável fazer outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Gestão e disseminação de dados na Política Nacional de Segurança Pública. **Mapeamento de modelos de ensino policial e de segurança pública no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança, jul. 2013. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Mapeamento_modelos_ensino_policial_2013.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BARBOSA Louise Maia, MENEZES, Catarina Nívea Bezerra. **A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza**. Psicologia Argumento. 2017mar/jun., 35(89), 1- 21. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/25564>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- CARNEIRO, Leonardo de Andrade. **Ferramentas digitais para aprendizagem colaborativa nos cursos de qualificação profissional da polícia militar do Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas) – Universidade Federal de Tocantins, Palmas, 2019.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. **Educação permanente e educação continuada: do que estamos falando?** 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/epsuasrs/2018/04/24/educacao-permanente-e-educacao-continuada-do-que-estamos-falando/>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2016.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. **Educação permanente nas situações de trabalho de assistentes sociais. Trabalho, Educação e Saúde**, v. 10, n. 3, p. 481-505, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462012000300008&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jun. 2020.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos *et al.* **Contribuições para a disseminação da cultura de educação permanente no suas: relatos de uma investigação**. In: FERNANDES. Rosa Maria Castilhos (Org.). **Educação no/do trabalho no âmbito das políticas sociais**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2019, p. 39-53.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. *et al.* **Educação trabalho e experiência sociais**. In: FERNANDES. Rosa Maria Castilhos (Org.). **Educação no/do trabalho no âmbito das políticas sociais**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2019. p. 23-38.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. **Processos de Educação Permanente nas Situações de Trabalho no SUAS. Revista Sociedade em Debate**. v. 23, n. 2, p. 121 – 147, jul./dez. Pelotas, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/175060/001064495.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- FERREIRA, Rodrigo; CABELHO, Victor Hugo; RONDON FILHO, Edson. **VITIMIZAÇÃO POLICIAL. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153**, v. 3, n. 6, p. 9-52, 21 mai. 2020.

GERHARDT ENGEL, Tatiana; SILVEIRA TOLFO, Denise. (Org). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIGANTE, Renata Lúcia; CAMPOS, Gastão Wagner. **Política de formação e educação permanente em saúde no brasil: bases legais e referências teóricas**. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 3, p. 747-763, set./dez. 2016.

MASSAROLI, Aline; SAUPE, Rosita. **Distinção conceitual: educação permanente e educação continuada no processo de trabalho em saúde**. Projeto de pesquisa submetido ao edital 49/2005.

Processo 402044/2005-3. 2005. Disponível em:

<http://www1.saude.rs.gov.br/dados/1311947098405educa%E7%E3o%20continuada%20e%20permanente.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Matriz Curricular Nacional**: para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo_legado1/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2010.

PASCHOAL, Amarílis Schiavon; MANTOVANI, Maria de Fátima; MÉIER, Marineli Joaquim. **Percepção da Educação Permanente, continuada e em serviço para enfermeiros de um hospital de ensino**.

Revista Escola de Enfermagem USP, v. 41, n. 3, p. 478-484, jan. 2007. Disponível em:

<http://www.periodicos.usp.br/reecusp/article/view/41645>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SARDINHA, Letícia Peixoto *et al.* **A Educação permanente, continuada e em serviço: desvendando seus conceitos**. **Enfermería global**. nº 29, jan. 2013. Disponível em:

http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v12n29/pt_revision1.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

SILVA, João Batista da. **Os novos parâmetros educacionais das Polícias Militares brasileiras**: um exercício de análise a partir da formação profissional dos soldados da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, na primeira década do século XXI. **Rev. Bras. Segurança Pública**. São Paulo, v. 6, n. 1, 1-2 fev/mar. 2012.

TURATO, E.R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora vozes, 2003.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS³³

Dosautomista Honorato de Melo³⁴

Márcio Antônio da Costa Santos³⁵

Resumo: Este trabalho teve por objetivo propor uma Matriz Curricular para o Curso de Formação de Praças (CFP) da Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), como forma de preparar o policial militar para o exercício de sua função de policiamento ostensivo preventivo, conforme atribuído na Constituição Federal de 1988. Metodologicamente, por meio do método dedutivo, lançou-se mão de pesquisa bibliográfica que trata sobre o tema da formação do homem, formação policial militar, seus valores, função social e desafios enfrentados no saber-fazer profissional e sua relação com os pilares da educação para o século XXI. Os dados foram tratados de forma qualitativa com aproximação heurística focada no objeto de estudo. Concluiu-se que a formação profissional deriva dos aspectos amplos relacionados à formação humana. Tal ação formativa constitui-se como ação estratégica ofertada pelo gestor, como política pública de formação de capital humano com vista à eficácia da atuação profissional junto à sociedade.

Palavras –chave: Polícia Militar. Educação profissional. Matriz curricular. Tocantins.

CURRICULUM MATRIX OF THE SOLDIER TRAINING COURSE OF THE TOCANTINS STATE MILITARY POLICE

Abstract: This work aimed to propose a Curriculum Matrix for the Training Course for Soldiers of the Tocantins State Military Police (PMTO), as a way to prepare the military police for the exercise of their preventive ostensible policing function, as assigned in the Federal Constitution of 1988. Methodologically, through the deductive method, bibliographical research was used that deals with the theme of man formation, military police training, its values, social function and challenges faced in professional knowledge and its relationship with pillars of education for the 21st century. Data were treated qualitatively with a heuristic approach focused on the object of study. It was concluded that professional training derives from broad aspects related to human training. Such training action constitutes a strategic action offered by the manager, as a public policy for the formation of human capital with a view to the effectiveness of professional performance in society.

Keywords: Military Police. Professional education. Curricular structure. Tocantins.

Recebido em 04 de novembro de 2021

Aprovado em 16 de novembro de 2021

³³ Versão preliminar deste artigo fora apresentado no Curso de Altos Estudos em Segurança Pública (CAESP), no Estado de Goiás, equivalente ao Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar (CSPM/CSBM) e destinado aos Tenentes-Coronéis da PM e BM, Delegados, Peritos Criminais, Médicos Legistas, Policiais Penais e Papiloscopista de 1ª Classe, curso este necessário à progressão nestas carreiras. Disponível em: <https://www.seguranca.go.gov.br/editais-e-licitacoes/portarias/portaria-n-0136-20-autoriza-e-homologa-curso-de-pos-em-altos-estudos-caesp.html>. Acesso em: 20 nov 2021.

³⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins –UFT, Especialista em Gestão Pública pela UFT; Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade do Tocantins – UNITINS, Coronel do Quadro de Oficiais –QOPM da PMTO. Atualmente é Diretor de Ensino da PMTO, aluno do Curso de Altos Estudos em Segurança de Goiás.
<https://orcid.org/0000-0002-5033-7061>
<http://lattes.cnpq.br/5338231453778726>

³⁵ Doutorando em Estudos da Linguagem, Mestre em Estudos da Linguagem pela UFG/Catalão, Graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (1989). Atualmente é Professor de Língua Portuguesa e Direito Penal e Processo Penal. Coordenador do Curso de Altos Estudos em Segurança Pública –SSP-GO.
<https://orcid.org/0000-0002-4663-9905>
<http://lattes.cnpq.br/2495693433687542>
E – mail: macsprofessor@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo teve por objetivo propor a matriz curricular do Curso de Formação de Praças – CFP da PMTO como forma de implementar a nova política pública de formação profissional das futuras Praças do QPPM da Corporação; Descrever os aspectos relacionados à educação humana, bem como as competências relativas à formação profissional do Curso de Soldados do QPPM, com ênfase ao saber-fazer profissional; Apresentar a reestruturação da carreira de Praças do QPPM da PMTO, com foco na necessidade formativa do seu capital humano ante à nova dinâmica social que se apresenta; Propor componentes curriculares do CFP do QPPM integradas à Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas do Profissional de Segurança Pública. Teve como tema a Educação Profissional Policial Militar por meio da Matriz Curricular.

Tal pesquisa foi motivada tendo em vista que a Polícia Militar do Estado do Tocantins, reformulou o Quadro de Praças da Corporação, estratificando a graduação de Soldado em Classe II e Classe I, além de extinção do curso de Cabos, trazendo assim dinâmica à carreira de Praças. Partiu-se da problemática de que a formação do policial militar por meio de curso profissionalizante específico é o principal vetor que condiciona à excelente prestação de serviço à sociedade como um todo. Assim, a instituição PMTO deverá propor uma Matriz formativa do Curso de Formação de Praças da PMTO, em consonância com a reestruturação da carreira das Praças. Neste estudo, optou-se pelo Quadro QPPM, tendo em vista que é o quadro que executa a missão precípua da Polícia Militar junto à sociedade.

Metodologicamente foi realizada pesquisa bibliográfica tendo por referências autores que tratam sobre a formação educacional do homem de forma ampla e formação profissional. Como principais referências, utilizou-se Balestreri (2002), Brandão (2007), Jaeger (2001), Le Boterf (2003),

Delors, et al., (1998), bem como foi realizada pesquisa documental tendo por base a Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas Dos Profissionais Da Área de Segurança Pública – MCNFPSP, BRASIL (2014), e a Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados – CFSD da Academia Policial Militar Tiradentes -APMT, na busca de compreensão das concepções de formação de ambas as Matrizes. A análise teve por base o método dedutivo com vistas à maior aproximação com a essência da formação educacional e profissional. A pesquisa teve tratamento qualitativo, tendo por base a concepção de formação profissional ao CFP.

2 A FORMAÇÃO DO HOMEM

A preocupação com a formação do homem remonta os primórdios da Grécia Clássica. Para se chegar a uma análise conceitual do homem como ser social e espiritual, o ideal grego fundamentava-se na liberdade do homem e na sua interação com a natureza. Sobre a educação do homem a visão de Jaeger é ao mesmo tempo ampla e definida:

Todo povo que atinge certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual. Com a mudança das coisas, mudam os indivíduos; o tipo permanece o mesmo (JAEGER, 2001, pg. 01, grifo nosso)

A educação como uma das vertentes objetivas do desenvolvimento cultural do homem evidencia a necessidade de estarmos atento ao contexto das mudanças. Para que haja desenvolvimento deve haver a prática educacional. Ninguém fica alheio à educação como processo cultural:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender a ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. (BRANDÃO, 2007, p. 03).

O ser humano vive envolto na educação, este traço cultural torna-se mais evidente e efetivo quando se trata de educação voltada para certa atividade profissional. Aqui se insere a educação profissional, a qual trataremos neste estudo sobre a formação policial militar.

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No que diz respeito à educação profissional no Brasil, a Lei 9.394/96 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - em seu Art. 39 declara que a educação profissional será “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 2010). Depreende-se disto que a educação profissional deve possuir em sua base curricular fragmentos de conteúdos gerais do currículo de formação humana, bem como as especificidades relativas à determinada profissão. Naturalmente o currículo de formação policial militar não deve tratar apenas do cunho técnico, mas, também da formação do ser humano. Tal assertividade na construção da matriz curricular cria aspectos pedagógicos que vão influenciar melhor a formação do futuro policial militar.

2.2 EDUCAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Em âmbito nacional, a formação profissional em segurança pública tem como seu princípio norteador, de forma propedêutica, a Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas Dos

Profissionais Da Área de Segurança Pública (MCNFPSP), editada e revisada pelo Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública SENASP. Trata-se de documento doutrinário que contém as recomendações a respeito da formação e aperfeiçoamento dos profissionais ligados à Segurança Pública no Brasil:

A SENASP, as instituições de Segurança Pública responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das Ações Formativas para os Profissionais da Segurança Pública e demais instituições que colaboram nesses processos compartilham o mesmo pensamento: o investimento e o desenvolvimento de ações formativas são necessários e fundamentais para a qualificação e o aprimoramento dos resultados das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública frente aos desafios e às demandas da sociedade. “Este pensamento impulsiona a necessidade de se repensar o currículo, a organização curricular, os espaços e tempos das Ações Formativas [...]”. (SENASP, 2014, p. 06).

2.3 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS – PMTO

A Polícia Militar é uma Instituição permanente de relevante valor social, constituída e respaldada pela Constituição da República Federativa do Brasil. O policiamento ostensivo e a Preservação da Ordem Pública cabem às Polícias Militares (BRASIL, 1988). Para melhor prestação deste serviço essencial de Estado, cada Unidade da Federação – UF possui sua Corporação Policial Militar regida em primeiro plano pelos ditames da Constituição Federal, pela legislação infraconstitucional e em consonância com as suas Leis Estaduais e outros Regulamentos específicos.

No Brasil, a atividade policial militar se assemelha nos seus diversos tipos, processos e modalidades, o que nos permite dizer com propriedade que o trabalho policial militar é revestido de peculiaridades comuns, claro, levando em conta a cultura regional de cada Corporação.

A Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO foi criada em 1º de janeiro de 1989, por meio

da Medida Provisória nº 001, que definiu a estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Estado e inseriu a Polícia Militar no seu organograma geral.

2.4 ACADEMIA POLICIAL MILITAR TIRADENTES – APMT

Dentro da estrutura organizacional da PMTO é órgão de execução de ensino. A Lei Complementar nº 79/2012 no seu Art. 16 declara que a “APMT, vinculada tecnicamente à DEIP, é responsável por formar, aperfeiçoar e especializar Oficiais e Praças da Corporação[...]”. Possui assim a missão de promover ensino com excelência aos integrantes da Polícia Militar que se preparam para o exercício da atividade policial em defesa da sociedade, tendo por referência a ciência pedagógica, a técnica policial e as relações humanas.

2.4.1 Matriz curricular do Curso de Formação Profissional (CFP)

A Polícia Militar do Estado do Tocantins, está reformulando os diversos Quadros que compõem a carreira de Oficiais e Praças da Corporação. A carreira Policial Militar é definida em dois Quadros distintos, quais sejam; oficiais e Praças. Na PMTO, o acesso à carreira se dá por meio de concurso público específico, seja para Oficiais ou Praças. No que se refere às Praças, além de outros, temos o Quadro de Praças Policiais Militares – QPPM. Este Quadro tem a atribuição constitucional e legal de exercer, em sua primazia, as funções essencialmente operacionais. Definem-se como funções operacionais aquelas que constituem a atividade-fim da Corporação, ou seja, as funções precípua de exercer o policiamento ostensivo preventivo e a manutenção da Ordem Pública, conforme os preceitos definidos na Carta Magna e demais legislações infraconstitucionais, regulamentares e afins.

Anteriormente o Curso de Formação de Soldado caracterizava-se por formar os profissionais combatentes do início da carreira de Praças, quais sejam os Soldados do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM). Os profissionais pertencentes a este Quadro, têm como atribuição executar com primazia o policiamento ostensivo preventivo, sendo elementos essencialmente operacionais, exercendo sua função diretamente nas ruas, em contato com a sociedade. O curso era realizado em um intervalo de 06 (seis) a 08 (oito) meses em período integral e contava aproximadamente 800h/a (oitocentas horas aulas) em sua matriz curricular. Esta matriz possui concepções propedêuticas oriundas da MCNFPSP, já citada.

Outrora o Curso de Formação de Soldados (CFSd) formava apenas para as funções profissionais do cargo de soldado policial militar, após a reestruturação da carreira, passou a denominar-se Curso de Formação de Praças (CFP). Este curso permitirá ao egresso da formação, ascender na carreira nos cargos de: Soldado Classe II, Soldado Classe I, Cabo e 3º Sargento, desde que cumpra os demais requisitos para a promoção previstas em Lei. Ressalta-se que anteriormente a legislação previa cursos distintos para que o profissional se formasse Soldado, Cabo e 3º Sargento. Pode-se notar ainda que a graduação de Soldado foi estratificada em Classe II e Classe I, com vistas à maturidade profissional na base da carreira. Com a nova estrutura, há evidente valorização do capital humano, permitindo maior dinâmica de ascensão profissional, resultando em perspectivas de melhoria na Carta de Serviços da PMTO ao cidadão.

Na PMTO a matriz curricular dos cursos de formação é revisada a cada nova turma a ser formada. Esta revisão visa atender às dinâmicas da profissão e à constante evolução da sociedade. A revisão mais recente da matriz curricular do Curso de Soldados foi realizada no ano em que se formou a última turma, em 2014.

Analisando-se a matriz, percebe-se que esta possui eixos articuladores, os quais servem de

estrutura à transversalidade de conteúdos. Estes eixos estão alinhados às Áreas Temáticas que por sua vez buscam a operacionalização das competências pertinentes à educação profissional por meio de disciplinas. Cada disciplina que compõe a matriz deve “ligar-se” a outra por meio da conexão pedagógica de formação. Por exemplo, o leitor pode perguntar o que a disciplina de Tiro Policial tem a ver com a disciplina Direitos Humanos? Em resposta, pode-se afirmar categoricamente que a conexão pedagógica entre estas disciplinas se dá pelo meio da permissão do uso da força, contra o infrator, inclusive força letal (tiro), no caso em que a Lei o permitir, para que possa ser garantido o direito humano da vítima, ou seja, a preservação de sua vida.

2.5 COMPETÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As características policiais militares englobam certos deveres que estão além dos que são necessários a um profissional civil, ou seja, é uma formação balizada por deveres éticos, morais, em benefício da coletividade e acima de tudo, o policial é um profissional age na defesa da comunidade com risco ou ainda sacrifício da própria vida.

O caráter não personalíssimo do policial militar na defesa da comunidade encerra uma reflexão a respeito do preparo profissional e do perfil Profissiográfico necessário ao bom cumprimento da missão, ou seja, a sua atuação junto à comunidade deve balizar-se por um saber/fazer típico e pertinente à sua função de defesa da sociedade. Dentro desta premissa, a sua competência deve ser analisada por meio do julgamento da própria Instituição a que pertence, bem como ao julgamento da própria sociedade que ele defende. Segundo Le Boterf (2003),

O julgamento da eficácia: reconhece que a atividade foi realizada com competência porque permitiu alcançar os resultados esperados. [...] Avaliando os

desempenhos, infere-se que há competência. Este tipo de julgamento tem a vantagem de poder referir-se a critérios de resultados mais facilmente objetiváveis. Tem, entretanto, o inconveniente de supor uma relação bastante direta entre a atividade e o desempenho. A experiência cotidiana mostra amplamente que muitos fatores, além do profissionalismo ou da competência, podem intervir no desempenho. (p. 83-84).

Dentro do contexto policial militar, atuando diretamente no atendimento à comunidade, a sua atuação é julgada instantaneamente. De uma forma geral, quando o policial militar age em conformidade com as leis, cumprindo o dever que o Estado lhe atribuiu, ele mostra-se competente, um bom policial, um profissional que engrandece a Instituição e a sociedade o tem como um profissional exemplar.

Acontece que nem sempre a atuação policial militar mostra-se de uma maneira bem definida em relação a qual ação tomar. A título de ilustração, uma atuação que exige alto padrão de preparo profissional, psicológico e que há uma compressão de tempo, no caso de uma ocorrência com tomada de reféns e infratores armados com arma de fogo, há fatores que tornam esta cena mais ou menos crítica em função, por exemplo, de um ato impensado de um refém ao tentar fugir dos seus alcoses.

Para atuar com as variáveis que não dependem diretamente do policial militar, exige-se um maior preparo técnico profissional que leve em conta a possibilidade de ocorrer os eventos causados por terceiros. Ou seja, dependendo da situação encontrada pelo profissional, é necessário haver um grau de flexibilidade em sua atuação durante as intervenções do policial militar. Neste momento a sua formação fica em evidência, pois, o seu currículo formativo deve conter elementos capazes de trazer à reflexão formas de atuações personalizadas. A aparente similitude de uma atuação numa ocorrência policial não pode elidir a capacidade do profissional em perceber as nuances que a diferencia das demais, tais, como: espaço, tempo, agentes, motivações e o próprio momento psicológico de quem está ali para agir em nome do Estado em defesa de interesses coletivos e difusos.

2.5.1 O aprender a conviver

As ações operacionais, ou seja, aquelas que são realizadas diretamente no contato com a comunidade, possuem características intrínsecas (valores) e extrínsecas (forma de agir) que requerem preparo técnico e flexibilidade acima das outras atividades consideradas como suporte ao emprego do “homem de frente”. A atuação junto às pessoas requer uma ênfase do profissional no aprender a conviver com outros, lembrando que a atuação policial militar se dá de maneira quase que exclusiva no relacionamento com outras pessoas, nas mais diversas localidades e de forma ininterrupta. Desde o acionamento da PM até o encerramento de uma ocorrência, há um intenso relacionamento entre a Instituição e a sociedade. Conforme Delors, *et al.*, afirma que:

A Comissão colocou mais ênfase em um dos quatro pilares que propõe e descreve como os fundamentos da educação: aprender a conviver juntos, desenvolvendo uma compreensão dos outros e sua história, tradições e valores espirituais [...], poderia induzir as pessoas a gerenciar os conflitos inevitáveis de uma maneira inteligente e pacífica. (1998, p. 22).

Desta forma, o aprender a conviver traz em sua definição as características ligadas ao respeito mútuo, com estreita ligação à empatia social e a aceitação do outro com as suas tradições, história e compreensão de mundo. Viver junto em uma sociedade marcada pelo individualismo torna-se um dos grandes desafios a serem superados pelo profissional que atua diretamente com a sociedade. No caso do policial militar, este tem ainda um desafio premente tendo em vista que como representante do Estado, no campo da segurança pública na vertente ostensiva e preventiva, deve ser um pedagogo da cidadania, conforme assinala Balestreri (1998):

Os paradigmas contemporâneos na área da educação nos obrigam a repensar o agente

educacional de forma mais incluyente. No passado, esse papel estava reservado unicamente aos pais, professores e especialistas em educação. Hoje é preciso incluir com primazia no rol pedagógico também outras profissões irrecusavelmente formadoras de opinião: médicos, advogados, jornalistas e policiais, por exemplo. (p. 08).

Partindo da consideração do autor acima, as ações do policial devem possuir caráter educativo, formativo, e servir de exemplo ao cidadão. A ética deontológica deve ser a sua “*batuta*”, pois, este policial militar tem em sua formação profissional o dever por excelência e a correção de atitudes como norma de aceitabilidade social. Lembrando que este profissional representa “o *braço armado*” do Estado e para tanto a ele não lhe é permitido ação diversa da correção de atitude e o fiel cumprimento das Leis. Neste caso ele educa pela força do exemplo. Mesmo na repressão ao cometimento de crimes, não é dado ao policial o livre arbítrio de aplicar a sua lei, e sim aplicar os mecanismos legais que o Estado lhe outorga para cessar ações criminais e restaurar a Ordem pública. O policial militar é formado para atuar dentro dos limites da legalidade, necessidade, proporcionalidade em defesa do cidadão. Não enseja suas ações dentro dos parâmetros de vingança. Ele usa da força legal, a qual não se confunde com violência para trazer a paz e a tranquilidade pública à sua normalidade. No agir do policial militar há sempre um descompasso entre as suas atitudes e os atos dos cidadãos infratores da lei.

2.5.2 O conhecimento pertinente

Nas condições inerentes ao exercício de sua profissão, é importante o profissional policial militar ser portador do conhecimento pertinente, aquele que é inerente ao saber/fazer de sua competência profissional, logicamente obtido por sua formação e atualização dinâmica dos currículos. Neste contexto, Morin defende que:

O conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar. (2003 p. 15).

Assim, este conhecimento pertinente aflora a capacidade do profissional em aferir valores e metodologias para atuar em cada caso de forma específica. Age não por impulso, típico das pessoas inseguras, mas age analisando as consequências dos seus atos: para si, para a própria Corporação que representa e para a sociedade. Dentro de um leque de opções, ele escolhe a melhor assertiva levando em conta as variantes pertinentes.

Nestas situações o profissional lança mão do “poder discricionário”, que pode ser entendido em linguagem menos técnica, a possibilidade de agir, dentro da lei e em respeito a ela, de acordo com as situações específicas que o caso requer. Esta liberdade regrada, podemos dizer assim, surge com mais frequência perante os agentes do Estado que atuam diretamente junto à sociedade. Desta forma, a Lei permite uma amplitude de ações que sob a análise do agente estatal, permite-lhe tomar decisões que melhor se aplicam em particular ao caso requerido. No caso do policial militar estas situações tendem a ter mais frequência, tornando-se parte de sua rotina de atuação.

O principal lema da Polícia Militar no Brasil define-se com a frase “*servir e proteger*”. Nestes verbos estão difusos uma gama de valores que a Corporação deve tê-los por base no desencadear de suas ações específicas relativas à sua atribuição profissional prevista em Lei. Servir está além do cumprimento de metas preordenadas e planejadas. Amplia-se esta atribuição ao executar até mesmo ações que estão além de sua atribuição específica. Por exemplo, o policial militar exerce a função de servir, quando ao for acionado por um cidadão que solicita auxílio para que seja conduzida uma parturiente ao pronto-socorro tendo em vista que está em trabalho de

parto. Obviamente este trabalho de assistência à saúde é atribuição de outro órgão, de outro setor do Estado. Ao agir e prestar o socorro necessário à parturiente, ele realizou uma ação de servir ao cidadão, que está inscrito no lema de sua Corporação, mas não previsto na sua atribuição constitucional legal precípua.

2.5.3 O aprender a fazer

No exercício da atividade policial militar, o aprender a fazer surge com ênfase na ressignificação de conceitos e na quebra de paradigmas. A este respeito, Delors, et al. (1998, p. 23), ressalta que *aprender a fazer* é outro pilar. Além de aprender a fazer um trabalho relativo a uma profissão. Geralmente implica na aquisição de competências que capacitam as pessoas a lidar com uma variedade de situações, muitas vezes imprevisíveis, e habilita as pessoas a trabalhar em equipes, algo que infelizmente não é evidenciado com a devida atenção nos métodos de ensino.

Nesse sentido, aprender a fazer levanta a necessidade do profissional em aprender as necessidades de sua atuação e ao mesmo tempo, em uma formação continuada a estar atento à novas possibilidades e à dinâmica de sua profissão. O policial militar devido a sua atuação junto à comunidade deve ser um profissional atento às mudanças sociais que são dinâmicas. Além dos aspectos relativos à assertividade de conduta, o policial serve como referência, um exemplo, alguém que deve passar às pessoas uma imagem de credibilidade no que faz.

Os aspectos necessários ao saber fazer do policial militar estão além de uma formação que se encerra em um curso realizado por um determinado período de tempo, baseado em uma matriz curricular e que ao final do período do curso o PM obtém êxito ao “formar-se”. O aperfeiçoamento ou formação continuada é uma necessidade que caso não seja realizada, compromete a atuação do profissional,

resultando com que o seu saber fazer seja questionado pela sociedade.

O policial militar deve possuir um conhecimento crítico reflexivo a respeito da sua formação profissional e o papel que ele exerce junto à sociedade. A atuação policial militar em uma ocorrência geralmente se dá em um momento de desconcerto entre o cidadão e este agente do Estado. O policial intervém para restaurar a ordem pública, fazer cumprir a Lei e buscar a tranquilidade pública. O cidadão participante daquela ocorrência encontra-se em momento de “exaltação de ânimos”, emoções afloradas e geralmente com dificuldade em raciocinar assertivamente a respeito de suas atitudes. Neste momento abre-se um cenário propício a que os agentes: o policial, a vítima, os infratores possam ter atitudes que não contribuam na resolução do problema. Neste caso específico, por obrigação funcional, o policial militar deve tomar decisões acertadas, legais e de forma a minimizar danos para todos. Em casos desta natureza, o saber-fazer do profissional é posto à prova; a Instituição é exposta e o Estado demonstra qual grau de importância ele dá à segurança pública.

2.5.4 O aprender a conhecer

Nestas situações elencadas anteriormente, o pilar da educação para o século XXI: aprender a conhecer, surge como uma necessidade de formação profissional permanente devido à capilaridade³⁶ exercida pela Corporação, pois, Delors, *et al.*, ensina que:

Em primeiro lugar, aprender a conhecer. Mas, considerando as rápidas alterações suscitadas pelo progresso científico e as novas formas de atividade econômica e social, é inevitável conciliar uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um

reduzido número de assuntos. Essa cultura geral constitui, de algum modo, o passaporte para uma educação permanente, à medida que fornece o gosto, assim como as bases, para aprender ao longo da vida. (1998 p. 23).

A este respeito o policial deve agir de forma acertada respeitando a cultura da localidade em que ele tem por dever “*servir e proteger*”. Estas nuances, de certa forma, estão além da matriz curricular do curso ao qual ele conseguiu se formar com êxito. Há então uma exigência do profissional em envolver-se na comunidade para atuar em conjunto e de maneira eficaz. Dentro desta asserção, Le Boterf, ressalta que:

Não se trata mais de perder a personalidade para se conformar com as instruções. “As normas” de realização das atividades profissionais se tornam referências em relação às quais cada profissional deverá expressar a sua subjetividade. O profissionalismo não consiste em deixar a personalidade no vestiário antes de se confrontar com uma situação de trabalho. (2003, p. 80).

Neste caso, o envolvimento do policial militar naquela comunidade, torna-se um fator de referência que inevitavelmente leva-o a ser julgado pelo que faz. Ao se envolver ele se expõe e ao mesmo tempo abre possibilidade de aprender a conhecer a comunidade na qual está inserido.

Ressaltamos que ao se envolver com esta comunidade, o policial militar não se despe do seu arcabouço profissional teórico, mas alia-o à prática sistematizada junto à comunidade. As questões relativas à subjetividade de conceitos tendem a ser parte do saber/fazer profissional.

Nestas situações, o policial militar estará sempre decidindo quais ações tomar em determinada situação fática real que se apresente a ele. Por exemplo, se na localidade em que o policial militar exerce a sua função já é costume os

³⁶ No sentido em que é empregado aqui, refere-se à capacidade da Polícia Militar em ampliar o atendimento a toda a comunidade que está sob sua responsabilidade. A Polícia Militar deve atender, pelas ações de segurança pública real ou potencial, a toda a coletividade.

condutores de veículos, nos finais de semana estacionar junto ao canteiro central de uma praça sem que isto prejudique o fluxo de pedestres, ele deve perceber que isto é uma prática costumeira, permitida pela própria comunidade, e que, portanto, não caberá ao militar sair “multando” todos os veículos por estarem estacionados naquele local. Na letra “fria” da lei, a ação dos condutores de veículos enseja uma infração de trânsito que cabe além da multa, a remoção dos veículos que estivessem nas condições citadas.

Em outra localidade, numa comunidade diversa, aquele tipo de ação dos condutores não seria permitido, o que levaria o policial a agir de acordo com a lei, ou seja, multaria os veículos e os removeria do local. Em ambos os casos o PM agiria de forma assertiva. O diferencial na sua atuação está justamente no envolver-se com a comunidade. A atuação mais acertada só é possível se houver esta sinergia entre o policial e a sociedade onde atua. De fato, Morin enfatiza que:

O conhecimento não pode ser considerado uma ferramenta *ready made*, que pode ser utilizada sem que sua natureza seja examinada. Da mesma forma, o conhecimento do conhecimento deve aparecer como necessidade primeira, que serviria de preparação para enfrentar os riscos permanentes de erro e de ilusão, que não cessam de parasitar a mente humana. (Op. Cit, 2003 p. 14).

No caso acima, o policial militar deve ter o conhecimento por referência, pois, este não é uma ferramenta pronta, ele deve ser construído no dia a dia, em contato com a realidade em que se está inserido. Aprender a conhecer leva o policial a refletir sobre o seu papel de educador social e ao mesmo tempo um aprendiz das relações interculturais de uma comunidade.

2.5.5 O aprender a ser

A referência de poder concedida pelo Estado ao policial militar no exercício regular de direito e no cumprimento do dever legal pode fazer com que este

profissional possa exercer este poder de forma diversa do pretendido. Se o policial militar usa o poder além do que é permitido, há um caso de abuso do poder do Estado; se o agente usa este poder de forma menos intensa do que deveria, estamos falando de omissão ou prevaricação quanto ao correto cumprimento do dever. Estas questões suscitadas servem de parâmetros de análise ao preparo individual do profissional. As relações do indivíduo consigo mesmo, o seu comportamento está muito ligado aos seus valores e à sua história de vida que ele constrói inclusive na Corporação. Nestas condições, o pilar para a educação do século XXI aprender a ser, surge como um referencial. Delors, *et al.*, revela que:

Por último e acima de tudo, *aprender a ser* [...]. Sem termos exaustivos, podemos citar a memória, o raciocínio, a imaginação, as capacidades físicas, o sentido estético, a facilidade de comunicar-se com os outros, o carisma natural de cada um... eis o que confirma a necessidade de maior compreensão de si mesmo. (1998, p.24).

Este pilar figura-se, a nosso ver, com uma particularidade tal que pode comprometer o desenvolvimento de todos os outros pilares. A pessoa que não conhece a si mesmo possui dificuldades para entender o outro, para usar da empatia nas suas relações sociais e possui um senso de valor que atrapalha o entendimento do seu papel em uma profissão. No caso do policial militar, geralmente, ele se vê em situações que o colocam à prova na sua atuação junto à comunidade. Por exemplo, em uma ocorrência em que há uma infração leve de trânsito cometida por um cidadão ao estacionar o seu veículo em desacordo com a regulamentação, o policial militar deve optar dentro da Lei em admoestar este cidadão a fim de retirar o seu veículo daquele local, ou optar em ser mais incisivo e lhe aplicar uma multa de trânsito. O policial militar, neste caso, além de observar a Lei, ele vai atuar de acordo com as suas convicções ao tomar uma ou outra decisão neste caso emblemático. As suas qualidades contextualizadas são

preponderantes neste caso específico. Assinala Le Boterf que:

Não se trata aqui de querer estimar o “saber ser” da pessoa, o que seria ilusório, e ao mesmo tempo abusivo. Quem poderia apreciar de modo global o saber ser de um indivíduo. Cada indivíduo se comporta diferentemente de acordo com as situações e desempenha vários papéis nos múltiplos contextos de sua vida pessoal. (2003 p. 124).

O autor referencia que as aptidões pessoais são difíceis de avaliar, mas nem por isso devem ser relegadas a segundo plano. Estas competências contextualizadas surgem diretamente das relações do indivíduo consigo mesmo. Note-se que no caso que exemplificamos acima, ambas as atitudes do policial militar na ocorrência de trânsito estão em conformidade com a lei. Resulta que a opção por uma das atitudes salta o plano do preparo técnico extrínseco para entrar na seara das convicções pessoais, na empatia surgida no momento do contato direto com o condutor do veículo citado, ou ainda de outras variáveis personalíssimas do policial nas suas relações com o poder a ele investido naquele momento.

2.5.6 O conhecimento teórico e as representações práticas da formação

Um fator preponderante ao exercício da atividade policial militar, assim como outras profissões, reside no fato de que o ensinamento teórico não engloba por si só as competências necessárias para a atuação eficaz junto ao público-alvo. O policial militar que passa por um período de curso e ao final é aprovado para o exercício da sua função, recebe na verdade uma formação que se completará no dia a dia, no contato direto com a sociedade, aperfeiçoando suas competências em

cada atendimento, em cada ocorrência e em cada empenho. Os saberes teóricos recebidos durante o curso de formação carecem obrigatoriamente de representações práticas com vistas a demonstrar a sua pertinente utilidade. De acordo com Le Boterf,

Estes saberes desempenham um papel heurístico: permitem orientar a ação, facilitar a construção de representações operatórias, tornar possível a formulação de hipótese. Trata-se, porém, mais de efeitos induzidos do que de objetivos imediatos. [...], a relação que tal saber mantém com a prática é uma relação de intervenção, e não uma relação de aplicação. O saber teórico não está desvinculado da prática [...]. Não existe subordinação mútua, mas sim questionamento crítico. (2003 p. 96).

O questionamento crítico citado pelo autor acima engloba justamente as acepções a respeito da ação tomada pelo policial militar no momento de uma intervenção, de uma ocorrência pertinente à sua função de agente do Estado.

O militar, em caso extremo, é o único profissional que a Lei obriga a sacrificar a sua vida na defesa de terceiros. Tal situação é colocada como um valor organizacional. Não se discutem as variáveis decorrentes, tais como a questão ética sobre qual vida tem maior valor ou ainda se a abstenção de tal sacrifício seria algo razoável tendo em vista que o policial militar, omitindo em agir, estaria em defesa do seu bem jurídico mais precioso, a sua vida.

Por exemplo, uma situação numa ocorrência em que um cidadão infrator, para tentar fugir do cerco policial, utiliza um terceiro inocente como refém ameaçando de matar esta pessoa a qualquer momento com uma arma de fogo apontada para a sua cabeça. Neste caso, para preservar a vida do refém inocente, é necessário que seja executado o tiro de comprometimento³⁷, aquele disparo de arma

³⁷ Diz respeito ao tiro executado com precisão “cirúrgica”, o qual é realizado por um policial de elite, geralmente de um local oculto e que, após análise das variáveis preponderantes em uma ocorrência, é executado um disparo certo que incapacite o infrator parcialmente ou fatalmente. É uma situação extrema, dentro da Lei, de uso da força pelas organizações policiais.

de fogo em que um policial de elite atira no infrator para fazer cessar a agressão injusta. Situações como esta coloca o saber teórico à prova. Analisar o panorama da situação que se apresentava neste caso, é relevante para o êxito da missão.

2.5.7 O conhecimento do ambiente de atuação

O saber teórico e os valores personalíssimos, não reúnem de forma completa as elementares determinantes de uma atuação eficaz por parte do policial militar. Além dos saberes que já citamos, é preciso tomar em consideração o saber do ambiente como uma variável que condiciona o sucesso da ação. Variáveis de tempo, espaço, motivação para a ação, antecedentes situacionais e momento psicológico são alguns dos componentes que influenciam no resultado da ação. Para Le Boterf,

A competência profissional só existe quando posta em ação em um contexto de trabalho, esse *saber sobre o contexto* é essencial, pois, permite que o profissional se adapte à contingência das situações, “sinta” o terreno, considere o possível e o aceitável, compreenda as linhas de força e as potencialidades, ajuste as decisões a serem tomadas ou as atividades a serem realizadas, antecipe as reações dos dispositivos e das pessoas. É o saber que torna possível o ajuste sob medida, que intervém quando aquele que tem uma profissão a exerce em um emprego em uma organização. (2003 p. 98).

Dentro do contexto acima, os saberes do ambiente fazem com que o policial militar possa considerar esta variável de forma efetiva em sua atuação, em uma ocorrência específica. Em uma análise mais detalhada, o fator ambiente faz com que não haja duas ocorrências policiais iguais. Isto é importante porque este saber é um aliado considerável do policial quando este faz a “leitura de ambiente” no qual vai operar. Os fatores intervenientes dos saberes do ambiente em uma ocorrência policial não determinam, mas mostram, direcionam quais ações deverão ser tomadas.

2.5.8 Saberes operatórios

Uma vertente que deve ser levada em conta quando se referir ao conjunto de saberes do policial militar que o capacite a exercer a sua função junto à sociedade, são os seus saberes operatórios, operativos ou ainda denominados saberes procedimentais. Estes saberes possuem particular referência tendo em vista que possui uma diferença conceitual no tocante ao saber teórico. O saber teórico nos serve de base para a ação, já o saber procedimental é o saber relativo à ação real, durante a sua execução. Para melhor compreendermos, o saber teórico é um saber potencial, já o saber operativo é um saber real, que se manifesta efetivamente quando é requerido pelo profissional. Para Le Boterf, estes,

Saberes operatórios descrevem procedimentos, métodos, modos operatórios, isto é, encadeamento explícito de operações ou séries ordenadas de ações orientadas para a realização de um objetivo determinado. São conjunto de instruções a serem realizadas em uma ordem estabelecida [...]. São finalizáveis e aplicáveis a um campo específico e determinam as condições de aplicação das operações a serem seguidas. (2003 p. 99-100).

Os saberes operatórios estão ligados diretamente ao executar da ação em uma situação específica. Por outro lado, é bom esclarecer que o saber procedimental não necessariamente depende do saber teórico. No caso do policial militar executando a sua missão, este se vê a todo o momento tendo que fazer acepções de saberes de acordo com o caráter personalíssimo da situação por ele enfrentada. Isto eleva o nível de complexidade da sua atuação, o que poderá ocasionar erro de percepção e de julgamento a respeito da própria ação em si.

2.5.9 Conhecimentos cognitivos

A responsabilidade do profissional em atuar de forma assertiva leva o policial a estar em um constante planejamento mental sobre situações que possam requerer a sua intervenção. O contato direto com a sociedade através dos signos representativos de sua ostensividade: veículos caracterizados, fardamento, ação de presença, luzes, sirenes, gestuais e outros, acabam por exacerbar a exposição deste profissional. Nestas condições, o seu agir requer as inferências resultantes dos seus saberes cognitivos. Estes saberes contribuem na resolução de problemas, ou até mesmo na condução de situações que ainda não são problemas, mas que mal gerenciadas poderiam vir a sê-los. Nestas condições de atuação são requeridos os saberes-fazeres cognitivos, que tem forte relação com o meio onde estão inseridos. Le Boterf conceitua-os de forma que:

Eles correspondem a operações intelectuais necessárias à formulação, à análise e à resolução de problemas, (...), à tomada de decisão, à criação ou invenção. Essas capacidades cognitivas são postas em execução e organizadas entre si por um sujeito em interação com o seu meio. (2003 p. 114).

Estes saberes cognitivos são verdadeiras operações intelectuais e que exigem das profissionais capacidades resolutivas aceitáveis pelo meio em que vive. A sociedade, como já dissemos, exige respostas aceitáveis por parte da polícia e a ela não interessa questões personalíssimas, particulares de um policial específico. Na polícia militar estes saberes cognitivos são realizados de várias maneiras, desde a reflexão na ação até um estudo pormenorizado do resultado de ação policial específica. Por exemplo, em uma atuação em serviço, um policial militar lavrou uma multa de trânsito ao condutor de um

veículo que estacionou em local proibido. Ao ser analisada pelo setor competente de trânsito, percebeu-se que a multa fora lavrada sem consistência, pois, o policial anotou o endereço do local do evento de forma incorreta. Em virtude deste erro, a multa foi cancelada pela autoridade de trânsito. Neste caso, apesar do erro ter sido cometido apenas por aquele policial que lavrou a multa, há uma tendência, por parte da sociedade, em generalizar a atuação da Corporação como um todo. Em fatos desta natureza, é comum a sociedade emitir julgamentos generalizados, rotulando a atuação policial com expressões do tipo: “a polícia é truculenta”; “a polícia é despreparada”, ou ainda “a polícia deveria estar prendendo bandido”.

Diante da repercussão negativa da atuação policial, este fato será discutido e estudado na Corporação em forma de “estudo de caso”³⁸, que analisará as condicionantes da ação daquele policial e apontará soluções com vista e evitar que novos erros aconteçam. Para realizar este estudo mencionado, os saberes cognitivos serão utilizados para se fazer inferências. Estas inferências são verdadeiros raciocínios, estes entendidos como a associação entre premissas ou valores estabelecidos previamente, os quais combinados com novas variáveis formam uma conclusão a respeito da situação referenciada. Estes saberes cognitivos são importantes tendo em vista que a polícia militar tem por dever trabalhar com ações preventivas, sejam de caráter interno ou externo.

2.5.10. Combinação dos conhecimentos

As competências relativas ao exercício da profissão do policial militar somente são consideráveis do ponto de vista da ação, caso levem em conta as combinações dos saberes que a

³⁸ Consiste em realizar um estudo pormenorizado de uma intervenção policial específica, que resultou em uma resposta inadequada à situação real em que houve a atuação da polícia militar. Tal estudo tem o propósito de analisar as variáveis que poderiam ter sido executadas a fim de evitar que em novas intervenções venham a acontecer os mesmos erros ou inadequações.

envolvem. O meio social, o ambiente interno da Corporação e as características personalíssimas de cada profissional estão em constante troca de valoração. Elas se dinamizam de forma que o resultado da ação depende diretamente da conjugação destes fatores. Obviamente há situações em que o conjunto destas variáveis estão em desnível do ponto de vista da sua efetividade. O ser profissional busca a confiança na assertividade da ação. A um policial militar não é dada a opção de fazer escolhas equivocadas no seu agir junto à comunidade. Assegura Le Boterf, que:

A operacionalização das competências não depende exclusivamente das características intrínsecas de uma pessoa ou de um grupo, mas é o resultado da qualidade da interface entre o homem e a situação de trabalho. É essa propriedade que funda o interesse de uma abordagem baseada na fiabilidade. (2003 p. 155).

Nestas condições, a fiabilidade da competência do policial está ligada diretamente aos limites aceitáveis de sua atuação. Pequenas incorreções, ou atos que não comprometam a Corporação são aceitáveis dentro de certos parâmetros. O agir está voltado para as assertivas, ainda que elas não aconteçam na totalidade das vezes. Desta forma, a amplitude da atuação é objeto de preocupação contínua. Os valores de aceitabilidade são revistos a cada atuação. O que pode e deve ser feito pela Corporação, é agir nas condicionantes que podem minimizar o erro e maximizar os acertos. Estas correções são obtidas com a experiência, formação profissional contínua e também com as relações pessoais que são constantes em um ambiente de trabalho. Na polícia militar, um fator que contribui para a fiabilidade de competência é a atribuição de responsabilidades de acordo com o grau hierárquico da pessoa, ou seja, de acordo com o cargo que a pessoa ocupa.

As condições relativas ao empenho do policial militar mudam constantemente. Há uma amplitude de variáveis que se considera ao afirmar que, apesar de o profissional não está pronto, ele

reúne condições mínimas de atuação junto à sociedade. Ele encerra condições que o colocam como referência na sua atuação. O aperfeiçoamento do conjunto de saberes implicados na formação deste profissional irá elevá-lo a um patamar melhor que antes. Isto é pensar em formação continuada.

Com o passar do tempo e com a melhora do desempenho, as situações formativas aumentarão gradativamente o nível do profissionalismo que este policial agora detém. A experiência pela prática dos saberes implicados na sua formação, fez com que este profissional saísse da condição de novato e chegasse a ser um experiente nos assuntos de sua competência. As condicionantes formativas agora representam outra observação a respeito deste mesmo profissional. As representações da Corporação por meio de insígnias, medalhas de honra ao mérito, divisas que identificam o cargo, dispensas do serviço, elogios na ficha de assentamentos do policial quando faz uma ação meritória, promoção por atos de bravura, aqueles em que fez com alto risco de sua vida no cumprimento do dever, constituem-se em verdadeiros signos que a Corporação coloca à disposição daquele profissional que tem maior compromisso com a instituição e com sua atribuição constitucional de bem servir e proteger a sociedade. Além de buscar o reconhecimento daquele que se destacou ao realizar uma atividade em serviço, estes signos também representam ações de gestão da Corporação no que o indivíduo tem de mais precioso, o seu amor-próprio, a sua dignidade em pertencer à Instituição. Estas situações levam o indivíduo a ser merecedor da consideração social, pois, a sua reputação perante a sociedade é um fator que o estimula a continuar a trilhar pelo caminho que o leva ao sucesso no cumprimento da missão.

2.5.11 A hierarquia e a disciplina militar

Tanto nas Forças Armadas quanto nas Polícias Militares, a base de sustentação é a

hierarquia e a disciplina. Obviamente que estas duas palavras têm definição, conceitos e atributos diferenciados quando a comparamos a instituições não militares, sejam elas policiais ou não. A hierarquia consiste na ordenação da autoridade em níveis diferenciados dentro da estrutura policial militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico. A disciplina consiste na observância por parte dos militares das Leis, dos regulamentos, das ordens e todos os encargos inerentes à sua função, a qual deve ser mantida em todas as circunstâncias da vida do militar.

Hierarquia e a disciplina são valores de integração e consistência interna de uma Instituição Militar, dentro da qual se respeitam as autonomias de cada integrante. Compõem assim uma concepção pré-definida de cargos e funções que são necessárias ao funcionamento de um órgão como um todo.

A hierarquia militar existe no seu caráter teleológico como uma necessidade Institucional devido à complexidade de ações a serem tomadas dentro da Corporação. A administração de materiais e de capital humano pela polícia militar deve focar o compromisso com o resultado e a eficácia dentro de um contexto de cumprimento de metas. Obviamente falar de hierarquia deve-se estar atento à sua razão de ser. A hierarquia é decorrente do posto ou da graduação que o militar ocupa. Ela é impessoal e visa atribuir responsabilidades funcionais diversas aos integrantes da Instituição. Segundo Leirner, ela se dá:

Pela multiplicidade de dimensões observada [...] a partir da hierarquia, chegamos à conclusão de que seria possível compreendê-la como um “fato social total” na vida militar. O uso desse conceito, embora um tanto arriscado em uma antropologia das sociedades complexas, acabou revelando um terreno fértil para se buscar respostas a um problema, devido à própria natureza do objeto de investigação. (1997 p. 98).

Desta forma, a hierarquia é um dos mais altos valores organizacionais cultuados dentro da

Corporação. Ela é a responsável, no campo sociológico, ao que poderíamos chamar de fragmentação representativa da autoridade conferida à Corporação pelo Estado. Em outras palavras, a hierarquia versa sobre o escalonamento de uma autoridade que apesar de ser una, deve ao mesmo tempo ser dispersa em vários níveis para fins de manter a sua unidade. A hierarquia demonstra nas relações entre os militares a necessidade de organização e o seu competente campo de atuação. Os diversos setores que compõem uma Corporação guardam entre si a relação de dependência sistemática do ponto de vista gerencial e de controle.

As atribuições relativas aos cargos existentes possuem diferenciações em grau de responsabilidade e complexidade. O grau de responsabilidade cresce diretamente proporcional à cadeia hierárquica. Isto, do ponto de vista da divisão social do trabalho, demonstra a todos os integrantes da Corporação, de maneira inequívoca, qual o conjunto de atribuições compõe a responsabilidade compartilhada no cumprimento da missão, para fins de obter os objetivos permanentes da Corporação.

O funcionamento da Corporação se dá a partir do momento em que seus integrantes têm a plena consciência de que a hierarquia é um dos dois elos fundamentais. A convicção de “*servir e proteger*” no âmbito das Corporações Policiais Militares passa necessariamente por esta abordagem de cunho sociológico no que diz respeito à responsabilidade setorizada com foco no resultado. Trata-se de questões hermenêuticas erigidas sob a égide de representações funcionais. Estas representações estão além dos signos, ou seja, das insígnias e divisas que identificam cada grau hierárquico.

A representatividade visual dos símbolos encerra em um primeiro momento a identidade hierárquica de relance. Tal símbolo traz instantaneamente à mente do policial militar, qual corolário aquela identificação representa na Instituição. Intrinsecamente, o símbolo denota toda a responsabilidade que o Estado atribuiu ao seu portador. Demonstra os seccionamentos internos da

autoridade e serve como um norteador das ações prescritas e relativas sob a responsabilidade de cada um.

Os caracteres representativos dos símbolos, em determinadas situações, se fundem com a própria responsabilidade inerente à função. Por exemplo, para ser Comandante-Geral da Polícia Militar o Oficial deve ocupar o Posto de Coronel, além de outros requisitos previstos em Lei. Neste caso, a representatividade do cargo coloca este Coronel na mais alta função dentro da Corporação. Assim, dissemos que houve uma fusão entre o cargo e a função, pois para ser Comandante-Geral, de forma ampla, todos já sabem que tal função é privativa de Coronel. Tal fato não acontece, por exemplo, no Comando de um Batalhão de Polícia Militar, o qual poderá ser comandado tanto por um Major ou por um Tenente-Coronel. Nestas condições, apesar da função ser a mesma, os cargos são diferentes e, portanto, distintos entre si. A hierarquia militar, do ponto de vista sociológico funciona como um mecanismo de controle da atividade policial militar dentro da Corporação. Pela hierarquia, se identifica o grau de autoridade e qual a responsabilidade é atribuída a cada pessoa no âmbito interno. Nas Polícias Militares no Brasil, a hierarquia é definida, em síntese pela figura 01:

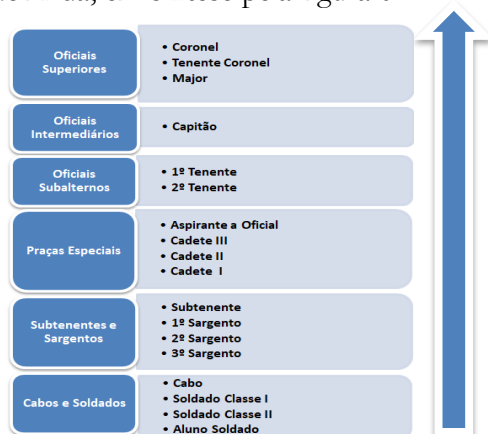


Figura 01 - Hierarquia na Polícia Militar Estado do Tocantins
Fonte: Lei 2578/2012 - Adaptado pelos autores.

A hierarquia somente se processa no contexto militar, se vier acompanhada de sua “*irmã siamesa*” que atende pelo nome de disciplina. Quando

fazemos referência a uma organização militar os valores da hierarquia e da disciplina logo surgem como sustentáculos representativos destas instituições. Estes valores dão vida, dinamismo e podem ser considerados como fatos sociais determinantes. Leirner enfatiza que:

Desse modo é que as condutas, [...] mantidas por indivíduos que se encontram em posições diferenciadas de acordo com um rol de segmentos específicos, como as *patentes*, têm como parâmetro a *hierarquia* enquanto *fato coletivo* capaz de ordenar a *ação individual*, de modo que ela esteja em consonância com a conduta geral, [...].

Portanto, a hierarquia constitui um fenômeno em que o coletivo pode ser “lido” através da ação individual, decorrendo daí a sua pertinência enquanto ângulo privilegiado de abordagem da identidade militar. (1997 p. 68).

No que diz respeito à abordagem sociológica da hierarquia, há algumas condicionantes que devemos tomar por observação. Uma destas se refere ao controle das ações da Corporação tendo por base o controle da ação individual. Por intermédio da hierarquia, um comandante militar ordena uma ação ao seu subordinado e este a cumpre baseada em três princípios: a Legalidade da ordem, a ação da autoridade competente e outro de caráter personalíssimo oriundo dos valores militares a que este subordinado se comprometeu a cultivar perante a instituição e à sociedade no dia em que se tornou militar.

Desta forma, as ordens de uma autoridade superior sobre a subordinada, criam um ciclo descendente de cumprimento de ordens, o qual se inicia na mais alta autoridade policial militar, no caso o Comandante-Geral e encerra-se no Aluno Soldado, que é a autoridade inicial dentro da Corporação. Estes valores agregados e conjugados se traduzem em coordenação e controle, o qual nasce na base e se encerra na mais alta autoridade institucional. Este controle se mostra mais sociológico do que apenas gerencial tendo em vista

que as ordens são direcionadas às representações das autoridades na Corporação. Logo, estas ordens são impessoais, elas são intrínsecas à autoridade investida no cargo e não à pessoa que o ostenta.

Esta desambiguação de identidade pessoal e profissional constitui-se numa necessidade ao exercício da função e define claramente os limites da atuação que cada integrante detém enquanto representante da autoridade institucional de forma global. Por exemplo, se um militar deixar de cumprir uma ordem expressamente legal expedida por seu superior hierárquico, ele poderá incorrer em crime militar. Esta ação que infringiu o regramento militar é realizada contra a administração militar e não contra o superior deste militar que deixou de cumprir a ordem pertinente. Em outras palavras ele infringiu regras do ordenamento militar, pois, quando o superior expediu a ordem, ele estava investido de autoridade militar.

Fazendo parte dos dois elos fundamentais das instituições militares, a disciplina, ao lado da hierarquia constituem-se nos maiores valores cultuados pelos militares. Falar sobre disciplina militar é falar no cumprimento do dever, é agir sabendo que o seu fazer possui um valor acima da realização singular da missão, a qual representa uma em várias tarefas que são realizadas ao mesmo tempo por cada integrante da Corporação. A disciplina militar está acima de um mero respeito ao cumprimento de ordens. As representações sociológicas da disciplina constituem-se num corolário de atribuições. Antes de ser externa, a disciplina deve ser um valor cultuado de forma individual, personalíssimo por cada um dos policiais militares. Quanto a este valor Foucault afirma que:

A disciplina implica um registro contínuo. Anotação do indivíduo e transferência da informação debaixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber. A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. [...] Através do exame a individualidade torna-se um elemento

pertinente para o exercício do poder. (1984 p. 106-107).

A singularidade do indivíduo a que este autor insere no que concerne à disciplina está ligada diretamente às suas relações com o poder. No contexto da polícia militar, o Estado concede a este profissional, parte do poder estatal para fins de que sua ação seja autoexecutável. Em outras palavras, o policial militar, no exercício de sua função precípua de preservar a vida e aplicar a Lei, é um signo representativo do Estado. Representa uma partícula do poder do Estado, o qual pode, para cumprir a Lei, restringir direitos e bens individuais em benefício do coletivo. Eis a razão primeira do culto à disciplina nas Corporações militares. O seu agente representa um poder auto-executório do Estado. Em outras palavras, a sua ação não precisa ser validada por outro órgão ou por outra pessoa. Agindo dentro dos parâmetros legais, ele detém o poder de fazer com que as suas ordens sejam cumpridas e caso haja resistência, ele pode usar dos meios necessários de coerção para o devido cumprimento.

Neste contexto, a disciplina toma contornos de fiscalização e observação dos agentes do Estado. Para cumprir estes papéis representativos a disciplina dispõe de mecanismos de frenagem e controle de poder dos seus agentes, é o caso dos regulamentos disciplinares. A antinorma que transgredir o regulamento resulta no oposto normativo: a indisciplina. Conclui-se então que a disciplina é um mecanismo de controle das relações de poder entre o Estado e seus agentes e estes entre si.

A disciplina decorre do correto acatamento das normas, do respeito mútuo entre os militares e do cumprimento de ordens emanados das diversas autoridades dentro da Corporação. Possui, a nosso ver, uma representatividade teleológica em similitude com a hierarquia. Uma não resiste sem a outra. Por exemplo, um Sargento dá uma ordem ao Soldado que a execute sem hesitar. Estão presentes aí dois valores básicos: o valor hierárquico que definiu o Sargento como superior do Soldado e,

portanto, ele pode emitir a tal ordem; o outro diz respeito ao valor disciplinar: o Soldado cumpriu a ordem porque sabe e está convicto de que uma ordem legal emitida por um superior deve ser cumprida. Ao cumprir tal ordem ele mostrou-se disciplinado e cômico dos seus deveres enquanto militar. Consequentemente estes valores que estão agregados diferenciam os militares em relação a outros profissionais civis.

A disciplina deverá ser observada a todo o momento e em todos os lugares. Não é algo que se demonstra somente enquanto o policial militar está em serviço, ou no Quartel. Ela perdura por toda a vida do militar.

O seu comportamento diante de diversas situações pelas quais será submetido na vida profissional demonstrará em qual nível está a capacidade disciplinar do militar. A disciplina é tão fundamental na vida militar que chega ao ponto de ser a “mãe” de todos os demais valores cultuados na Corporação. Sem disciplina não há condição para existir o senso ético e deontológico do militar.

O caráter teleológico da disciplina militar surge em primeiro plano com a pretensão de organização. Organizar algo é discipliná-lo em respeito a uma determinada disposição pretendida. Este fato por si só já nos leva a pensarmos sobre os efeitos da disciplina na vida do militar e sua consequente missão de servir e proteger.

A estrutura hierarquizada da Corporação é o primeiro sinal de disciplina. Cada órgão tem responsabilidade setorizada sobre outros e estes sobre outros menores. Ao serem executadas as ordens e atribuições de cada militar, haverá então o cumprimento da disciplina. Neste caso é importante ponderarmos que a disciplina se manifesta pela sua dualidade epistemológica: no cumprimento do dever e na distribuição espacial dos componentes da Corporação.

Neste contexto, Foucault observa que:

Afixada de maneira perfeitamente legível a toda série dos corpos singulares, a força de trabalho pode ser analisada em unidades individuais. [...]; as repartições do espaço disciplinar muitas vezes efetuaram uma e outra. Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. (1987 p. 171).

Consequentemente, a diversidade espacial do emprego da polícia militar em todo o Estado cria ambientes propícios às diferentes acepções de disciplina. Poderíamos dizer que a depender do local e das pessoas, ela pode ser exigida com maior ou menor grau de rigidez.

Na figura 02, temos uma demonstração esquemática dos valores e suas condicionantes em relação à disciplina militar.

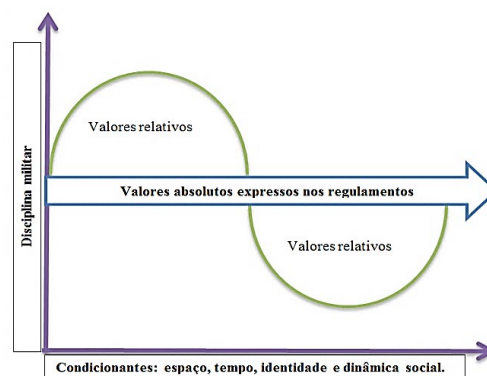


Figura 02 - Representações da disciplina militar
Fonte: Os autores.

Pelas situações evidenciadas na figura 02, a seguir, pode-se notar que a disciplina possui valores absolutos e relativos. Os valores absolutos são expressos literalmente nos regulamentos militares e nos códigos deontológicos. Os valores relativos são aqueles derivados das condicionantes: espaço, tempo, identidade e dinâmica social. A conjugação destes valores no cotidiano dos militares denota o quanto a Corporação é disciplinada.

A propósito, quanto mais experiente é um profissional, mais ele sabe lidar com os valores absolutos e relativos da disciplina. Isto faz toda a diferença no exercício de sua função, pois, estão em evidências os seus saberes-fazeres profissionais.

Após extensa apresentação e explicação dos valores que constituem a formação policial militar, propõe-se como forma de materialização dos conceitos apresentados, anteriormente, a Matriz

Curricular do Curso de Formação Profissional, para fins de emprego na formação dos futuros Praças da PMTO.

2.6 MATRIZ CURRICULAR DO CFP

ÁREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Sistema de segurança pública no Brasil	20
Violência, Crime e Controle Social	Abordagem sociológica da violência do crime	20
Conhecimento Jurídico	Noções de direito penal (especial e extravagante) e direito penal militar	50
	Direitos humanos e cidadania	25
	Noções de direito constitucional e administrativo	25
	Estatuto da criança e adolescente	20
	Fiscalização de trânsito	30
	Legislação institucional	30
Missão, Visão e Valores Institucionais	Deontologia policial militar	15
	História das polícias militares	20
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Saúde profissional mental	20
	Treinamento físico militar	30
Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Sistemas de tecnologia e comunicação PM	20
Funções, Técnicas Procedimentos em Segurança Pública	Atendimento pré-hospitalar e noções de bombeiros	20
	Redação técnica operacional	20
	Armamento e equipamento	20
	Tiro policial militar	20
	Defesa pessoal policial	20
	Ordem unida	30
	Controle de distúrbios civis	30
	Noções de inteligência e contrainteligência	20
Curso de Procedimento Operacional Padrão – POP (Nível Operador)	Policiamento geral	60
	Uso seletivo da força	40

	Ocorrências policiais i		20
	Ocorrências policiais ii		40
	Situações de crise		40
	Contenção e imobilização		20
	Policiamento de trânsito		30
	Policiamento ambiental		15
	Policiamento comunitário		10
Desenvolvimento de relações e vivência.	(Palestras, seminários, visitas, formaturas e treinamentos)		20
ATIVIDADES E AULAS PRESENCIAIS (TOTAL)			800 (Presencial)
Modalidade EAD	35 h/a	Curso Nacional Promotor de Polícia Comunitária	40
	36 h/a	Curso Condução de Veículos de Emergência	60
ATIVIDADES E AULAS EAD (TOTAL)			100 (EAD)
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE PRÁTICA PROFISSIONAL (TOTAL)			300 (Presencial)
TOTAL GERAL			1.200 h/a

Figura 03 - Matriz Curricular do Curso de Formação de Praças (CFP) - PMTO (Proposta)

Fonte: Aos autores a partir da pesquisa.

Ao analisar a matriz proposta, verifica-se que as áreas temáticas estão vinculadas às competências da formação policial militar que foram apresentados neste estudo. De igual forma procurou-se estratificar as disciplinas do referido curso de modo a aliar a teoria e prática com os saberes operatórios. Realçaram-se também disciplinas que tenham conteúdo de legislação e aquelas que tratam da formação social do indivíduo. Em contrapartida em relação ao conteúdo global das disciplinas aumentou em 50% (cinquenta por cento), as horas/aulas do CFP (1200h/a) em relação ao antigo CFSD (800h/a). Este aumento atende às especificidades dos cargos que o egresso irá ocupar, desde a formação até o cargo de Cabo. Ressalta-se, contudo, que a PMTO deverá ofertar cursos de capacitação (curta duração) em áreas correlatas aos cargos, com vistas à formação continuada do egresso.

O estágio supervisionado será realizado em todas as Unidades Policiais Militares – UPM, de modo a permitir a prática policial ainda no período formativo. Evidencia-se que este estágio é externo, levando o discente a familiarizar-se com o ambiente de execução operacional relativo à profissão escolhida. Este momento permite ao estagiário reforçar sua vocação profissional ou, se for o caso, partir para uma nova profissão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente nesta pesquisa que a Polícia Militar é uma organização fundada nos princípios da hierarquia e disciplina militares. No que diz respeito aos valores epistemológicos, a Polícia Militar tem por princípio e razão de existência o lema: “servir e proteger” à sociedade.

No decorrer do trabalho foram apresentadas as características e concepções da formação policial militar com vistas a evidenciar o conteúdo que serviu de base para construção da proposta da matriz curricular do curso de formação de Praças da PMTO;

Concluiu-se que a formação profissional deriva dos aspectos amplos relacionados à formação humana.

Pode-se afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois, ao final deste trabalho, foi proposta a matriz curricular do curso de formação de Praças da PMTO com escopo nos saberes-fazer profissional.

As hipóteses, levantadas no trabalho puderam ser confirmadas, pois, além da proposição da matriz curricular citada no parágrafo anterior, foi enfatizada na pesquisa que a formação profissional é princípio norteador das ações do profissional junto à sociedade.

Por tudo o que foi exposto, findo este trabalho, acreditamos que nova “janela” se abre para a pesquisa de temas correlatos, mormente aqueles que tratem da educação profissional como vetor para melhor prestação do serviço policial militar.

Por fim, esta pesquisa lança novos olhares sobre a temática de formação profissional policial militar, área tão carente de estudo acadêmico.

REFERÊNCIAS

- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Edições CAPEC/Gráfica e Editora Berthier, Passo Fundo, 2002;
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 49 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Gráfica do Senado, 2020.
- _____. Leis e Decretos. **Lei 9.394/96 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Publicada no diário Oficial de 20/12/1996, Brasília: Senado Federal, 2020.
- _____. Ministério da Justiça-MJ. SENASP. **Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília: 2014. 362 p.
- DELORS, J., et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. Tradução de José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez. 1988.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organiz. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.1984.
- _____, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; trad. de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes. 1987.
- GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano, 2002
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo- SP: Atlas, 2008.
- JAEGGER, Werner Wilhelm. **Paidéia**. A Formação do Homem Grego. 4ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.
- LE BOTERF, G. **Desenvolvendo a competência dos Profissionais**. 3ed. rev. Ampl., Porto Alegre: Artmed. 2003.
- MORIN, E. (2003) **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- LEIRNER, P. C. **Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- TOCANTINS. Poder Executivo. **Medida Provisória nº 001** –Define a estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Estado, 1989.

VITIMAÇÃO POLICIAL MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE³⁹

João Batista da Silva⁴⁰
Azor Lopes da Silva Júnior⁴¹

Resumo: O presente artigo investigou a vitimação policial militar no Rio Grande do Norte, por meio de pesquisa documental e exploratória, tendo inquirido 622 alunos dos Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Sargentos da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), de novembro e dezembro de 2020, por meio de questionário *on-line*. Como objetivos, investigou-se as causas, consequências e percepções dessa vitimação, visando subsidiar políticas e ações institucionais e/ou governamentais de enfrentamento. Constatou-se poucos investimentos em segurança pública, efetivo diminuto e formação inicial e continuada deficitárias, aliado à prática de segurança privada exercida pelos PMs, que podem estar contribuindo para vitimação policial, as quais ocorreram, em sua maioria, em períodos de folga.

Palavras-chave: Vitimação policial militar. PMRN. Baixo investimento. Formação e capacitação precárias. Déficit de efetivo.

MILITARY POLICE VICTIMIZATION IN RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT: This article investigated the military police victimization in Rio Grande do Norte, through documentary and exploratory research, having asked 622 students from the Training and Improvement Courses of Military Police Sergeants of Rio Grande do Norte (PMRN), November and December 2020, through an online questionnaire. As objectives, the causes, consequences and perceptions of this victimization were investigated, aiming to support institutional and/or governmental coping policies and actions. There was little investment in public security, small staff and deficient initial and continuing education, allied to the practice of private security exercised by the PMs, which may be contributing to police victimization, which occurred, in most cases, during off-duty periods.

Keywords: Military police victimization. PMRN. Low investment. Poor education and training. Deficit of staff.

Recebido em 28 de outubro de 2021

Aprovado em 02 de novembro de 2021

³⁹ Artigo apresentado originalmente à Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte, como requisito de aprovação no Curso de Especialização, lato sensu, em Gestão de Segurança Pública, em parceria com a PMRN, como correspondente ao Curso Superior de Polícia (CSP/2019).

⁴⁰ Doutor em Educação, Mestre em Ciências Sociais, Especialista em Polícia Comunitária, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFRN). Membro fundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP) e do Conselho Editorial da Revista deste Instituto (RIBSP). Atualmente é Major da PMRN e autor do livro Formação policial-militar no século XXI: diagnósticos e perspectiva. Natal: Minimbu, 2017.
lattes.cnpq.br/8617007915492517
<https://orcid.org/0000-0002-3829-1822>
E-mail: jbsbrown@yahoo.com.br

⁴¹ Doutor em Sociologia (UNESP-FCLAr), com pós-doutorado em hermenêutica jurídica (UNESP-IBILCE-Departamento de Letras) e avaliador (INEP-MEC)
<https://orcid.org/0000-0002-6340-6636>
<http://lattes.cnpq.br/6088271460892546>
E-mail: azor.lopes@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

A polícia brasileira, como defendem muitos autores, é a que mais mata, mas, por outro lado, é a que mais morre no mundo, fenômeno este que vem sendo comprovado por estudos sistemáticos, realizados há mais de uma década por diversos órgãos, (FBSP, 2015; 2019, 2020); (WASELFSZ, 2016); (IPEA; FBSP, 2018; 2020); (OBVIO, 2018; OBVIUM, 2020).

Pesquisas sobre vitimação policial ainda são incipientes no meio acadêmico e institucional (SILVA, 2018a); (SILVA; ALMEIDA, 2021) e necessitam urgentemente de diagnósticos (MUNIZ; SOARES, 1998; MINAYO, 2005; CECSP/UFGM, 2016) com respaldo científico que possam desvelar possíveis causas desse fenômeno multifatorial. (MENKE; WHITE, 2002); (SILVA, 2018a).

O estudo foi realizado na PMRN e está classificado como pesquisa aplicada, de cunho bibliográfico, com objetivos descritivo-exploratórios e com abordagem quantitativa e qualitativa da análise dos dados da fase empírica (MINAYO, 2013), (PEROVANO, 2014), (SILVA, 2017b), tendo partido da seguinte pergunta de pesquisa: *que fatores podem ter contribuído para o aumento da vitimação policial militar no Rio Grande do Norte?*

Aponta-se três hipóteses para a problemática: 1. investimento parcos ou inexistentes nas forças de segurança pública estaduais ⁴² e consequente ausência de concursos públicos para recompor o efetivo (BORGES; SILVA, 2017); 2. pouca ou inexistente capacitação profissional para esses agentes; e 3. resultado de atividade de

segurança privada, exercida informalmente por policiais. (SILVA; ALMEIDA; 2021).

Focalizou-se o público-alvo das Praças da corporação, dado que são esses os integrantes, não apenas neste Estado, mas nas demais PMs, os mais vitimados (FBSP, 2018), (OBVIO, 20018; 2020); (SILVA; ALMEIDA, 2021). A coleta de dados foi feita por meio de questionário (MINAYO, 2013); (PEROVANO, 2014), utilizando o *Googleforms* ⁴³, dada à pandemia da COVID-19 ⁴⁴, tendo como critério de inclusão o melhor de acesso ao público-alvo, sendo composto por 626 alunos sargentos do CFS/2020.2 e 83 segundos-sargentos, alunos do CAS 2020 da PMRN.

2 VITIMAÇÃO POLICIAL MILITAR: DIAGNÓSTICO E TEORIZAÇÃO

A vitimação policial é um fenômeno complexo e está inserido em outro, bem mais amplo e multifatorial, que é a problemática da violência generalizada no país, que aflige toda sociedade brasileira. Nessa perspectiva, “a vitimização se materializa em traumas, lesões ou mortes ocorridas na defrontação com a criminalidade e na manutenção da ordem (MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO; 2007, p. 2772). Doravante, será adotado o termo *vitimação*, dado que o PM sofre a violência e não a prática contra si (SILVA; ALMEIDA, 2021).

⁴² Conforme discurso do Ex-Comandante Geral da PMRN (2015/2016), afirmando redução de 35 milhões (2015) para 25 (2016) e em 2017, para 24. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1975264192720552&id=100007109709842&sfnsn=wiwspwa. Acesso em: 05 Mar 2021.

⁴³ O *link* disponibilizado por meio do contato de *whats'app*, dos respectivos corpos discentes foi: https://docs.google.com/forms/d/1owuWzKc_0fPFHCbiadku1nigMhKqdWzw7FOYLL9AKm8/edit?usp=drive_open, permanecendo aberto para resposta voluntárias no período de 08/09 a 20/11/2020.

⁴⁴ Vírus surgindo em UHAN/China (2019). Disponível em: COVID-19 is the disease caused by a new coronavirus called SARS-CoV-2. No Brasil infectou até o presente mais de 9 milhões de pessoas, levando a óbito mais de 260 mil. Disponível em: https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 08 Mar. 2021.

2.1 AUSÊNCIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAL E GOVERNAMENTAL

Planejamento estratégico parece não ser um dos aspectos que permeiam a política institucional das corporações policiais, Brasil afora, o que não é diferente no PMRN. Os concursos públicos, por exemplo, ocorrem a partir de conformações políticas dos comandos e o respectivo Poder Executivo, em face das adversidades de cada comando/governo. A inexistência de regulamentação que vincule o ingresso não apenas nas PMs, mas nas demais forças de segurança, a partir de parâmetros técnicos (aumento populacional, índices criminais etc.), deixa essas instituições à mercê de “arranjos” políticos, nem sempre salutareis às corporações.

O déficit do efetivo⁴⁵, como analisaram Borges e Silva (2017) e Silva e Almeida (2021), em pesquisas realizadas na PMRN, é um dos fatores que devem ser ponderados, pois incide diretamente em outros fenômenos (formação inicial e continua deficitárias, baixo nível de profissionalização e precarização do trabalho).

Outro fator é a prática do *aligeiramento* da formação inicial, com o intuito institucional e governamental de rapidamente colocar os efetivos em formação para atividade operacional, inclusive, descentralizando essa formação, atribuindo tal competência a unidades operacionais, as quais não têm qualquer expertise formativa (BITTNER, 2003); (SILVA, 2017a).

Ocorre ainda certa obstacularização por parte de alguns comandantes imediatos que não incentivam seus comandados a participarem das poucas capacitações que são ofertadas, aliada à resistência do próprio PM que, em face da atividade de segurança privada que desenvolve, não realizam as respectivas capacitações. Alguns desses

comandos de batalhões, companhias e pelotões, entendem que se retirarem esses PMs para uma capacitação, causariam déficit momentâneo ao policiamento ostensivo diário, gerando dificuldades às suas gestões⁴⁶.

2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DEFICITÁRIA E O MITO DO POLICIAL HERÓI

O nível de recapacitação profissional voltado para o enfretamento da vitimação policial é muito baixo ou inexistente na PMRN, dado que não há uma política sistemática de formação continuada na corporação, o que não diverge muito nas demais polícias Brasil afora. E mesmo quando há programas de capacitação, a *subcultura* institucional é mais presente na prática da atividade profissional cotidiana do que os conhecimentos apreendidos nas capacitações. (PINC, 2009).

O *ethos guerreiro* (ELIAS, 1993), na *subcultura* institucional representa o policial não profissionalizado que age a partir de suas próprias convicções para resoluções de problemas de segurança pública que, em nome da defesa da coletividade (LIMA, 2007, p. 58-61), desenvolvem ações não tão técnicas assim, inclusive, tendo como consequências danos a terceiros e a si. Em paralelo, por meio do *habitu civilizado*, atuando a partir de procedimentos técnicos institucionalizados ao longo do processo de profissionalização da atividade policial (SILVA, 2020b), este policial faz cumprir a lei, deixando de ser concebido como um arquétipo (super-herói) para alcançar a legitimação social de trabalhador (policial) profissionalizado.

Em uma das primeiras pesquisas realizadas no Brasil acerca da vitimização de profissionais de

⁴⁵ Á época da pesquisa a PMRN chegou ao índice mais baixo, em torno de 7 mil integrantes, com um efetivo previsto de 13 mil e 500 policiais. Dados fornecidos pela Diretoria de Pessoal da PMRN

⁴⁶ Essas constatações derivam de observações assistemáticas durante mais de 10 anos de atuação como técnico da Educação profissional na PMRN e carece, portanto, de estudos sistematizados. Em sua maioria, quando a capacitação não é obrigatória para ascensão profissional, são enviados policiais que estão à disposição da Junta Policial Militar de Saúde (JPMS) para completarem o número de policiais requisitados a cada batalhão ou companhia para determinada capacitação.

segurança pública, Minayo; Souza e Constantino, 2007, p. 2270, constataram que 94,1% dos PMs e 86,3% dos policiais civis se diziam em risco fora do trabalho. Essa também é uma constatação no país, do Mapa da Violência (2018), bem como nas pesquisas de Fernandes (2016), na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP); Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), Oliveira, C. Filho, Souza Neto (2020), pesquisando sobre a PMPB, e Silva e Almeida (2021), ambos estudos acerca da PMRN.

Uma formação inicial ou continuada deficitária (Silva, 2017b) precariza a profissionalização de uma atividade laboral. Essa, por seu turno, ocorre em três dimensões: 1. Internamente, no corpo ocupacional como profissionalidade (regularização e fiscalização de suas atividades); 2. Externamente, como profissionalismo, pela busca concomitantemente para alcançar/manter o status de atividade profissionalizada, a partir da relação que mantém com as demais categorias profissionais (MENKE, WHITE; CAREY (2002); e 3. profissionalização como estado e processo, pois visa por meio deles alcançar/manter, concomitantemente, o status profissional no mundo e do mercado do trabalho, como atividade legítima e reconhecida. (RAMALHO; NUÑEZ; GAUTHIER, 2004); (SILVA, 2017b, p. 136).

2.3 SEGURANÇA PRIVADA: AUMENTO DA RENDA OU RISCO DE VIDA?

No Brasil, em 2013 e 2014, morreram 408 e 398 policiais militares, respectivamente, os quais se encontravam, na maioria, “de folga”, o que é denominado por estudiosos, como mortes identificadas em função da natureza do trabalho policial, mesmo que fora dos horários de serviço.

Autores como Minayo (2013) e Fernandes (2016) defendem que além dos fatores explorados nos subcapítulos anteriores, há outros que

intensificam essa problemática, como aspectos denominados “contextuais”, que se engendram nas redes de relacionamentos, onde os policiais convivem, seja formalmente, quando estão em sua atuação profissional (em uma ação legal ou ilegal), seja na informalidade no seu círculo familiar e de amizades, mas também quando agem como seguranças privados, em face de sua expertise como policiais.

A concepção de entendimento e/ou de definição teórico-conceitual da linha tênue entre “estar de serviço” e “estar de folga” pode ser uma das chaves para se compreender uma das principais causas da vitimação policial no Brasil e, consequentemente, uma possibilidade e alternativa de construção também teórico-conceitual, institucional e governamental para enfrentamento e minimização da violência praticada contra profissionais de segurança pública.

Silva e Almeida (2021) constatarem que não são apenas os policiais que estão na linha de frente da segurança pública, que sofrem violência, até mesmo bombeiros fazem parte dos índices de violência que retratam o acumulo do Estado. Em média, nos últimos 08 anos, morreu 01 PMs assassinado no RN, por mês. Esses dados denunciam outra problemática na segurança pública: ausência de padronização de dados, o que só vem ocorrer apenas a partir de 2012. É possível também diagnosticar que houve um aumento dos assassinatos policiais nos anos de 2017 e 2018, decrescendo em 2019 e 2020. O que teria contribuído para tal elevação?

De acordo com Braga e Silva (2012), em pesquisa no RN, diagnosticaram que 50,4% já dos PMs daquele estado sofreram algum tipo de dificuldade financeira e, em face dessa situação, para manutenção e cobertura de suas despesas, geralmente, recorriam algum tipo de atividade extra corporação de segurança privada.

Policiais são vítimas, em potencial, em virtude de portarem armas, principalmente ao

realizarem serviço extra corporação. A prática dessa atividade de segurança privada expõe os policiais e, em tese, os poria em situação de maior risco, dado que a falta do aparato estatal, com os quais contam quando estão de serviço institucional, os deixam mais vulneráveis. (FRANÇA; DUARTE, 2017); (FERREIRA; CABELHO; RONDON FILHO, 2020; SILVA e ALMEIDA, 2021).

No RN o salário base para um soldado, à época da pesquisa, era de R\$ 2.904,00, isto é, mesmo não sendo o salário ideal, ainda era três vezes o salário-mínimo vigente no país. Infere-se, nessa perspectiva, não ser apenas a baixa remuneração o motivo do exercício da atividade de segurança privada, mas também o aspecto cultural um dos motivos que contribuem para essa prática⁴⁷.

Esses fatores estão diretamente ou indiretamente relacionados e evidenciam a falta de cumprimento da exclusividade da atividade policial, somente autorizada sua exceção no caso da área de saúde e mais recentemente, o exercício do magistério⁴⁸.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Dos 626 discentes do CFS/2020.2 e dos 83 do CAS/2020.1, obteve-se 622 respostas, ao questionário, enviados para os e-mails e os contatos⁴⁹ de *whatsapp* dos respectivos policiais militares alunos(as), sendo 98,9% do sexo masculino e pouco mais de 1% do sexo feminino⁵⁰. As respostas efetivas ao questionário totalizaram 549 Cabos e 70 Sargentos⁵¹, sendo 48,7% (303), composto por PMs na faixa etária de 36 a 40 anos de idade. De 41 a 45 anos é o segundo maior percentual, constituído de 33,4% (208) PMs. A terceira maior faixa etária é de 12,4% (77), de 31 a 35 anos de idade. A quarta faixa é composta 4,5% (28), de 46 a 50 anos de idade. E a última faixa etária corresponde aos PMs que estão acima de 51 anos, perfazendo 1% (6) PMs.

83% dos participantes tinham 36 a 45 anos, com 11 a 15 anos de serviço. Ou seja, com quase a metade da sua vida profissional desenvolvida, tomando como parâmetro que essa tropa é regida pelo regime previdenciário anterior à reforma do governo Bolsonaro⁵², que ocorreu em 2019, portanto, pode passar para inatividade aos 30 anos de efetivo serviço prestado.

Em sua maioria (82%), são casados(as) ou com união estável, tendo em média 01 (36,9%) ou 02 (32,7%) filhos, constituindo-se o principal mantenedor da família (92,6%), com uma renda

⁴⁷ Em muitas corporações, Brasil afora, tais serviços são tolerados pelos respectivos comandantes, segundo eles próprios, *como forma de ajudar seus subordinados*.

⁴⁸ Ao PM é facultado o direito do Art. 37, inciso XVI da CF/88 “XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: *a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas*”.

⁴⁹ Ao serem matriculados nos cursos profissionais da PMRN todos os alunos são matriculados no Portal do CFAPM: <http://cfapm.rn.gov.br/>.

⁵⁰ Em 2021 foi aprovada a Lei Complementar 683/2021 que extinguiu a diferenciação por sexo para ingresso nos quadros da PMRN. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000264640.PDF>. Acesso em: 25 ago. 2021.

⁵¹ Dos 622 PMs que participaram da pesquisa, um pequeno número deixou de responder alguma das perguntas. Como teorizado anteriormente, em face de uma *subcultura* policial de certa aversão às pesquisas acadêmicas e até mesmo temendo algum tipo de represália ou preconceito.

⁵² No novo regime os militares federais e os estaduais passaram para a inatividade conforme a Lei Federal nº 13.954/2019, “Art. 97. A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida, por meio de requerimento, ao militar de carreira que contar, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de serviço [...]”, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em: 20 Jan 2021.

média salarial mensal de 3 a 6 mil reais. Quando o aspecto é escolaridade, 287 (46,3%) dos PMs participantes da pesquisa têm Ensino Superior, 133 (21,5%) com Ensino Médio completo, 107 (17,3%) com Ensino Superior incompleto e 69 (11,1%) possuem Especialização *lato sensu*. Aproximadamente 1% de 622 PMs, têm apenas Ensino Fundamental ou Ensino Médio incompleto e na outra extremidade (1,3%), desses PMs possuem de Mestrado ou Doutorado.

Portanto, constatou-se que a tropa da PMRN é um efetivo experiente (pelo tempo de serviço), com responsabilidades como mantenedor da família, o que, em tese, representaria um policial mais prudente nas suas ações profissionais. Ou seja, talvez o *mito do policial super-herói*, como teorizado no capítulo 2, não seja tão significativo nas ações policiais desenvolvidas pelos policiais pesquisados.

3.2 RELATO DOS POLICIAIS MILITARES SOBRE VITIMAÇÃO POLICIAL

255 (41,1%) dos(as) PMs informaram ter sofrido violência de natureza “leve”, quando estavam de serviço institucional, enquanto 241 (38,9%) responderam que não. Por outro lado, 120 PMs, (19,4%), informaram ter sofrido algum tipo de violência de natureza “média”, quando estavam de serviço e 04 PMs informaram haver sido incapacitados definitivamente durante o serviço institucional.

A maioria, 564, (91%) disseram não ter colega de trabalho vítima ao realizarem segurança privada. Contudo, 33 (5,3%) deles, confirmaram que ao realizarem o serviço extra corporação sofreram violência “leve” e 22, (3,5%) dos PMs disseram ter sido vítimas de violência de natureza “média” quando realizavam segurança privada.

Observa-se que quando a resposta é pessoal esses índices caem, contrapondo-se às estatísticas nacionais. Porém, é forçoso ratificar que as questões

culturais podem influenciar nas respostas, desnudando o fracasso dele (PM) e do próprio Estado, frente à criminalidade, temáticas teorizadas no capítulo 2.

Expressamente de folga, realizando atividades pessoais, 466 (75,2%) disseram não ter sofrido qualquer violência. 102 PMs (16,5%) disseram ter sofrido violência “leve” e 49 PMs (7,9%) disseram ter sido vitimados com violência “média”.

O temor do preconceito dos colegas de profissão ao relatarem que foram vítimas de violência pode estar mascarando esses índices, pois ao publicizarem que foram vitimados, estão reconhecendo que perderam o “combate” para os marginais, como outros autores também já teorizaram. (MINAYO, 2013), (FERNANDES, 2016). Por outro lado, em que pese as estatísticas nacionais retratarem que a maior parte dos PMs são vitimados em período de folga, no RN, também há um número elevado de PMs vitimados em serviço, inclusive com lesões de natureza grave.

Inquiridos se tiveram um colega de profissão que viera a óbito no serviço policial militar, 414 (66,8%) afirmaram haver perdido um colega PM, que fora morto em serviço e 206 (33,2%) deles(as) não teve um colega pm que fora morto em serviço.

Quase 60% dos PMs entrevistados(as), 359 PMs responderam que tiveram um colega de trabalho que fora vítima de homicídio, quando estavam realizando algum serviço de segurança privada, não esclarecendo, contudo, se os PMs realizavam ou não alguma atividade de segurança privada, esta análise fica prejudicada.

Outra constatação é que se torna urgente/obrigatório o estabelecimento de protocolos para constituição de banco de dados com informações qualificadas que contribuam para que as ações institucionais e/ou governamentais de enfrentamento dessa violência sejam mais eficazes.

A maioria, 449 PMs dos entrevistados (72,4%) responderam que nos cursos profissionais

não tiveram capacitação para enfrentamento da violência quando estão de folga. Isso evidencia que é possível traçar políticas e/ou ações institucionais e/ou governamentais para o enfrentamento da vitimização PM durante a folga, por exemplo, capacitações específicas para tais situações.

Outra medida é que, se não há permissão para exercer a atividade de segurança privada, sejam adotadas programas educativos e motivacionais para minar a necessidade de tais atividades e, em paralelo, não havendo cumprimento de tais normas pelos policiais, em último caso, adote-se a responsabilização.

Por fim, percebeu-se também um paradoxo, dado que há capacitações (mesmo que poucas) mas os PMs citaram a necessidade delas para o enfrentamento dessa vitimação, bem como aumento do efetivo, melhores condições de trabalho, melhores equipamentos e viaturas, entre outros similares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou lançar luzes sobre o fenômeno da violência contemporânea, que além de afligir a sociedade, em geral, impõe-se também aos profissionais de segurança pública, acuando-os, em especial, PM que é o agente estatal que cotidianamente atende milhares de ocorrências no país, expondo-se a confrontos armados, mas sobretudo, em períodos de folga, seja quando são reconhecidos por marginais, como policiais, quando tentam intervir em crimes ou ainda quando desenvolvem trabalhos informais de segurança privada.

Os achados da pesquisa apontam para possíveis subnotificações de violência sofrida, que não seja de natureza grave, como incapacitações definitivas, homicídios ou latrocínio, em face da *subcultura* policial de não demonstrarem sua fragilidade em relação aos criminosos. Esta é uma teoria que precisa de amadurecimento. Desvela, também, que na concepção de aproximadamente

10% dos policiais militares do RN, as formações, inicial e continuada, precisam de adequações no sentido de melhor prepará-los para o enfrentamento do crime violento. No que concerne à violência sofrida quando estão em períodos de folga, mais de 70% dos participantes da pesquisa informaram não haver capacitação o que, consequentemente, refletiu a maioria das respostas dos pesquisados(as) que sugerem formação inicial mais consistente, formação continuada, ou seja, profissionalização permanente.

Por fim, mais não menos significativo, os participantes da pesquisa sugerem aos gestores, seja em nível institucional e/ou governamental, melhores condições de trabalho por meio de aumento do efetivo, melhores equipamentos e armamentos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. **Risco e (in)segurança policial**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18(3), 2013.

BITTNER, Egon. **Aspecto do trabalho policial**. (Trad.) Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2003 (Série Polícia e Sociedade).

BORGES, A. G. M. V.; SILVA, J. B. Política de ingresso na Polícia Militar: planejamento para seleção e recrutamento no RN. In: David de Medeiros Leite; Patrícia Moreira de Menezes; Rogério Emiliano Guedes Alcoforado. (Org.). **Direito Público e Governança: reflexões práticas sobre políticas públicas**. 1ed. Mossoró: EDUERN, 2017, v., p. 57-106. e-book. Disponível em: https://issuu.com/eduern/docs/direito_publico_e_governanca_reflexoes/56. Acesso em: 02 fev. 2021

BRAGA, J.C.M.; SILVA, J.B. **atuação dos policiais militares do RN em atividades paralelas – “o bico”**: diálogo entre política, perfil socioeducacional, legislação e educação financeira. Academia de Polícia Militar “Cel Milton Freire de Andrade. PMRN: Natal, 2012.

CENTRO DE ESTUDOS EM CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (CECSP/UFMG). **Projeto Pensando a Segurança Pública: Qualidade de Vida, sofrimento psíquico e vitimização do trabalhador nas Instituições de Segurança Pública**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

ELIAS, Norbert. **Processo civilizador: formação do Estado e civilização**. (Trad.) RUY JUNGSMANN. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. Volume 2.

FERNANDES, Alan, **Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)**. Rev. bras. Segurança pública | São Paulo v. 10, n. 2, 192-219, Ago/Set 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 9. ed. São Paulo: Urbania, 2015.

_____. **Anuário brasileiro de segurança pública: violência e números 2018**. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 27 jan. 2021.

_____. **Anuário brasileiro de segurança pública: segurança e números 2019**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 29 Mar 2021.

FERREIRA, R., CABELHO, V., & RONDON FILHO, E. (2020). **Vitimização policial**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153, 3(6), 9-52. <https://doi.org/https://doi.org/10.36776/ribsp.v3i1.75>.

FRANÇA, F.G.; DUARTE, A. “Soldados não choram?”: reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**. Marília. Edição 19 – maio/2017.

IPEA. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. **Atlas da Violência 2018**. IPEA; FBSP. Rio de Janeiro, junho de 2018.

_____. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. **Atlas da Violência 2020**: principais resultados. IPEA; FBSP. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf>. Acesso em 21 jan. 2021.

LIMA, João Calvim de. **Atividade policial e o confronto armado**. Curitiba: Juruá, 2007.

MENKE, Bem A.; WHITE; Mervin F.; CAREY, William L.in: **Administração do trabalho policial**: questões e análises. (Org.) Jack R. Greene. (Trad.) Ana Luísa Amêndoa Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2002 (Coleção Polícia e Sociedade, n. 5).

MINAYO, M.C. S. **Estudo comparativo sobre riscos profissionais, segurança e saúde ocupacional dos policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/Secretaria Nacional de Segurança Pública; 2005.

_____; SOUZA, Ednilsa Ramos; CONSTANTINO, Patrícia . **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública**. In.: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(11), p. 2767-2779, nov. 2007.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa científica em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2013.

_____; ADORNO, Sérgio. **Risco e (in)segurança na missão policial**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2013, vol.18, n.3, pp.585-593. ISSN 1413-8123. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300002>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000300002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 jan 2021.

MUNIZ, Jacqueline; SOARES, Barbara Musumeci. **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER; UNESCO; Ministério da Justiça, 1998. Disponível em: https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Monitoramento_vitimizacao_policiais.pdf, Acesso em: 20 Mar 2021.

OLIVEIRA, Onivan Elias de; C. FILHO, Álvaro; SOUZA NETO, Valdomiro Bandeira de. **É um assalto e se eu reagir?** Um guia de sobrevivência. João Pessoa: Ideia, 2020.

Observatório da Violência Letal e Intencional no Rio Grande do Norte (OBVIO). **A dor que não se percebe**. Natal: OBVIO, Edição 16, ano II, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2018/10/03/numero-de-agentes-de-seguranca-publica-mortos-no-rn-em-2018-supera-2017.ghtml>. Acesso em: 04 abr. 2020.

_____. Instituto Marcos Dionísio de Pesquisa OBVIUM. **Letalidade e Vitimização Policial 2015-2019**. Natal: ISSUU. Ano 4, Edição especial n.18

Revista de crime análise da Rede e Instituto de Pesquisa 2020, 115 p.

PINC, T. **Desempenho policial**: treinamento importa? Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 3 Edição 4 Feb/Mar 2009.

PEROVANO, Dalton Perovano. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Juruá, 2014.

SILVA, João Batista da. **Formação policial-militar no século XXI**: diagnósticos e perspectivas. Natal: Fundação José Augusto, 2017a.

_____. **Profissionalização policial-militar**: a Tomada de Decisão como conhecimento e saber profissional na PMRN. 2017. 295 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa em Pós-graduação em Educação. 2017b.

_____. (2018a). **A produção do conhecimento em segurança pública**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153, 1(1), 55-61.

<https://doi.org/https://doi.org/10.36776/ribsp.v1i1.5>. Disponível em:

<http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/5>. Acesso em: 20 Out 2020.

_____. (2018b) **Herói ou vilão? vítimas ou algozes? quem são os profissionais de segurança brasileiros?** Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP), 1(3), 50-53. Recuperado de <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/39>.

_____. Profissionalização Policial-Militar e a judicialização da gestão pública no Brasil: qual a escolaridade necessária para ser um profissional de segurança? REBESP, Goiânia, n. 1, v. 13, p.20 - 32, jan. 2020a. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/427>. Acesso em: 02 fev. 2021.

_____. (2020b). **Protocolo policial**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153, 3(7), 90-104. <https://doi.org/https://doi.org/10.36776/ribsp.v3i7.105>. Disponível em: <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/105/104>. Acesso em: 20 Out 2020.

_____; ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva. **Vitimização policial**: diagnósticos e perspectivas. Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP). No prelo. 2021.

WASELFSZ, J.J, **Mapa da violência**. 2016. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

CONHECIMENTO E ESTRATÉGIA NA AÇÃO POLICIAL MILITAR: ABORDAGEM A PESSOAS PREDISPOSTAS AO ENFRENTAMENTO FÍSICO E À RESISTÊNCIA AO TRABALHO POLICIAL

Gilberto Protásio dos Reis⁵³

Resumo: O texto faz uma aprofundada incursão no problema do enfrentamento ou na resistência à ação policial militar por parte de integrantes potenciais de grupos auto-identificados com noções de mundo que remetem à visão revolucionária marxista, que apregoa como justa e benéfica ao interesse social a oposição de resistência à ação policial. O propósito é ampliar a compreensão por parte da comunidade dos cientistas policiais a respeito de quais sejam as causas mais profundas desse tipo de comportamento. O texto focaliza atenções na situação de como membros de tropas policiais militares se veem obrigados a agir, diante de um abordado que traga consigo uma visão de mundo em que a ação do policiamento é vista como ato de opressão por parte do Estado. Utilizou-se para o estudo a metodologia tirada da Ergonomia, chamada Análise Ergonômica do Trabalho.

Palavras-chave: Resistência à ação policial. Disforia de gênero. Hermetismo. Marxismo.

Abstract: The text makes an in-depth incursion into the problem of confrontation or resistance to military police action by potential members of self-identified groups with world views that refer to the Marxist revolutionary vision, which proclaims as just and beneficial to the social interest the opposition of resistance to police action. The purpose is to broaden the community's understanding of what are the root causes of this type of behavior. The text focuses attention on the situation of how members of military police troops are forced to act, in front of an approach that brings with it a worldview in which the action of policing is seen as an act of oppression by the State. The methodology taken from Ergonomics, called Ergonomic Analysis of Work, was used for the study.

Keywords: Resistance to police action. Gender dysphoria. Hermeticism. Marxism.

Recebido em 28 de outubro de 2021

Aprovado em 02 de novembro de 2021

⁵³ Pós-doutorando em Engenharia de Produção na UFMG (2021). Doutor em Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) pela PUC Minas. Coronel veterano da PMMG. Pesquisador e cofundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública.
<https://orcid.org/0000-0002-3760-9288?lang=en>
<http://lattes.cnpq.br/4271140603320731>
E – mail: protasiogilberto@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A tender uma ocorrência policial pode algumas vezes tornar-se algo que exige do profissional de segurança pública um esforço mental para equilibrar as suas percepções com as expectativas da pessoa envolvida na situação. Pode acontecer de o caso concreto parecer marcado por algum tipo de intencional uso pela pessoa que vá ou esteja sendo abordada, de um jeito de se comportar que não seja associável de pronto pelo policial. Em certas situações, existe a até mesmo o potencial de que o abordado(a) diga e/ou faça coisas que ensejem cautelas adicionais do profissional de segurança pública, para não ficar exposto a risco de sofrer questionamentos futuros por conta de não ter procedido segundo certa cartilha *ideológica* garantidora de algum tratamento ao abordado, diferente do que o policial normalmente daria em ocorrências parecidas.

Irracionalismo e misticismo são duas palavras “caras” que se combinam a ideias como a expressão “tendências revolucionárias” e o conceito de messianismo. Tal combinação se encontra na obra de Sholem (1995; 1996). Este autor enfrentou os colegas historiadores de seu próprio tempo, para os quais quando se falava em mística, isso não estava relacionado à filosofia comum aos contemporâneos desses pensadores. Por isso, a história social e nela os movimentos de ideias irracionais e místicas deixaram de receber a atenção de pensadores interessados apenas em falar de racionalismo, intelectualidade e princípios universalistas ocidentais de interpretação da realidade. Este, portanto, é o ponto de conexão entre a conhecimento e estratégia na ação policial militar que deve ser sistematizada, teriorizada, aprimorando a técnica quando da abordagem a pessoas predispostas ao enfrentamento físico e à resistência ao trabalho policial.

Essa postura intelectual dos contemporâneos de Sholem observa-se ainda hoje, na Academia, fora da comunidade deles, onde se acredita que seja de

pouca relevância, pífia aplicabilidade e nula utilidade prática o estudo sobre a mística e as reverberações de certos conceitos tirados da referida concepção teórico-filosófica. Por causa desse preconceito é que as ideias de pensadores como Gershom Sholem que tiveram alta influência na construção da cosmovisão da sociedade ocidental, como Karl Marx e Jacques Derrida, nem sempre são compreendidas na sua inteireza.

Sholem é referência obrigatória da linha de estudos que alterou o paradigma, segundo o qual, essa cosmovisão do grupo que ele integrava não teria relevância para pensar sobre realidades externas a sua comunidade de crenças. Depois dele, isso mudou. A abertura que ~~e~~ promoveu tornou possível e legítimo utilizar a maneira de os integrantes do grupo dele pensarem sobre temas de dimensão macro, para que, mesmo não sendo um deles, outros pensadores pudessem empregar o aparato conceitual que tanto o animou a escrever, para assim esclarecerem os seus respectivos objetos de estudo de maneira incomum. Tal atipicidade consiste em analisar ideias a partir da perspectiva da qual elas foram extraídas ou adaptadas, e focando as análises a partir da mística judaica e do moderno estudo de como a crença cabalista. (BIALE, 2004; SHOLEM, 1995; 1996).

Essa busca pelo que haja de macro, no micro, convida a refletir sobre dificuldades práticas do cotidiano profissional de quem precise desempenhar seu ofício lidando com indivíduos cuja individualidade traduza o modo de viver de alguma coletividade. Esse tipo de demanda diz respeito ao pensar/agir policial, nos casos em que esse tipo de agente público tem de lidar com situações relacionadas a pessoas auto-situadas em contextos de vida que ossociólogos enquadram na noção de “minorias”, sendo uma delas a disforia de gênero.

No presente artigo, isso é feito a partir de uma cosmovisão que agrega, dentre outras, algumas teorias de Hermes Trismegistus, Sabbatai Tzevi,

Friedrich Hegel, Karl Marx e Jacques Derrida. Procura-se, desse modo, apontar para potencialidades de leitura de certos tipos de ocorrência policial que envolve disfóricos. A análise, porém, extrapola o caso isolado, de modo a entender em que medida a linha derridiana de expressão de uma determinada cabala, a marxista, pode ajudar a jogar luz nesse tipo de situação operacional do policiamento.

Essa é, em linhas gerais, a perspectiva teórica macro explorada neste texto, o qual por essa razão se insere analogamente no esforço de conexões entre apropriações do libertarianismo judaico e seus usos, feitas para pensar sobre a realidade externa ao próprio judaísmo, como exemplificado em Löwi (1999) e sobre vínculos e paralelismos entre marxismo e pensamento cabalista, procedido por Aguiar (2013).

Este artigo diz respeito às atividades de levantamentos e de leituras teóricas realizadas pelo autor, de maio de 2019 a maio de 2021, junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFMG, sob orientação do Professor Pós-Doutor Francisco de Paula Antunes Lima, no âmbito da Ergonomia Cognitiva. Frise-se que os méritos do texto devem ser creditados à riqueza das orientações metodológicas dele, porém, as insuficiências decorrem exclusivamente de imperfeições deste autor do artigo.

O objetivo, no período de pesquisa de pós-doutoramento, foi estudar os elos entre modos de pensar e de agir, no exercício da profissão policial, diante de situações reais da atividade operacional da Polícia Militar, em que a abordagem a pessoas trouxesse desafios decorrentes da filiação mental dos abordados a alguma forma de ver a si mesmos.

Procurou-se pensar neles enquanto sujeitos reais, não necessariamente aderidos a alguma ideologia. Entretanto, diante do potencial de uma simples ocorrência policial em uma sociedade, como a brasileira, atual, em que praticamente tudo tem sido reduzido ao debate político-ideológico,

casos banais de atendimento de ocorrências pela Polícia Militar podem se transformar em contextos de choque de visões de mundo entre agentes estatais e pessoas que integrem minorias e isso pode suscitar, na opinião pública, uma tomada de posição a favor ou contra os policiais, pelo simples fato de serem realizadores de um ofício nem sempre simpático. Daí surge o desafio de esses profissionais não verem a si como parte de algum processo revolucionário, nem tomarem posição ideológica, contudo, nem sempre essa impessoalidade é garantia do trabalho policial militar escapar de ser taxado como fonte de opressão aos abordados.

Os sem-terra, os black blocs, os apenas insurgentes contra o sistema penitenciário, os rebeldes de maio de 1968, na França, e as pessoas que apresentam disforia de gênero, servem, nesse tipo de contexto, de pano de fundo, para a realização de estudos de Ergonomia. O artigo concentra-se apenas em dois casos de disforia de gênero, ficando para uma próxima oportunidade a exploração de aspectos inerentes aos demais tipos, mas o texto deixa aos interessados o registro de possibilidades de aplicação, em caráter de teste de hipóteses, de boa parte das explicações lançadas aqui, para pensar no futuro sobre esses outros grupos.

As concepções dos sujeitos da pesquisa, com apenas uma cosmovisão (mesmo que possam ter semelhanças ideológicas), podem não ter o mesmo interesse político/sexual/ identidade de gênero em sua condição, como pessoas LGBTQIA+, MST e black-blocks. Nem todos estão em "conflito com a lei". Entretanto, seria incorrer no equívoco do nominalismo de Guilherme de Ockham se aqui se admitisse como válida a negação total da possibilidade da feitura de abstrações generalizantes a partir de dois casos concretos. Afinal, existem os universais, contrariando o entendimento ockhamiano e a negação desse fato implicaria na inviabilização da própria atividade científica, porque esta consiste, segundo Carvalho (2020), em buscar e demonstrar

a existência de padrões, o que pressupõe a existência de universais.

Deixa-se, inobstante isso, para outra ocasião, a análise de material coletado, referente às cenas de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) enfrentando à Polícia Militar com foices, enxadas e facões, em 1996, na região Norte do Brasil. O mesmo adiantamento se aplica ao estudo dos embates entre ativistas e policiais havidos em Paris, no ano de 1968, bem como os ocorridos entre manifestantes de gênero e a polícia novaiorquina, no bar Stonewall Inn, em Nova Iorque, em 1969. Da mesma forma, deixam de ser analisados neste artigo os estudos referentes aos conflitos que se desenrolaram entre a corporação policial militar e os "black bloc", nas ruas do Rio de Janeiro e São Paulo em 2013, e os embates concretizados também nas ruas dessa capital brasileira, alguns anos antes, em 2006, por ação de atiradores ligados ao coletivo denominado Primeiro Comando da Capital (PCC). Fica para ocasião posterior de produção textual essa aparente colcha de retalhos, que se pretende unificar num só olhar: o da insurgência física e até bélica contra o policiamento.

O presente artigo, portanto, resulta de um recorte, focalizando atenções ao segmento formado por pessoas que centram suas visões de mundo no pressuposto de que seja possível a separação, a distinção, entre seu corpo e sua autoidentificação a respeito do que ele, o dono da estrutura material e fisiológica, seja: pertencente a um outro gênero ou atraído eroticamente por pessoa que também possua a mesma configuração corporal do intérprete. Tal segmento de intérpretes da própria corporeidade é integrado, dentre outros, por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, fazendo-se

conhecido pelas iniciais dessas atitudes eróticas, daí a sigla LGBTQIA+.

Em seguida, deu-se um novo recorte, limitando a apreciação a dois casos de como foram concretizadas abordagens policial a pessoas de tal público. Um dos indivíduos abordados foi um transexual do tipo autoidentificado como travesti, e outro foi uma cidadã autoidentificada como lésbica. Procurou-se, na pesquisa, dar voz aos policiais militares envolvidos na abordagem ao respectivo sujeito. Buscou-se entrevistar esses profissionais de segurança pública, tentando olhar o seu conhecimento procedimental⁵⁴ e a sua estratégia operatória⁵⁵, isto é, a estratégia cognitiva.

2 METODOLOGIA

O método utilizado foi o da Análise Ergonômica do Trabalho (AET). Guérin et al (2001) afirmam que esse tipo de avaliação diagnóstica se compõe de cinco etapas: dão-se de início três tipos de análise (da demanda, da tarefa no posto de trabalho e da atividade), depois o diagnóstico e, por fim, as recomendações. Adiantando o argumento, nestas entrou-se no mérito sobre o fato de que um profissional de quem se espera certo padrão de conduta que respeite a realidade, o qual a tenha diante de si, sente a necessidade de usar para isso um paradigma não-kantiano, isto é, o policial faz uma adequação da inteligência à coisa observada. Isso é particularmente necessário diante de pessoas que sejam cambiantes da sua identidade, por causa da disforia de gênero. O não-kantismo é uma necessidade do serviço policial-militar, conforme

⁵⁴ Segundo Anderson (1995 *apud* OLIVEIRA; MOZZER, 2017, p. 20), “Conhecimento procedimental é aquele que se constitui das habilidades cognitivas necessárias para realização de determinada ação.”

⁵⁵ Silvino e Abrahão (2003 *apud* SARMET; ABRAHÃO, 2007, p. 134) afirmam que estratégias operatórias “são processos de regulação que envolvem mecanismos cognitivos como categorização (reconhecimento de padrões), resolução de problemas e tomada de decisão”.

acreditamos haver demonstrado no capítulo de livro em que tratamos disso. (REIS, 2021).

a primeira etapa, buscou-se conhecer os possíveis problemas que poderiam ser observados no ambiente de trabalho escolhido para análise, que foi o da atuação operacional de trabalhadores pertencentes aos quadros de pessoal de uma corporação policial militar brasileira.

Procurou-se aí compreender o universo dos enfrentamentos à abordagem policial. Para isso foi realizado um levantamento do histórico de situações de enfrentamento à abordagem feita por policiais, no Brasil e fora dele, sem pretensão de esgotar o assunto nem o rol de casos. Foi nesse momento realizada uma focalização sobre os casos em que os enfrentadores eram todos identificáveis por um só padrão: o da adesão tácita ou explícita ao pressuposto de que a polícia seria um instrumento da elite social destinado a oprimir ilegítimamente os não detentores dos meios de produção econômica. O resultado está no Apêndice Único.

Na segunda etapa, procurou-se descrever as expectativas institucionais da corporação policial e dos legisladores, quanto ao que fazer no posto de trabalho, isto é, qual a tarefa ergonômica. Isso foi buscado na síntese oferecida por Foureaux (2020): “travestis femininos (órgão genital masculino) possuem o direito de serem abordadas por uma policial (mulher); [...] gays, lésbicas e bissexuais [...] devem sofrer abordagem policial correspondente ao sexo/identidade de gênero.” (FOUREAUX, 2020, p. 65).

Para a terceira etapa da AET, que é a análise da atividade, buscou-se olhar de perto para dois casos concretos, vivenciados por profissionais de segurança pública cisgêneros (pessoas que se identificam sexualmente de acordo com sua estrutura de DNA e seu aparelho reprodutor), integrantes do quadro de pessoal da referida corporação. Para isso foram realizadas entrevistas por este doutorando, as quais estão gravadas e disponíveis para consulta, tendo isso sido realizado

após uma prévia seleção de pessoas que, pertencendo à mencionada organização de serviços de segurança pública, haviam declarado que passaram por situações concretas de dificuldades para realizar a abordagem a pessoas do grupo de disforia de gênero.

Ainda nessa etapa, foram coletadas informações junto a dois policiais-militares que lidaram diretamente com ocorrência envolvendo integrantes do segmento social composto por pessoas que apresentam disforia de gênero. Procedeu-se, nessa fase, a uma entrevista visando levar os entrevistados a uma metacognição, processo que Cruz (2013, p. 1) chama de “reflexões sobre as ações, os processos e estados cognitivos e afetivos.” O Entrevistado 1 foi uma cisgênero mulher que precisou abordar um travesti e o Entrevistado 2 foi um cisgênero homem que teve de fazer abordagem a uma lésbica e sua condução a uma delegacia de Polícia Civil.

Na etapa seguinte (diagnóstico), procedeu-se a um estudo em profundidade sobre o universo de pessoas em que as auto-identificados como pertencentes a um gênero que não corresponde à sua identidade biológica estão inseridas: a de ativistas que veem a ação do policiamento como expressão de um intento de oprimir, desrespeitar e abusar, que proviria das elites econômicas da sociedade capitalista. Esse elo deixou de ser tratado neste artigo, por limitações de espaço. Pretende-se, em ocasião oportuna, explorar isso mais a fundo, partindo da validade do tal pressuposto, como hipótese a ser verificada em campo.

Na última etapa (recomendações), foi realizada uma sequência de prescrições, visando ajudar a resolver ou minorar as dificuldades encontradas pelos policiais militares, narradas pelos entrevistados, bem como tendo por objetivo contribuir para a comunidade científica, tanto das Ciências Policiais, como da Engenharia, olharem para os programas de treinamento de pessoal com uma preocupação nova, que possibilite o

desenvolvimento de soluções aos profissionais que trabalham com as temáticas da disforia sexual.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da AET dispõe-se de meios para observar a tessitura invisível que leva uma pessoa comum, do povo, a atirar bolinhas de gude em direção a cavalos que os profissionais de segurança pública estejam conduzindo em direção a ela objetivando impedir que ela continue a fazer atos de vandalismo, a investir com foices e facões contra agentes públicos armados de revólveres, durante uma tentativa policial de cumprir um mandado de reintegração de posse, a acender e direcionar um rojão contra a tropa enquanto manifestantes pacíficos pediam a renúncia ou o impeachment da presidente da República, a incendiar veículos e quebrar vidraças escondendo-se por trás de máscaras no ambiente público de uma dada manifestação pela redução dos preços das passagens de ônibus, a escolher alvos nos quais atirar pela condição destes de trabalhadores de alguma das organizações de serviços de segurança pública da cidade ou de pessoa da família desse mesmo público.

Essa tessitura é o que os ergonomistas chamam de tarefa, aqui entendida como sendo aquele padrão comum a todos esses atos: a intenção do manifestante de transformar a sociedade rumo a algo novo em que o Estado, a autoridade, não mais existam ou pelo menos deixem de se antepor à anarquia. Portanto, a tarefa pode ser a de resistir à ação policial, não porque a Polícia esteja trabalhando mau ou de fato sendo abusiva no modo de agir (como é possível ocorrer, dada à especificidade da atividade profissional ou ainda por negligência, imprudência, imperícia e/ou também por uma conjunção desses fatores, o que

grosso modo pode ser analisado de forma sistematiza (FBSP, 2021)56), mas apenas porque ser contra toda forma de atuação policial, ainda que esta esteja sendo feita por mero cumprimento do dever profissional de prevenir crimes, pode ser um marcador de grupo, um dever moral embutido na pertença a um grupo que, por escolhas ideológicas prévias, olha o mundo como se tudo fosse intolerância sistêmica.

Em outras palavras, o policiamento pode ser, sem aviso prévio por parte daquele que esteja prestes a sofrer uma busca pessoal, taxado de perpetrador de privilégios ou poder difusos, os quais, de acordo com Pluckrose e Lindsay (2021) são pressupostos muito comuns de se encontrar nas ideias do “pós-modernismo reificado”, movimento esse que se assemelha, segundo os autores, a uma religião em que cada membro “[...] considera que as suposições do pós-modernismo são verdades reais e objetivas - A Verdade Segundo a Justiça Social.” (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 13).

A resistência à ação policial e a reação violenta à tentativa de o policial agir pode, então, ter como causa não alguma ilegalidade real ou iminente por parte do profissional de segurança pública e sim a adesão mental, prévia, da pessoa que percebe que irá ser abordada, a uma visão de mundo idealizada, em que aconteça o que acontecer, o policiamento será sempre visto como algo intrinsecamente mau.

Pluckrose e Lindsay (2021) afirmam que o pós-modernismo, enquanto corrente de ideias, “[...] alterou drasticamente não só o que e como pensamos, mas também como pensamos sobre o pensar.” (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 17). Trata-se de uma visão de mundo radical, esotérica, distante da realidade da existência cotidiana de cada pessoa, marcada por “[...] um profundo ceticismo quanto à possibilidade de qualquer estrutura ampla de criação de significado que sirva de base para a

⁵⁶ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 12 nov 2021.

vida das pessoas.” (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 17).

Por seu turno, a disforia de gênero é uma incompatibilidade entre a anatomia sexual e a identidade com que o disfórico se sente autoidentificado, nos dizeres de Cole et al (1997, apud ATHAYDE, 2001, p. 407). Dos aspectos que fazem da disforia de gênero uma realidade interessante para os estudiosos das Ciências Policiais e da Ergonomia Cognitiva, um consiste nas questões nem sempre perceptíveis à primeira vista, que emergem dos casos de necessidade do contato entre quem apresente esse tipo de incompatibilidade e os profissionais de segurança pública que precisem fazer abordagem física para revistar essas pessoas, como parte de alguma rotina de serviço policial.

Essa disforia possui, então, um aspecto prático de como as ocorrências policiais podem se desenvolver quando a tropa tem de lidar com disfóricos. Entretanto, no nível mais profundo, tal realidade pode ser vista dentro de uma perspectiva bem mais ampla e significativamente mais convidativa à reflexão. Neste segundo aspecto é que incide então a Teoria das Ciências Policiais e Segurança Pública. No presente artigo, predomina o olhar prático, mas não sem oferecer ao leitor algumas pequenas mostras de onde o olhar do cientista policial pode chegar, caso se pretenda capacitar pessoas para o ofício dessa ciência.

Para o policial, se alguém denomina a si mesmo como homem, contudo tenha anatomia sexual de mulher, ou vice-versa, isso tem relevância porque há, na abordagem, a necessidade técnica da garantia da supremacia de força, e é fora de dúvida que a autodenominação possa se dar também como subterfúgio da pessoa que esteja em vias de ser abordada, para aumentar o campo de probabilidades de tentar tirar proveito das vantagens que a pertença ao outro sexo lhe possa trazer, diante de uma situação concreta em que, por exemplo, mulheres tenham de ser abordadas por

mulheres e homens por homens, para não haver o constrangimento de que uma pessoa de outro sexo lhe toque as partes íntimas do corpo durante a busca policial.

Nesse contexto, o labor inerente ao policiamento ostensivo é observável em situações que podem ser descritas a partir de esquemas de leitura da realidade ofertados pela Ergonomia Cognitiva (EG), para ajudar a compreender o que fundamenta o binômio pensar-agir dos policiais e dos abordados, em situações de abordagem, isto é, para analisar o trabalho dos que, por força da profissão, dedicam-se a atender ocorrências e se veem obrigados a resolver problemas que vão muito além das aparências.

Abordar uma pessoa significa, para o policial militar, possuir condições de fazer a busca por armas ou drogas, ou produtos de delitos no corpo dela, no automóvel que ela esteja utilizando no momento de ser abordada, ou entrar contra a vontade do abordado, em algum ambiente onde ele se encontre. Nesse contexto, o tema que mais desafia é o da prática de tal serviço tocando partes corporais do investigado, onde ele possa ter ocultado algo incriminador ou que, se não tirado a tempo pelo policial, poderá ser usado contra sua vida, no deslocamento entre o local da prisão e o da apresentação do preso à Polícia Civil ou ao Juiz da Audiência de Custódia.

Abordagem, nesses casos, tem para esse profissional de segurança pública o significado de conjunto de partes da estrutura física de alguém que seja preciso inspecionar, por vezes até recomendando ao abordado que fique em posições aptas a reduzir a chance de uma reação, ou suficientes para evidenciar a ocultação de pertences em áreas íntimas.

A quem não seja do meio policial ou esteja na desconfortável situação de passar por uma verificação desse tipo, o agir desses que laboram no serviço de policiamento pode parecer abusivo, humilhante, desnecessário e até ilegal, ainda que

tenha havido discernimento do policial sobre o que era justo e necessário na situação.

Independentemente da questão legal, existe para o policial militar a necessidade de só colocar para dentro da viatura policial alguém que ele haja abordado, portanto, somente depois de ter se certificado de que o iminente conduzido não esteja portando arma. Deixar de fazer isso pode levar a equipe dos condutores a ser surpreendida com rendição durante o deslocamento, e subsequente despojamento de uniformes, armas e da própria viatura, por ação astuta da pessoa que tenha se desvencilhado das algemas dentro do automóvel da condução. Pode ocorrer algo ainda pior: o abordado que tenha passado por uma verificação policial insuficiente e que tenha sido bem-sucedido em ocultar uma arma e haja sido posto na viatura portando-a, à revelia dos polícia, pegar a arma então ocultada e não procurada adequadamente pelos abordantes e causar uma agressão letal aos policiais, na hora do desembarque. Ser despojado de pertences da profissão é o mal menor que pode acontecer aos policiais, em casos de uma busca pessoal mal-feita, pois o risco de ser alvejado na cabeça dentro da viatura pelo conduzido é altíssimo, nessas circunstâncias.

Para não ser morto em serviço, o policial militar deve, portanto, interpretar situações e resolver problemas encontrados durante o turno de serviço. Abordar, desarmar, algemar, colocar dentro do “cofre” da viatura, conduzir o preso de maneira tal que os cuidados garantam a segurança para a equipe de profissionais condutores, entregar a pessoa conduzida em uma delegacia ou juizado de custódia, para a adoção das providências seguintes, tudo isso faz do agente público em comento um utilizador de saberes que precisam ser mobilizados na situação, sob pena de correr grande perigo de ser morto em serviço.

O mundo no qual os trabalhadores agem é alicerçado em tarefas, palavra tão pluralizável quantos são os tipos de trabalhos, mas que apesar

dessa indeterminação numérica é redutível à mesma noção de tarefa prescrita. Certa abordagem da EC considera a tarefa essencial. (DANIELLOU, 2004). Além disso, esse vocábulo tem por sinônimos as expressões "condições externas" e "exigências do trabalho".

De acordo com Silva (2006), Isso torna possível pensar na atividade laboral revolucionária dos manifestantes com uma chave de leitura sobre a unidade do que é anterior, gerador, motivador da própria atividade, ou seja, o fato de sempre existir em todo trabalho uma tarefa e uma atividade possibilita pensar sobre a ergonomia da tarefa e com isso dedicar atenções ao que haja de prescrito na ação prática de certo tipo de trabalhadores: os que fazem do enfrentamento à atividade policial um ofício, ou pelo menos uma razão parcial de suas motivações para existir.

Karl Marx é referência obrigatória no estudo da temática do trabalho. Nas relações que fez a respeito de como o trabalhador é explorado e do tipo de mudança que precisaria ser feita na sociedade para corrigir os abusos, ele comparou a violência a uma parteira, sendo gestante a velha sociedade e nascitura uma nova (MARX, 1985). Portanto, a violência é um traço de sua visão de mundo. As ideias marxianas em defesa dessa radical transformação social em prol dos que laboram na condição de empregados dos detentores dos meios de produção foram popularizadas mediante o "Manifesto Comunista", escrito em coautoria com Friedrich Engels. Contudo, esse documento lhes foi encomendado e receberam documentos para concretizar a tarefa. À medida que uma linha de investigações da EC considera a tarefa prescrita como algo essencial. (DANIELLOU, 2004).

A distribuição de tarefas consiste em uma das variáveis afetas ao ambiente que costumam ser usadas em pesquisas na referida área de estudos (IIDA, 2002). Nesse contexto, no tocante à Ergonomia, as variáveis escolhidas podem ter como referenciais o homem, a máquina, o ambiente e o

sistema. Deste último, um dos itens é, segundo ele, a distribuição de tarefas.

O Manifesto Comunista pode ser tratado como tarefa. Afinal, esta consiste no que deve ser feito, o que se dá como prescrição pela organização ao trabalhador (FALZON, 2007): “a tarefa “[...] é o que se deve fazer, o que é prescrito pela organização.” (FALZON, 2007, p. 9). A tarefa é o rol das prescrições dadas a quem vá concretizar certa atividade, as quais por sua vez têm ancoragem em certas normas e padronagens de cunho qualitativo ou quantitativo e devem ser efetivadas pelo trabalhador, mediante determinados equipamentos e ferramentas, não se confundindo, por isso, com o trabalho propriamente dito, mas sim configurando-se como uma determinação e um constrangimento externo ao trabalhador sobre sua atividade.

A teoria ergonômica da tarefa completa-se e se ilumina pela da atividade, o que permite pensar sobre aquela a partir desta, na segurança pública, olhando para as atividades dos que enfrentam a Polícia Militar e nesse ato se sentem identificados com a causa revolucionária comunista. Esse olhar mostra-se possível, desafiando à busca por esse algo que passa por Marx e tem nele uma figura de destaque, mas que existia desde pelo menos setenta anos antes dele. (ABRAHAM, 1971).

Hagger (2005) afirma que todas as grandes revoluções havidas no Ocidente nos últimos cinco séculos e meio obedeceram ao mesmo padrão: começaram com uma visão oculta e inspirada, a qual se espalhou como um incêndio, depois passou ao domínio Intelectual de alguma liderança, em seguida decaiu para o patamar político e terminou

em conduta violenta das pessoas alcançadas por tal visão.

Assim, prossegue Hagger (2005), as revoluções denominadas Reforma Protestante, Revolução Francesa e Revolução Russa tiveram por inspiração a mesma visão oculta e seguiram a mesma padronagem, o mesmo processo de desdobramento: de modo semelhante ao que um incêndio se espalhando na floresta, uma visão oculta e inspirada e passada adiante entre as pessoas.

Na fase seguinte, tal visão sofre um enfraquecimento na mesma velocidade com que a tal utopia perde força e aí o novo formato do antigo ideal passa ao domínio intelectual, sendo apresentado como algo filosófico e na sequência avança rumo ao domínio político. Por fim, dá-se uma fase de violência por parte dos aderidos à tal ideia contra os resistentes e é nessa fase que acontece a consolidação do imaginado pelo visionário. Essa dinâmica revolucionária de quatro fases corresponde aos quatro âmbitos da Cabala⁵⁷, que são o divino, o oculto (ou “espiritual”), o psicológico e, finalmente, o físico.

Nesse sentido, quando homens passam a se auto-identificar como mulheres e vice-versa e nessa autoidentificação esteja presente um elemento político de imposição a todos os discordantes, isso é bem parecido com as duas últimas fases da explicação de mundo cabalista. Em outras palavras, quem queira entender bem a politização da disforia de gênero possui, no cabalismo, um paradigma possível de esquema de explicação da realidade, em que o aspecto oculto é religioso e o aspecto divino é a concepção de homem que se dá pela Cabala. O significado desta é, segundo os estudiosos judeus do

⁵⁷ Aqui, caso o leitor(a) deseje fazer uma analogia da Cabala, com a ideologia, em especial, a alemã, em termos, isto pode ser com a própria teoria de Marx e Engels, como inversão e distorção da realidade. ENGELS, F; MARX, K. **A ideologia alemã**. (Trad.) Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2012. (5ª reimpressão).

tema, a mais renomada dentre as literaturas místico-esotéricas do judaísmo (IDEL, 2008).

Houve inúmeras variações no desdobramento desse significado, rumo a elementos mágico-astrais e algumas delas foram fontes vindas da Espanha do século XIV que repercutiram nos escritos do R. Moisés Cordovero, do século XVI. No século anterior, XV, R. Iohanan Alemano também houvera sofrido tais influências. Na obra “Pardes Rimoin, de Cordovero, vê-se a magia hermética, que nesse tipo de mágica, a técnica básica “[...] é a de puxar para baixo os poderes divinos, ou o transbordo das Sefirot, de acordo com as necessidades do mágico. [...] O cabalista tinha ciência da similaridade entre o tipo de Cabala que estava propondo e as práticas mágicas pagãs.” (IDEL, 2008, p. 38). A Cabala, que antes possuía um uso restrito aos judeus, disseminou-se e encontrou ecos em cristãos. Alguns elementos do pensamento cabalístico influenciaram, dentre outros, Jacques Derrida (1930-2004), segundo Idel (2008).

De acordo com Santos (2021), Eric Marty fez uma releitura e uma síntese da obra de Derrida e esclareceu, a respeito da palavra “gênero”, que ela se constituiu em derradeira mensagem do Ocidente ao restante dos países e abalou “[...] a crença fundamental no caráter natural da diferença entre os sexos [...] [e] modificou as línguas graças a um vocabulário novo povoado de novas siglas: LGBT+, MtF [...]” (SANTOS, 2021, p. 752).

Nesse contexto, Derrida contribuiu para os estudos sobre gênero por meio da palavra “différance”, que indica a fluidez e indefinição de algo em relação ao seu anterior e ao seu posterior (SANTOS, 2021). Derrida (1995) cunhou a palavra “desconstrução” e lhe atribuiu o significado de radicalização entendida como parte da tradição marxista: “A desconstrução só tem sentido ou interesse para mim como radicalização, ou seja, dentro da tradição de um certo marxismo em um

certo espírito do marxismo.” (DERRIDA, 1995, apud HICKS, 2021, p. 12).

A desconstrução, para Derrida, citado por Meneses (2013), não é um método de interpretação da realidade, mas sim a ausência de limitações metodológicas, que por sua vez toma como pressuposto válido o da inexistência das essências e na virtualidade de todos os significados. Além disso, segundo Derrida, igualmente citado por Meneses (2013), pretende alterar o conceito de realidade, pondo algo hiper-real como superior a ela, algo que está acima das categorias de espaço e tempo, não respondendo à estrutura psicológica tradicional que os sujeitos costumam utilizar para exercer o uso da razão em domínio sobre a sua própria vontade, ao lidar com o mundo.

Não sendo método, mas tendo peso de validade geral para olhar a realidade do mundo e se colocar como superior a ela, outro nome não pode haver para esse conceito de Derrida, senão o de uma religiosidade. Sabendo-se que ele era um cabalista, segundo Idel (2008), e que a Cabala se caracteriza por uma interpretação do mundo como possuindo um aspecto oculto que o cabalista se apresenta como apto a desvendar, fica nítido que o esquema desconstrucionista de Derrida é uma versão sofisticada de marxismo, inobstante este ser um tipo de materialismo.

4 APRESENTAÇÃO DOS CASOS ESTUDADOS

Os casos estudados foram dois: o do Policial A e o Policial B, cujas identidades foram preservadas por questões éticas. Procurou-se em ambos os contatos de pesquisa fazer com que o entrevistado discorresse livremente sobre o seu contato com casos de disforia de gênero no atendimento de ocorrências. As entrevistas não tiveram perguntas pré-estruturadas.

A Policial A foi ouvida no dia 5 de março de 2021, por telefone, e o Policial B concedeu entrevista no dia 15, dez dias depois. Eles falaram a este entrevistador estando no ambiente de trabalho. Tiveram prévio conhecimento do que se tratava e das razões pelas quais foram escolhidos para falar sobre o tema do trabalho policial nesse tipo de ocorrência. A íntegra das declarações está disponível em arquivo, com o autor deste Relatório. Por orientação do Prof. PhD Francisco Lima, passa-se aqui apenas uma síntese contendo os pontos principais das falas respectivas.

a. Situação de trabalho com disfóricos, na ótica da Policial A.

Na transcrição da entrevista a seguir, a profissional entrevistada descreve uma circunstância de atendimento de ocorrência policial havida quando ela estava hierarquicamente situada na posição imediatamente abaixo da atual, ou seja, era uma policial em função de comando da equipe. Sua lotação naquele momento e na atual está intencionalmente omitida, bem como os dados geográficos e outros que tornem possível infringir seu direito à não identificação.

[...] Como [posição hierárquica omitida pelo entrevistador], eu percebi que o [do] **público LGBT**, existiram várias situações em que eu tive... é, é, **dificuldade em atuar da mesma forma que mandam os preceitos da PM**, e não ferir de alguma forma qualquer situação específica de um público que eu não conhecia. E como eu não conhecia é muito difícil você adequar. E como eu não tinha essa possibilidade de adequação, eu tive que seguir os manuais e ponto final. É... então assim: já teve situações de abordagem a veículo e aí eu falar o nome da pessoa, era o nome do documento e aí a pessoa pedia para ser chamada por outro nome, mas aí eu já tinha chamado a pessoa pelo nome da certidão de nascimento, enfim, situações assim que foram... é, não trouxeram dificuldade para abordagem, mas eu lembro de ficar numa situação chata ou deixar a pessoa numa situação ou ficar numa situação chata nesse sentido de talvez estar sendo até deselegante com a pessoa. Mas num dado momento, numa situação específica que me marcou, que foi ali na rua

[nome omitido propositalmente pelo entrevistador], no quartirão em cima do [nome omitido pelo entrevistador], é... eu na área do [...] [nome do Batalhão omitido pelo entrevistador], eu fui ajudar lá, eu fui é... fiscalizar uma viatura minha lá na Delegacia [restante do nome omitido intencionalmente pelo entrevistador], que estava lá na [avenida] [nome omitido pelo entrevistador na hora da transcrição], e no retorno p'ra Unidade, eu fui acionada por populares, é... passando de viatura eu e o motorista, e aí eles... é... **nós paramos para atender ocorrência e eles apontaram para uma pessoa, é... que seria autora de furto, estaria sendo acusada lá pelos populares, de que teria furtado um celular**. Se não me engano, foi isso mesmo, o furto de um celular, se não foi um celular foi algo da loja. E quando nós fomos abordar, **se tratava então de um... é... travesti**. Eu não sei se esse seria o nome correto, mas seria um travesti, que usava é... com feições bem masculinas, mas ele tinha um cabelo grande, seios de silicone bem grande, com um top [tipo de roupa que cobre somente os seios] e um short bem curto, assim, bem justo, e que dava para perceber que ele era homem e tal, pelo volume, enfim. E aí eu tinha que fazer busca nele. E aí primeiro ele estava muito revoltado com a situação, brigando e tal, aquela coisa toda e **os populares também, pedindo a gente pra abordar, porque 'ele que tinha roubado'**, enfim, e ele, ela, naquela situação. E aí eu me deparei com uma situação em que, é... **eu teria que abordar para verificar se ele portava algo de ilícito em suas vestimentas, em público, só que, se eu fizesse busca da forma que deve ser feita, na parte de baixo do corpo dele, eu teria que colocar minha mão, ainda que de uma forma técnica, né? É... p'ra eu sentir se ele guardava ali, dentro da... do short, é... algo que fosse o produto de ilícito**. E aí eu me senti constrangida, ver aquela situação, porque **eu pensei então... não é o certo, o homem é abordado pelo policial homem, é...**, na presença do homem, é, na presença do homem, né, que tem um policial masculino. Não era o caso de não ter um policial masculino, ou seja, tinha o meu motorista que era homem, ele poderia fazer aquela abordagem, para que eu não tivesse que passar por aquela situação. **E aí depois eu me deparei com outra situação, porque, como é que eu fazia [faria] o meu motorista dar a busca naquela pessoa, sendo que ele teria que abordar a parte de cima do corpo dele, que tinha seios, né, e o decote, enfim, ele teria que passar a mão ali, porque não tem como visualizar se a pessoa está guardando algo ali, no sutiã, se você não passar a mão por debaixo. Tem que sentir**. Enfim, e naquela situação, eu tive um 'insight',

né? Deus me ajudou, da... de, no momento eu... e os ânimos estavam exaltados, né?, para que... a população pedindo que a gente [os policiais] verificasse e o... e a pessoa também, né?, querendo é... providências em relação a uma provável calúnia. E assim, os ânimos muito exaltados [...], e as pessoas... filmar, né?, porque eles devem filmar, enfim, e eu tendo que resolver aquela situação. **E aí eu tive a ideia de... primeiro eu conversei com a pessoa dizendo: ‘- olha, você está sendo acusado de ter furtado um material, então eu preciso fazer busca sua. Primeiro, como é que você quer eu te trate? Qual é o nome que eu devo te tratar?’ E tal e tal** E aí ele usou um nome feminino. Isso eu me recordo perfeitamente. **Ele deu um nome feminino. Eu aí eu falei: ‘- Ok! Eu vou passar a te tratar como... é... do gênero feminino. Contudo, nós estamos em uma situação completamente constrangedora, em que eu preciso fazer busca em você e claramente eu estou constrangida. A gente vai ter de fazer busca na sua parte íntima. Então eu vou te pedir a compreensão, eu quero resolver a situação, você está falando que não é verdade, que não tem nada a temer, então eu vou te pedir a autorização. Eu quero que o meu motorista faça a abordagem na parte íntima sua, na parte inferior do seu corpo, e eu vou fazer busca na parte superior do seu corpo, ok?’** E aí eu tive a felicidade de contar com a compreensão daquela pessoa e ela permitir, porque, sinceramente, eu não sei... o como eu faria se ela tivesse dito que não. Porque eu não sei se eu levaria p’ra Delegacia, p’ra que eu tivesse um apoio maior, enfim. Até porque **não foi só o constrangimento que causou o desconforto de dar a busca. Quando a gente dá busca na parte inferior do corpo, a gente fica muito é, frágil em relação ao abordado, porque eu abaixo a minha cabeça, eu tenho que ficar numa posição, na qual uma pessoa com um porte masculino, porque ele..., é... é , em que pese ter se considerado mulher, ele tinha todo o porte masculino, era uma pessoa alta, com um porte masculino grande. Então eu não teria como me desvencilhar dele, numa situação de um contato físico, numa abordagem, então eu não tive segurança de me colocar numa situação abaixo.** Então eu realmente fiquei é , contente, após [o sucesso da abordagem]. E aí, por obra divina, a pessoa concordou e assim nós fizemos: eu fiz a busca na parte de cima e o meu motorista fez a busca na parte de baixo. []. (POLICIAL A, 2021, tempo 1’03”16” ao tempo 9’43”19”). (Grifos nossos).

Foi preciso então à entrevistada dividir a busca entre a parte do corpo que era masculina, que o policial masculino averiguou em busca do produto do fruto, e a parte do corpo que era artificialmente feminina, que a policial do sexo feminino abordou com idêntica intenção verificatória. Dez dias depois, foi ouvido outro policial militar, igualmente possuidor de experiência no trato com o público disfórico. O extrato de sua entrevista está disponível no próximo subparágrafo, que também se caracteriza pela mesma preservação de sua identidade.

b. Situação de trabalho com disfóricos, na ótica do Policial B.

No caso anterior, foram reunidas as informações fornecidas por uma profissional de segurança pública que teve de lidar com um caso complexo, não abrangido no conceito unidimensional de homem querendo ser mulher ou o oposto disso, mas homem que é metade homem, por natureza, e metade mulher, por cirurgia. Tal divisão autodefinida requereu dos policiais atuar tratando o corpo em dois “módulos”. A seguir, está o caso do atendimento de ocorrência em que a mulher se auto-intitula homem, para fins de convívio com outros homens (traficantes de drogas), exceto os policiais, para os quais elas mostram que não querem ser tratadas como homens, quando da realização da abordagem. Eis o que o Policial B vivenciou:

[...] Eu trabalhei numa região onde a prostituição desse grupo específico dos gays e travestis, né?, é muito grande. Então, nesse período em que eu trabalhei, de 2000 até 2010 a gente teve um contato muito grande com um número de ocorrências envolvendo esses... é... esse grupo em específico. É... nós... eu percebi a... a união entre eles, né? **Quando eram abordados, quando eram envolvidos em algum tipo de ocorrência. É... a aproximação de vários, no local onde um certo indivíduo foi abordado. É... tentando até atraparlar o... serviço policial, né?** [...] Várias ocorrências envolvendo

eles, mas confronto, graças a Deus eu não tive, devido à forma [com] que eram tratados por mim. Já teve casos de colegas que tiveram problemas, mas muitas vezes devido à forma [com] que eram tratados, né? Mas, é... esses indivíduos envolvendo em ocorrências a gente vê muito, principalmente à noite, principalmente envolvendo clientes deles, é... de roubo de celular ou desacordo comercial, desacordo entre eles, né? É... uma extorsão exigindo dinheiro, né? E depois que eu comecei a trabalhar nisso num outro portfólio, onde a gente trabalhou mais dentro de aglomerado, a gente... eu percebi a **presença de muita lésbica envolvida no tráfico de drogas e pouco homossexual envolvido nesse meio**. É..., no momento das abordagens, pelo fato de serem, de quererem ser parecidas com os indivíduos do sexo masculino, às vezes não eram nem identificadas como mulheres, né? E um problema que a gente tinha, é que essas lésbicas envolvidas diretamente com tráfico de drogas, era o momento da busca pessoal. **Elas já sabiam que a gente só em caso extremo que a gente poderia usar [realizar] a busca pessoal...** E quando a gente chegava nos locais onde é... estava ocorrendo tráfico de drogas e elas estavam presentes, no momento da abordagem, elas se identificavam como mulheres, né? Não deixando é... até mesmo para a gente não realizar a busca pessoal nelas. Quando isso acontecia, a gente solicitava na rede-rádio a presença de uma policial feminina. Às vezes, dependendo do horário, não tinha mulheres, não tinha policiais femininas no turno, é... a dificuldade para realizar buscas nessas lésbicas era muito grande, mas a gente solicitava que, sem colocar a mão, sem... é... realizar a busca em si, nós solicitávamos que levantasse a camisa até a altura do umbigo, né?, olhava a cintura, para ver se tinha alguma coisa, mas a busca em si era difícil. **E era até uma estratégia, creio que era uma estratégia daqueles traficantes daquele local, para dificultar o trabalho da Polícia Militar. E então a presença dessas lésbicas, nesse período em que eu trabalhei, que foram quase dez anos, foi crescendo bastante, foi crescendo muito, não é? [A ponto] de isso assim, a dificuldade de identificar no momento da abordagem era grande, só na hora da busca pessoal a gente percebia, né?, na hora que a gente ia realizar a busca, [nos] dizia: ‘- não, eu sou mulher’, e aí a gente não realizava a busca pessoal.** Também [quanto a] confronto com esse grupo, não tive nenhum problema [...]. (Policial B, 2021, tempo 1’03”16” ao tempo 9’43”19”). (Grifos nossos).

Havia então, no ambiente das abordagens, uma estratégia das lésbicas no sentido de se apresentarem como homens para trabalhar e conviver, mas ao perceber a iminência de uma busca pessoal pela Polícia Militar, abandonavam esse papel e exigiam tratamento como sendo uma pessoa não disfórica. A disforia funcionava, então, com cunho existencialista, mas quando o policiamento irá ser executado respeitando tal escolha por se auto-definirem como homens, a iminente abordagem fazia uso de uma plena consciência e desejo de ser mulher, tratada como tal pelos policiais.

Concluídas essas duas explicitações, pode-se agora passar à análise ergonômica do trabalho policial militar propriamente dita.

5 ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO POLICIAL MILITAR

5. 1 ANÁLISE DA DEMANDA O serviço policial militar consiste, basicamente, no contato entre os policiais e o público destinatário dos serviços, tanto a parte que é protegida contra infratores da lei, como a outra, que os referidos profissionais veem como sujeitos aos quais devam ser dirigidas as ações de abordagem, busca, identificação e, se for o caso, condução coercitiva a lugares que funcionam sob a administração do Estado.

Certos desafios podem ser notados no ambiente de trabalho operacional desses trabalhadores. Um deles é o de garantir o tratamento adequado a cada abordado, segundo seus direitos e seu grau de periculosidade. Este último aspecto é uma preocupação constante em toda abordagem, porque de onde menos se espera podem vir ataques aos policiais num nível tal de letalidade que lhes pode custar a própria vida.

Tem havido desde os anos 1960, uma crescente ocupação de espaços por parte do público de disfóricos de gênero, fruto daquilo que Sorokin (1961) chamou de revolução sexual. Esse movimento tem levado o modo de pessoas não pertencentes a esse grupo a se verem obrigadas a lidar de maneiras diferentes daquela resultante de seu livre-arbítrio, porquetal “modus vivendi” em relação aos que integram tal segmento revolucionário passou a ser especificado na legislação.

Foureaux (2020) cita, no rol de dispositivos normativos que tratam do tema, a Cartilha de Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Esse documento é da Secretaria Nacional de Segurança Pública e se dirige aos trabalhadores policiais brasileiros “lato sensu” (BRASIL, 2013). Seguindo os procedimentos de segurança e considerando as especificidades da abordagem a travestis e mulheres transexuais, considere os seguintes aspectos:

De início, como se dirigir à pessoa? • O policial deve respeitar a identificação social feminina caracterizada pela vestimenta e acessórios femininos de uso da pessoa abordada. • Deve utilizar termos femininos ao se referir à travesti e mulheres transexuais – tais como: senhora, ela, dela.[...] Prioritariamente, o efetivo feminino deve realizar a busca pessoal na mulher transexual e na travesti. Tal orientação objetiva respeitar sua dignidade [...]” (BRASIL, 2013, p. 85-86).

Existe, então, uma prescrição comportamental, vinda das autoridades encarregadas de definir condutas profissionais de encarregados pelo policiamento. O detalhe é que, na realidade, quem faz a definição é a pessoa que escolhe quem ela é, do ponto de vista da sexualidade, e o legislador não faz outra coisa senão dar um formato standardizado a isso.

Isso é interessante, porque o modo de ver a realidade, interpretando a si mesmo, é uma

forma de pensar que tem fundo idealista. Por exemplo: uma mesma pessoa pode decidir que pela manhã ela seja homem, mas a partir das 18h ela seja mulher, ao passo que o serviço policial carece de ser baseado em outra plataforma de reflexão: aquela que considera o que os abordados são biologicamente, para assim aquilatar adequadamente o tipo de meios precisem ser usados para um policial conseguir fazer com sucesso (em segurança) uma abordagem.

Desse modo, se uma policial do sexo feminino vai abordar uma pessoa que seja homem, mas que deseje ser tratada como mulher, isso cria um desnivelamento de potencial de força física que torna mais perigoso para a referida policial fazer a busca pessoal, pois pode ser mais facilmente dominada pelo homem.

Nas situações concretas analisadas, houve dois profissionais de segurança pública com a demanda por fazer buscas pessoais, no corpo de pessoas que se apresentavam voluntariamente como aderidas à disforia sexual, as quais, em função das normas vigentes na Administração Pública, possuem direito a ser tratados pelo nome social.

5. 2 ANÁLISE DO POSTO DE TRABALHO

5. 2.1 O posto de trabalho do policial militar que atua no policiamento é, mais exatamente, muito variável quanto às circunstâncias de lugar, o que torna mais adequado falar em tarefa e atividade. Nestas observam-se as seguintes características:

5.2.2 O dever de procurar armas ou drogas ou produtos de ilícitos no corpo de pessoas contra as quais haja fundada suspeita;
a obrigação de fazer isso usando técnicas que requerem o contato físico em relação ao abordado, considerando que o tato é um dos sentidos usados pelo profissional de segurança pública;
o dever de fazer a abordagem de modo suficiente

a evitar que por meio de algum objeto que escape à atenção do profissional, este seja morto pelo abordado, durante deslocamento para o local da privação de liberdade de ir e vir;

5.2.3 O local do posto de trabalho é altamente variável, sendo definido segundo as circunstâncias de tempo e lugar em que o iminente abordado cause dúvidas ao profissional de segurança pública, por ação ou alguma atitude suspeita.

5.3 ANÁLISE DA ATIVIDADE

A atividade dos dois profissionais entrevistados indica um padrão de consciência do dever a cumprir e de receio quanto ao perigo de serem surpreendidos por ataque imediato (durante a busca) ou posterior (após terem sofrido busca pessoal incompleta)

5.4 DIAGNÓSTICO

Foi analisado o significado, para a Ergonomia Cognitiva, da ação de enfrentamento físico e até bélico por parte de ativistas direta ou indiretamente aderidos à noção de dialética materialista e de luta contra a “opressão” do Estado que as forças policiais representam. Visando propor uma fundamentação interpretativa do padrão dos enfrentamentos, que fosse da prática à teoria, o texto dirigiu atenções aos casos de embates havidos na França, nos Estados Unidos e no Brasil. Isso na fase teórica.

O método de abordagem nessa etapa foi indutivo. Saindo do campo das cogitações, que merecem o devido aprofundamento, procurou-se, na fase prática, já com a delimitação pelo Orientador, a redução do foco a dois postos de trabalho. Nos casos práticos em tela, o ardil foi observado nos dois abordados. No primeiro caso, ele se identificou como mulher, mas a observação policial tornou possível notar que era um homem

vestido de mulher e assim a policial negociou com ele a divisão da busca em duas etapas: ela revistou a parte do corpo

onde ele houvera mandado colocar seios artificiais, e o colega dela fez buscas na cintura para baixo, onde havia um volume provocado pelo órgão genital masculino.

Quanto ao segundo caso, a pessoa se apresentou como homem, mas na hora de sofrer a busca pessoal que o policial do sexo masculino lhe iria fazer, o outrora autoidentificado homem disse que era mulher e com isso o profissional mudou a maneira de lidar com a situação. Assim, o aspecto da doutrina de Sabatai Tzevi foi encontrado no caso concreto.

Por outro lado, estava latente na doutrina do coletivo de pensadores genericamente denominado Hermes Trismegistus, da qual os ativistas herdaram a dialética de considerar legítimo ver o embate com o policiamento como símbolo da assimilação da dialética do hermetismo, chegada a eles por meio de um discípulo de tal corrente de ideias, Hegel, e por um seguidor deste, Karl Marx.

No caso concreto, foi verificado que o sujeito da abordagem, na situação havida com a Policial A precisou ser convencido, por argumentos, de que ia ser uma abordagem destinada somente a eliminar uma suspeita de crime, sem qualquer intenção política da parte dos abordantes, quanto à escolha identitária feita pelo sujeito. Já na situação da abordagem feita pelo Policial B, ficou evidente a estratégia da pessoa que ia ser abordada, em modular seu discurso de modo que a Polícia Militar se adequasse a ela, que quis ser suspeita de tráfico homem, enquanto não ia ser abordada, mas que quis ser vista e tratada como mulher, no caso de sofrer busca pessoal.

5.5 RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, recomenda-se, quanto ao caso A, que os profissionais de segurança pública recebam formação acadêmica que os ajude a ver que existem no universo da disforia de gênero duas camadas: a do ser conforme seu DNA e seu aparelho reprodutor e a do ser que quer se apresentar de modo diferente disso, mas que para o policiamento não pode significar uma renúncia aos cuidados que teria de tomar diante do ser biologicamente original.

No que tange ao caso B, sugere-se que os profissionais de segurança pública recebam formação para entender que existe a possibilidade de encontrar em pessoas do grupo de disfóricos aquelas que o integrem como facilitador para exercer uma determinada ocupação profissional, em que o exercente tenha plena consciência de que ele só é aquilo que tal pessoa outrora decidira apresentar em público enquanto as vantagens da disforia não se tornem potencialmente menores que da não disforia.

Em uma perspectiva mais ampla, sugere-se que aos policiais militares passe a ser ensinado, nos cursos de pós-graduação institucionais, os elos entre Sabbatai Tzevi, Karl Marx e os comportamentos violentos contra tropas feitos por grupos que se digam injustiçados pela ação das Polícias Militares. Outro elo importante, para fins de ampliação da compreensão sobre o problema de grupos que enfrentam a ação policial recorrendo à violência contra tropas, parece ser o formado por Hermes Trismégistus, Hegel, Karl Marx e os referidos resistentes.

Uma possível esquematização do ensino para policiais-militares de nível gerencial, como Comandantes de tropas, poderia ir mais a fundo, para ajudar a entender, a partir do conceito de “desconstrução” de Derrida, as implicações que isso traz para a compreensão do que é o pensamento revolucionário. Nunca é demais lembrar que nem toda pessoa que não necessariamente uma pessoa que seja disfórica de

gênero é um ativista. A leitura que se faz possível e útil para os policiais militares entenderem a reação ou iniciativa violenta contra tropas, praticada por pessoas que afirmem sua identidade de gênero como razão para o embate, é que a correta resposta a essas situações requer, para evitar os choques, ir além da ideia de que o importante seja dominar e abordar. Pode ser que a prioridade seja justamente compreender as potencialidades da situação com que se vá lidar.

Para isso sugere-se que tais estudos de formação de profissionais de segurança sejam feitos utilizando-se ocorrências específicas de embates entre ativistas e alguma tropa policial pública, isto, é, representativa do Estado, “lendo-as” mediante as justificativas apresentadas pelos manifestantes ou por analistas favoráveis a eles, assim considerados os seguintes pontos de embasamento: na França, o Maio de 1968, poderá ser visto sob o relato de Michel Thiollent; nos Estados Unidos, o movimento Queer pode vir a ser considerado a partir da ocorrência no bar Stonewall Inn (1969) e visto com o olhar de ativista de Renan Quinalha; no Brasil, os Sem-terra, em Eldorado dos Carajás paraense (1996), podem ser observados pela lente analítica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os Black Bloc (2013) são passíveis de leitura e apreciação pela lente de Ned Ludd, e o “salve geral” do Primeiro Comando da Capital, em São Paulo (2006) tem a potencialidade de ser considerado a partir do depoimento dado por Marcos William Herbas Camacho, o Marcola, líder desse coletivo de presos, à Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Drogas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais, apresenta-se aqui um pequeno resgate histórico de como alguns grupos se manifestam em face de uma abordagem policial (sugere-se que não seja feito

nenhum tipo de valoração quanto aos citados movimentos sociais, servindo tais exemplos apenas para contextualização e arremate final do trabalho apresentado.

Na França, o Maio de 1968 foi marcado segundo o relato de Michel Thiollent, por um desejo de escandalizar os burgueses (AT), houve enfrentamento à polícia local por pessoas que tinham consciência de estarem indo contra as leis vigentes e sabiam que a ação policial visava impedi-los (VHM), e os ativistas viam no seu agir uma forma de contribuir para a transformação da sociedade rumo aos objetivos da revolução comunista (DH).

Nos Estados Unidos, o Movimento Queer desenvolveu-se a partir da ocorrência no bar Stonewall Inn (1969), vista a partir do olhar ativista de Renan Quinalha. Nesse fato observou-se a prática do ativismo pelos frequentadores daquele estabelecimento, todos eles negadores das tradições de crença ocidental de que o corpo e a sexualidade sejam realidades indissociáveis (DH); os manifestantes resistiram fisicamente à ação policial e fizeram da resistência a bandeira política como se o Estado fosse o portador de uma visão de mundo a ser transformada por meio da união dos resistentes em defesa do comportamento sexual deles (AT), e consideraram legítimo agir contra o policiamento para forçá-lo a não mais os incomodar em seu ambiente de convívio e não mais agirem contra a manifestação pública de sua maneira de entender e viver a afetividade com pessoas do mesmo gênero (DH).

No Brasil, os Sem-terra, em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará (1996), vistos pela lente analítica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra são agentes de transformação social do tema da distribuição de propriedades agrárias aos despossuídos (DH), tais acampados consideraram legítimo “partir para cima” das tropas policiais da Polícia Militar do Pará, que ali cumpria um mandado de reintegração de posse (VHM), e eles

se dirigiram formando um bloco rumo aos policiais, portando foices, enxadas e facões que poderiam ser lembrados como instrumentos de trabalho pacífico, não de luta armada (AT).

No Brasil, os Black Blocs atuaram em 2013, em São Paulo e no Rio de Janeiro; no olhar de um deles, de codinome Ned Ludd, essa ação visou enfrentar o sistema (AT), com táticas de choque físico em relação aos policiais (VHM) e para contribuir para a transformação do mundo mediante o fim da indiferença das “elites” em relação às necessidades da população (DH).

Também, no Brasil, em São Paulo, no ano de 2006, houve, segundo se verifica ou se depreende do depoimento dado por Marcos William Herbas Camacho, o Marcola, líder desse coletivo de presos, à Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Drogas da Câmara Federal, o “salve geral”, sendo agente o primeiro comando da capital (PCC), sendo que os insurgentes usaram a tática de atirar em policiais e familiares deles (AT e VHM), visavam enfrentar o sistema mediante cumprimento da ordem contida no “salve geral” e na relação conflituosa de as forças policiais serem as que garantem o encarceramento (DH).

O argumento central que se pode utilizar para uma visão macro sobre esses fatos, aparentemente desconexos, é que o auto-engajamento e a continuidade nesse labor decorreriam da identificação dos respectivos coletivos de manifestantes, muitas vezes implícita e não verbalizada, com algo do qual o marxismo é apenas uma estação e cuja estrutura remota de pensamento encontra-se, por um lado, identificada com a doutrina do rabino Sabbatai Tzevi (1626-1676), da qual aproveitam, por analogia, a tática da condução da revolução vendo a si próprio como portador de uma mensagem de salvação do mundo, sendo que tal aproveitamento se dá sob a forma de tática da astúcia no manejo

de ardis de ataque desferido contra as tropas policiais.

Enfim, a Teoria das Ciências Policiais e Segurança Pública pode servir à mudança da percepção a respeito de ocorrências envolvendo, de um lado, tropas da Polícia Militar e, de outro, indivíduo ou grupo classificável como portador de uma visão de mundo revolucionária, dualista, em que o trabalho policial seja representativo do mal e o ato de resistir seja compreendido pelos resistentes como um grande bem.

O olhar policiológico pode revelar mais do que esse maniqueísmo oferece. Pode ser que para os níveis de execução operacional, isso pouco importe, mas ele não se pode afirmar quanto aos níveis tático e estratégico, onde necessariamente é valioso conseguir olhar para a realidade com uma intenção de prever comportamentos e capacitar pessoas para não cair na armadilha maniqueísta de oposição em vez de cooperação entre Estado e sociedade.

Como agenda de pesquisa, sugere-se que os outros grupos mencionados, no uso dessa maneira de olhar, para esse tipo de ocorrência, sejam objeto de semelhante embasamento empírico, para que da experiência se evidencie o padrão. Os elementos conceituais da realidade que foi observada no relato dos policiais A e B são algo entre a dialética hegeliana, a astúcia sabataísta e a violência marxiana.

Contudo, tais conceitos carecem de um desdobramento para a linguagem das Ciências Policiais, a fim de que fiquem um pouco mais palpáveis. Por enquanto, o que se vê são profissionais de segurança pública passando apuros para resolver ocorrências em que o abordado é um super-sujeito, um super-cidadão. Assim, com o auxílio da Teoria das Ciências Policiais e Segurança Pública pode ser que o equilíbrio seja retomado como fruto do maior domínio cognitivo sobre com o que as tropas estão lidando, embasando melhor, científica e

técnicamente a atuação de agentes de segurança pública.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Júlia [et al]. **Introdução à Ergonomia**: da prática à teoria. São Paulo: Blucher, 2009.
- AGUIAR, Airan Milititsky. Procurando Metatron ou a desalienação da criatura: paralelismos entre a Cabala e o Marxismo. WebMosaica revista do instituto cultural judaico marc chagall v.5 n.1, jan.-jun, p. 60-74, 2013.
- ALLEN, Gary; ABRAHAM, Larry. Política, ideologia e conspirações. Tradução de Eduardo Levy. Barueri-SP: Faro Editorial, 2017.
- ANDERSON, R. J. **Cognitive psychology and their acquisition**. Psychological Review, v. 94, n. 1, p. 192-210, 1995.
- ANTELMAN, Marvin S. **To eliminate the opiate**. New York : Zahavia, 1974.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2ed. Tradução de Giovanni Reale; Marcelo Perine. São Paulo. Loyola. 2002, v. 1, 2 e 3.
- ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARTHUR, Christopher J. The New Dialectics and Marx's Capital. Leiden: Brill, 2004.
- ATHAYDE, Amanda V. Luna. **Transexualismo Masculino**. Arq. Bras. Endocrinol. Metab., v. 45, nº 4, ago. 2001. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/abem/a/TrGjYTnQCsn4YMWpRp9MFJ/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 27 maio 2021.
- ATKINSON, William Walter. **O Caibalion: um estudo da filosofia hermética do antigo Egito e da Grécia**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Mantra, 2018.
- BARROS, José D'Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. Tempo Social, v. 23, n. 1, p. 223-245, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000100011&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 15 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100011>.

BIALE, David. **Cabala e contra-história**: Gershom Sholem. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade**. Brasília-DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013. Disponível em https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras-publicacoes/pagina-1/5a_cartilha_policial_2013.pdf . Acesso em 21 abr. 2021.

CARVALHO, Adriano Nepomuceno de. Inteligência de Segurança Pública: análise ergonômica da Demanda, Tarefa, Atividade e Estratégia Operatória, e proposta de indicadores. Belo Horizonte: CPP/APM, 2020. (Monografia da Especialização “Lato Sensu” em Gestão Estratégica da Segurança Pública).

COLE, C.M.; OBOYLE, M.; EMORY, L.E. MEYER, W.J. 3ed. *Comorbidity of gender dysphoria and other major psychiatric diagnoses*. **Arch Sex Behav** 1997;26:13-26.

CRUZ, Gabriela Fontana. **Estratégias cognitivas e metacognitivas no processo de escrita: uma revisão teórica**. VI CONFERÊNCIA LINGÜÍSTICA E COGNIÇÃO - VI COLÓQUIO NACIONAL LEITURA E COGNIÇÃO - XIV SEMANA ACADÊMICA DE LETRAS – 23 a 27 de setembro/2013 – Santa Cruz do Sul – RS. Disponível em: 8x (unisc.br) . Acesso em: 13 out. 2021.

DANIELLOU, François. Questões epistemológicas acerca da Ergonomia. DANIELLOU, François (Coord.). **A Ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. Tradução de Maria Irene Stocco Betiol. São Paulo: Edgard Blücher, p. 1-19, 2004.

DERRIDA J. **Moscou aller-retour**. Saint-Etienne: De l'Aube, 1995. FALZON, Pierre. Ergonomia. São Paulo : Edgard Blücher, 2007.

ECO, Humberto. **Os limites da interpretação**. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FOUREAUX, Rodrigo. A abordagem policial a travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais, intersexuais, agênero, andrôgeno, gênero fluido e a atuação policial quando forem impedidos de usarem banheiro de acesso público de acordo com a identidade de gênero. In: OLIVEIRA, Paulo Tiego Gomes. (Org.). **Segurança pública, racismo e direitos humanos**. Catu-BA: Bordô-Grená, 2020, p. 63-106.

FREELY, John. O messias perdido: em busca de Sabattai Sevi. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia.

São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAGGER, Nicholas. **A história secreta do Ocidente**. São Paulo: Cultrix, 2015.

HICKS, Stephen R. C. **Guerra cultural: como o pós-modernismo criou uma narrativa de desconstrução do ocidente**. Tradução de Matheus Paccini. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

IDEL, Moshe. **Cabala: uma Introdução**. In: IDEL, Moshe et al. (Orgs.). Cabala, cabalismo e cabalistas. Tradução de J. Guinsburg; Fany Kon; Nancy Rosencham; Eliana Lamger e Margarida Goldstajn. São Paulo: Perspectiva; CIEUCJ da Universidade Hebraica de Jerusalém, 2008.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. São Paulo: Blücher, 2002.

JONES, E. Michael. **Modernos degenerados: a modernidade enquanto racionalização da perversão**. Tradução de Murilo Resende Ferreira. Campinas-SP: Vide Editorial, 2021.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos : 23)

LÖWY, Michael. **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central: um estudo sobre afinidade eletiva**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

LUKÁCS, György. **O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista**. Tradução de Nélío Schnneider. São Paulo: Boitempo, 2018.

MAGEE, Glenn Alexander. **Hegel and the Hermetic Tradition**. Cornell University Press, 2008.

MARX, Karl. O capital. São Paulo: Nova Cultural, v. 2, 1985 (Coleção Os Economistas).

MENESES, Ramiro Délio Borges de. **A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia**. Universitas Philosophica, v. 30, n. 60, p. 177-204, jan.-jun. 2013, Bogotá, Colômbia – ISSN 0120-5323. Disponível em: v30n60a09.pdf (scielo.org.co) .

Acesso em: 12 out. 2021.

OLIVEIRA, Thais Mara Anastácio; MOZZER, Nilmara Braga. **Análise dos conhecimentos declarativo e procedimental de futuros professores de Química sobre analogias**. Ensaio - Pesquisa em Educação em

Ciências. Belo Horizonte, v. 19, p. 1-24, 2017; 19:e2602 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172017190102>. Disponível em 02 ENSN19N1A2602_ANALISE_Thais FINAL 1.indd (scielo.br) . Acesso em 11 maio 2021.

PLUCKROSE, Helen; LINDSAY, James. **Teorias cínicas: como a Academia e o ativismo tornam raça, gênero e identidade o centro de tudo** - e porque isso prejudica a todos. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

REIS, Gilberto Protásio dos. **Ciências Policiais e o aprimoramento do saber/fazer policial militar**. In: MARCINEIRO, Nazareno. (org.). **Ciências Policiais**. Florianópolis-SC: Insular, 2021.

SANTOS, Tânia Coelho dos. **A historiografia francesa a serviço da desconstrução metódica da psicossociologia de Judith Butler**. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 24, n. 3, p. 751-755, set. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n3p751.15>. Acesso em: 12 out. 2021.

SHOLEM, Gershom. **Sabatai Tzvi: o messias místico**. Tradução de Attilio Cancian, Ari Sólon e J. Guinsbirg. São Paulo: Perspectiva, v. 1, 1995.

SHOLEM, Gershom. **Sabatai Tzvi: o messias místico**. Tradução de Attilio Cancian, Ari Sólon e J. Guinsbirg. São Paulo: Perspectiva, v. 2, 1996.

SHOLEM, Gershom. **Sabatai Tzvi: o messias místico**. Tradução de Attilio Cancian, Ari Sólon e J. Guinsbirg. São Paulo: Perspectiva, v. 3, 1996.

SAÚDE MENTAL EM AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

*Leandro Wrubel Cechet*⁵⁸

Resumo: O presente trabalho almeja analisar estudos relacionados à saúde mental dos trabalhadores da área de segurança pública brasileira, visualizando dados qualitativos e quantitativos. Foram utilizadas buscas por produção acadêmica e científica disponíveis em periódicos da Internet, além de teses e livros relacionados ao tema, como documentos norteadores do próprio ministério da saúde. Outro fator relevante foi o questionário *on-line* aplicado para que policiais militares do Estado do Paraná respondessem e isto está documentado no trabalho. Tornando possível visualizar um número significativamente crescente de problemáticas envolvendo os agentes de segurança pública e comorbidades de cunho mental. Desta forma, este trabalho favorecerá outros pesquisadores e possibilita a compreensão do leitor a respeito deste assunto e sua complexidade, visto a condição de saúde mental essencial para todos os trabalhadores, em específico no público abordado.

Palavras-chave: Saúde Mental. Segurança Pública. Polícia Militar do Estado do Paraná.

MENTAL HEALTH IN PUBLIC SAFETY AGENTS: AN EXPLORATORY STUDY IN THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF PARANÁ

Abstract: The present work aims to analyze studies related to the mental health of workers in the Brazilian public security area, viewing qualitative and quantitative data. Searches for academic and scientific production available in Internet journals were used, as well as theses and books related to the topic, as guiding documents of the Ministry of Health itself. Another relevant factor was the online questionnaire applied to the Paraná State military police officers and this is documented in the work. Making it possible to visualize a significantly growing number of problems involving public security agents and comorbidities of a mental nature. Thus, this work will favor other researchers and enable the reader to understand this subject and its complexity, given the essential mental health condition for all workers, specifically in the public addressed.

Keywords: Mental Health. Public Security. Paraná State Military Police

Recebido em 30 de junho de 2021

Aprovado em 04 de novembro de 2021

⁵⁸ Graduado em História pela UNOPAR (2018). Especialista em Segurança Pública pela FAVENI (2021), Especialização em Educação e Práticas de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

<https://orcid.org/0000-0001-8756-7031>

<http://lattes.cnpq.br/634301968777468>

E – mail: leandro.cechet@pm.pr.gov.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo explanar dados obtidos pela pesquisa científica em cunho bibliográfico fatos acerca da saúde mental dos trabalhadores do setor de segurança pública.

Tais situações e outras implicam na saúde mental e física do sujeito, obstruindo questões de relacionamento interpessoal, autoestima e outras problemáticas, podendo acentuar comportamentos agressivos, tanto consigo quanto com o outro, abuso de substâncias, tendência suicida e outras problemáticas, como será citado neste trabalho.

Apesar da existência de programas da área de saúde básica que atendem à demanda da saúde mental, inúmeras pessoas não buscam por atendimento, sendo os motivos diversos. Ainda há uma mentalidade distorcida sobre o sofrimento psicológico estar ligado com fraqueza ou ainda mais misógino, à feminilidade. Frente ao exposto, nos deparamos com tal realidade quando abordamos a doença mental, ou seja, discriminação e estereótipo. Por outro lado, abordagens em saúde mental objetiva evitar chegar neste nível de sofrimento e a doença propriamente instalada.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017), os agentes do setor de segurança pública convivem com inseguranças relacionadas ao âmbito laboral e/ou pessoal, visto a vulnerabilidade que a atuação profissional ocasiona, no sentido de exposição ao risco diário, sensação de desvalorização profissional, problemas sociais, estigmas e questões adversas hierárquicas, além de muitas vezes atuar com material aquém da demanda, agravando sentimentos adversos e culminando na deterioração do estado de saúde mental do sujeito.

Diante de tantas questões envolvendo sofrimento psicológico, estafa mental e física, visualizamos dados que indicam a letalidade policial crescente, como possível resultado da estabilidade

no setor de saúde mental em atender os agentes. De acordo com dados divulgados pelo FBSP, de 2015 a 2017, a letalidade policial aumentou 25,8%, sendo a que mais mata no mundo, visto que nestes dois anos houve um aumento de 17,5% nas baixas de agentes da segurança pública.

O autor deste trabalho esclarece que o objetivo principal não é promover direção e gestão de conflitos, formas de manejo e afins, mas expor a situação atual exímia que se encontram inúmeros agentes de segurança pública, ansiando por ajuda profissional na área de saúde física e principalmente mental, entretanto, quando não são devidamente orientados e auxiliados, há uma grande probabilidade de cometerem atos graves, chegando até a cometer suicídio.

As pesquisas sobre as relações saúde mental e trabalho junto a diferentes categorias profissionais são recentes no cenário científico, entretanto, foi possível encontrar artigos, teses, cadernos de saúde mental, documentos norteadores do Ministério da Saúde, além de entrevistar policiais militares e uma psicóloga clínica, para compreender o assunto tanto na parte teórica quando na perspectiva prática.

O foco principal deste trabalho está na saúde mental do profissional da área de segurança pública, visto a relevância de adentrarmos ao tema com pesquisas embasadas em periódicos e dados fiéis à realidade brasileira, a qual mostra as adversidades e vulnerabilidades tidas a partir do ambiente laboral, que é carregado de estresse e sofrimento mental, além do risco de morte constante.

Em segundo plano, este trabalho busca levar a compreensão de quem mais quiser analisar este assunto, público como agentes de segurança pública, principalmente praças e oficiais, combatentes (aqueles que trabalham na atividade fim, também denominado de operacional) do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, gestores, psicólogos, educadores e familiares, enfatizando que a saúde mental dos profissionais de segurança pública

importa e que é fundamental buscar ajuda, se necessário, e agir de forma preventiva a casos agravantes, como depressão e pensamentos suicidas, por exemplo.

Utilizando os métodos de pesquisa de campo e literária exploratória, tornou-se possível reunir informações cientificamente relevantes abrangendo o mesmo tema, reforçando a importância em escrever sobre esta temática, contribuindo assim para que outros pesquisadores possam, a partir deste referencial, avançar na exploração teórica deste objeto.

Diante das questões metodológicas e teóricas, a prática foi realizada com os princípios éticos de impessoalidade, abrangendo na sua maioria praças combatentes militares, uma parcela de oficiais também combatentes. Ao final, encontraram-se elementos de que a saúde mental deve ser levada em consideração tanto pelos gestores quanto pelos próprios agentes (que às vezes minimizam e negligenciam os primeiros sintomas), buscando resolver questões internas e aprender a lidar com as adversidades do cotidiano.

Desta forma, este trabalho favorecerá outros pesquisadores e possibilita a compreensão do leitor a respeito deste assunto e sua complexidade, visto a condição de saúde mental é essencial para os agentes de segurança pública, os quais são o foco desta pesquisa.

2 SEGURANÇA PÚBLICA E SAÚDE PÚBLICA

Saúde Pública é um assunto debatido em cenário de políticas públicas, mesmo diante disso, visualizamos que a saúde dos profissionais de segurança pública fora posta em normativas em âmbito Federal, conforme a instituição em 2008 do Projeto Qualidade de Vida para profissionais de Segurança Pública pelo Ministério da Justiça, o qual estabeleceu diretrizes nacionais de promoção e

defesa dos direitos amplos dos profissionais de segurança pública, de acordo com a Portaria Interministerial SEDH/MJ n. 2, de 15 de dezembro de 2010.

Porém, conforme o Caderno Ibero-Americano de Direito Sanitário (2020):

Tais ações ainda são incipientes perante a complexidade do quadro social brasileiro associado aos números de licenças e afastamentos em decorrência do trabalho em segurança pública, em especial os adoecimentos e agravamentos psicológicos, percebidos ao longo da produção científica nacional. (CADERNO IBERO-AMERICANO DE DIREITO SANITÁRIO, 2020, p. 118).

Certamente não é possível desvincular a Segurança Pública da Saúde Pública, à medida em que o agente de segurança pública vivencia as demandas da sociedade, além disso, na parte psíquica, aquelas vivências, sofrimento e situações acabam por repercutir no âmbito pessoal, familiar, acadêmico e em diversos comportamentos do sujeito.

Vista a condição de saúde mental do agente de segurança pública, por vezes sem o olhar das políticas públicas, uma consequência é o vislumbre de atos patológicos dos policiais, tanto de extrema violência quanto se colocar em risco. Spode e Merlo (2006, p. 12), afirmam que “o trabalho policial ocupa um território de controvérsias, no qual se engendra uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade”. Sendo função conter a violência, mas estando em contato direto, corre o risco de reproduzi-la e/ou ser vítima dela.

Entende-se que os serviços governamentais e os profissionais de saúde têm um papel importante no combate à violência em vários aspectos, sendo essenciais ações com direcionamento preventivo, assistencial, legal, resolutivo e humanizado frente ao problema.

Embora, no cenário brasileiro existam órgãos voltados à promoção do combate à violência e no setor de saúde, políticas públicas e ações relacionadas com esta problemática, torna-se indispensável a busca pelos serviços, o que infelizmente não ocorre por parte de todas as pessoas que necessitam.

Outro fator relevante se refere ao suicídio, sendo o pico do sofrimento mental. Conforme afirma Cruz e Miranda (2020):

A presença de dependência química ou demais doenças mentais também foram elementos encontrados nas pesquisas que abordaram o suicídio entre os profissionais de segurança pública. Os policiais que apresentaram comportamento suicida alegaram sentirem-se mais deprimidos ou sem perspectiva do que os do grupo controle. Afirmaram sentirem pouco interesse ou prazer em realizar as atividades de trabalho e relataram ter problemas relacionados ao sono. (CRUZ; MIRANDA, 2020, p. 31).

Em todos os âmbitos profissionais há adversidades, mas quando nos referimos a agentes de segurança pública, torna-se necessário analisar as adversidades culturais, uma vez que o sistema hierárquico muitas vezes proporciona ainda mais desafios e recorrentes gatilhos para comportamentos não condizentes com o profissionalismo, além de estafa mental, imersão em vícios e outras fugas, conforme afirmou Cruz e Miranda. (2020, p. 12).

Spode e Merlo (2006, p. 08) afirmam que “o conteúdo abordado sobre as relações que se estabelecem entre os policiais evidencia que elas têm um papel fundamental nas vivências de prazer e de sofrimento no trabalho”. Neste aspecto, os maiores desafios para que as relações intersubjetivas possam abarcar o vínculo de confiança e o reconhecimento parecem estar na própria forma como é organizado o trabalho e nos mecanismos disciplinares.

O Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida) foi criado em 2018, o qual disciplina política pública

nacional para o setor. O objetivo do programa é oferecer atenção psicossocial e de saúde no trabalho aos profissionais de segurança pública. O projeto inclui na lei ações para promoção da saúde mental, cuja execução necessariamente precisa ser pactuada entre União, estados e municípios, visando prevenir o estresse e seus desdobramentos. Segundo Jacques (2002, p. 98):

Teoria do estresse: termo popularizado por uma polissemia conceitual com concepções cognitivo-comportamental e do senso comum, sendo também associada a Síndrome de burnout e aos estudos de fadiga no trabalho, onde são comuns as pesquisas para classificação do estresse em fases de acordo com os níveis e respostas aos enfrentamentos e de adaptação aos processos de trabalho pelo sujeito ou grupo.

Assim como as outras emoções humanas, o estresse é vivido por todos, entretanto, em níveis extremos pode acarretar transtornos mentais, especificamente falando sobre trabalho, desencadeando comorbidades e um quadro emocional abalado.

Segundo Goleman (1995, p. 15), “as emoções são indispensáveis para sermos capazes de lidarmos com situações críticas do cotidiano”, sendo que para o profissional de segurança pública este conceito é aplicável, diante de inúmeras ocasiões extremas que vivencia a partir de sua atuação contra o crime, por exemplo.

Heloani e Capitão (2003, p. 82) afirmam que “o psiquismo humano é ferido diante do sentimento de impotência e desvalorização”, propiciando a instalação de patologias, principalmente na questão de saúde mental.

Conforme afirma Jacques (2002, p. 100), “o trabalho do agente de segurança pública e sua vivência diária com adversidades de todos os tipos, ocasiona danos ao seu estado psicológico”, propiciando crises existenciais, bem como outras

patologias relacionadas ao seu estado psíquico, emocional e demais estruturas do ser humano.

Conforme estudo divulgado pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (2019), “em 2019, 91 policiais – militares e civis – cometeram suicídio. Já os mortos no trabalho foram 72 e fora de serviço 101 policiais foram mortos”. Tais números chamaram atenção do Senado Federal, incluindo ações voltadas à saúde mental e prevenção do suicídio de profissionais de segurança pública.

Durante entrevista para o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (2020), a psicóloga Maria Antonieta Brito Beck afirma que:

Os policiais, de maneira geral, costumam apresentar perfil profissiográfico para o exercício da função e se capacitam durante a formação, porém não elimina o adoecimento pela constante exposição à violência, aos confrontos armados e o temor da morte. Quando não tratados preventivamente, a tendência é que, a partir do terceiro ano, apresentem sintomas referentes à exposição constante. Geralmente começam com os sintomas físicos,

alteração do sono, aumento do peso, problemas gástricos. Depois, vem as queixas sobre relacionamento interpessoal, dificuldade de adaptação, baixa tolerância, condutas persecutórias e, por fim, a instalação dos transtornos, quando não diagnosticados e tratados a tempo. Exemplos de transtornos mais constatados: ansiedade, pós-traumático, transtorno de ansiedade generalizada e transtorno de dependência química (álcool - tabaco). Importante salienta que, em instituições policiais militares, que se caracteriza por forte disciplina e hierarquia, a organização do trabalho pode desenvolver tensão e sofrimento psíquico. (CRP/SC, 2020, p. 02).

De acordo com estudos realizados por Futino e Delduque (2020), os autores demonstraram significativo enfrentamento de estresse por agentes de segurança pública, ocasionando sintomas físicos e psicológicos, conforme a seguir:

Segmento por ocorrências	Descritores
Saúde Mental (43 ocorrências)	Saúde mental; saúde mental e trabalho; taxas de suicídio; suicídio; suicídio policial; sofrimento psíquico; uso de tranquilizantes; uso de drogas; uso de bebida alcoólica; trauma; transtornos mentais; transtornos dissociativos; sistema límbico; bem-estar; avaliação psicológica; autoestima; psicopatologia; depressão; espessura cortical; consumo de substâncias psicoativas; apoio psicológico; ansiedade.

Quadro 1 - Diversidade taxonomica e distribuição de ocorrências
Fonte: FUTINO; DELDUQUE (2020, p. 122).

Nesses estudos fora evidenciado o crescente número de situações envolvendo questões adversas, conforme o Quadro 1.

A partir dessa concepção, concebe-se a atividade em segurança pública como singular, visto

que é uma atuação que transcende uma possibilidade de acidente de trabalho, sendo também, mas um fator que estrutura suas relações e desenvolvimento funcional.

Minayo e Adorno (2007), afirmam que este risco deve ser levado em consideração bem como o contexto, visto o enfrentamento de situações reais relacionadas a mortes e acidentes no trabalho, onde os profissionais de segurança pública são vitimados também em horário fora do expediente, conforme Minayo (p. 05, 2007) “as adversidades se materializam em traumas, lesões ou mortes ocorridas na defrontação com a criminalidade e na manutenção da ordem”.

Souza (2012) realizou um estudo em 2012 com policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, obtendo amostras equivalentes a 35,7% do total de 1.120 trabalhadores. Os resultados apontam:

Baixos índices de grau de satisfação com sua qualidade de vida, somente 26% relatou estar satisfeito, além de queixas com as condições de saúde física e mental, de estresse nas atividades e a vitimização como fatores que influenciam o sofrimento psíquico destes trabalhadores. (SOUZA, 2012, p. 10).

De acordo com o psicólogo Melo (2019, p. 04), “o sofrimento psíquico dos trabalhadores da área de segurança pública, muitas vezes são julgados pelos próprios colegas, os quais mesmo sofrendo, entendem que problemáticas no âmbito emocional são exclusivamente femininos”. O que não é a

realidade, pois de acordo com o Ministério da Saúde (2015), os problemas relacionados a saúde mental acometem mais homens do que mulheres.

Segundo Wong (2011, p. 08), psicólogo que fez pesquisas sobre o assunto, “o machismo é uma injustiça social que abala as mulheres, mas também pode ter um efeito prejudicial sobre a saúde mental daqueles que abraçam tais atitudes”, o autor remete ao fato de que grande parte dos homens não busca atendimento diante de problemas de saúde física/mental, por culturalmente entenderem como necessidade feminina.

Visando contemplar essa problemática, o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde, implementou a Rede de Saúde Mental, explicitando questões relacionadas ao tema e possibilitando que as os agentes de segurança pública acessem às Unidades de Atenção em Saúde Mental no Paraná.

Por seu turno, o Governo do Estado da Paraíba (2020), promove a mesma política pública por meio do *Espaço Viver Bem*, sendo um projeto que oferece ajuda terapêutica aos integrantes da Polícia Militar, tendo unidades em várias cidades, sendo que o objetivo do projeto é atender gratuitamente e acolher através da equipe multidisciplinar, que oferece serviços nas áreas de assistência social, psicologia, psiquiatria, psicopedagogia, nutrição, fonoaudiologia, entre outros.

De acordo com o então governador do Estado da Paraíba, João Azevêdo, “Além de cuidar da população, nós também cuidamos dos servidores, disponibilizando atendimento nas áreas de psicologia e assistência social e vamos ampliar também para as áreas de nutrição e psiquiatria”⁵⁹.

Verificando a eficácia dentro dessa situação os serviços de saúde pública ofertados na área de

59A atenção à saúde mental dos policiais militares na Paraíba foi destaque na mídia nacional. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/atencao-a-saude-mental-dos-policiais-militares-na-paraiba-e-destaque-na-midia-nacional>. Acesso em: 01 nov 2021.

saúde mental são: Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), Serviços Residenciais Terapêuticos, Centros de Convivência, Unidade de Acolhimento, além de atendimento psicológico e psiquiátrico pelo SUS, nas Unidades Básicas de Saúde. Entretanto, há uma cobrança significativa por parte do próprio sistema, o qual age em desacordo com a propiciação de intervenções referentes a prevenção e/ou tratamento de saúde mental dos agentes de segurança pública, inviabilizando muitas licenças, como afirma Castro e Cruz (2015, p. 08):

Em estudo publicado em 2015, aponta que, de cem trabalhadores de Policial Civil de Santa Catarina, 4,6% são afastados em algum momento de sua vida funcional e o fator de tempo de atividade (antiguidade funcional) influencia em termos de maior concentração em faixas mais avançadas. Para lidar com estresse, os trabalhadores utilizam-se de estratégias como esquiva (evitar de levar problemas para o contexto familiar), de “autocontrole, apoio da família, lazer, prática de exercícios, apoio na religião e atitude positiva”.

Tais estudos apontam que o excesso de trabalho, a infraestrutura da sociedade e das relações interpessoais são fatores que ocasionam questões negativas aos sujeitos, possibilitando afastamentos do âmbito laboral por transtornos mentais e comportamentais.

Amador, Santorum, Cunha e Braum (2002, p. 08) traz em pauta uma questão relevante, “a percepção do trabalhador que não adoece é forte e o cuidado com a saúde mental em segurança pública ainda é tratado como um tabu”, sendo assim, reforça a ideia de que aquele que busca ajuda, se ausenta de suas funções para ir ao atendimento de saúde, vem a ser alguém “fraco” e não é possível continuar fazendo parte daquele grupo.

As questões que envolvem a psicodinâmica do trabalho tornam-se pontos fundamentais de preocupação a Saúde Pública, “visto a quantidade de agentes da área de segurança pública estão adoecendo mental/fisicamente”, conforme afirma Melo (2019, p. 04) em sua pesquisa na qual aborda

a saúde mental de capitães da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, o trabalho não pode ser concebido como uma negatividade da vida, mas, ao contrário, precisa haver segurança para o indivíduo exercer sua função de forma salubre, conforme defendem Amador, Santorum, Cunha e Braum (2002, p. 10).

3 ASPECTOS LEGAIS

A Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, além de institucionalizar o Sistema único de Segurança Pública, disciplina seu funcionamento, atribuindo competência aos três entes federativos conforme abaixo:

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade. Art. 2º A segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um. Art. 3º Compete à União estabelecer a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer suas respectivas políticas, observadas as diretrizes da política nacional, especialmente para análise e enfrentamento dos riscos à harmonia da convivência social, com destaque às emergências e aos crimes interestaduais e transnacionais. (BRASIL, Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 13.675, 11 de junho de 2018.).

Sendo dever da Segurança pública os princípios estabelecidos no Art. 4º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, como “[...] proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública, proteção dos direitos humanos,

respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana [...]”, cabendo aqui aspectos relacionados a saúde do trabalhador, especificamente ligados ao âmbito psíquico, emocional e físico.

Desta forma, regulamenta-se a responsabilidade do Estado em relação ao bem-estar emocional e físico do agente, entretanto, sabe-se que depende da busca pelo agente, bem como suporte por parte do Estado.

Um dos objetivos da luta pela saúde mental não se restringe apenas à cura das doenças ou a sua prevenção, mas unir esforços para a implementação de recursos que tenham como resultado melhores condições de saúde para a população.

Conforme cita a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, em seu artigo 4º sobre os princípios da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, o Estado, por meio de seus entes devem atuar para o(a):

I - respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos; II - proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública; III - proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana; IV - eficiência na prevenção e no controle das infrações penais; V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais; VI - eficiência na prevenção e na redução de riscos em situações de emergência e desastres que afetam a vida, o patrimônio e o meio ambiente; VII - participação e controle social; VIII - resolução pacífica de

conflitos; IX - uso comedido e proporcional da força; X - proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente; XI - publicidade das informações não sigilosas; XII - promoção da produção de conhecimento sobre segurança pública; XIII - otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições; XIV - simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade; XV - relação harmônica e colaborativa entre os Poderes; XVI - transparência, responsabilização e prestação de contas. (BRASIL, Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 13.675, 11 de junho de 2018.).

No Brasil, há políticas públicas em saúde mental, como as propostas da Política Nacional de Saúde Mental, apoiada na Lei nº 10.216/01, a qual dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, compreendendo a qualificação, expansão e fortalecimento da rede extra-hospitalar de serviços com assistência humanizada.

De acordo com a Lei nº 10.216/01:

Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra. Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo. (BRASIL, Presidência da República – Casa Civil. Lei nº 10.216/01).

4 DESCREVENDO O EXPERIMENTO

Após a análise dos dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica, foi redigido um questionário via *Googleforms*⁶⁰ para coletar respostas a respeito de saúde mental, as quais foram respondidas pelos próprios agentes. Sendo uma amostra de 65 policiais militares do Estado do Paraná, no período de 01 a 10 de janeiro de 2021, sendo que 65 (sessenta e cinco) referente a aproximadamente 0,4% do total da tropa, que atualmente 18.329 (dezoito mil, trezentos e vinte e nove), conforme consta no site da Casa Civil do Estado do Paraná (2021)⁶¹.

As perguntas e os resultados deste questionário foram tabulados e estão expostos a seguir:

Pergunta	Resposta %
Você acredita que o Estado se preocupa com a situação física e mental dos agentes da área de segurança pública?	SIM 4,4% NÃO 92,6% TALVEZ 2,9%
Você já foi encaminhado pelo seu trabalho para atendimento do setor de saúde mental?	SIM 16,2% NÃO 83,8%
Você já buscou atendimento do setor de saúde mental por conta própria?	SIM 39,7% NÃO 60,3%
Escolha dois aspectos que você percebe sendo os principais em que os agentes da área de segurança pública são acometidos: - Abuso de substâncias; - Estresse; - Tendência suicida; - Agressividade; - Problemas familiares; - Baixa autoestima.	Estresse 91,2% Tendência Suicida 41,2% Agressividade 41,2% Problemas Familiares 27,9% Baixa Autoestima 27,9% Abuso de Substâncias 5,9%
A percepção do trabalhador que não adoece é forte e o cuidado com a saúde mental em segurança pública ainda é tratado como um tabu. Quando você se ausentou do serviço por atestado médico/psicológico/fisioterapêutico ou outros, se sentiu perseguido ao retornar ao trabalho?	SIM 51,6% NÃO 48,4%
Você acha que seria possível a participação de agentes de segurança pública na formulação de projetos a favor da saúde mental deste público?	SIM 98,6% NÃO 1,4%

Quadro 02: Perguntas e respostas do questionário aplicado pelo autor.

Fonte: Autoria própria. Pesquisa exploratória realizada em janeiro de 2021.

60 Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1_RK95KRHQJ5RFfUY1xZa9szv81lzMk5gTMQqG0JBc9c/viewanalytics.

61 Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=124274&codItemAto=770116>. Acesso em: 12 nov 2021.

4.1 RESULTADOS

Os resultados são significativos como visto acima, demonstrando que a maioria dos agentes da área de segurança pública acreditam que não há uma preocupação do Estado com relação a sua saúde física e mental. Este sentimento pode servir como gatilho para ideias relacionadas a desvalorização profissional, baixa autoestima e outras questões pessoais, onde o sistema não vê o indivíduo como humano, mas como uma peça dele.

A ideia de direitos humanos e valorização profissional está em pauta no Plano Nacional de Segurança Pública, através de leis e normativas, ocasionando um olhar sistemático e fomento a promoção da valorização profissional, entretanto, ainda há muitas medidas a serem tomadas para que haja mudança no que se refere a valorização dos profissionais, um olhar humanizado, a disposição de ajuda diante de questões de vícios e comportamentos inadequados.

A atenção em valorizar todos os trabalhadores está em pauta, mas precisa ser colocada em prática, seja pelo setor privado ou sobretudo pelo público, visto a importância das diretrizes nacionais (legislação objetivo deste estudo, e as estaduais e municipais que dela decorreram), que garantem direitos e a promoção de saúde física e mental do trabalhador, pois para que ele desempenhe suas funções, depende de sua saúde física, mental e social, em concordância com a Organização Mundial da Saúde.

Dentre as adversidades que acometem os agentes do setor de segurança pública, de acordo com as respostas dos mesmos, apontam o estresse como mais significativo, chegando a mais de 90% das respostas, seguido por tendência suicida e agressividade. Questões de extrema importância a serem trabalhadas com atuação de políticas públicas

e atos de prevenção, seja pelos próprios agentes de segurança pública, ou pelo sistema de saúde pública.

Outra situação relevante é que após afastamento por atestado, a maioria se sente perseguido ao retornar ao seu trabalho, reforçando a ideia de que o trabalhador que não adoece é forte e o que adoece é fraco.

Visualizando os dados obtidos através da execução deste trabalho foi possível analisar a situação na qual a qualidade de vida do trabalhador, especialmente o agente do setor de segurança pública, vem se degradando diariamente, principalmente no quesito de saúde mental, associado com tantas adversidades vivenciadas em seu cotidiano e promovendo gatilhos para doenças.

Conforme citado de acordo com a bibliografia estudada, 98,6% dos voluntários a responder à pergunta, associam uma melhora na questão de saúde mental para agentes de segurança pública com a interação do próprio trabalhador em projetos com objetivo de promover subsídios de prevenção e tratamento de doenças mentais e/ou transtornos/vícios.

Com os resultados fora possível visualizar em que margem está a questão, demonstrando uma sensação de abandono pelo poder público, sobrecarga física e emocional, além de busca por ajuda. Concordando com todos os textos lidos, a pesquisa apesar de utilizar uma amostra menor do que todo o efetivo policial, demonstra uma problemática presente em parte dos agentes da Polícia Militar do Paraná.

As lesões físicas que ocorrem por esforço repetitivo ocorrem em grande número, bem como a incidência de transtornos a nível psicológico em profissionais não valorizados da forma como necessitam, nem amparados no aspecto psicológico/mental de forma geral, associando com o medo e outras adversidades, ocasionando

situações adversas tanto no âmbito laboral quanto pessoal.

De acordo com a Apra-PR⁶², são cerca de 1 mil policiais afastados com atestados médicos em 2019, por outro lado, não há dados de colaboradores que já saíram do período de licença ou que foram aposentados devido a isto, remetendo à possibilidade de implementação de novas políticas públicas de controle sobre números e trabalhos voltados a preservação da saúde mental do sujeito, como uma alternativa do Estado para enfrentamento dessa realidade.

Outra constatação da pesquisa foi de que há políticas públicas acessíveis para que o sujeito seja atendido em sua demanda, tanto na prevenção quanto no tratamento diante da instalação de um transtorno/doença mental, cabendo ao indivíduo aderir a tais instrumentos de forma adequada.

Nesse sentido, dado que um dos fatores é a omissão do próprio agente de segurança pública da existência do problema, faz-se necessário e com iminência, campanhas educativas visando combater o preconceito próprio e institucional, com condição *sine qua non* para efetividade das políticas e/ou programas existentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às informações descritas neste trabalho, tornou-se possível, mesmo que em nível exploratório, a compreensão a respeito da atividade em segurança pública e a sua estreita ligação com a saúde pública, em especial, a saúde mental, com recorte específico na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Nessa perspectiva, apesar dos mecanismos de saúde pública existentes, especificamente em

saúde mental, torna-se necessário um avanço significativo no quesito cultural, proporcionando apoio ao sujeito em sofrimento e não julgamento.

Diante do assunto discutido, pesquisas analisadas, além da responsabilidade do Estado, vem a contrapartida do sujeito em buscar canais de atendimento em saúde física/mental, diante de seu sofrimento, por mais que isto seja penoso em algumas situações. Certamente, seria útil que fosse permitida a transparência e a participação dos trabalhadores nos debates e nas formulações de políticas públicas, proporcionando ambientes laborais que promovam saúde e não prejudiquem o âmbito físico/mental.

A valorização da vida é necessária em todos os contextos, no caso de trabalhadores que lidam direta e diariamente com a violência, não é diferente e, como fora visto no estudo, o objeto de trabalho cotidiano da atividade profissional policial é intensificador do problema.

Como citado no decorrer da pesquisa, a promoção de apoio psicológico, além de políticas públicas em prol da saúde mental tornam-se imprescindíveis, possibilitando manejo das problemáticas e dessa forma propiciando um ambiente laboral convidativo a prevenir ainda mais adversidades, além daquelas vistas nas ocorrências policiais.

Com os resultados obtidos através da pesquisa bibliográfica e exploratória, fora possível visualizar, de forma localizada na PMPR, a demanda por atendimentos no setor de saúde mental para trabalhadores da área de segurança pública, por lidarem com situações extenuantes no âmbito físico e psicológico, sendo que tal desgaste, muitas vezes culmina em doenças mentais, transtornos, vícios e até suicídio.

62 Associação de Praças do Estado do Paraná (Apra-PR) – dados obtidos em boletins interno (INTRANET) – Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/10/14/problemas-psicologicos-sao-a-cao-de-23percent-dos-afastamentos-medicos-de-policiais-militares-no-parana-diz-associacao.ghtml> Acesso em: 12 nov 2021.

Considerando a incipiência de pesquisas na área, mas compreendendo a contribuição que estudos iniciais podem trazer à temática, defende-se que com planejamento, especialmente, junto com estes sujeitos, pode ser possível elaborar projetos institucionais e/ou políticas estatais que atendam à demanda possibilitando minimizar o atual estado de adoecimento mental do profissional de segurança pública do Parará e, quiçá, possa servir como boa prática para outros entes federativos.

REFERÊNCIAS

AMADOR, FS, SANTORUM K, CUNHA CS, BRAUM SM. **Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar**. Psicol Ciência e Profissão [Internet]. 2002 Sep [cited 2017 Dec 6];22(3):54–61.

BRASIL, Presidência da República – Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm > Acesso em: 23/06/2021.

_____. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm > Acesso em: 25/06/2021.

_____. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm > Acesso em: 26/06/2021.

CASTRO, MCD, CRUZ, RM. **Prevalência de Transtornos Mentais e Percepção de Suporte Familiar em Policiais Civis**. Psicol Ciência e Profissão [Internet]. 2015 Jun [cited 2017 Dec 6];35(2):271–89.

CARDOSO, Lucilene e GALERA, Sueli Aparecida. **O cuidado em saúde mental na atualidade**. Artigo. Rev. Esc. Enferm, USP. 2011. 45(3):687-91. Disponível em: < Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n3/v45n3a20.pdf> > Acesso em 20/04/2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, Santa Catarina – 12º Região. **Saúde mental dos policiais em pauta**. Disponível em: <https://crpsc.org.br/noticias/saude-mental-dos-policiais-em-pauta> Acesso em: 12 maio 2021.

CRUZ, Fernanda e MIRANDA, Dayse. **O suicídio e os profissionais de segurança pública**. 06/02/2020. Com Ciência. Artigo Dossiê 214. Disponível em: < <https://www.comciencia.br/o-suicidio-e-os-profissionais-de-seguranca-publica/> > . Acesso em: 23 jun 2021.

ESTADO DA PARAÍBA. **Somos todos Paraíba**. Atenção à saúde mental dos policiais militares na Paraíba é destaque na mídia nacional. Disponível em: < <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/atencao-a-saude-mental-dos-policiais-militares-na-paraiba-e-destaque-na-midia-nacional#wrapper> > Acesso em: 23 jun 2021.

ESTADO DO PARANÁ. **Saúde Mental**. Rede de Saúde Mental. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Saude-Mental>. Acesso em: 07/01/2021.

FIOCRUZ. Cadernos de Saúde Pública. v. 23, n. 11. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, nov/2007, p. 2767- 2779. Disponível em <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v23n11/23.pdf>. Acesso em: 07 jan 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-CC-A7a-Pu-CC-81blica-2018.pdf>. Acesso em: 07/01/2021.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional: A Teoria Revolucionária que Redefine o que é Ser Inteligente**. Editora Objetiva. 1995.

FUTINO RS, DELDUQUE MC. **Saúde mental no trabalho de segurança pública**: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema. UNICAMP. 2020.

HELOANI, José Roberto e CAPITÃO, Cláudio Garcia. **Saúde Mental e psicologia do trabalho**. São Paulo Perspec. vol.17 no.2 São Paulo Apr. /June 2003. Disponível em: <
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200011> Acesso em:
20/04/2021.

JACQUES, MGC. **“Doença dos nervos”**: uma expressão da relação entre saúde / doença mental. In: Saúde mental & trabalho: leituras. 2nd ed. Petrópolis - RJ: Vozes; 2002. p. 98– 111.

MELO, Ayrthon. **Um estudo psicológico sobre saúde mental dos agentes de segurança pública**. Ciên. Saúde. 2020.

MINAYO, M.C.S, ADORNO S. **Risco e (in)segurança na missão policial**. Cien Saúde Colet [Internet]. 2017;18(3):585–93. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 07/01/2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã**. Projeto Qualidade de vida para profissionais de Segurança Pública. 2008. Disponível em: https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes_externas/pagina-2/56politicade-de-valorizacao-profissional-qualidade-de-vida-no-trabalho.pdf. Acesso em: 07/01/2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário. 2020 abr./jun.; 9(2): 116-134. <http://dx.doi.org/10.17566/ciads.v9i2.632>. Acesso em 07/01/2021.

_____. **Portaria no 1.823, de 23 de agosto de 2012 [Internet]**. Diário Oficial da União Brasil; 2015. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/web_4cnst/docs/portaria_1823_12_institui_politica.pdf. Acesso em: 07 jan 2021.

PARANÁ. Estado do. Secretaria de Segurança Pública. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Historico>> Acesso em: 08 jan 2021.

SOUZA, E.R; MINAYO, M.C.S; SILVA, J.G; PIRES, T.O. **Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil**. Cad Saúde Pública [Internet]. 2012 Jul [cited 2017 Dec 6];28(7):1297–311. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000700008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 07/01/2021.

SPODE, Charlotte Beatriz e MERLO, Alvaro Roberto Crespo. **Trabalho policial e saúde mental**: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. • Psicol. Reflex. Crit. 19 (3) • 2006. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/prc/a/mDgQTP4RT35mgm9Cg86bjxP/?lang=pt>> Acesso em:23/06/2021.

WONG. Paul. **The inventory of subjective masculinity experiences**: development and psychometric properties. September, 2011. Traduzido por google tradutor

PIONEIRISMO NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA COM BASE NA INTERATIVIDADE SOCIAL

Ester Zappavigna Monteiro Costa⁶³

Júlio Cezar Costa⁶⁴

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo relatar as experiências da pioneira política pública de segurança pública, denominada Programa de Planejamento de Ações de Segurança Pública (Pro-pas), no Estado do Espírito Santo. Diante do cenário de descontrole da violência criminalizada, com presídios em escombros e sob o controle dos presos, mais de uma centena de roubos a bancos por ano, órgãos policiais com salários atrasados e em completa desestruturação logística e de efetivos, houve o crescimento de organizações criminosas locais, apoiadas por outras congêneres dos Estados divisantes. Isto acabou por gerar mais desconforto social, colocando o poder público sob forte pressão da sociedade civil, que exausta, exigia providências para pôr fim a essa situação de completo domínio da criminalidade. Parcerias institucionais com a Universidade Federal do Espírito Santo, com o Instituto Jones dos Santos Neves e com a integração sistêmica dos órgãos policiais, ministeriais e de justiça, este programa tornou-se, o embrião de políticas públicas, adiante implantadas com diretrizes orientadoras e a busca do cumprimento de metas estabelecidas com recomendações aos gestores e aos operadores de políticas públicas relacionadas com ordem pública.

Palavras-chave: Segurança Pública. Política Pública. Pro-pas. Relato de experiência.

PIONEERING IN THE CONSTRUCTION OF A PUBLIC SAFETY POLICY BASED ON SOCIAL INTERACTIVITY

Abstract: This work aims to report on experiences of public security policy, called the Public Security Action Planning Program (Pro-pas), in the State of Espírito Santo. Faced with the uncontrolled scenario of criminalized violence, with prisons in rubble and under the control of the inmates, more than a hundred bank robberies per year, police agencies with losers and in complete disarrangement of logistics and personnel, there is no growth of criminal associations supported by other counterparts in the departing States. This ended up generating more social discomfort, putting the government under strong pressure from civil society, which exhausted, demanded measures to put an end to this situation of complete control of criminality. Institutional partnerships with the Federal University of Espírito Santo, with the Jones dos Santos Neves Institute and with the systemic integration of police, ministerial and justice bodies, this program became the embryo of public policies, further implemented with guiding directives and pursuit of compliance with established goals with recommendations to managers and operators of public policies related to public order.

Keywords: Public security. Public Policy. Pro-pas. Experience report.

Recebido em 15 de novembro de 2021

Aprovado em 02 de dezembro de 2021

⁶³Mestre em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha (UVV), Vitória, Espírito Santo, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-4872-2216>

⁶⁴<http://lattes.cnpq.br/7786599618246457>

E-mail: ester.zmc@hotmail.com

⁶⁴Coronel da Polícia Militar do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-0676-1161>

<http://lattes.cnpq.br/2503202479964531>

E-mail: consultoriaordempublica@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1999, diante de um gravoso quadro de violência criminalizada herdado, com presídios depredados e um percentual enorme de presos em fuga, delegacias superlotadas com presos provisórios, a ocorrência de várias greves nas polícias, enorme quantidade de assaltos a bancos e com o número de homicídios crescendo a cada dia, além do sucateamento completo e sem exceções das estruturas dos órgãos de Segurança Pública, ao instituir o Programa de Planejamento de Ações de Segurança Pública (Pro-pas), o Estado do Espírito Santo pretendia definir uma nova arquitetura para os órgãos de defesa social.

Moderno, o modelo de ordem pública e de defesa da cidadania contava

com inédito padrão gerencial para que os órgãos de Segurança Pública se tornassem mais qualificados, visíveis, eficientes e mais próximos da população. O objetivo era controlar a criminalidade, reduzindo-a a patamares aceitáveis dentro dos padrões nacionais. O novo modelo foi formatado por um conjunto de medidas, projetos e ações capazes de atuar com eficácia na proteção e na paz social.

A meta era restaurar a sensação de segurança da sociedade com uma política pública estruturante e duradoura, conforme pode ser verificado na imagem que sintetiza a sua base conceitual:



Figura 1 - Base Conceitual

Fonte: Os autores, a partir do Decreto Estadual do Espírito Santo nº 4557-N/1999

O Pro-pas constituiu-se oficial e legalmente na primeira política pública na área da Segurança Pública implantada no Espírito Santo. Foram oito projetos que se subdividiam em 23 subprojetos, abrangendo toda a área da Segurança Pública,

projetos estes incluídos no Plano Plurianual de Investimentos do Governo do Espírito Santo 2000/200365, figurando na unidade orçamentária da então Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP).

Em função de seu ineditismo, grandeza e complexidade, bem como da falta de quadros qualificados na estrutura da SESP e de questões históricas de conflitos entre as organizações policiais, ainda hoje existentes, o então governador optou, inicialmente, ao instituir o Programa⁶⁵, em criar não uma “diretoria executiva”, mas sim uma estrutura executiva, a princípio em quatro níveis ou instâncias, subordinada diretamente à governadoria. Estabeleceu, assim, importante que se diga, encargos não remunerados ao invés de cargos orgânicos na estrutura da então secretaria.

Com o advento do Pro-pas, a Polícia Comunitária-interativa se fortaleceu, pois ocorreu a sistematização através de parâmetros definidos, da interatividade social, a realização do Congresso das Comunidades, com 1167 (hum mil, cento e sessenta e sete) lideranças comunitárias, em fevereiro de 2002, no Teatro da Universidade Federal do Espírito Santo e, por fim, a Polícia Militar do Espírito Santo consagrou-se campeã nacional do concurso promovido pela Motorola do Brasil, obtendo a melhor posição entre as experiências exitosas de interatividade comunitária, no período de 2000 a 2002

2 DA ESTRUTURA EXECUTIVA DO PRO-PAS

Verifica-se que a Coordenação Geral, inicialmente um órgão colegiado e dirigente, foi composta nos primórdios do programa pelos titulares das pastas da Segurança Pública, da Casa Militar e da Administração dos Recursos Humanos e Previdência.

Vale ressaltar que o Decreto nº 4.557-N (ESPÍRITO SANTO, 1999), que estabeleceu a primeira Estrutura Executiva do Pro-pas, de forma bastante clara, deu mandato administrativo somente à Coordenação Geral, por meio do então Secretário de Estado da Segurança Pública, única autoridade com poderes de direção e gestão do programa. Senão vejamos o que diz o Art. 5º do referido decreto:

Art 5º. Fica a Coordenação Geral, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, autorizada dentro do que prevê a Lei, a formular contratos e convênios do Estado do Espírito Santo com Técnicos Especializados, Órgãos e Instituições para o desenvolvimento e implementação dos projetos e subprojetos integrantes do programa, submetendo a sua análise e aprovação à Secretaria de Estado da Administração, dos Recursos Humanos e de Previdência.

Já o Decreto nº 4.558-N, de 10 de dezembro de 1999 (ESPÍRITO SANTO, 1999), designou nominalmente os gerentes executivos dos projetos e subprojetos do Programa, atribuindo-lhes, no seu artigo 2º, a seguir transcrito, a responsabilidade pelas equipes que seriam constituídas para a sua elaboração, desenvolvimento e acompanhamento, vinculando-as às diretrizes emanadas da Coordenação Geral do programa, a quem cabia, por atribuição legal delegada pelo governador, emitir tais determinações: “Art 2º A estrutura executiva do programa a que se refere este Decreto fica diretamente subordinada ao Gabinete do Governador do Estado, estando incumbida das atividades para a sua implementação”.

⁶⁵ Lei nº 6.183, de 29 de março de 2000, alterada pela Lei Estadual nº 6.289, de 11 de julho de 2000.

⁶⁶ Decreto nº 4.557-N, de 10 de dezembro de 1999.

Deve ser reforçado que todas as pessoas designadas para assumir encargos na estrutura executiva do Pro-pas eram servidores públicos com funções diversas e não tiveram acréscimo salarial para atuar nessa nova frente de trabalho que, na verdade, era algo voluntário e ao fundo um ato de valor cívico para com o Estado e a sociedade.

A gestão do Pro-pas foi atribuída somente à Coordenação Geral conforme se verifica nas Normas para atuação dos gerentes (de 17 de dezembro de 1999), firmado pelo então secretário de Estado da Administração dos Recursos Humanos e Previdência. Por encargo governamental, ele era um dos três coordenadores gerais do programa, conforme o art. 3º do Decreto nº 4557.

De forma indubitável, na Norma nº 07 era ordenado que os gerentes apresentassem planos de trabalho, submetendo-os à aprovação da Coordenação Geral em prazo definido, como se pode verificar a seguir: “Norma nº 07 – Os gerentes deverão apresentar um plano de trabalho para a elaboração e/ou implementação dos respectivos projetos/subprojetos, fixando prazos, recursos necessários e orçamento, submetendo-o à aprovação da Coordenação Geral do programa, até o dia 13/01/2000”.

Das já referidas normas para atuação dos gerentes emanadas da Coordenação Geral, há algumas que permitem verificar que a Secretaria Executiva do Pro-pas, como é da própria natureza desse nível nas estruturas organizacionais, encarregava-se das tarefas burocráticas, de assessoramento, tais como, elaborar atas das reuniões; cumprir decisões emanadas da Coordenação Geral; cuidar do expediente; participar de reuniões; receber e difundir documentos e divulgar institucionalmente o Programa.

2.1 RELAÇÃO DA SESP COM O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diante das graves circunstâncias de insegurança e do desmoronamento dos pilares da ordem pública no país, o governo federal editou a Medida Provisória nº 2.029, em 20 de junho de 2000, transformada posteriormente na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública. A finalidade era de apoiar projetos na área de Segurança Pública, destinados ao reequipamento, ao treinamento e qualificação integrada dos policiais civis e militares, aos programas de Polícia comunitário-interativa e à modernização da Polícia técnico-científica, dentre outros.

Em função da criação do Fundo Nacional de Segurança Pública foram definidas prioridades pelo seu conselho gestor, entre as quais o treinamento integrado de policiais, e o Estado do Espírito Santo esteve na vanguarda da apresentação de projetos ao Ministério da Justiça, visando imediatamente captar recursos para o desenvolvimento dos projetos do Pro-pas, que até então eram custeados apenas com orçamento estadual.

O Espírito Santo que, desde 1999, foi um dos pioneiros na elaboração do Programa Estadual de Segurança Pública – que consistia no Pro-pas, já com ações planejadas –, teve seus projetos habilitados a receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. O resultado dessa parceria gerou inúmeros convênios celebrados com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio de pessoas que ocuparam o cargo de secretário de Estado da Segurança Pública e, ao mesmo tempo, o encargo de coordenadores gerais do Pro-pas (2000 a 2002), entre eles o procurador de justiça estadual, Luiz Carlos Nunes, o delegado de Polícia Civil, Mário Rodrigues Lopes, e o coronel Edson Ribeiro do Carmo, visto que o Pro-

pas, enquanto estrutura de execução orçamentária, estava vinculado diretamente à SESP.

A então Secretaria da Segurança Pública, na forma da Lei, era um órgão substantivo da administração estadual. Na época foi criada uma comissão especial de licitação para dar agilidade a execução dos convênios com o governo federal.

A SESP firmou contrato com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA) para a execução de inúmeros planos de trabalhos aprovados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), referentes ao treinamento

integrado de policiais civis e militares e de líderes comunitários em 2001 e 2002.

Notícia do jornal A Tribuna, de Vitória-ES, de 27 de outubro de 2000, mostra que a contratação da FCAA só foi possível, à época, após o governador José Ignácio Ferreira e o então reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), José Weber Freire Macedo, terem assinado em solenidade pública o “Termo de Parceria”. Em decorrência dos convênios entre o Estado do Espírito Santo e a UFES, os jornais publicaram matérias sobre o assunto como podem ser vistas a seguir:



Figura 2. Manchete do Jornal A Tribuna

Fonte: Caderno Especial do jornal “A Tribuna” – Vitória, ES, (27/10/2000)



Figura 3. Delegadas da Polícia Civil e Militares (Curso de Extensão sobre Segurança Pública na UFES)

Fonte: Caderno Especial do jornal “A Tribuna” – Vitória, ES, (27/10/2000)

2.2 MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO PRO-PAS

É verdadeiro que os cursos, objeto de contrato entre a Fundação Ceciliano Abel de Almeida e o Estado, por intermédio da então SESP, integravam o Pro-pas, visto que tal programa, por lei, incluía rubrica orçamentária da vinculada à SESP.

A Secretaria tinha por órgãos de regime especial a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, todos autônomos e com unidades orçamentárias e ordenadores de despesas independentes da administração da SESP.

Com o sucesso obtido pelo Pro-pas no controle da criminalidade, foi necessário agilizar o programa e alterar sua estrutura executiva. Isso ocorreu com a reformulação do já mencionado 4557-N, de 10 de dezembro de 1999, pelo Decreto nº 519-R, de 8 de fevereiro de 2001, que estabeleceu diferentes níveis gerenciais, ao todo 14. (ESPÍRITO SANTO, 2001)

Observa-se pela simples leitura do Decreto nº 4.557-N, que criou a primeira estrutura executiva, depois alterada pelo Decreto nº 519-R, que os níveis ou instâncias para o desenvolvimento do Pro-pas eram abrangentes até pela grandeza do programa.

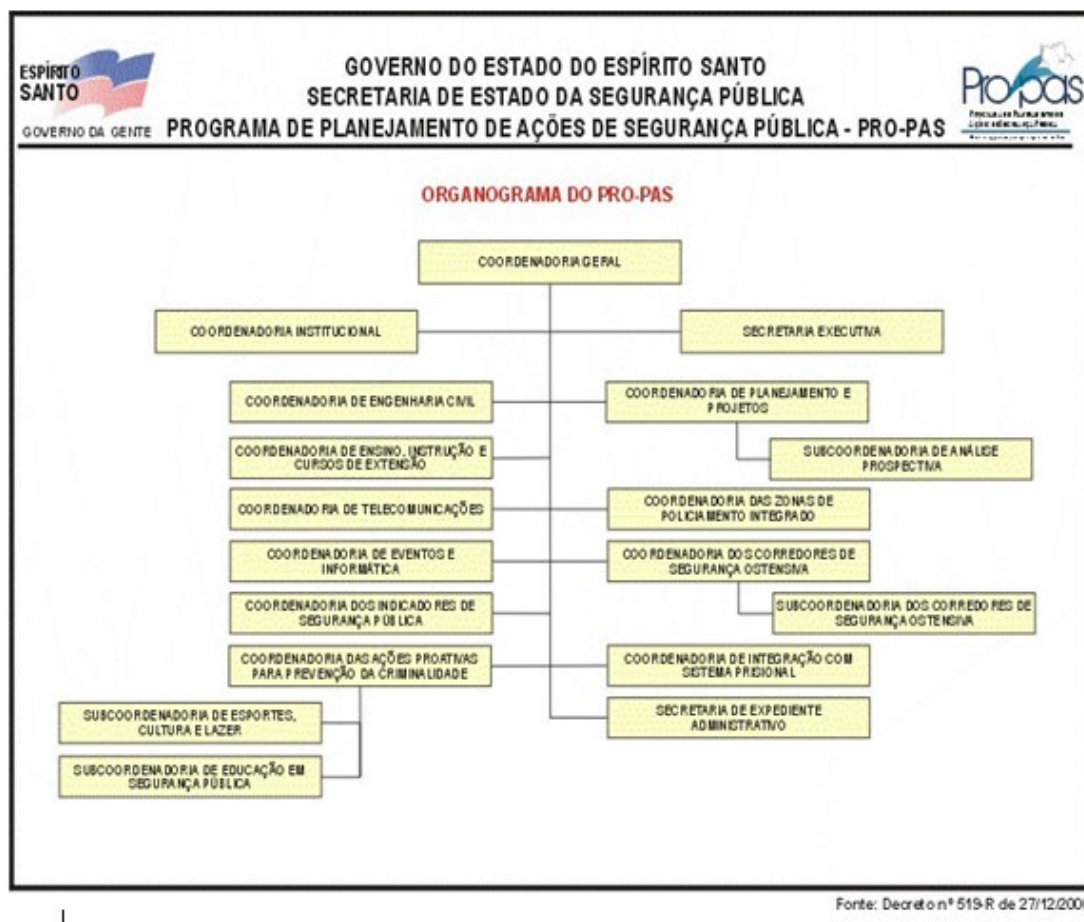


Figura 4 - Organograma do Pro-pas

Fonte: O autores, a partir do Decreto Estadual do Espírito Santo nº 519R/2000.

O Artigo 2º do Decreto nº 4.557-N, de 10 de dezembro de 1999, como já visto, definia que a estrutura executiva do Pro-pas ficaria subordinada diretamente ao gabinete do governador. Por seu turno, o artigo 1º, inciso I, letras “a” e “b” do Decreto 519-R, de 08/02/2001, designou os

responsáveis pelo escalão “Coordenação Geral”, a única instância incumbida da prática dos atos de gestão administrativa do Pro-pas.

No Artigo 3º do Decreto nº 4557-N, de 10 de dezembro de 1999, pode-se observar que a composição da única instância dirigente do Pro-pas,

ou seja, a “Coordenação Geral”, era atribuída ao colegiado composto pelos titulares de três secretarias de Estado (Segurança Pública, Casa Militar e Administração), excluídos os secretários-executivos, conforme transcrito:

Art 3º A Coordenação Geral do Programa ficará a cargo da Secretaria de Estado da Segurança Pública, da Secretaria da Casa Militar e da Secretaria de Estado da Administração, dos Recursos Humanos e de Previdência.

O Artigo 4º do Decreto 4557-N designou nominalmente os secretários-executivos e os controladores executivos do Pro-pas, não lhes dando atribuição para gestão administrativa ou financeira do programa: “Art 4º Ficam designados como Secretários Executivos os Maj PM Júlio César Costa e João Antônio da Costa Fernandes e como Controladores Executivos os Auditores Estaduais Alcemir dos Santos Pimentel e José Mário Bispo Sant’Ana”.

Como é possível constatar, o Artigo 5º de Decreto 4557-N fez a primeira referência aos atos de gestão do Pro-pas, quando autorizou à instância “Coordenação Geral”, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, adotar todos os atos de gestão: Art 5º - Fica a Coordenação Geral, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, autorizada dentro do que prevê a Lei, a formular contratos e convênios do Estado do Espírito Santo com Técnicos Especializados, Órgãos e Instituições para o desenvolvimento e implementação dos projetos e subprojetos integrantes do programa, submetendo a sua análise e aprovação à Secretaria de Estado da Administração, dos Recursos Humanos e de Previdência.

A evolução gerencial da Segurança Pública pode ser constatada pela leitura do Decreto 4558-N, de 10 de dezembro de 1999, que designou os gerentes de projetos e subprojetos do programa. Em seu Art. 2º atribuiu aos gerentes responsabilidades sobre as equipes e pela elaboração, desenvolvimento e acompanhamento,

vinculando-as ainda às diretrizes emanadas pela Coordenação Geral conforme descrito a seguir: “Art. 2º: Os gerentes executivos dos projetos e subprojetos integrantes do programa são os responsáveis pelas equipes a serem constituídas para a sua elaboração, desenvolvimento e acompanhamento, ficando vinculados às diretrizes emanadas da Coordenação Geral”.

O poder de gestão, como já explicitado a cargo exclusivo da Coordenação Geral, ficou mais evidenciado quando no Artigo 3º do Decreto 4558-N, de 10 de dezembro de 1999, foi reforçado que a Coordenação Geral poderia compor equipes, podendo requisitar servidores de quaisquer órgãos do Poder Executivo:

Art. 3º. A Coordenação Geral do Programa fica autorizada a compor equipes de trabalho, podendo requisitar justificadamente, através da Secretaria de Estado da Administração, dos Recursos Humanos e de Previdência, Servidores de quaisquer Órgãos vinculados ao Executivo estadual, os quais devem ser disponibilizados pelas chefias, ficando à disposição enquanto necessário for, como se no exercício do cargo estivessem, sem qualquer prejuízo funcional.

Não se pode perder de vista que o Pro-pas, em uma dimensão mais ampla, por um lado, consistiu num programa conceitual de planejamento e, dessa forma, seu produto era a concepção de projetos, razão de ser da sua chamada estrutura executiva. Por outro lado, a sua execução orçamentária, a estrutura responsável foi consignada por lei na então Secretaria do Estado de Segurança Pública, já que era um programa constante no seu orçamento.

Concluída a fase do planejamento, com o término de alguns projetos em que estava inserido o poder de requisição de servidores, como previsto no Decreto 4558-N, de 10 de dezembro de 1999, o Pro-pas passou por uma reformulação, já que iniciaria a implementação dos projetos concebidos. Essa reformulação veio expressa no Decreto 276-R, de 18 de agosto de 2000. (ESPÍRITO SANTO, 2000), que em seu Art. 1º dispensa servidores do

encargo de gerentes executivos de projetos e subprojetos e, no Art. 3º, amplia o colegiado da Secretaria Executiva, tendo sido designado na época, o então major, depois Coronel, Comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, Edmilton Ribeiro de Aguiar Junior, para compô-la.

O Pro-pas, além de pioneiro, também teve um enfoque holístico e foi projetado para se desenvolver em ações de curto, médio e longos prazos. O Programa foi idealizado por uma equipe multidisciplinar de especialistas em Segurança Pública, com titulação acadêmica e experiência profissional, e contou também com a parceria de órgãos e instituições, como já dito, além de da consultoria especial da doutora Jaqueline de Oliveira Muniz.

A divulgação institucional ocorria periodicamente para informar à população os resultados e novidades introduzidos na gestão e no fazer da Segurança Pública em campanhas publicitárias organizadas pela Superintendência de Comunicação Social do governo estadual.

Relevante e inédita, por isso digna de registro, foi a existência de um sítio próprio (www.pro-pas.es.gov.br) na *Internet*, onde todas as informações do programa estavam disponibilizadas à sociedade. Portanto, acompanhava-se todo o desenvolvimento dos inúmeros projetos em implantação em tempo real. A ferramenta de transparência permitiu que se realizassem as ações de *civilian oversight* e *accountability*⁶⁷

Entre 1999 e 2001, alguns integrantes da equipe gestora do Pro-pas realizaram viagens de estudos aos Estados Unidos, Canadá, Costa Rica, Alemanha e Israel, com o objetivo de agregar conhecimentos técnicos e novas tecnologias na

realização dos distintos projetos e subprojetos que estavam em desenvolvimento.

Reuniões públicas anuais do sistema de *accountability* eram realizadas no Palácio Anchieta, pela coordenação do programa, visando cumprir o enunciado da resolução 34/169 da ONU, que afirma: “toda força policial deve ser representativa da comunidade como um todo e responsável perante ela, prestando-lhe contas” (ONU, 1979).

Todo o acervo do Pro-pas, ao final de 2002, para fins de preservação histórica, foi encaminhado ao Arquivo Público Estadual, onde permanece até hoje, além de sites⁶⁸ que publicam a história da comunitarização da Polícia Militar do Espírito Santo e seus respectivos documentos.

Resumo dos projetos e subprojetos do Pro-pas

Para melhor compreensão de como se construiu a primeira política pública de Segurança Pública capixaba, demonstraremos a arquitetura do programa:

Projeto de ações impactantes

Caracterizado por ações que seriam imediatamente sentidas pela população, com o aumento da sensação de segurança, minimizando, assim, a sensação de temor e medo da sociedade. Era constituído dos seguintes subprojetos:

– Subprojeto de irrigação financeira

Visava otimizar os recursos financeiros de pequenas despesas, promovendo a distribuição geográfica dos recursos orçamentários por todas as unidades das polícias civil e militar para evitar que se submetessem ao constrangimento de solicitar doações de particulares, como quase sempre

⁶⁷ Transparência no uso dos recursos públicos e na divulgação dos dados sobre a criminalidade no Estado. Em 09 de dezembro de 2002, a Coordenação Geral do Pro-pas fez publicar em D.O.E. detalhada prestação de contas acerca de todos os recursos e projetos que envolveram o Programa, atitude essa sem igual ainda na história da Segurança Pública do Espírito Santo.

⁶⁸ Website SEGURANÇA COM CIDADANIA. Disponível em: <<http://segurancacomcidadania.com.br/propas>> Acesso em 27 de nov. de 2021.

ocorria. A inovação trouxe grande satisfação para os operadores dos órgãos de Segurança Pública, desprendendo-os dos velhos hábitos e dependências históricas.

– Subprojeto dos Corredores de Segurança Ostensiva (CSO)

O principal objetivo dos CSO era aumentar a transparência e a visibilidade do policiamento ostensivo nos principais eixos viários e locais de maior movimento e circulação de pessoas e veículos, como prevenção à criminalidade e proporcionando maior sensação de segurança à população.

Foram distribuídos geograficamente em mais de 40 ilhas de policiamento na Região Metropolitana da Grande Vitória e no interior. Eram duas viaturas caracterizadas da Polícia Militar: uma fixa e a outra circulava e interagía na comunidade, além de atender às ocorrências naquele perímetro.

A inovação capixaba rapidamente foi adotada por outras polícias militares, entre as quais a de Tocantins, a do Estado do Rio de Janeiro, com o “polígono de segurança”, e pelas Prefeituras de Vila Velha e de Cachoeiro de Itapemirim, com o seu “cinturão de segurança”.



Figura 5 - Cariacica/Viana – Praça em Campo Grande
Fonte: Caderno Especial do jornal “A Tribuna” – Vitória, ES, (27/10/2000)

- Subprojeto de saturação de área

A meta era identificar as áreas de maior ausência estatal para que se intensificasse a presença do Estado, com ações emergenciais voltadas para a defesa da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da população, impedindo o domínio territorial pelo tráfico de drogas como ocorre atualmente.

Envolveu a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, e as Prefeituras Municipais, cada qual atuando em sua área específica, de modo integrado e com planejamento conjunto, promovendo o “Combo da Ordem”⁶⁹, que recentemente também foi adotado nos Municípios de Jaboaão de Guararapes e do

⁶⁹ O “Combo da Ordem” constitui-se em uma combinação multidisciplinar de operações, ações e medidas, aplicadas estrategicamente de forma concomitante e complementar entre si, destinadas à impactação, manutenção continuada e ao restabelecimento, quando assim necessário, da ordem pública, em todos os seus vieses.

Moreno, ambos no Estado de Pernambuco, pelas Prefeituras Municipais.

– Subprojeto das zonas de policiamento integrado

Tinha a finalidade de compatibilizar as áreas das circunscrições das polícias com as das prefeituras municipais, por meio das administrações regionais.

Foram baseadas nas zonas de policiamento da cidade de Belém do Pará, concebidas pelo então secretário de Defesa Social paraense, Paulo Sette Câmara. As regiões foram divididas em áreas e em cada uma existia um único local onde as polícias civil e militar ficaram incumbidas de executar o planejamento e ações conjuntas para controlar a criminalidade naquela região.

Em dezembro de 2002 estavam ativas as zonas de policiamento integrado de Vitória e a da região de Cobilândia, em Vila Velha.

– Subprojeto de modernização da Superintendência de Polícia Técnico-Científica

Essa modernização era de fundamental importância, pois tinha por finalidade agilizar as atividades de perícia e de identificação civil e criminal no Espírito Santo. Os setores viviam à beira do caos por falta de efetivos e meios logísticos adequados para o desenvolvimento dos trabalhos tão necessários à elucidação de crimes.

O passo inicial foi comprar sistemas e equipamentos modernos e ágeis, tais como o micro-comparador balístico (IBIS), adquirido no Canadá, sendo à época, o primeiro em uso na América do Sul.

A Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo (Prodest) realizou a digitação do cadastro de mais de um milhão de

fichas do arquivo onomástico do Departamento de Identificação da Polícia Civil, como primeiro passo para a modernização da expedição da carteira de identidade para a sociedade.

Projeto de reestruturação dos órgãos de Segurança Pública

O Pro-pas, desde o início de sua concepção, visualizou o sistema de justiça criminal⁷⁰ por um ângulo holístico, entretanto, focou suas ações sobretudo nos subsistemas prisional e de Segurança Pública.

Urgente e ainda necessária pelo seu arcaísmo centenário, a reestruturação dos órgãos de Segurança Pública objetivou adequar as estruturas desses órgãos à evolução da sociedade, bem como das tecnologias em uso para a melhoria dos fatores de gestão policial, tornando-os mais dinâmicos e sintonizados com a modernidade. Para a reestruturação ser completa idealizaram-se os seguintes subprojetos:

– Subprojeto de otimização de gestão

Tinha como meta principal a atualização e melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade pelos órgãos de Segurança Pública, adequando e atualizando as suas antigas estruturas aos ditames modernos da administração, principalmente ao princípio constitucional da eficiência.

Estavam previstas ações de médio e longo prazos que deveriam ser estudadas por grupos de trabalho, que seriam contratados com licitações públicas, ou por meio de convênios com a Universidade Federal do Espírito Santo. Desses estudos surgiram propostas técnico-científicas para

⁷⁰ Segundo Jorge da Silva em *Segurança pública: Criminologia crítica aplicada*, o sistema de justiça criminal é o conjunto de códigos e Leis, a polícia, o ministério público, a defensoria pública, o judiciário e o subsistema prisional (p. 1)

a modernização e o redesenho dos órgãos que compõem o subsistema de Segurança Pública, em todos os níveis, a fim de otimizar a sua gestão.

Ao mesmo tempo na Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo - Prodest era colocado em funcionamento, na gestão do então major, hoje coronel Júlio Cezar Costa, o Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIAHRES), ainda a principal ferramenta de gestão da área administrativa e de pessoal em funcionamento nos órgãos da administração direta e indireta do Espírito Santo.

– Subprojeto de alteração de legislação

Sem acompanhar a evolução constitucional muitas das leis e regulamentos, já à época, se encontravam em desalinho com a Carta Magna de 1988. Por isso, o objetivo desse subprojeto era estudar, atualizar e adequar as legislações. Em muitos casos, talvez até reescrevê-las, para garantir o dinâmico funcionamento da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Persistem nos órgãos de Segurança Pública inúmeras leis em vigor e que se encontram ainda desatualizadas. Acreditamos que não poderão fugir da remodelação e o ambiente da renovação desses estatutos passará pela discussão com as categorias que representam as classes policiais.

Esse objetivo programático nunca foi atingido devido às condicionantes políticas e hierárquicas que funcionaram como verdadeiras barreiras para a modernização da estrutura secular dos órgãos de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo.

– Subprojeto de organização da inteligência policial

No Brasil se confunde inteligência com investigação policial. Enquanto a primeira é preventiva, antecedente, a segunda nada mais é do que o exercício da atribuição constitucional dada aos órgãos de Segurança Pública para apurar delitos ocorridos, obedecendo às devidas esferas de competências.

Há tempos o discurso do uso da inteligência para a eficiente atuação do Estado, visando ao controle da criminalidade, tornou-se repetitivo. Os gestores políticos em suas campanhas fazem uso impróprio e abusivo deste tema. Entretanto, na prática, confundem ou não sabem do que se trata.

É comum ouvir dizer que “vamos colocar a inteligência das Forças Armadas à disposição das polícias estaduais para o vigoroso combate ao crime”. Isto chega quase à blasfêmia, pois não se pode confundir inteligência de Estado com inteligência de Segurança Pública, o que se torna banal em um país que tem, na concepção guerreira, a principal via de formulação de suas ações contra a violência criminalizada.

O emprego da atividade de inteligência policial pelo Estado pressupõe o uso de seus efetivos para os quais deverão ser disponibilizados modernos recursos tecnológicos, que serão empregados em proveito do bem-estar da sociedade e da ordem pública, contribuindo para que se produza, de forma efetiva, o controle da criminalidade.

O sucesso da ação dos operadores da segurança está intrinsecamente ligado à necessidade de se conhecer, em todas as suas extensões, o crime, o criminoso e a criminalidade.

Este subprojeto desenhou e encaminhou a mensagem do projeto de lei que criava a Central de Inteligência na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública⁷¹.

Para minorar a ausência de um sistema

⁷¹ Protocolo número 22522034, desde 27 de Junho de 2002.

capaz de atuar na área da inteligência de Segurança Pública, a partir de outubro de 2001, foi adotado o sistema de disque-denúncia, implantado com sucesso e ainda em funcionamento nos mesmos moldes do Movimento Rio Contra o Crime.

Projeto de construção dos indicadores de Segurança Pública

A intenção desse projeto foi estimar a quantidade de crimes sofridos pela sociedade e que não chegavam ao conhecimento dos órgãos de Segurança Pública, visto a enorme subnotificação decorrente do estado de resiliência em que se encontrava o sistema de Segurança Pública, inclusive o prisional.

Sem qualquer instrumento que pudesse medir a violência criminalizada, o Estado era refém das estatísticas de seus próprios órgãos de Segurança Pública, originadas sem quaisquer critérios de cientificidade e apuração decentes. Assim, em virtude de uma diversidade de causas e fatores, os dados oficiais não refletiam a situação real da criminalidade.

Em parceria inédita com o Instituto Jones do Santos Neves (IJSN), iniciou-se o mapeamento de todas as áreas geográficas do Espírito Santo, possibilitando conhecer os locais, dias e horários em que era maior a incidência de crimes. Isso permitiu que fossem alocados recursos materiais e humanos necessários para conter a criminalidade de forma criteriosa, científica e baseando-se em evidências.

Esse projeto foi um dos primeiros no país a buscar dar cientificidade e isenção às estatísticas da área da Segurança Pública, desse modo, por meio das pesquisas de vitimização⁷² e dos dados estatísticos tratados por experientes técnicos, o

IJSN poderia ter contribuído muito além do que fez para a sedimentação de uma política pública de Segurança Pública se o projeto não fosse interrompido por questões meramente políticas.

Pelo *site* do Pro-pas (www.pro-pas.es.gov.br) e do IJSN (www.ijsn.es.gov.br) mensalmente eram publicados os boletins de criminalidade, acessados por qualquer cidadão, o que permitia o acompanhamento dos influxos da criminalidade no Estado, além de dar transparência ao trabalho desenvolvido sem coloração partidária.

Relatórios escritos, em impressos e em *compact disc* (CDs), contendo dados estatísticos sobre a criminalidade no Espírito Santo, foram largamente produzidos, publicados e distribuídos pelo IJSN, em especial para uso dos executivos dos órgãos de Segurança Pública.

Interessante é que, segundo Santim (2004), a Fundação Getúlio Vargas criou o chamado “índice do medo”, decorrente da insegurança que afeta o país inteiro, especialmente as grandes cidades, para evidenciar a discussão sobre os mecanismos públicos de controle da criminalidade, principalmente sobre a eficiência e adequação das atividades públicas de prevenção de crimes.

Projeto de unificação do ensino e instrução dos órgãos de Segurança Pública – “Academia Única”

Teve por finalidade aproximar os integrantes dos órgãos de Segurança Pública desde a sua formação. O intuito era gerar aproximação e interatividade funcional entre os integrantes dos órgãos desde o início de suas carreiras.

Agregado a isto, viria também a redução de custos, já que estaria sendo aproveitado, para a formação desse centro, o complexo do então

⁷² Pesquisas de vitimização objetivam estimar a dimensão, as características e as circunstâncias dos crimes praticados em um país ou região. Também servem para efeitos de comparação internacional se forem periódicas. No Brasil, a primeira pesquisa foi em 1988. Nos Estados Unidos, em 1966.

Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar, em Santana - Cariacica, que possuía estrutura e condições de ampliação para agregar os outros órgãos.

Essa iniciativa também se deu a partir da criação do Instituto de Segurança Pública do Estado do Pará, verdadeiramente a primeira academia integrada de formação policial do Brasil, inaugurada em setembro de 2000, em Belém, também sob a inspiração do notável Paulo Sette Câmara.

– Subprojeto de cursos de extensão para policiais civis, militares e lideranças comunitárias

Visava promover a qualificação dos integrantes dos órgãos de Segurança Pública e ainda de líderes comunitários. Foram realizados em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo. Cerca de 40% dos efetivos das polícias receberam treinamento, em quatro tipos de cursos, em apenas dois anos.

Na época, policiais civis, federais, agentes penitenciários, militares e lideranças comunitárias de vários estados participaram dos diversos cursos que foram realizados na UFES

Visando à implantação da intranet da Segurança Pública, por meio da Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo (Prodest), foram realizados inúmeros cursos específicos para habilitar os integrantes dos órgãos de Segurança Pública na área de informática básica, sendo realizados cursos de Word, Excel, Power Point, entre outros, também neste período.

– Subprojeto de curso de especialização para delegados de polícia, capitães da PM e CBM, e membros da sociedade civil

Tratou-se de uma iniciativa pioneira. O curso ministrado pela Ufes foi uma referência para outras corporações policiais no Brasil, que enviaram alguns de seus membros para participarem da pós-graduação integrada em Segurança Pública e gestão policial.

Em 2002, além de integrantes dos órgãos de Segurança Pública, a Coordenação do Pro-pas introduziu como inovação nesse curso de pós-graduação “*latu sensu*” a participação também de representantes civis, não policiais, entre os quais estão integrantes da OAB, do Conselho Estadual de Direitos Humanos e professores universitários.

– Subprojeto do Instituto Superior de Ensino de Segurança Pública do ES

Também baseado no modelo paraense, o anteprojeto de lei criando o Instituto de Ensino de Segurança Pública chegou a tramitar na Secretaria de Estado da Administração dos Recursos Humanos e de Previdência⁷³. As obras físicas para a instalação do futuro Instituto estavam sendo licitadas pelo então Departamento de Edificações e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo, mas com o advento da troca de governo tudo foi paralisado e não mais se falou no assunto. Voltamos à estaca zero neste assunto. Recentemente, através do Decreto nº 3962-R de 06 em abril de 2016, o Governo do Estado do Espírito Santo transformou o Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMES, em Instituto de Ensino Superior de Ciências Sociais e Segurança Pública. (ESPÍRITO SANTO, 2016)

Projeto de integração das comunicações dos órgãos de defesa social

Tratava da criação e ativação do Centro Integrado de Comunicações (Ciodes) dos órgãos que integravam o sistema de Segurança Pública,

⁷³ Protocolo número 22762167.

canalizando-se para um só ambiente físico e operacional todas as demandas de pronto-atendimento e socorro público para proporcionar melhor atendimento à população. Esta iniciativa foi baseada na experiência iniciada no Estado do Pará, o pioneiro no Brasil a adotar tal solução integradora das comunicações policiais. Embora não tenha havido tempo para a implantação desse projeto, os recursos convencionais para a sua realização foram deixados em caixa, ultrapassando a casa dos 7 milhões de reais.

– Subprojeto do Centro Integrado de Operações e Videomonitoramento

Foi a primeira ideia de policiamento eletrônico, com uso em larga escala de tecnologia de videomonitoramento, no Estado do Espírito Santo. O centro de controle de imagens seria instalado no prédio onde funcionou o Centro de Operações da Polícia Militar, no quartel de Maruípe em Vitória, proporcionando a centralização de toda a captação e o controle de imagens das ruas e avenidas para uso preventivo na aplicação da polícia ostensiva e no socorro público na Região Metropolitana. O projeto foi concebido, inclusive, para receber as centrais de ambulâncias das prefeituras municipais da região da Grande Vitória. Indubitavelmente, foi o embrião do que hoje se conhece como Cerco Inteligente de Segurança.

A licitação dos equipamentos e *softwares* para início de funcionamento foi realizada pela Comissão Especial de Licitação da SESP, com o aproveitamento de recursos oriundos do Plano Nacional de Segurança Pública, entretanto, com a descontinuidade, o projeto acabou sendo paralisado, a partir de 2003.

Em julho de 2004, o Governo do Estado, enfim, criou o CIODES (Centro Integrado de Operações de Defesa Social), diretamente subordinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social.

– Subprojeto de Rede Integrada de Informática

O Espírito Santo foi o primeiro no país a interligar por rede física a Polícia Civil e a Polícia Militar em rede de computadores, mesmo considerando as enormes resistências de ambos os lados.

Em 1999, a Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo criou o Prodestnet, que se constituiu no primeiro provedor governamental exclusivo para acesso à *Internet* pelos órgãos de Segurança Pública e da Fazenda estadual.

A Intranet da Segurança Pública constituiu-se em uma ampla rede capilarizada em todas as principais cidades do Estado, interligando à época por um “backbone” de fibra ótica, via Prodest, mais de 450 máquinas com *softwares* que permitiriam a otimização do serviço policial, além de promover o devido controle sobre os prazos de inquéritos e outras atividades da Polícia Judiciária e da Polícia Ostensiva.

O objetivo principal da informatização foi modernizar a estrutura policial e evitar o acúmulo de procedimentos de apuração. Para resolver tal problema, criou-se naquele momento, o mutirão de inquéritos que funcionou na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil, que também foi completamente informatizada pela Prodest.

Projeto de integração dos órgãos corregedores dos órgãos de Segurança Pública

Tinha por objetivo permitir a integração dos órgãos corregedores das polícias e do Corpo de Bombeiros, a fim de torná-los mais isentos e ágeis nos processos de correição disciplinar dos integrantes dos órgãos de Segurança Pública, mantendo-se a autonomia dos respectivos gestores das polícias e do Corpo de Bombeiros Militar,

promovendo efetivo controle e auditoria sobre os inúmeros processos administrativos e inquéritos que tramitavam naqueles órgãos, não permitindo a impunidade, e por assim dizer, mantendo rígida a disciplina e a correção de atitudes dos membros de tais instituições.

Projeto de interfaces sociais e institucionais

Objetivou proporcionar a abertura e a participação comunitária dos órgãos de Segurança Pública com a sociedade civil organizada, por intermédio do Método Interativo de Polícia ⁷⁴, abrindo-se canais de comunicação para facilitar o conhecimento dos projetos desenvolvidos pelo Pro-pas, e a participação social em seu desenvolvimento.

Em 23 de fevereiro de 2002, durante quase 12 horas, aconteceu o 1º, e até hoje único, Congresso das Comunidades do Pro-pas, em parceria com a sociedade civil, com a Ufes e, com a empresa de processamento de dados do Espírito Santo.

Nas dependências do campus universitário da Ufes foi extensamente debatida com a sociedade toda a política de Segurança Pública em implementação pelo Estado, por meio do Pro-pas, permitindo assim o uso democrático e em grande escala das ferramentas da *accountability* policial e do *civilian oversight*, conforme emoldura os ditames da Organização das Nações Unidas, via Resolução 34/169, de 17 de dezembro de 1979.

Participaram ativamente desse Congresso 1.167 (hum mil, cento e sessenta e sete) lideranças comunitárias de todo o Estado, sendo este o maior

evento policial comunitário de que se tem notícia, no país.

Toda a organização e o estabelecimento das regras para o funcionamento do Congresso das Comunidades se deram de forma aberta e com a participação ímpar das lideranças comunitárias representativas de todos os recantos do Estado, ocorrendo o desenvolvimento dos debates com a mediação de professores da Universidade e cidadãos que integravam os conselhos interativos de Segurança Pública. Houve grande mobilização da sociedade para a realização do evento, que, diga-se, foi apartidário, mesmo em ano de eleições gerais.

– Subprojeto de criação do Fórum e do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

O Fórum e o Conselho Estadual de Defesa Social seriam instrumentos por meio dos quais a sociedade civil organizada poderia manifestar seus anseios permanentemente, discutindo e tendo as respostas para os problemas levantados no ambiente da Segurança Pública.

Esse canal de comunicação foi pensado para ser um elo permanente, mantendo as comunidades organizadas em contato direto com a estrutura de Segurança Pública, por meio de reuniões periódicas e de caráter deliberativo, substantivando assim a participação popular nas ações programadas pelo Pro-pas.

Infelizmente, pela interrupção abrupta do programa em decorrência da troca de governo, esse objetivo programático não foi atingido como fora idealizado, devendo agora se adequar à Lei Federal n.º 13.675/2018.

⁷⁴ A concepção das etapas de desenvolvimento do programa de *Polícia Interativa* foi de autoria intelectual do então capitão, hoje coronel, Júlio Cezar Costa. Foi publicada no documento “Diretrizes para a Implantação e Implementação da Polícia Interativa”, em 1995, por meio de publicação de diretriz da 3ª Seção do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Espírito Santo. O texto embasou o estudo apresentado durante o 1º Seminário sobre segurança, justiça e cidadania, realizado no Rio de Janeiro, em 28 e 29 de novembro de 1996. O patrocínio foi do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD/ONU) e do governo federal.

– Subprojeto de integração com o Ministério Público

Objetivou aproximar o Ministério Público dos órgãos de Segurança Pública, visando dinamizar as atividades investigatórias, evitando a perda de tempo na tramitação de autos e a quebra da desconfiança entre os operadores da Segurança Pública.

Foi durante o desenvolvimento do Pro-pas que a Procuradoria de Justiça do Estado do Espírito Santo criou a Assessoria Militar do Ministério Público, um segmento que se tornaria indispensável para apoiar a atuação de vários grupos especializados naquela Instituição.

Em 2001 foi editado decreto específico determinando que todas as sindicâncias, ao serem concluídas e solucionadas no âmbito dos órgãos de Segurança Pública, fossem endereçadas para a Procuradoria-Geral de Justiça, a fim de permitir o constitucional controle externo das ações policiais.

– Subprojeto de seminários temáticos sociais e institucionais

Eram realizados com frequência em todas as regiões do Estado, inclusive em vários bairros da Grande Vitória, com o objetivo de organizar reuniões para manter os membros dos órgãos de Segurança Pública e a sociedade civil, informadas sobre todo o desenvolvimento do Pro-pas.

Esses eventos eram agendados e divulgados pelo jornal eletrônico do Pro-pas (www.pro-pas.es.gov.br).

– Subprojeto de normatização dos conselhos interativos de Segurança Pública

Foi ativado por meio do Decreto Estadual 936-R, de 27 de novembro de 2001, que estabeleceu detalhadamente os critérios e a forma como deveria

ocorrer a interação entre os órgãos de Segurança Pública e os organismos da sociedade civil.

Talvez tenha sido o Estado do Espírito Santo o primeiro da federação brasileira a estabelecer um minucioso regimento legal para promover e reger a atuação de seus órgãos de Segurança Pública, no que concerne à interação comunitária, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 124, parágrafo único da Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1989 (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1989).

– Subprojeto de implementação da Ouvidoria de Polícia

Vale ressaltar o trabalho de professores da Ufes, para atuar na formação do projeto da Ouvidoria de Polícia, como órgão independente que seria criado e teria por finalidade promover o controle social externo das polícias, visando também atender aos reclames da população, com medidas que assegurassem que a atividade policial fosse pautada pela legalidade, eficiência e respeito aos direitos humanos e aos valores democráticos.

Ela estaria pronta para receber as críticas do cidadão e tratá-las da melhor forma possível. O anteprojeto de lei chegou a ser apresentado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública à Assembleia Legislativa do Estado, mas por questões de fundo político naquela casa de leis não foi votado, ficando assim inacabada essa necessária ação para a democratização do fazer da Segurança Pública.

3 METODOLOGIA

Este tópico se destina a descrever os procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa, que se dedicou em analisar e relatar os resultados da implementação da política pública de

segurança pública no Estado do Espírito Santo, denominada Pro-pas.

O presente estudo valeu-se da metodologia quantitativa, por meio de pesquisa documental, com busca em documentos, Leis, Decretos, outros tipos de normatizações e, registros de indicadores de violência da época da implementação do programa de governo.

Além disso, o artigo se trata de relato das experiências adquiridas e vivenciadas por um dos autores, que trabalhou, cumulativamente, durante todos os anos do Pro-pas na Secretaria-executiva do Programa e na Presidência da Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo (Prodest).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NO CONTROLE DA CRIMINALIDADE

Em dezembro de 2000 e março de 2002 foram realizadas, de modo espontâneo, pesquisas quantitativas de opinião pelo Instituto Futura em que ficou evidenciada a aprovação do programa, conforme a análise adiante, feita por José Luís Orrico: “a população aprova a medida do governo do Estado na criação do projeto Pro-pas”.

Pesquisa qualitativa realizada pelo Instituto Vox Populi, em julho de 2001, marcou de forma definitiva a aceitação popular do Pro-pas.

Estudo elaborado pelo sociólogo Túlio Khan para o Ilanud-ONU, publicado na revista *Superinteressante*, da Editora Abril, edição de março de 2002, demonstrou que o Espírito Santo não mais figurava entre os mais violentos do país, conforme se pode observar na transcrição:

Os estados mais violentos do Brasil São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Amapá e Rondônia, nesta ordem. Essa é a conclusão do estudo inédito realizado pelo sociólogo Túlio Kahn, coordenador de pesquisas do centro da ONU responsável pelo combate à violência na América Latina.

Outra surpresa é a colocação de estados que geralmente são vistos como muito violentos, como Rio, Pernambuco e Espírito Santo. Nenhum deles aparece entre os mais violentos do Brasil, pelos critérios de Túlio.

O mapa da violência III elaborado e divulgado pela Unesco em 2002 revelou que, enquanto no Brasil os homicídios cresceram mais de 50%, no Espírito Santo, naquele período, houve queda de 21,5% na cidade de Vitória, à época considerada a capital mais violenta do país.

4. 1 ESTATÍSTICAS E INDICADORES DE CRIMINALIDADE

Eram produzidas e divulgadas pelo IJSN, por meio do Projeto de Construção de Indicadores de Segurança Pública, em boletins mensais na *Internet* e de outros meios e documentos de abrangência pública. A difusão desses informativos técnicos era rapidamente disponibilizada para os gestores policiais no *site* do Instituto.

O estancamento da inflexão positiva da criminalidade no Espírito Santo talvez tenha sido um dos maiores êxitos da política de Segurança Pública que foi implantada pelo Pro-pas, conforme se observa ineditamente na série histórica do SUS mostrada a seguir:

Figura 33 - Homicídios na Microrregião Metropolitana, nos outros municípios e no Estado do Espírito Santo- 1979-2000

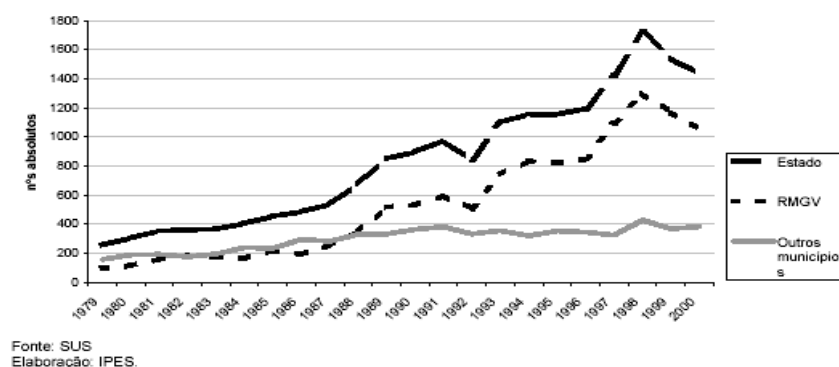


Figura 6 - Gráfico de homicídios na Microrregião Metropolitana, nos outros Municípios e no Estado do Espírito Santo – 1979-2000.

Fonte: Compact Disc (CD) com a Retrospectiva dos indicadores de criminalidade no ES. Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves. Vitória - ES, 2000.

As taxas de homicídios por grupos de 100 mil habitantes no Estado do Espírito Santo, ainda segundo os dados do SUS, no período de 1998 a 2000 eram em 58,60 em 1998, 51,06 em 1999, com redução de 20,8% em 2000, caindo para 46,37.

Na Região Metropolitana, em 1998 era de 97,01, 84,86 em 1999, com redução de 24% em 2000, com a taxa de 73,71 homicídios por 100 mil habitantes. Em outros municípios, em 1998 era de 26,59, 23,01 em 1999 e 22,54 em 2000. Finalizando o período com a redução de 15,2%.

Nos anos de 2001 e 2002, a tendência de queda continuava sendo mantida, o que demonstrou a eficiência da política de segurança daquele momento. Em julho de 2004, em publicação contida na página 9 da revista UFES Cidadã, ficou comprovado pelo estudo científico apresentado pelo professor doutor Mário de Castro, então integrante do Departamento de Estatística daquela Universidade, que no período de existência do Pro-pas, entre os anos de 1999 a 2002, a violência criminalizada obteve inflexão negativa considerável no Estado do Espírito Santo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública de segurança pública adotada pelo Governo do Estado do Espírito Santo, através do Programa de Planejamento de Ações de Segurança Pública (Pro-pas), enfrentou, pioneiramente, o desajuste do Sistema de Justiça Criminal e a desordem pública, em seu principal quesito: a insegurança pública.

Contando com a eclética participação da sociedade civil organizada, da Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo, da Universidade Federal do Espírito Santo e do Instituto Jones dos Santos Neves, o programa Pro-pas alcançou ótima performance de resultados quantitativos e qualitativos, no controle da violência criminalizada e no aumento de sensação de segurança pelas diversas comunidades

O presente relato mostra a eficiência da política pública implantada que serviu como pilar inicial para outros locais, e ainda hoje demonstra que a base conceitual e empírica adotada pelo Programa, gerou resultados satisfatórios na redução dos indicadores de criminalidade e no estabelecimento da cultura de paz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2020.

BRASIL. **Estatísticas**. Disponível em: <<<http://www.mj.gov.br/SENASP/>>> Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Imprensa Oficial, 1996.

COSTA, Júlio Cezar; COSTA, Fernandes da. **Polícia Interativa: a democratização e universalização da segurança pública**. Vitória: Ufes, 1998.

COSTA, Júlio César. **Diretrizes para implantação e implementação da Polícia Interativa**. Vitória: PMES, 1995.

EDITORIAL. **A Gazeta**, Vitória, 2 dez. 1999.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Caderno de parâmetros para a sistematização do modelo de Polícia Interativa**. Vitória : Imprensa Oficial, 1998.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Constituição do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1989. Disponível em: <<<http://www.al.es.gov.br>>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Decreto nº 4.557-N, de 10 de dezembro de 1999**. Vitória, 1999. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/>. Acesso em 27 de nov. de 2021.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Decreto nº 4.558-N, de 10 de dezembro de 1999**. Vitória, 1999. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/>. Acesso em 27 de nov. de 2021.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Decreto 276-R, de 18 de agosto de 2000**. Vitória, 2000. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/>. Acesso em 27 de nov. de 2021.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Decreto nº 519-R, de 8 de fevereiro de 2001**. Vitória, 2001. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/>. Acesso em 27 de nov. de 2021.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Decreto Estadual 936-R, de 26 de novembro de 2001**: participação da sociedade civil na formulação e controle das ações de segurança pública. Disponível em: << <http://www.pm.es.gov.br>>>. Acesso em: 25 out. 2021.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Decreto nº 3962-R de 06 em abril de 2016**. Vitória, 2016. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/>. Acesso em 02 de dez. de 2021.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Espírito Santo 2025**: plano de desenvolvimento. Vitória: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Polícia Militar. **Manual de instrução modular**. 3. ed. Vitória: Imprensa Oficial, 1997.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Relatório de gestão do programa de planejamento de ações de segurança pública (Pro-pas). **Diário Oficial**: 09 dez. de 2002. Disponível em: << [http: www.dioes.gov.br](http://www.dioes.gov.br)>>. Acesso em: 27 out. 2020.

INSTITUTO FUTURA. Disponível em: <<[http//: www.futuranet.ws](http://www.futuranet.ws)>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

ONU. **Resolução 34/169 da Assembleia Geral da ONU. 1979**. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/CAOCri_ControlExtAtivPol/C%C3%B3digo%20de%20Conduta%20para%20os%20Funcion%C3%A1rios%20Respons%C3%A1veis%20pela%20Aplic%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei_2.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

SILVA, Jorge da. **Controle da criminalidade e Segurança Pública na nova ordem constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

O TRABALHADOR POLICIAL MILITAR: REFLEXÕES SOBRE SAÚDE E ADOECIMENTO LABORAL⁷⁵

Flávia de Lima Amâncio⁷⁶

Fábio Gomes de França⁷⁷

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é um fator que contribui para a formação do indivíduo, sendo de grande influência para o seu comportamento. O ser humano permanece grande parte de sua vida dedicando-se ao seu trabalho e, muitas vezes, ele é exposto a situações desagradáveis que faz do ambiente de trabalho seu grande campo de testes. É nesse cenário que o trabalhador coloca em prática e evidencia todo o seu potencial, influenciando e sendo influenciado, modificando e sendo modificado (FEDERICI, 2011).

Fatores como a sobrecarga de trabalho, número reduzido de funcionários e condições inadequadas na infraestrutura da instituição podem gerar uma insatisfação no trabalhador e provocar a elevação dos índices de absenteísmo (BRAVO; BARBOSA; CALAMITA, 2017). Absenteísmo é uma palavra com origem no latim que significa pessoa que falta ao trabalho por vários motivos, os quais podem ser propositais ou por circunstâncias alheias à sua vontade (PINTO, 2010). No setor público no Brasil o absenteísmo apresenta uma porcentagem alta e preocupante, chegando aos 30% ao ano, e isso gera sérias consequências uma vez que um número elevado de dias perdidos no trabalho gera insatisfação, reduz a produção e aumenta os custos operacionais (DIEMEN; PINTO; DICK, 2019).

Recebido em 15 de novembro de 2021

Aprovado em 02 de dezembro de 2021

⁷⁵Este trabalho teve sua versão original publicada em forma de capítulo de livro em FRANÇA, Fábio Gomes de (Org.). Pesquisa em Segurança Pública. João Pessoa: Ideia Editora, 2020. p. 165-177. Além disso, o texto não sofreu alterações para a publicação neste periódico por se tratar de uma seção específica sobre capítulos de livro.

⁷⁶ Especialista em Segurança Pública pelo Centro de Educação da PMPB. Capitã da PMPB.

<http://lattes.cnpq.br/1123025367861962>

E-mail: cadflavia@hotmail.com

⁷⁷ Pós-Doutor em Direitos Humanos, Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Capitão da PMPB.

<https://orcid.org/0000-0003-1917-840X>

<http://lattes.cnpq.br/5062091612898494>

E-mail: ffsociologia@gmail.com

Uma das profissões que demanda uma rotina intensa de trabalho, impossibilitando, na maioria das vezes, o autocuidado, interferindo assim na qualidade de vida, é a policial militar. A principal função desses profissionais é o cumprimento da lei, sempre buscando manter a preservação da ordem pública, mesmo que coloquem em risco as próprias vidas (GONÇALVES; VEIGA; RODRIGUES, 2012). A atividade exercida pelo policial militar e as condições de trabalho podem fragilizar sua saúde, gerando altas taxas de absenteísmo, o que pode levar esse profissional ao envelhecimento funcional, que é definido como a perda da capacidade para o trabalho e geralmente se faz notar antes do envelhecimento cronológico (BRAVO; BARBOSA; CALAMITA, 2016).

De acordo com Federici (2012), a existência do absenteísmo pode estar relacionada com um ambiente organizacional deteriorado, uma relação problemática entre superiores e subordinados, bem como, uma necessidade de ajuste contínuo nos efetivos e do local de trabalho. Além disso, a preocupação com o absenteísmo é determinada pelo prejuízo que a sua alta incidência resulta à instituição policial militar. Dentre as várias consequências decorrentes desse absenteísmo entre policiais militares tem-se o fato da necessidade de reorganizar as escalas de serviço para que a ausência desse profissional de segurança pública não cause prejuízo ao trabalho. No entanto, por vezes, essa reorganização gera aumento da demanda de trabalho daqueles que estão aptos para o serviço (PINTO, 2011).

Foi pensando a relação entre absenteísmo no trabalho e o adoecimento policial militar que resolvemos refletir teoricamente, a partir de estudos que já se debruçaram sobre essa temática, o quão importante é buscarmos, *a priori*, compreendermos

melhor a problemática que envolve os policiais militares e os fatores que os condicionam ao adoecimento. Logo, como podemos compreender melhor as consequências do trabalho exercido pelo policial militar nos processos do adoecimento laboral?

Desse modo, inicialmente, discorreremos sobre as dificuldades laborais existentes no serviço policial militar, apontando as atribuições dessa profissão e os impasses laborativos que tal atividade apresenta. Em seguida, abordaremos como as adversidades dessa profissão afetam a saúde do policial, gerando o adoecimento laboral. Assim, fica-nos a reflexão de que, antes de ser a figura simbólica do “soldado que é superior ao tempo”, como aduz o jargão comum utilizado pelos militares de modo geral, os PMs têm sido, na verdade, uma das categorias profissionais mais atingidas pelas consequências do trabalho, tanto em relação às condições físicas quanto psicológicas, quando o assunto é a sua qualidade de vida.

2 A PROFISSÃO POLICIAL MILITAR E SUAS DIFICULDADES LABORAIS

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, define a Segurança Pública como dever do Estado e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio da polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares. A Carta Magna trata da categoria dos policiais militares como forças auxiliares e reserva do Exército⁷⁸, referindo-os como militares estaduais⁷⁹ e conferindo ao serviço policial militar a competência

⁷⁸ §6º do art. 144 da Constituição Federal define as polícias militares e os corpos de bombeiros militares como forças auxiliares e reserva do Exército.

⁷⁹ O Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 18, de 1998, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares, deu ao artigo 42 da Constituição Federal a seguinte redação: “os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

para a realização do policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

A polícia militar, por ser considerada força auxiliar do Exército, utiliza-se dos moldes organizacionais militares dessa Força Armada como suporte para sua estrutura organizacional.⁸⁰ Além disso, a hierarquia e a disciplina também são utilizadas na polícia militar como princípios básicos para a manutenção das cadeias de comando⁸¹ e para o cumprimento dos deveres militares.

Uma das atribuições do policial militar é promover e garantir a segurança na sociedade. Para executar as suas funções esse profissional necessita estar em condições de pronto emprego, seja em relação aos aspectos físicos, como também, os mentais, sendo que estes últimos, dada as condições de trabalho, parecem ser fundamentais para o bom exercício da profissão, qual seja, atender ao aumento da demanda por segurança, garantir a lei e a ordem pública exigida pela sociedade (ABREU; ADÃO, 2017).

Fazendo referência ao trabalho desempenhado pelo policial militar, existem aspectos que são inerentes à atividade laboral, como a percepção do risco real e iminente durante as ocorrências; as perdas de colegas em serviço; regras de orientação da conduta profissional e definição de metas de ação; o sentimento de desvalorização e a falta de reconhecimento social; a existência de relações hierárquicas, dentre outros, são fatores que podem influenciar na saúde física e mental dos policiais, podendo impactar na subjetividade do indivíduo e serem fonte de sofrimento e adoecimento no trabalho (TORRES; CAMPOS; RODRIGUES, 2018). Os policiais militares convivem com situações de estresse constantemente, sendo considerada uma classe trabalhadora diferenciada das demais, visto que eles

são muito mais expostos a fatores extremos, e tais condições passam a afetar a qualidade de vida, bem como, a saúde desse grupo de trabalhadores (ABREU; ADÃO, 2017).

Além de todo o período em que o policial militar permanece na ativa⁸², sendo exposto a situações de estresse e esgotamento físico, o próprio ingresso do policial militar na Corporação pode ser um precursor para que esse profissional apresente problemas de saúde futuros. Os “civis”⁸³ quando são admitidos na instituição policial passam por um regime rigoroso de adaptação, com o objetivo de socializá-los ao cotidiano do militarismo. Através do curso de formação esses “civis” passam por um processo pedagógico-profissionalizante que tem em seu arcabouço o disciplinamento corporal, psíquico e moral.

Para França (2019), que etnografou o cotidiano da formação profissional no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), no ano de 2011, a instituição fabrica novas identidades sociais nos recém-chegados, através de um processo pedagógico corriqueiro e cansativo que tem como propósito anular a “bagagem” de vida trazida por esse “civil” e enxertar uma nova vida, baseada no “espírito militar” (CASTRO, 2004). Segundo Castro (2004), é por meio da força cultural de internalização do espírito militar que a corporação faz com que o novato passe por um processo de desconstrução de sua identidade “civil” e construção da nova identidade militar. E essa transformação de homens e mulheres em quase máquinas pode contribuir para o adoecimento laboral, uma vez que essas “quase máquinas” serão submetidas a constantes situações de intenso desgaste físico e mental para se adaptarem à nova realidade.

⁸⁰ Descrito no Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101 do Exército Brasileiro.

⁸¹ Linha de autoridade formal de uma organização. No caso da polícia militar, o Coronel se encontra no topo da cadeia de comando e o soldado na base.

⁸² §1º do Art. 3º da Lei Nº. 3.909, de 14 de julho de 1977 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba).

⁸³ Expressão utilizada por militares para definir as pessoas que não seguiram carreira militar.

Quando o policial militar conclui o curso de formação, a percepção do homem “quase máquina” é levada para o período em que ele estará desempenhando suas funções na ativa. Estes profissionais, possuindo um corpo disciplinado, submisso à cultura militar e submetido à hierarquia, passam a ser ferramentas do Estado para a manutenção da ordem pública e, algumas vezes, para que essa ordem seja mantida, os policiais militares são obrigados a cumprirem missões que podem causar prejuízo à sua saúde ou até mesmo colocar as suas vidas em risco. O desastre radiológico de Goiânia, ocorrido no ano de 1987, é um exemplo concreto desse corpo disciplinado, moldado para a obediência. No referido ano, um grupo de policiais militares foi designado para trabalhar nas áreas contaminadas pelo césio-137. Esses policiais, que ficaram conhecidos como “policiais do césio”, foram obrigados a atuar nas ações de isolamento das áreas contaminadas e evacuação da população sem nenhuma proteção e sem nenhum conhecimento técnico de como agir em locais com focos de radiação. Após dez anos do desastre, os “policiais do césio” foram diagnosticados com doenças inexplicáveis que, para eles, são consequências do contato com a radiação (SILVA, 1998).

A defasagem no efetivo das polícias militares é algo presente nas unidades militares e o absenteísmo por motivo de doença leva ao agravamento dessa condição. As faltas ao serviço e afastamentos temporários dificultam o atendimento das demandas da sociedade em relação à Segurança Pública, pois diminui ainda mais o efetivo disponível (DIEMEN; PINTO; DICK, 2019). Além disso, as jornadas excessivas, condições laborais inadequadas, trabalhos noturnos e em turnos, carga de trabalho elevada, estresse, existência de outros vínculos trabalhistas (os ditos “bicos”), dentre outros, têm sido fatores contribuintes para o absenteísmo por motivo de doença entre policiais militares (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

Dentre os fatores supracitados, o que merece destaque é o vínculo trabalhista de policiais militares com empresas privadas, denominados de “bicos”, que por falta do investimento salarial por parte do Estado, leva os profissionais de segurança pública a procurarem outras fontes de renda. E essa procura, que a cada dia se torna mais frequente, pode gerar outros problemas cujo resultado poderá ser o aumento do absenteísmo laboral.

Para Brito, Souza e Lima (2011), que realizaram uma pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso com policiais militares do Estado do Pará, esses profissionais de segurança pública procuram atividades de segurança privada para exercerem paralelamente ao trabalho policial como forma de complementar a renda salarial. Essa busca por um complemento da remuneração é tão necessária que os policiais militares se privam de sua folga, se arriscam a responder algum procedimento administrativo e põem sua saúde e, principalmente, sua vida em risco. E a consequência disso é o surgimento de problemas que acabarão afetando a qualidade do serviço prestado, pela instituição policial militar, à sociedade.

Numa atividade como a Festa do Círio ou nas escolas particulares, o risco existe, mas não representa uma ameaça constante. No entanto, as festas de final de semana, o trabalho itinerante, que em muitas ocasiões se trata de assegurar patrimônio oriundo da “economia submersa”, assim como a segurança do “marchante”, são trabalhos que envolvem alto risco para os policiais que fazem parte das equipes que trabalham prestando serviço de segurança particular (BRITO; SOUZA; LIMA, 2011, p. 168).

Nessa pesquisa, realizada com os policiais militares do estado do Pará, percebemos que a atividade paralela de segurança privada é comum entre os profissionais de segurança pública e acreditamos que essa é uma realidade da maioria das polícias militares das Unidades Federativas, e essa prática também é uma das causas que resultam na

vitimização de policiais. Segundo Zilli (2018), que realizou um estudo sobre a vitimização e letalidade policial, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os policiais militares são vitimados, em sua maioria, durante seus horários de folga e, em muitos casos, quando estão realizando outras atividades remuneradas paralelas às tipicamente policiais, durante a realização de “bicos” como seguranças privados.

O aumento da vitimização policial é um fator preocupante, pois gera problemas psicológicos naqueles profissionais que estão promovendo segurança nas ruas. O convívio com notícias de colegas de trabalho que foram vítimas, seja em ocorrência, seja na folga, pode afetar a saúde psicológica dos policiais, pois o ambiente que predomina é o de medo e insegurança. E isso é muito alarmante, pois está afetando pessoas que estão na “ponta da lança”, decidindo como e quando aplicar a força que o Estado consente (FERNANDES, 2016).

Esse fato ganha proporção tanto em relação aos dados estatísticos registrados, quanto pelo fato de estar atingindo a integridade daqueles que devem proteger (FERNANDES, 2016). A partir do momento que o número de policiais militares, vítimas da violência, começa a se elevar, o Estado gera uma percepção de fraqueza perante a sociedade que, descreditando na força pública, cria um sentimento de medo diante dessa problemática.

De acordo com Fernandes (2016), no ano de 2014, 352 policiais militares morreram no Brasil, seja em confronto, estando de serviço ou durante a folga. A maioria das mortes foi em decorrência da vítima ser policial militar, no entanto, apenas 20,27% dos policiais estavam de serviço, o que confirma o quanto o limite entre “serviço” e “folga” é estreito.

O 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2019, registra que, no ano de 2017, 373 policiais foram mortos no Brasil, estando

em destaque o estado do Rio de Janeiro, com um total de 104 policiais mortos. No ano de 2018, houve uma redução de 7% em relação ao ano anterior, sendo registrados 343 mortes de policiais em todo o país e o estado do Rio de Janeiro ainda se manteve em destaque, com um total de 89 policiais mortos.

O número elevado de policiais militares vitimados é um fato que preocupa os agentes de segurança pública. Sair de casa para trabalhar, sem ter a certeza de que voltará para o seio familiar, é um temor que rodeia as mentes, principalmente, daqueles policiais que atuam no serviço operacional⁸⁴, agindo, diretamente, no combate à criminalidade. Além de ter que conviver com essa problemática, esses policiais convivem com a falta de amparo do Estado quanto à garantia dos seus Direitos Humanos.

Segundo França e Duarte (2017), as instituições policiais militares, por carregarem uma imagem negativa advinda do período ditatorial, foram esquecidas pelas políticas governamentais no que se refere à adequação ao novo período democrático. Mesmo com o decorrer do tempo, os policiais militares continuaram sendo considerados aqueles que praticam a violência e por isso, não merecem ser detentores de direitos humanos.

O artigo “Soldados não choram?”: reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar, escrito por França e Duarte (2017), trata da relação que se estabelece entre a garantia dos Direitos Humanos para os policiais militares e a vitimização desses profissionais de segurança pública. A pesquisa refletiu sobre os principais fatores que vitimizam os policiais militares e quais são as dificuldades existentes para efetivar os Direitos Humanos dos policiais militares. Para os autores, as dificuldades encontradas podem ser traduzidas a partir de três critérios centrais: no primeiro, tem-se as dificuldades surgidas no plano “objetivo-moral” que diz respeito às retaliações

⁸⁴ Atividade-fim da Polícia Militar, desenvolvida nas ruas, por meio do policiamento ostensivo a pé, montado ou motorizado.

institucionais que surgem a partir da aplicação de regulamentos e leis internas; segundo, seriam as dificuldades surgidas no plano “subjetivo-moral”, o qual cria impedimentos ao reconhecimento dos Direitos Humanos para os policiais militares, no campo identitário; e, por fim, dificuldades surgidas no plano “estrutural”, que engloba todos os problemas surgidos pela ausência de suporte material e logístico da instituição em todos os níveis. Desse modo, como se dá a relação entre saúde e adoecimento laboral entre policiais militares?

3 A RELAÇÃO SAÚDE x ADOECIMENTO LABORAL E A PROFISSÃO POLICIAL MILITAR

O trabalho começou a ser reconhecido como uma questão de saúde pública com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a partir da qual o Sistema Único de Saúde (SUS) ficou responsável por determinar e agregar as ações de vigilância dos ambientes de trabalho às atuações de atenção à saúde dos trabalhadores (SOUZA; REIS, 2013). A Carta Magna trata o trabalho como uma categoria dos Direitos Sociais, previsto em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

O Art. 196 da Carta Constitucional também prevê que a saúde é direito de todos e dever do Estado e que deve ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos. Além disso, o acesso às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação deve ser universal e igualitário (BRASIL, 1988). Outrossim, em seu Art. 7º, Inc. XXII, é tratado especificamente da saúde do trabalhador, que juntamente com as ações de segurança e de higiene, deverão ser adotadas para a redução dos riscos inerentes ao trabalho (BRASIL,

1988). Essa saúde voltada especificamente para o trabalhador se estende aos trabalhadores formais e informais, domésticos e rurais, privados e servidores públicos e, conseqüentemente, os policiais civis e militares estaduais, para os quais também é atribuído o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (SOUZA, 2016).

A Lei n.º 8.080/1990, a Lei Orgânica da Saúde, regula as ações e serviços de saúde e estabelece, entre outras coisas, os princípios, as diretrizes e os objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS). Fazendo referência ao trabalhador, houve uma atenção quanto à elaboração de artigos que assegurassem a sua saúde, como pode ser observado no Inc. I, do Art. 6º da referida Lei, o qual prevê que a saúde do trabalhador está incluída no campo de atuação do SUS (BRASIL, 1990). Além disso, no mesmo Artigo, o §3º prevê que a saúde do trabalhador é entendida como um agregado de atividades para a promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, por meio de ações de vigilância epidemiológica e sanitária, principalmente no que se refere às ações voltadas à recuperação e reabilitação daqueles que sofreram algum tipo de acidente ou que houve um agravo proveniente das condições laborais, abrangendo assistência aos vitimados por acidentes de trabalho ou por doença profissional (BRASIL, 1990).

Como observado, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde abrangem os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos nas esferas federal, estadual e municipal, e essas legislações servem de parâmetros para a realização de políticas direcionadas a esses profissionais (SOUZA, 2016).

O policial militar, de acordo com a Constituição Federal, é responsável por desempenhar atividades específicas na área da segurança pública. Sua principal atribuição é a manutenção da ordem pública através do policiamento ostensivo. Para isto, é preciso que permaneça constantemente nas ruas, atuando

preventivamente na manutenção da ordem e repressivamente na restauração dela (BRASIL, 1988). Esse profissional de segurança pública está incluso em uma conjugação de forças advindas da organização do trabalho, da precarização do trabalho e da sociedade contemporânea. A forma como essas três forças se conjugam contribuem para consequências danosas à saúde do policial militar e esses agentes públicos são as maiores vítimas do desempenho de suas atividades, sobretudo aqueles policiais militares que atuam diretamente nas ruas (MELO, 2014).

No exercício da atividade operacional, o policial militar está propenso a adquirir um estresse crônico que se caracteriza por apresentar sintomas e sinais de exaustão física, psíquica e emocional que decorrem da sobrecarga e de uma grande tensão a qual esse profissional é submetido. Esse quadro propicia o surgimento de patologias e disfunções, tais como a hipertensão arterial, úlcera gastroduodenal, obesidade, câncer, psoríase, que são as mais estudadas entre aquelas relacionadas ao estresse. Um dos fatores que levam a profissão policial militar a ser a mais estressante é o fato desse profissional de segurança pública não conseguir relaxar nem mesmo de folga ou em férias, pois teme represálias dos considerados criminosos (DIEMEN; PINTO; DICK, 2019).

Além disso, o policial militar, de forma geral, tem que obedecer às inúmeras normas disciplinares e a princípios hierárquicos que condicionam a sua vida pessoal e profissional. Durante todo o seu tempo de serviço ativo, o militar convive com riscos decorrentes do seu serviço ou na sua vida diária. A probabilidade de ocorrer um dano físico ou de morte é um fato permanente na sua profissão. O exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida, gerando estresse, periculosidade perene e muitas vezes situações adversas insalubres (TURATTI; MORRETTI-PIRES; GONÇALVES, 2017).

As atividades desempenhadas pelo policial militar são, constantemente, voltadas para a tomada de decisões de maneira ágil que envolve alguns aspectos que as tornam ainda mais estressantes, tais como falta de controle a cada missão, exaustivo ritmo de jornada, turno de trabalho prolongado e distanciamento entre o trabalho real e o prescrito, o que acarreta um processo de fadiga mental denominada carga mental ou psíquica, posteriormente identificado como sofrimento psíquico (TORRES; CAMPOS; RODRIGUES, 2018).

Como agravante para o desenvolvimento de alguma patologia em policiais militares, tem-se o fato de o policial militar atuar na gerência de conflitos que o faz, muitas das vezes, parte envolvida do processo, visto que ao atuarem como mediadores, com frequência se tornam vítimas de brigas, agressões verbais e físicas. Esse profissional, normalmente trabalha numa escala de 24 horas, além disso, repetidas vezes, o policial ultrapassa seu turno de serviço por estar empenhado em uma ocorrência. Outro fator complicador é que a atividade policial militar é desenvolvida em plena exposição à intempérie (calor, sol, chuva, frio, poeira, fumaça), a elementos contagiosos (sangue, esgoto, doenças), e em ambientes conturbados (exposto ao trânsito, interior de viaturas, bicicletas, cavalos, motocicletas) (FEDERICI, 2012).

Percebe-se que as atribuições que o militar desempenha, sejam em situações que apresentam um elevado índice de periculosidade, sejam em intervenções de menor poder ofensivo, exigem-lhe elevado nível de saúde física e mental. Para isso, a corporação militar necessita de um sistema de saúde estruturado e capacitado a atender suas demandas específicas, as quais certamente se diferenciam da população em geral, que não está exposta constantemente aos mesmos riscos dos militares (TURATTI; MORRETTI-PIRES; GONÇALVES, 2017).

Além da necessidade de elaboração de políticas públicas, por parte do Estado, voltadas

para o cuidado com a saúde dos policiais militares, uma barreira que precisa ser quebrada é a do policial militar passar a se enxergar como um profissional que necessita, constantemente, de acompanhamento voltado à manutenção de sua saúde. Ainda existe a cultura militar de que o policial ideal é aquele que tem uma compleição física forte que representa um protótipo de masculinidade e que está pronto para combater a criminalidade. Para Januzzi (2015), a imagem que é criada entre os colegas de profissão e propagada pelas instâncias superiores é a de que ser um policial é ser um guerreiro, é ser superior ao tempo, sem exteriorizar fraqueza ou dor.

A barreira ainda é maior quando o policial militar apresenta algum problema de saúde, pois para ele, admitir que esteja com alguma patologia é demonstrar para os demais companheiros de farda que ele é um policial fraco. Estar na condição de doente é não ter resistido às demandas do serviço policial militar (JANUZZI, 2015). Para Dejours (1992), só depois de várias tentativas de não aceitação é que se chega à vivência da doença, que é vista como algo vergonhoso, pois para o trabalhador, um homem doente reflete a imagem de um preguiçoso e a enfermidade sempre se relaciona com a vergonha de parar de trabalhar.

Quando ele luta contra a dor, quando ele tenta negar o sofrimento, não pretende ter uma atitude terapêutica relativa ao processo patogênico. Ele sabe que procura somente fazê-lo calar. Curar é trabalho do médico ou do especialista. A angústia contra a qual é dirigida a **ideologia da vergonha** não é a do sofrimento, da doença ou da morte; a angústia que ele ataca é, através da doença, a destruição do corpo enquanto força capaz de produzir trabalho (DEJOURS, 1992, p. 34, grifo nosso).

Outro fato que deve ser levado em consideração é o comportamento dos policiais militares quando um companheiro expõe algum problema de saúde. Na maioria dos casos, situação do tipo não é vista com “bons olhos”, uma vez que

a primeira impressão que surge é a de que o policial está criando meios para se afastar do serviço. De acordo com Moura (2015), existe uma série de ambiguidades, dentro da corporação, a respeito do policial que apresenta alguma enfermidade, que geralmente é discriminado e chamado de “maceteiro” e “enrolão”, sendo, de imediato, associado a um grupo específico dentro da polícia.

Como podemos ver, o esforço de readaptação consiste somente em retirar o policial do serviço de rua e destiná-lo a um serviço na esfera administrativa, não levando em consideração suas aptidões, aspirações e necessidades. O policial se torna um problema a ser “empurrado”, um símbolo da própria marginalização às missões da corporação e a incompreensão do seu caso aumenta sua identificação como estigmatizado (MOURA, 2015, p.104).

A sobrecarga física e psíquica do policial militar causada pela jornada de trabalho desgastante e de situações estressantes vivenciadas corriqueiramente no atendimento de ocorrências, associada à ausência de qualidade de vida resulta, muitas vezes, no surgimento de doenças físicas e de transtornos mentais, que podem gerar problemas graves para a vida desse profissional.

Em relação às doenças físicas que acometem os policiais militares, podemos citar as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (2014) constituem um problema de saúde relevante respondendo por mais de 70% das causas de mortes no Brasil. As doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, enfermidades respiratórias crônicas e doenças neuropsiquiátricas, consideradas as principais DCNT, têm respondido por um número elevado de mortes antes dos 70 anos de idade e perda de qualidade de vida, gerando incapacidades e alto grau de limitação das pessoas doentes em suas atividades de trabalho e de lazer.

A atividade Policial Militar não está protegida deste mal chamado doenças crônicas. Frequentemente, profissionais dessa área

apresentam enfermidade das que foram supracitadas, no entanto alguns desses policiais militares conseguem exercer suas funções sem que esta doença prejudique suas atividades profissionais, já outros chegam a ser afastados do serviço por estarem limitados, devido ao agravamento da doença.

A profissão do policial militar pode se estabelecer como condição de ameaça para agravamento dessas enfermidades devido ao fato desses profissionais estarem, constantemente, submetidos a situações de estresse. Além dessa condição que por si só já colabora para o surgimento de tais doenças, há outras que também são fatores de risco para o aumento dessa patologia, como a alternância nos turnos de trabalho que geram mudança no ritmo biológico do policial militar e a realização de “bicos” nas horas de folga para complementar a renda familiar (BEZERRA et al., 2015).

Quando o policial militar está no serviço operacional, normalmente atua numa escala de serviço de 24 horas trabalhadas por 72 horas de descanso. Nessas 24 horas de trabalho, o policial deve ter uma atenção ao serviço e que, dependendo da demanda de ocorrências, ele se priva do seu horário de alimentação, do asseio pessoal e de um momento de descanso, uma vez que a prioridade do serviço é a manutenção da ordem pública. Para Borges e Silva (2018), os policiais militares acabam se privando da própria saúde, pois se alimentam de qualquer forma, sem horário pré-determinado.

Em relação aos transtornos mentais, é notório frisar que o policial militar está constantemente exposto às situações estressantes, quando comparado à média da população (ALONSO et al., 2014), o que os tornam profissionais com a maior probabilidade de desenvolver ansiedade, sintomas psicossomáticos e depressão. Uma pesquisa realizada por Minayo, Assis e Oliveira (2011) analisou o adoecimento físico e mental de policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro de acordo com as

condições de trabalho e atividades profissionais, e nessa pesquisa constatou-se que dos 1.108 policiais militares entrevistados, 33,6% apresentaram sofrimento psíquico.

Segundo Minayo, Assis e Oliveira (2011), o sofrimento psíquico também é citado pelo diretor de saúde da corporação quando relata o grande número de licenças concedidas por motivos de distúrbios psiquiátricos, e que muitos comandantes de Batalhões dificultam a liberação de seus subordinados para procurarem tratamento adequado, por acreditarem que as queixas de sofrimento psíquico têm o objetivo de fazer com que o policial seja dispensado do serviço, por isso a atenção sobre esse tipo de problema não representa prioridade da corporação.

Lima, Blank e Menegon (2015) realizaram uma pesquisa com policiais militares da região metropolitana de Florianópolis/SC que se encontravam em licença para tratamento de saúde. O objetivo era estimar a prevalência de transtorno mental e comportamental nesses profissionais. Dos 200 policiais militares que participaram da pesquisa, a análise verificou prevalência de 24% de transtorno mental e comportamental e o maior índice foi relacionado aos transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e transtornos de ajustamento.

É notório perceber que sempre houve uma prioridade, por parte dos gestores das instituições policiais, na disponibilização de recursos para os investimentos materiais, porém a preocupação com a “ferramenta” fundamental para o desempenho das atividades policiais, que é o próprio policial militar, nunca esteve inclusa nessas prioridades. A elaboração de políticas públicas voltadas para a valorização e cuidado com esses profissionais, de modo a prevenir problemas de saúde, é algo que sempre foi insuficiente por parte da corporação.

Quando fazemos referência aos transtornos mentais, surge uma maior preocupação, pois se trata de uma doença que não apresenta sinais de fácil percepção, o que acaba não tendo a devida

importância tanto pelo policial que está acometido de tal enfermidade, quanto por aqueles que fazem parte do convívio desse profissional. Para Santos (2007), quando os policiais manifestam sinais de algum transtorno mental, frequentemente, são conduzidos a apresentarem níveis consideráveis de depressão, stress pós-traumático, abuso no consumo de substâncias (álcool e drogas ilícitas), aumento da irritabilidade e o pior de todos eles, o cometimento de suicídio.

De acordo com a 13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2018, 104 policiais cometeram suicídio no país, um número maior do que o de policiais que morreram em serviço, que foram 87 casos. Para Neme (2019), pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o suicídio é um problema muito maior e que muitas vezes é silenciado. Os policiais passam por dificuldades como qualquer outro profissional, mas quando essas dificuldades estão associadas a fatores de risco, estresse psicológico e com o acesso à arma de fogo, a probabilidade de cometer suicídio é bem maior.

Para Lima (2020), a displicência com a saúde mental pode ser decorrente da síndrome do policial herói que é aquele que vai às ruas para salvar vidas e em nenhum momento pode apresentar sinais de fraqueza. Segundo Santos (2007), quando o estresse toma conta do policial, quando ele percebe que não apresenta as mesmas condições físicas e mentais para proteger a sociedade, assim como um “herói” deve proteger, esse profissional é levado a um nível emocional tão angustiante que, às vezes, a morte surge como o caminho mais aceitável.

Os polícias procuram não se sentir vulneráveis, e quando isto acontece, instalam-se sentimentos de vergonha, medo e sensação de perigo. Desta forma, o suicídio poderá surgir como uma opção para o policial se adaptar a esta percepção de invulnerabilidade. A incapacidade do policial em aceitar as falhas a esta invulnerabilidade, bem como a sua dificuldade em lidar com o stress e trauma, poderão resultar, assim, em comportamentos suicidas (SANTOS, 2007, p. 28).

É importante frisar que os sintomas e comportamentos que contribuem para que o indivíduo adquira pensamentos suicidas normalmente são comuns, ou seja, as causas como insatisfação salarial, jornada de trabalho excessivo, plano de carreira defasado, problemas familiares e falta de reconhecimento profissional pela sociedade e pela instituição, são condições que levam o policial a chegar a esse ponto (MARANHÃO; SILVA, 2018).

A especificidade do trabalho policial militar necessita que algumas condições sejam adotadas para que a atividade seja desempenhada da melhor maneira, porém tais condições podem agravar o problema e dificultar os trabalhos de prevenção. Mesmo diante das dificuldades, o empenho para a prevenção é primordial, pois é uma ação que perpassa por questões objetivas e extremamente necessárias (SILVA; BUENO, 2017).

Atualmente vemos que existe todo um empenho por parte das instituições de segurança pública, do Poder Judiciário, da mídia e da própria sociedade no combate às atuações letais da polícia militar. De acordo com a 13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2018, 6.620 pessoas foram mortas durante intervenções policiais, em todo o país, e a redução dessa prática tem sido prioridade. No entanto, a mesma preocupação, por parte dos órgãos públicos, com o cuidado e zelo dos policiais militares, como ser humano e, em alguns casos, como vítimas, é insuficiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção nesta pesquisa esteve voltada para observações sobre como a profissão policial militar está envolvida por várias condições desfavoráveis que geram impactos nas atividades laborais que podem ocasionar uma série de problemas de saúde. Atuar numa atividade tão árdua requer que esse profissional tenha uma assistência por parte do Estado para que ele tenha condições de oferecer um serviço de qualidade à sociedade. O policial militar é, antes de tudo, um ser humano e o Estado precisa vê-lo como tal, antes de vê-lo como um agente de segurança pública. Não lhes garantir seus direitos, não lhes oferecer condições adequadas de trabalho, não lhes pagar salários dignos, são alguns dos fatores que, ao longo do tempo, podem acarretar o adoecimento laboral desses profissionais, o que acabará gerando outro problema mais grave que é a diminuição de policiais militares qualificados para atuarem nas ruas protegendo a sociedade.

Esse problema pelo qual passa os policiais militares não pode continuar sem a devida importância, por parte dos gestores. Política de prevenção e de conscientização por parte das autoridades é necessária para que a saúde do policial militar esteja em ótimas condições, pois só assim o policial poderá desempenhar suas funções da melhor maneira. A partir do momento que o policial estiver com a saúde debilitada, ele não terá condições de exercer suas atividades adequadamente e a consequência disso será colocar sua vida e a de terceiros em risco.

Por fim, analisamos que o policial militar está, constantemente, submetido a situações estressantes, seja quando está de serviço, no atendimento de ocorrências, seja durante a folga, quando não conseguem relaxar por medo de alguma represália. Essas situações associadas a outros fatores como baixa remuneração, falta de reconhecimento por parte da instituição e ausência de qualidade de vida, contribuem para o surgimento de doenças físicas, como diabetes e hipertensão, e transtornos mentais, como depressão e estresse pós-traumático. Esses profissionais, distantes de serem máquinas, também adoecem e precisam do suporte e reconhecimento não apenas do Estado, mas também da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jeferson Fabrício da Silva; ADÃO, Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira. **A Qualidade de Vida dos Policiais Militares: Um estudo no 2º Regimento de Polícia Montada de Santana Do Livramento – RS.** 2017. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Rio Grande do Sul - Universidade Federal do PAMPA. 2017.

ALONSO, Angélica Castilho. *et al.* Caracterização de policiais militares que sofreram acidente vascular encefálico atendidos no Centro de Reabilitação da Polícia Militar. **Fisioterapia Brasil**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 4-9, 2014. Disponível em: <https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/305>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BEZERRA, Carlos César Alves. *et al.* Perfil de pressão arterial de policiais militares na cidade de Russas - CE. **Revista Saúde e Ciência Online**, Campina Grande, v. 4, n. 2, p. 54-60, 2015. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/revistasaudeciencia/index.php/RSC-UFCEG/article/view/253>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BORGES, Adriano Carmo Nunes; SILVA, Bruna Daniella de Souza. As consequências de uma má alimentação e pouco descanso no cotidiano do policial militar. **Biblioteca Digital de Segurança Pública**, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/1747>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, p. 18055, 20 set., 1990. Seção 1. pt. 1.

BRAVO, Daiane Suele; BARBOSA, Pedro Marco Karan; CALAMITA, Zamir. Ausência por doença na carreira do policial militar. **Revista Enfermagem UFPE (online)**, Recife, v.11, n. 7, p. 2758-64, 2017. Disponível em: www.periodicos.ufpe.br. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. Absenteísmo e envelhecimento no contexto ocupacional do Policial Militar. **Revista Brasileira Medicina do Trabalho**, São Paulo, v.14, n. 2, p. 134-142, 2016. Disponível em: <http://www.rbmt.org.br/details/42/pt-BR/absenteismo-e-envelhecimento-no-contexto-ocupacional-do-policial-militar>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRITO, Daniel Chaves; SOUZA, Jaime Luiz Cunha; LIMA, Roseane Magalhães. Policiais e o “bico”: a formação de redes de trabalho paralelo de segurança. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 156-171, 2011. Disponível em: <http://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/89>. Acesso em: 07 abr. 2020.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª Edição. São Paulo: Cortez-Oboré; 1992.

DIEMEN, Vinícius Von; PINTO, Joséli do Nascimento; DICK, Nídea Rita Michels. Principais causas de absenteísmo nas organizações militares atendidas na FSR-APM em 2013 e 2014. Revista Saúde e Desenvolvimento Humano, Canoas, v. 7, n. 1, p. 25-36, 2019. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/3625. Acesso em: 20 abr 2020.

FEDERICI, Renato Félix. **O absenteísmo na 108ª Companhia de Polícia Militar Especial de Itaúna em 2010**. 2011. 88 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FERNANDES, Alan. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 192-219, 2016. Disponível em: <http://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/702>. Acesso em: 11 abr. 2020.

FERREIRA, Leonardo Borges. *et al.* Risco de adoecimento no trabalho: estudo com policiais militares de um batalhão de polícia de Brasília. **Revista eletrônica Gestão e Sociedade**, Belo horizonte, v.11, n. 29, p. 1804-1829, 2017. Disponível em: <https://gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2150>. Acesso em: 07 abr. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **13º anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília, 2019, 206 p.

FRANÇA, Fábio Gomes. “O soldado é algo que se fabrica”: notas etnográficas sobre um curso de Formação Policial Militar. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n. 34, p. 359-392, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/10378>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FRANÇA, Fábio Gomes; DUARTE, Anderson. “Soldados não choram?”: reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança**, Marília, v. 19, n. 19, p. 1-22, 2017. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/7012>. Acesso em: 16 abr. 2020.

GONÇALVES, Sebastião Jorge da Cunha; VEIGA, Alan João da Silva; RODRIGUES, Lília Marques Simões Rodrigues. Qualidade de Vida dos Policiais Militares que Atuam na Área da 2ª CIA do 10º Batalhão Militar. Revista Fluminense de Extensão Universitária, Vassouras, v. 2, n. 2, 53-76, 2012. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RFEU/article/view/557>. Acesso em: 15 mar. 2020.

JANUZZI, Vinicius Prado. VICENTINI, Cláudia. 2014. Corpo fardado: adoecimento mental e hierarquia na Polícia Militar goiana. **Anuário Antropológico/2014**, Brasília, v. 40, n. 1, p.325-328, 2015.

LIMA, Fabíola Polo; BLANK, Vera Lucia Guimarães; MENEGON, Fabricio Augusto. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. **Psicologia: ciência e profissão (online)**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 824-840, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002242013>. Acesso em: 12 abr. 2020.

LIMA, Mariana. **O peso da farda**: em 2018, 104 policiais cometeram suicídio no país. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/o-peso-da-farda-em-2018-104-policiais-cometeram-suicidio-no-pais/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MARANHÃO, Maxwell Maranhão; SILVA, Dogivan José. O suicídio de policiais militares no Brasil. **Biblioteca Digital de Segurança Pública**, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/813>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MELO, Marli Daiana da Silva. **Avaliação da qualidade de vida no trabalho**: o caso da polícia militar da cidade de João Pessoa – PB. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/ article/csc/2011.v16n4/2199-2209/pt/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa Nacional de Saúde: Percepção do Estado de Saúde, Etilo de Vida e Doenças Crônicas**. Rio de Janeiro. 2014. 181 p.

_____. **Hipertensão é diagnosticada em 24,7% da população, segundo a pesquisa Vigitel**. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45446-no-brasil-388-pessoas-morrem-por-dia-por-hipertensao>> Acesso em: 15 de abr. 2020.

MOURA, Tuany Maria Sousa. **Percepções sobre adoecimento e risco no trabalho dos policiais militares do Ceará**. 2015. 125f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

NEME, Cristina. **Suicídio causou mais mortes em policiais do que confronto com crime**. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/suic%C3%ADdio-causou-mais-mortes-em-policiais-do-que-confronto-com-crime-1.741798>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PINTO, Joséli do Nascimento. **Absenteísmo por doença na Brigada Militar de Porto Alegre, RS**. 2011. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SANTOS, Susana. **Suicídio nas forças policiais**: um estudo comparativo na PSP, GNR e PJ. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal). Universidade do Porto: ICBAS. Porto, 2007.

SILVA, Marco Antônio; BUENO, Helen Paola Vieira. O suicídio entre policiais militares na polícia militar do paraná: esforços para prevenção. **Revista de Ciências Policiais da APMG**, São José dos Pinhais, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2017. Disponível em: http://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/202001/01_o_suicidio_entre_policiais_militares_na_polici_a_militar_do_parana.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

SILVA, Telma Camargo. “Soldado é superior ao tempo”: da ordem militar   experiência do corpo como locus de resistência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 119-143, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831998000200119&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 abr. 2020.

SOUZA, Zelma Borges; REIS, L lia Marília. Entre o atender e o ser atendido: políticas em saúde para o trabalhador do serviço público. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, USP, v.16, n.1, p. 87-106, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/77745>. Acesso em: 25 de abr. 2020.

SOUZA, Meire Cristine Ferreira. **Sistema de informação em saúde do trabalhador para as instituições policiais do estado do Rio de Janeiro**: um estudo visando a redução dos riscos inerentes à atividade policial. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

TORRES, Karoline Bernardes; CAMPOS, Ioneide de Oliveira; RODRIGUES, Daniela da Silva. As dimensões estruturantes do trabalho policial. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**

(online), v.6, n. 2, p. 552-562, 2018. Disponível em:

<http://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/refacs/article/view/3125>. Acesso em: 28 mar. 2020.

TURATTI, Bárbara de Oliveira; MORRETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira. Absenteísmo por motivo de doença entre militares do Exército em serviço na região da Amazônia, segundo suas patentes. **Scientia Amazonia**, v.6, n. 1, p. 9-18, 2017. Disponível em:

<http://docplayer.com.br/47290575>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ZILLI, Luís Felipe. **Letalidade e Vitimização Policial**: características gerais do fenômeno em três estados brasileiros. Boletim de Análise Político-Institucional, Brasília, n. 17, p. 71-80, 2018.

NOTA TÉCNICA: CIÊNCIAS POLICIAIS NO BRASIL

*João Batista da Silva*⁸⁵

*Edson Benedito Rondon Filho*⁸⁶

Resumo: Esta Nota Técnica versa acerca da inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil, consignado no Parecer n.º 945/2019⁸⁷, do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Câmara de Educação Superior (CES), de lavra do Conselheiro Luiz Robert Liza Curi, homologado pelo Despacho do Ministro da Educação e publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2020, Seção 1, Pág. 22. O Parecer citado foi emitido em resposta à proposição da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), feita por meio do Processo n.º 23123.007756/2017-45, para inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas e devidamente reconhecidas pelos órgãos competentes do Ministério da Educação (MEC). Os autores propõem uma nova classificação para as Ciências Policiais, pois sendo distintas das Ciências Militares e das Ciências da Defesa, ensejam, obrigatoriamente, a criação de duas subáreas essenciais para sua sedimentação: a “segurança pública e defesa civil”, constituindo-se, conhecimentos científicos específicos, de caráter Multidisciplinar.

Palavras-chave: Parecer. Nota técnica. Ciências Policiais. Conselho Nacional de Educação. Brasil.

TECHNICAL NOTE: POLICE SCIENCES IN BRAZIL

Abstract: This Technical Note deals with the inclusion of Police Sciences in the list of sciences studied in Brazil, contained in Opinion No. 945/2019, of the National Council of Education (CNE), of the Chamber of Higher Education (CES), issued by Counselor Luiz Robert Liza Curi, approved by the Dispatch of the Minister of Education and published in the Official Gazette of 6/9/2020, Section 1, Page 22. The aforementioned Opinion was issued in response to the proposal of the Military Police of the State of São Paulo (PMESP), carried out through Process No. 23123.07756/2017-45, for the inclusion of Police Sciences in the list of sciences studied and duly recognized by Organs competent bodies of the Ministry of Education (MEC). The authors propose a new classification for the Police Sciences, as being distinct from the Military Sciences and the Defense Sciences, they necessarily lead to the creation of two essential sub-areas for its sedimentation: the "public security and civil defense", constituting, specific scientific knowledge, of a multidisciplinary nature.

Keywords: Technical advice. Technical note. Police Sciences. National Council of Education. Brazil.

Recebido em: 04 de novembro de 2021

Aprovado em: 16 de novembro de 2021

⁸⁵ Doutor em Educação, Mestre em Ciências Sociais, Especialista em Polícia Comunitária, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFRN). Membro fundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP) e do Conselho Editorial da Revista deste Instituto (RIBSP). Atualmente é Major da PMRN, Chefe da Seção de Formação da Diretoria de Ensino da PMRN. É autor do livro **Formação policial-militar no século XXI: diagnósticos e perspectiva**. Natal: Minimbu, 2017.

<https://orcid.org/0000-0002-3829-1822>

E-mail: jbsbrown@yahoo.com.br

<http://lattes.cnpq.br/8617007915492517>

⁸⁶ Pós-Doutorado junto ao Departamento de Letras Modernas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (IBILCE/UNESP), na modalidade III (PD-III) (2020). Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS, na linha de Violência, Criminalização, Cidadania e Direito com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centre de Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales (CESDIP)/França (2013). Atualmente é Presidente do Conselho Executivo do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP). É autor do livro **Socialização policial: vivências e conflitualidades de policiais militares**. Curitiba: Juruá, 201

<http://lattes.cnpq.br/8121682994001478>

<http://orcid.org/0000-0003-4267-2393>

E-mail: edsonrondon@hotmail.com

De acordo com o Parecer n. 945/2019 do CNE/CES, as Ciências Policiais, por sua especificidade e complexidade, pertencem a um campo específico do conhecimento científico e, nesse sentido, devem investigar e pesquisar problemas correlatos à segurança pública com métodos, parâmetros e fundamentações próprias, e que sua previsão constante no Art. 144 da Constituição Federal de 1988, quais sejam, a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do seu patrimônio, o que legitima sua inserção nesse campo de conhecimento, doravante, constituindo-se em agenda pública relevante e necessária à pesquisa e à produção científicas a serem desenvolvidas no país. Importante destacar que nas 3 (três) páginas do parecer, a palavra “segurança” aparece 7 (sete) vezes, sendo que em 6 (seis) oportunidades ela é adjetivada pela palavra “pública”, o que comprova a perspectiva na ênfase dos estudos das “Ciências Policiais” na segurança pública.

Nesse contexto, o reconhecimento e a inclusão nele contidos se fundamentam e se legitimam em face da relevância e da necessidade das Ciências Policiais, até aquele momento ainda não reconhecidas, sendo, doravante, inclusas no rol dos documentos oficiais da comunidade científica⁸⁸ e, conseqüentemente, educacional do país, devendo, portanto, ter seu acolhimento pelos órgãos oficiais, bem como a aceitação e a aprovação por meio das instâncias competentes

dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, autorizados e fiscalizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo MEC, com essa finalidade.

Esta Nota Técnica, entre outros objetivos, busca consolidar e fortalecer conceitos fundacionais das Ciências Policiais, embora, há muito tempo sedimentados nos conhecimentos produzidos pelos profissionais de segurança pública e promover a discussão acadêmica no campo da respectiva comunidade científica, em construção, visando contribuir com o amadurecimento, fomento, demarcação e robustecimento desta Área de Conhecimento⁸⁹, no país. As Ciências Policiais, ao se constituírem das subáreas “segurança pública” e defesa civil, convertem estas nos grandes temas estratégicos para o aprofundamento dos estudos e, estando estas, previstas constitucionalmente, desde 1988, conduzem-nos à ratificação de que as Ciências Policiais não são circunscritas apenas às esferas das polícias de prevenção e controle primário e secundário da violência e criminalidade, por meio das polícias civil e militar, polícia rodoviária federal, polícia federal, polícia ferroviária federal e guardas municipais, mas também pelos órgãos de controle e prevenção da defesa civil, por meio dos corpos de bombeiros e, mais recentemente, a polícia penal, responsável pela prevenção, controle e a (re)socialização, operacionalizados no Sistema Penitenciário⁹⁰.

⁸⁸ SILVA, João Batista da. (2018). **A produção do conhecimento em segurança pública**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP), 1(1), 55-61. <https://doi.org/https://doi.org/10.36776/ribsp.v1i1.5>. Disponível em: <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/5>. Acesso em 20 jul 2020.

⁸⁹ De acordo com as suas respectivas especificidades, conforme Tabela da CAPES. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf. Acesso em: 26 out 2021.

⁹⁰ EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 104 Altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital. "Art. 144. [...] VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. § 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais. § 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em:

Antes, porém, de se adentrar à descrição da conceitualização e sedimentação das Ciências Policiais, reporta-se ao que está consignado no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), 2011-2020⁹¹, sobretudo a partir da abordagem dos pesquisadores Cláudio Beato, que apresentou suas considerações acerca da Segurança Pública, e Celso Bueno da Fonseca, que tratou da Geopolítica e Defesa⁹².

Muito embora o segundo pesquisador tenha se empenhado para atrelar os conceitos de Geopolítica, Segurança e Defesa Nacional à segurança pública, o que é possível constatar no documento é que, dado a questões históricas, em especial, as ligações das Forças de Segurança às Forças Armadas, ainda há grande dificuldade de se fazer essa separação, que é latente. Assim, fazendo-se uma leitura conjunta dos dois documentos fica explícito, conforme comprovou Cláudio Beato, por meio de dados, que há uma grande demanda para área da segurança pública, especialmente pela já sedimentada produção e pesquisa em nível *lato sensu*, oriundas das universidades brasileiras, mas também o conhecimento produzido nas próprias Polícias Militares, desde os anos 1970, nas academias de polícia militar, nos cursos profissionais de Formação de Oficiais (CFO), Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e Superior de Polícia (CSP), a partir da reorganização nacional das polícias⁹³, por meio do Decreto-Lei 667/69⁹⁴ e do

Regulamento das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares (R-200)⁹⁵.

Três aspectos, entre outros, são fundamentais e imprescindíveis, que também tributam para o desenvolvimento das Ciências Policiais: 1. a capacidade de financiamento do governo federal para as respectivas pesquisas; 2. a inserção de profissionais da área de segurança pública (policial e bombeiro militar) para atuarem na administração do sistema da justiça e segurança pública federal (dado que até hoje atuam apenas em segundo escalão); e 3. a formação de massa crítica em nível *stricto sensu* nessa área de conhecimento (muito embora essa formação já ocorra de forma dispersa, sobretudo nas universidades públicas brasileiras, nas diversas áreas do conhecimento, desde os anos 1980, conforme constado no volume II do PNPG (BRASIL, 2010b, p. 120-2), tendo se intensificado nos anos 2000⁹⁶).

Há de se considerar, conforme acima, que pela inexistência da subárea de conhecimento “segurança pública” nos documentos oficiais do MEC e devido reconhecimento pelos seus respectivos órgãos de regulamentação, autorização e fiscalização dos programas *stricto sensu*, as pesquisas e as produções referentes às Ciências Policiais têm sido enquadradas, de acordo com o seu objeto de estudo, nas Ciências já consolidadas no país. A partir do reconhecimento das Ciências Militares, por meio

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/12/2019&jornal=515&pagina=2&totalArquivos=92>. Acesso em: 27 out 2021.

⁹¹ BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação** (2011-2020). Brasília: CAPES, 2010a. Volume I. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>. Acesso em: 20 out 2021.

⁹² BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação** (2011-2020). Brasília: CAPES, 2010b. Volume II. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-miolo-v2-pdf>. Acesso em: 25 out 2021.

⁹³ ESPÍRITO SANTO, Lúcio Emílio do. MEIRELES, Amauri. **Entendendo a nossa insegurança**. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Policiologia, 2003.

⁹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm. Acesso em: 21 jul 2021.

⁹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm. Acesso em: 21 jul 2021.

⁹⁶ SILVA, João Batista da. Ciências policiais no Brasil: panorama histórico e político-institucional. In: Ciências policiais: objeto e método de investigação científica. (Org.) Azor Lopes da Silva Júnior. 2021 (No prelo).

do Parecer CNE/CES 1.295/2001⁹⁷, homologado no Diário Oficial da União, em 26 de março de 2002, que resultou em oferta de programas *stricto sensu* em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), autorizados pela CAPES e credenciados pelo CNE, as pesquisas e produções relativas à segurança pública têm sido registradas e norteadas pela Área de conhecimento “Defesa”, o que se considera uma inadequação.

Mesmo tendo o pesquisador da “Geopolítica e Defesa” proposto a criação da subárea do conhecimento “segurança pública”, contida na Área “Defesa e Segurança Nacionais”, no desenvolvimento do documento, contido no PNPG (BRASIL, 2010b, p. 336), é perceptível que tal atrelamento é muito mais pelo aspecto histórico e protocolar, já citados, do que pela perspectiva da abordagem teórico-conceitual e metodológica da produção e da pesquisa científicas, dado que todo o escopo de fundamentação posterior do referido documento é apenas correlata à Geopolítica e à Defesa (nacional), o que não é inadequado para esse campo do conhecimento científico, mas inadequado para as Ciências Policiais. Consequentemente, entende-se que as Ciências Policiais, como Área de Conhecimento, estão na Grande Área “Multidisciplinar”, Área devidamente reconhecida no PNPG (BRASIL, 2010a, p. 49).

Em que pese haver similaridades em alguns objetos de estudo e pesquisa entre as Ciências Militares e as Ciências Policiais, a primeira tem sua subárea de interesse circunscrita nas temáticas da segurança nacional, da defesa dos interesses de um Estado-Nação, *in casu*, o brasileiro (BRASIL, 2010, p. 335-417), enquanto

que a segunda tem como escopo fundacional os problemas relativos à compreensão, ao controle e ao enfrentamento da violência e da criminalidade, bem como os problemas inerentes à defesa civil, portanto, circunscritas na Área de conhecimento científico das Ciências Policiais, mas devido ao não reconhecimento destas, à época, suas pesquisas e produções foram/ estão sendo inseridas em outras Grandes Áreas do conhecimento (BRASIL, 2010a, p. 49).

É válido enfatizar que a recomendação do Ministério da Defesa (MD), constante no referido plano, tem provocado certa confusão quando da abordagem do assunto, seja nas instituições policiais ou até na seara dos órgãos responsáveis pela temática no MEC. Ou seja, a confusão de enquadramento dos estudos das Ciências Policiais foi gestada a partir da proposta constante no PNPG, onde o MD sugeriu que as Ciências Militares, Defesa e Segurança Pública se tornassem subáreas de conhecimento. (BRASIL, 2010b, p. 336).

Para esclarecer o equívoco, consigna-se que o Parecer n.º 1.295/2001, do CNE, já havia reconhecido as Ciências Militares, como campo específico do saber, portanto, não poderiam ser rebaixadas à subárea, como proposto no referido plano na página 336 (BRASIL, 2010b). Por seu turno, o Parecer n.º 147/2017⁹⁸ do CNE, reconheceu a “Defesa” como Ciência específica e o Parecer 945/2019, objeto central desta Nota, também do CNE, reconheceu as Ciências Policiais.

É imperioso enfatizar que os três pareceres são genéricos e, que, apesar de discorrer brevemente sobre as similaridades que existem entre as Ciências Militares, a Defesa e a Ciências Policiais, não vinculam as novas ciências a qualquer Área, passando a percepção de que elas

⁹⁷Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1295_01.pdf. Acesso em: 21 jul 2020.

⁹⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/65331-pces147-17-pdf/file>. Acesso em: 01 nov 2021.

fossem ciências autônomas. Assim, dado que as novas ciências reconhecidas não tinham vinculação com as já sedimentadas, pela própria essência das Ciências Policiais, em especial, senão todas, mas elas estariam vinculadas à Grande Área, "Multidisciplinar".

Consigna-se, ademais, que o ensino militar está previsto no Art. 83 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9.694/1996), sendo “[...] regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino” e, portanto, com a aprovação do Parecer CNE/CES 1.295/2001, fora dado o devido enquadramento a esse campo científico de conhecimento das Ciências Militares. Contudo, compreende-se que mesmo havendo similaridades entre as Ciências Militares e as Policiais, conforme acima explicitado, a anexação desta última à Área de Conhecimento “Defesa” não atende à especificidade e à complexidade⁹⁹ das Ciências Policiais, em especial, a formação de profissionais de segurança pública¹⁰⁰ para o exercício de suas atividades no território nacional e não contra outro Estado-Nação, conforme classificação estabelecida, muito embora, dada à complexidade do crime no contexto atual, os aspectos que o compõem, em alguns contextos contemporâneos, transcendem as fronteiras nacionais.

Nesses termos, por analogia, com está definido pela CAPES (vide Tabela citada), que dentro de cada Ciência (Grande Área) há as suas Áreas de Conhecimento e, assim considerando que se nas Ciências Sociais Aplicadas há a Ciência da Administração, do Direito, entre outras, e nesta última, estão contidas as subáreas da Teoria

do Direito, a Sociologia e a Antropologia Jurídica e os vários ramos do Direitos, totalizando 23 (vinte e três); nas Ciências Humanas, há a Filosofia, a Sociologia, a Teologia, a História, a Arqueologia, as Artes, entre outras, totalizando 13 (treze) Ciências, cada uma com suas respectivas subáreas; contemporaneamente foram reconhecidas as Ciências Multidisciplinares, como Grande Área do Conhecimento, na qual estão contidas as Ciências Interdisciplinares, do Ensino, de Materiais, Biotecnológicas, Ciências Ambientais e, por seu turno e, com efeito, desde de 2001, as Ciências Militares, desde 2017, as Ciências da Defesa e, a partir de 2019, as Ciências Policiais. Esta última, uma Ciência ainda sem subdivisão, sem explicitação formal, na qual “segurança pública”, é a primeira e principal subárea do conhecimento, sendo complementada pela subárea “defesa civil”.

A partir dessa definição, na primeira subárea estão circunscritos os estudos relativos à Teoria e Prática policial, Sociologia da violência e da Criminalidade, Gestão Pública, entre outras, dado que a Ciência Policial é Multidisciplinar e Interdisciplinar.

Por seu turno, na segunda subárea, Defesa Civil, estão circunscritas todas às especialidades pertencentes à Teoria de Prevenção e Controle a Desastres, Gestão de Conflitos e Emergências e todas as outras correlatas à Defesa Civil.

Importa evidenciar, finalmente, que o campo específico de conhecimento científico das Ciências Policiais deve compreender as problemáticas da violência e da criminalidade no

⁹⁹ MORIN, Edgan. **Ciência com consciência**. (Trad.) Maria D, Alexandre e Maria de Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 9ª edição, 2005.

¹⁰⁰ Código de Conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei, definido pela ONU (1979). Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/CAOCri_ControlExtAtivPol/C%C3%B3digo%20de%20Conduta%20para%20os%20Funcion%C3%A1rios%20Respons%C3%A1veis%20pela%20Aplica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei_2.pdf. Acesso em: 28 out 2021.

país¹⁰¹, bem como as correlatas a desastres e defesa civil, conforme previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil¹⁰² seja nos seus aspectos de prevenção e enfrentamento em níveis operacional, gerencial ou estratégico, em especial, a formação inicial e continuada desses profissionais para o exercício de sua atividade laboral cada vez mais profissionalizada, dado que este é um processo e não uma meta que deva ser alcançada e se estagna¹⁰³, sendo uma das premissas fundantes desse desenvolvimento e sedimentação a realização de eventos científicos, pioneiros, como foram a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública¹⁰⁴ e a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária¹⁰⁵.

Assim, é incontestável a importância do Parecer 945/2019 do CNE/CES, contudo, faz-se necessário e fundamental para a sedimentação e o avanço das Ciências Polícias, a separação dessas três áreas do conhecimento – Ciências Militares, Defesa e Ciências Policiais -, muito embora, em alguns contextos, os métodos, os parâmetros e as fundamentações utilizadas nas

Ciências Militares e Defesa possam também ser utilizadas pelas Ciências Policiais, mas a essência desta última é específica.

Nesse contexto, as Ciências Policiais são distintas das Ciências Militares e de Defesa. O conhecimento científico produzido na “segurança pública e defesa civil” é distinto do produzido na “Defesa” nacional, constituindo-se conhecimentos científicos específicos, de caráter Multidisciplinar, dado aos seus múltiplos fatores, devendo, portanto, ser solicitado um novo parecer ao Conselho Nacional de Educação, a partir do qual se requisite as devidas adequações de forma a atender às especificidades ora evidenciadas. Ou em outra perspectiva, caso não seja viável ou adequado politicamente para o contexto atual, uma alternativa seria buscar consolidar suas subáreas de conhecimento “segurança pública” e “defesa civil”, por meio de pesquisa e produção científicas nas Ciências Policiais, para posterior readequação.

Para além da consolidação e devido enquadramento do campo de saber das Ciências

¹⁰¹INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Atlas da Violência 2019. IPEA; FBSP. Rio de Janeiro, junho de 2019. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 20 jun 2020. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Edição 2019.**

Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 19 jun 2020.

¹⁰² Conforme previsto na Lei Federal nº 12. 608 de 1º de abril de 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 01 nov 2021. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.593-de-24-de-dezembro-de-2020-296427343>. Acesso em: 01 nov 2021.

¹⁰³SILVA, João Batista da. **Profissionalização policial-militar: a tomada de decisão como conhecimento e saber profissional** na PMRN. 2017. 294f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24513>. Acesso em: 19 jul 2020.

¹⁰⁴Ministério da Justiça. **1ª Conferência nacional de segurança pública: relatório final.** Brasília: SENASP, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca Publica/relatorio_final_1_conferencia_seguranca_publica.pdf. Acesso em: 29 out 2021.

¹⁰⁵Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **1ª Conferência nacional de defesa civil e assistência humanitária: relatório final** / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. - Florianópolis: CEPED UFSC, 2012. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/IN - Interno - RELATRIO FINAL 258 Grazi PDF.pdf>. Acesso em 01 nov 2021.

Policiais, é também condição basilar que as instituições de ensino superior públicas (civis e/ou policiais militares) e as privadas que se dedicarem a criar e desenvolver programas de pós-graduação *lato e stricto sensu* devem estabelecer áreas próprias de pesquisa e produção científicas que atendam às demandas nacionais, regionais e locais da segurança pública e defesa civil, que estão contidas no campo de interesse das Ciências Policiais, em consonância com os artigos 44, 48 e 53 da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/1996), que regem a pós-graduação no Brasil.

Assim, à guisa de considerações finais, mas sem a pretensão de esgotar o debate acadêmico-científico e teórico-conceitual, mas motivá-lo, é forçoso consignar que o grande esforço empreendido para o reconhecimento, a sedimentação desse campo do saber e reconhecimento das Ciências Policiais, no Brasil, é oriundo das Polícias Militares, que por meio de suas academias, desde os anos 1970, vêm construindo paulatinamente a produção e divulgação desse conhecimento científico, muito embora ainda incipiente¹⁰⁶. Nesse contexto, duas ações político-institucionais tributaram para o atual estágio de amadurecimento técnico-profissional e acadêmico-científico: 1. os cursos de formação profissional inicial e continuada (citados), com consequente credenciamento das academias de polícia militar junto aos órgãos de educação ou criação de sistema de ensino

próprio; e 2. criação de periódicos científicos para disseminação do conhecimento produzido.

Assim, em que pese o Art. 83 da LDB definir que o Sistema de Ensino Militar é regido por lei específica, no Brasil, adotou-se dois modelos para sedimentação desse campo do saber. O primeiro, a partir do reconhecimento pelo sistema civil de ensino, por meio dos Conselhos Estaduais de Educação, inicialmente com o reconhecimento dos cursos profissionais, equivalentes ao sistema de ensino civil e, posteriormente, credenciamento das academias de polícia militar, como instituição de ensino superior, faculdades, Escola de Governo¹⁰⁷ e, mais recentemente, centro de ensino e pesquisa. A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais foi a precursora desse formato de reconhecimento, a partir dos anos 1970¹⁰⁸, doravante, seguida pela maioria das Polícias Militares. E o segundo modelo, a partir do próprio Art. 83 da LDB, percurso este, até agora, adotado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio da institucionalização de seu Sistema de Ensino, pela Lei Complementar nº 1.036/2008¹⁰⁹, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 54.911/2009¹¹⁰. Este, com efeito, encontra resistências acadêmico-administrativas, tanto nas corporações policiais, como nos órgãos de fiscalização e controle do sistema educacional do país.

¹⁰⁶ SILVA, João Batista da. Ciências policiais no Brasil: panorama histórico e político-institucional. In: Ciências policiais: objeto e método de investigação científica. (Org.) Azor Lopes da Silva Júnior. 2021 (No prelo).

¹⁰⁷ Este é o caso da Academia de Polícia Militar de Goiás (PMGO) que foi credenciada como Escola de Governo, pela Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás, no ano de 2017.

¹⁰⁸ Na 1ª edição da Revista Alferes da PMMG (1983), Seção Legislação, p. 95, fora publicado o Parecer nº 237/1983 do Conselho Federal de Educação, que reconheceu o Curso de Formação de Oficiais daquela PM, como curso superior nos seguintes termos: “[...] favorável ao reconhecimento da equivalência aos cursos superiores de graduação, para efeito no sistema civil, a partir de 1970, do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais”. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/issue/view/80>. Acesso em 25 ago. 2021

¹⁰⁹ <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1036-11.01.2008.html>. Acesso em: 29 out 2021.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54911-14.10.2009.html>. Acesso em: 29 out 2021.

Por seu turno, os periódicos científicos, em sua maioria, vinculados às academias de polícia militar e às secretarias de segurança estaduais, têm evoluído significativamente na profissionalização dessas ferramentas de divulgação acadêmico-científica das corporações policiais e de pesquisas oriundas de pesquisadores do mundo acadêmico civil que submetem suas produções a esses periódicos. Entre os periódicos qualificados no sistema de avaliação Qualis/CAPES, cita-se a RBCP¹¹¹, da Polícia Federal, a REBESP¹¹², vinculada à Secretaria de Segurança de Goiás, a Alferes¹¹³, da Polícia Militar de Minas Gerais, a Homens do Mato¹¹⁴, da Polícia Militar do Mato Grosso, bem como outras em processo inicial de desenvolvimento, como a Revista SUSP¹¹⁵, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a *Vigilantis Semper*¹¹⁶, da Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

Destaca-se, também, a importância dos periódicos científicos, externos às instituições policiais, constituídas, em sua maioria, por pesquisadores(as) civis, como a RBSP¹¹⁷, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a RIBSP¹¹⁸ do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, esta última composta por mestres e doutores, todos pesquisadores profissionais de segurança, policiais militares.

Por fim, superadas as questões conceituais postas que delimitam os princípios fundantes entre as Ciências Militares e as Ciências Policiais, deve-se avançar na ampliação e mobilização intelectuais dos atores sociais dessa área de conhecimento, no sentido de que a pesquisa e a produção dela advindos possam

produzir resultados práticos para atender às demandas da segurança pública e defesa civil da sociedade brasileira.

¹¹¹ Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP>. Acesso em: 25 out 2021.

¹¹² Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp>. Acesso em: 27 out 2021.

¹¹³ Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes>. Acesso em: 28 out 2021.

¹¹⁴ Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/>. Acesso em: 25 out 2021.

¹¹⁵ Disponível em: <http://revistasusp.mj.gov.br/susp/index.php/revistasusp>. Acesso em: 26 out 2021.

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/index>. Acesso em: 27 out 2021.

¹¹⁷ Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp>. Acesso em: 29 out 2021.

¹¹⁸ Disponível em: <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/index>. Acesso em: 28 out 2021.